
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Linha de Pesquisa: Educação: Política, Gestão e o Sujeito Contemporâneo.

**CORPO EM MOVIMENTO: MARCAS DO
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA CIDADE DE SUZANO/SP**

Ivan Rubens Dário Jr.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Romualdo Dias

**Rio Claro/SP
junho / 2016**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Linha de Pesquisa: Educação: Política, Gestão e o Sujeito Contemporâneo.

**CORPO EM MOVIMENTO: MARCAS DO
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA CIDADE DE SUZANO/SP**

Ivan Rubens Dário Jr.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Romualdo Dias

**Rio Claro
junho / 2016**

370 Dario Junior, Ivan Rubens
D218c Corpo em movimento : marcas do orçamento participativo na cidade de Suzano/SP / Ivan Rubens Dario Junior. - Rio Claro, 2016
285 f. : il., figs., gráfs., tabs., fots., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Romualdo Dias

1. Educação. 2. Processo educacional. 3. Reinvenção da cidade. 4. Experiência. 5. Cartografia. 6. Processo de subjetivação. 7. Estado. I. Título.

Nome: Ivan Rubens Dário Jr

Título: **CORPO em movimento: marcas do orçamento participativo na cidade de Suzano/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 09/junho/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Romualdo Dias – Orientador
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

Profa. Dra. Bernadete Ap. Caprioglio de Castro Oliveira
Titular

Profa. Dra. Rosimeri de Oliveira Dias
Titular

Prof. Dr. Pedro de Carvalho Pontual
Suplente

Prof. Dr. Aldo Ambrósio
Suplente

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”

Paulo Freire

Ao meu avô José Rodrigues Jordão Filho com saudade.

Em homenagem a três educadores: José de Souza Candido (nosso mestre),
Júlio Mariano e Juarez de Araújo Braga.



AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família.

Agradeço ao professor doutor Romualdo Dias.

Agradeço às professoras doutoras Rosimeri de Oliveira Dias e Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira, e ao professor doutor Aldo Ambrózio.

Agradeço aos amigos na pessoa dos geógrafos Marcelo Candido e Ivo Reseck, ao pedagogo Silvio Munari Machado e ao administrador Leonel de Arruda Machado Luz.

Agradeço a família-outra 156.

Agradeço aos colegas do OP em Suzano, conselheiros, apoiadores, simpatizantes, trabalhadores, companheiros, na pessoa da geógrafa Fabiane Pizzirani, da jornalista Cecília Figueiredo e da educadora Paula Cursino.



Ventana sobre el cuerpo (Eduardo Galeano)

a Iglesia dice: El cuerpo es una culpa. La ciencia dice. El cuerpo es una máquina. La
publicidad dice: El cuerpo es un negocio. El cuerpo dice: Yo soy una fiesta.

Aboio
(Caetano Veloso)

Urbe imensa
Pense o que é e será e foi
Pensa no boi
Enigmática máscara boi
Tem piedade

Megacidade
Conta teus meninos
Canta com teus sinos
A felicidade intensa
Que se perde e encontra em ti
Luz dilui-se
E adensa-se

Pensa-te

O nome da cidade
(Caetano Veloso)

Ôôôôôôôô ê boi! ê bus!

Onde será que isso começa
A correnteza sem paragem
O viajar de uma viagem
A outra viagem que não cessa
Cheguei ao nome da cidade
Não à cidade mesma, espessa
Rio que não é rio: imagens
Essa cidade me atravessa

Ôôôôôôôô ê boi! ê bus!

Será que tudo me interessa?
Cada coisa é demais e tantas
Quais eram minhas esperanças?
O que é ameaça e o que é promessa?
Ruas voando sobre ruas
Letras demais, tudo mentindo
O Redentor, que horror! Que lindo!
Meninos maus, mulheres nuas

Ôôôôôôôô ê boi! ê bus!

A gente chega sem chegar
Não há meada, é só o fio
Será que pra meu próprio rio
Este rio é mais mar que o mar?

Ôôôôôôôô ê boi! ê bus!

Sertão, sertão! ê mar!

RESUMO

O presente texto registra uma experiência com o corpo implicado: a implementação do Orçamento Participativo em Suzano/SP, a cidade das flores, no período compreendido entre 2005–2008 e seus desdobramentos. Desde o primeiro momento na coordenação deste projeto, uma pergunta nos desafiava: para além das obras físicas, o que fica para a cidade com uma política desta natureza? Ou, *a que conduz o Orçamento Participativo?* Uma experiência coletiva, inédita, promotora de movimentos, de trânsitos sobre o chão da cidade física e trânsitos em territórios existenciais, tudo isso inevitavelmente provoca marcas. Apresentamos algumas dessas marcas no corpo da cidade, no CORPO e na cidade. No primeiro capítulo estão organizados os aspectos mais empíricos, corpos em movimento na cidade. No segundo capítulo trabalhamos três fios retirados do novelo, três eixos pulsantes de todo o trabalho, Estado, cidade e sujeito (outros), linhas em tecitura. Nos colocamos a tecer no terceiro e último capítulo: a vida veste sua roupa nova. Estado agora é de poesia, cidades são visíveis, sujeitos provam outras vestimentas e uma articulação entre elas. Educação compreendida como a mútua implicação: processo educacional e produção de subjetividade. Por fim, uma escrita *fora do texto*, uma fala com a vivência do campo cotidiano liberada de conhecimentos definitivos sobre o objeto. Registramos uma experiência de cidade atravessada pela produção de subjetividade. Você terá contato com um texto polifônico a partir de uma política narrativa articulada a outras políticas: política orçamentária, política de pesquisa, política de subjetividade, política de cidade. Falamos de uma política com sentido ampliado, para além das práticas relativas ao Estado. Falamos de uma política que coloca em relação os sujeitos, que dispara movimentos, que provoca encontros. Uma política compreendida como a multiplicação dos possíveis, que se faz em arranjos locais, micro-relações, conversas, cirandas e outras, nessa dimensão micro política das relações. Uma tessitura relacional instituinte na relação com o instituído. Cartografando uma multiplicidade de linhas e vozes. Linhas em tecitura, vozes em tessitura.

Palavras chave:

processo educacional - processo de subjetivação - cidade - política - cartografia.

Abstract

This text registers a body implied experience: the implementation of the Participatory Budgeting in Suzano/SP and its developments in the city of flowers, within the 2005-2008 period. Since the early start of this project coordination some questions challenged us: what remains to the city with such politics over and above the physical works? What leads the Participatory Budgeting? An unprecedented collective experience that promotes movements, as well as traffics above the ground of the physical city, all of these causing marks. We present some of these marks in the body of the city, into the body and into the city. In the first chapter the most empiric aspects are organized, body in movement in the city. In the second chapter, we work with the three threads taken out of the ball of thread, three pulsing shafts of the whole work, State, city and subject (others) - lines in a weaving. We place ourselves at the weave at the third and last chapter: the life wears its new gown. State now is poetry, the cities are invisible, subjects try other clothes. An articulation amongst all of this: the education comprehended on this mutual implication, its educational process and its subjective production. At last, an out of the text writing, a knowledge liberated speech experience that gives up a definitive positions towards the object. We register an experience of the city overpassed by the subjectivity production. You will be in touch with a polyphonic text, out of a narrative policy articulated with other politics: budgeting politics, research politics, subjectivity politics, city politics. We mean politics in a wide sense, beyond the State related politics. We speak about a politic which relates the subjects, which triggers movements and promotes encounters. A politic comprehended as a multiplication of possible worlds that builds itself in local arrangements, micro-relations, talks, dance rounds, in a micro-political policy of the relations. A relational instituting weave at the relation with the instituted. mapping a multiplicity of lines and voices. Weaving lines, voices in weave.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1	
Corpos em movimento: a experiência do OP na cidade	15
1.1 Síntese da história da cidade e do governo.	16
1.2 Síntese da história do OP, concepção e organização.....	27
1.3 O processo do ponto de vista da participação das pessoas.	36
Capítulo 2	
Eixos pulsantes, linhas em tecitura.	77
2.1 Estado outro	78
2.2 Cidade outra.....	96
2.3 Sujeito outro	112
Capítulo 3	
Arte de tecer: a vida veste sua roupa nova.	121
3.1 Estado, de poesia.....	122
3.2 Cidade visíveis	133
3.3 Sujeito no provador	140
3.4 Dobradiça: as linhas.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
Referencial bibliográfico.	168
Fora do texto – uma escrita no movimento do corpo	173
Apêndice A. Artigos publicados em 2006	177
Apêndice B. Artigos publicados em 2007	200
Apêndice C. Artigos publicados em 2008	237
Apêndice D. Artigos publicados a partir de 2009	273

Introdução

à medida em que fui mergulhando na memória para buscar os fatos e reconstituir sua cronologia, me vi adentrando numa outra espécie de memória, uma memória do invisível feita não de fatos mas de algo que acabei chamando de "marcas". (ROLNIK, 1993 p.241)

Às vésperas do natal de 2004, um deputado estadual ainda no exercício do mandato e prefeito eleito me convidou para um café da manhã. A cerimônia de posse aconteceria no início da primeira manhã de 2005.

Mesa posta, palavra acesa. Iniciamos com as 'prioridades': futebol. Falamos sobre a cerimônia de posse, pensamos um pouco sobre as relações entre as instituições públicas na cidade, até que ouço o convite o compor para equipe de governo. Tudo apontava para um intenso trabalho na cidade visto o desafio de implementar um programa de governo construído coletivamente em debates públicos. Sobre a mesa, omelete, pão, café e leite, suco e três possibilidades de atuação. Duas delas já experimentadas: a primeira delas muito bem conhecida; a segunda, razoavelmente conhecida; portanto sem muitas novidades. A última, absolutamente inédita para a cidade e para mim: coordenar o orçamento participativo.

Titubeei!

Como escapar dessa situação?

Precisava de mais um tempo para elaborar a surpresa que tomou conta de mim. Contudo, nenhum assunto outro teria força suficiente para mudar o foco e me garantir um tempinho a mais para pensar sobre isso, nem mesmo as possibilidades reais de uma temporada gloriosa para nosso mais querido São Paulo Futebol Clube. Fui enfático:

- preciso pensar!

Ao que ele respondeu:

- Claro. Vou pedir um café expresso. É deste tempo que dispomos.

O amigo bem me conhecia. Sabia que minha decisão estava tomada desde a formulação do convite. Ineditismo, estudo, criação, invenção, novas possibilidades de experimentação individual e coletiva, enfim, todo um horizonte avistado através desta janela aberta. Aceitei e me lancei neste alto-mar de mundo.

Ventana sobre la utopia

Ella está en el horizonte —dice Fernando Birri—. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.
Eduardo Galeano

Em 1992, o Rio de Janeiro/Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Eco-92. Naquela oportunidade, Félix Guattari apresentou *a restauração da cidade subjetiva* no colóquio “Homem, cidade, natureza: a cultura hoje”. Guattari iniciou sua intervenção afirmando que

o ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado. Com isso quero dizer que seus territórios etológicos originais – corpo, clã, aldeia, culto, corporação... não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais. (Guattari, 1992, p.149)

Um paradoxo que este autor chamou de falso nomadismo: tudo parece circular numa espécie de agitação, um movimento que é, na verdade, falso. Ele usou o exemplo da indústria do turismo. Os turistas viajam imóveis nas cabines de avião, nos quartos de hotel, nos restaurantes que servem os mesmos cardápios ao redor do planeta, para observar as imagens já vistas em cartazes, em anúncios publicitários, em cartões postais, na tela sem profundidade do aparelho de televisão. Compreendemos com Guattari que o excesso de movimento está, na verdade, escamoteando uma paralisia. Tudo circula, mas do ponto de vista da produção da subjetividade, nada acontece. “A subjetividade encontra-se ameaçada de paralisia”. (Guattari, 1992, p.150).

Acompanhando seu raciocínio, alguns pontos nos provocaram sobremaneira. Primeiro, a afirmação de estarem definitivamente perdidas as terras natais. Segundo, a previsão de um horizonte contemporâneo ao mesmo tempo ameaçador e maravilhoso considerando a possibilidade da recomposição de uma singularidade individual e coletiva. Para Guattari, (1992, p.150) “a vida de cada um é única. O nascimento, a morte, o desejo, o amor, a relação com o tempo, com os elementos, com as formas vivas e com as formas inanimadas são, para um olhar depurado, novos, inesperados, miraculosos”.

A ideia de *Jerusalém celeste* nos dá uma pista para a necessidade de escaparmos das idealizações, visto que a restauração da cidade subjetiva, esse confronto entre o sujeito e a materialidade da vida neste aqui e agora tem sua potência. “Essa subjetividade em estado nascente (...) cabe a nós reengendrará-lo constantemente. Não se trata aqui de uma “Jerusalém Celeste”, como a do Apocalipse, mas da restauração de uma cidade subjetiva que engaja tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis mais coletivos” (Guattari, 2012, p.150). Consideradas as idealizações como janelas para utopia na perspectiva de Eduardo Galeano, como um horizonte de sonhos e possibilidades, como disparadora de movimentos, esta perspectiva nos agrada sobremaneira. Por outro lado e ao mesmo tempo, nos parece necessário escapar das idealizações consideradas como totalidades, como verdades absolutas, como respostas que fecham as janelas e interditam movimentos.

O fato de chegar ao governo da cidade, pela primeira vez desde sua emancipação político-administrativa, um projeto político e programático oriundo das classes populares, desencadeando toda uma movimentação como experiência coletiva, como experiência de outras formas de estar na cidade, desde então nos provocou muitos pensamentos.

“Ressingularizar as finalidades da atividade humana, fazê-la reconquistar o nomadismo existencial tão intenso quanto o dos índios da América pré-colombiana! Destacar-se então de um falso nomadismo que na realidade nos deixa no mesmo lugar, no vazio de uma modernidade exangue, para aceder às verdadeiras errâncias do desejo, às quais as desterritorializações técnico-científicas, urbanas, maquínicas de todas as formas, nos incitam.” (GUATARRI, 1992, p170)

Compreendemos a expressão “ressingularizar as finalidades da atividade humana” como o trabalho de produção e de re-elaboração dos sentidos. Sujeito e sentido se produzindo simultaneamente na medida em que as marcas desta ação se materializam na paisagem urbana em forma de obras ou serviços públicos com um resultado concreto na execução do orçamento por parte da prefeitura. Desta maneira, a população dos bairros da cidade orientava a distribuição de parte da mais valia na cidade.

Observando de início o título desta pesquisa, nossa curiosidade está no confronto estabelecido entre sujeito e cidade. A cidade compreendida como a expressão do real, onde vivemos, de onde extraímos nossa sobrevivência, onde nossos encontros acontecem. A cidade compreendida também como uma construção coletiva. Neste espaço entre um trabalho vivo no governo local assumido na responsabilidade de apresentar respostas concretas para a cidade e, ao mesmo tempo, compreendido como campo empírico a partir do qual o pensamento transita.

Nossa experiência aconteceu numa cidade específica da região metropolitana de São Paulo, esta *urbe imensa*. Suzano, como todas as cidades, é expressão material de uma construção coletiva. A partir dos encontros de orientação neste estudo, pensamos que, ao Estado local cabe tratar das questões da cidade, inserida, contudo no capitalismo neoliberal que opera na destruição do pensamento e na captura dos sujeitos. Questões nacionais e globais batem à porta da Prefeitura o tempo todo. Como responder a isso? As demandas sociais cada vez maiores, mais sérias e mais urgentes e a capacidade de responder a essas demandas cada vez mais limitadas jurídica e orçamentariamente. A vida parece estar se resumindo à esfera sobrevivência em sua batalha violenta. Afinal, quanto mais vulnerável, quanto mais capturado, tanto mais dominado pode estar o sujeito. Os estudos da subjetividade nos interessam no sentido de compreender melhor o confronto entre sujeito e cidade. Pensamos que ao produzir atitudes nesse processo de construção da cidade como espaço da materialização de uma vida mais interessante, ou seja, ao assumir um papel na produção da cidade o sujeito está ao mesmo tempo produzindo a si mesmo.

Colocamos nosso foco na experiência concreta da implementação do orçamento participativo no período de 2005 a 2008 que promoveu ampla discussão pública sobre o custo de viver na cidade a partir do trabalho com a questão do orçamento público. Como veremos nas páginas deste estudo, o orçamento participativo trabalha com as condições reais da sustentação da vida ao olhar para a cidade numa perspectiva econômica. Embora esse trabalho tenha como base a economia, não esteve restrito a essa dimensão. Na experiência também aconteceram convivência, estabelecimento de regras, construção de pactos, e, portanto, consensos aconteceram: o político em movimento. E neste movimento, provocações e estímulos sobre horizontes de que a cidade pode ser diferente. Em

outras palavras, produção de outros sentidos para novas leituras de mundo, sonhos, utopias, saberes, ciência, esperança, tudo isso se articulando.

Vamos tentar relacionar esse nosso campo problemático compreendido como curiosidade disparadora deste estudo, aos desafios presentes na reinvenção do Estado, na reinvenção da cidade e na reinvenção do sujeito em sua disposição de assumir o compromisso com o viver na cidade. Pois bem, a cidade é o real, onde se dá a materialidade da vida. O Estado aqui compreendido como garantidor, ou seja, como legalidade, o jurídico, a institucionalidade, os pactos, as leis, acordos, as regras de convivência enfim. O sujeito, por sua vez, está mais relacionado com aquilo que ele pode desfrutar disso tudo pois, na medida em que o sujeito participa, na medida em que o sujeito interfere, na medida em que o sujeito se envolve, que decide, ele pode perceber que sua vida pode ser melhor e, nesta implicação com a cidade e o Estado, quando tudo se modifica, o próprio sujeito se modifica. Um campo mais amplo, um universo de possibilidades vai se descortinando diante do sujeito, novos sentidos se produzem, outras perspectivas vão aparecendo.

Interessante perceber que estar à espreita, que colocar em dúvida, que elaborar perguntas mostrou-se constante durante toda a experiência. Num artigo publicado em dezembro de 2008 sob o título *A conversa que não houve...*, reproduzido nas páginas 259 e 260 deste texto, uma pergunta aparece repetidas vezes: então, o que fica? O que fica para a cidade e seus habitantes para além das obras físicas como materialidade da execução orçamentária por parte da Prefeitura Municipal?

Agora, vinculados a este programa de pós-graduação em educação, procuramos resposta para a seguinte questão:

➤ ***A que conduz o Orçamento Participativo?***

No primeiro capítulo, mais empírico, descreveremos a experiência do orçamento participativo em Suzano em três abordagens. Primeiro abordaremos o histórico da cidade e do governo no sentido de construir uma contextualização de espaço e tempo. Em seguida entraremos no orçamento participativo propriamente dito com ênfase maior no seu caráter organizativo, narrando sua concepção e como

foi organizado em Suzano. Por fim narraremos este processo a partir do ponto de vista da participação das pessoas que aceitaram o convite e viveram a experiência.

No segundo capítulo, de caráter mais teórico, traremos os autores que fundamentam esta nossa pesquisa, compondo o terreno conceitual por onde circularão nossos pensamentos e, neste diálogo produziremos os três eixos pulsantes, as linhas na tessitura das tantas vozes e na tecelagem desta narrativa a partir da experiência empírica: 1) Estado outro, apoiado em Eduardo Viveiros de Castro, Gilles Deleuze, Michel Foucault e Boaventura de Souza Santos; 2) Cidade outra, apoiada em Yi-Fu Tuan, David Harvey, Félix Guattari, Luc Boltanski e Ève Chiapello; 3) Sujeito outro, apoiado nos textos de Jean-Paul Sartre, Michel Kail e Raoul Kirchmayr.

No terceiro capítulo, traremos nossa experiência vivida em Suzano com o Orçamento Participativo. Desenvolveremos nosso raciocínio da experiência descrita e narrada no primeiro capítulo e, com as lentes presentes no segundo capítulo, apresentaremos os saberes produzidos na experiência, o conhecimento construído a respeito do Estado, da cidade e do sujeito. Um último item servirá como uma espécie de dobradiça articuladora dos eixos pulsantes.

Nas considerações finais, retomaremos a pergunta formulada nesta introdução no sentido de buscar algumas respostas que, mesmo que provisoriamente, arrefeçam e retroalimentem nossa curiosidade investigativa.

Estão *fora do texto* os artigos produzidos quinzenalmente durante o período investigado como forma de registro dos acontecimentos no momento mesmo de sua realização, uma espécie de caderno de campo tornado público na coluna de um jornal local. Desta maneira, esperamos na esteira de Boaventura de Souza Santos quando de sua *Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*, registrar e analisar essa experiência singular vivida intensamente na cidade de Suzano/SP.

Por fim, um alerta ao leitor: a tessitura das tantas vozes, os tantos encontros, dão a esse texto um caráter polifônico. As múltiplas vozes presentes nesse texto estão marcadas com aspas quando a autoria popular é conhecida e registrada. Fazemos isso em respeito e reverência aos autores populares que fizeram e viveram conosco essa experiência única e singular. As expressões em itálico marcam outras tantas autorias cuja identificação e registro não é possível. Vozes tantas outras que ainda ressoam, ecoam e preenchem os inúmeros cadernos de campo.

Capítulo 1

Corpos em movimento: a experiência do OP na cidade

Eu não escrevo pra ninguém e nem pra fazer música
E nem pra preencher o branco dessa página
Eu me entendo escrevendo
E vejo tudo sem vaidade
Só tem eu e esse branco
Ele me mostra o que eu não sei
E me faz ver o que não tem palavras
Por mais que eu tente são só palavras

Mariana Aydar

Neste primeiro capítulo abordaremos a experiência empírica no processo de implementação do Orçamento Participativo no município de Suzano entre os anos 2006 e 2008. Organizaremos os dados coletados nesta experiência realizada na cidade no esforço de facilitar a compreensão do processo constituído no movimento mesmo dos encontros e acontecimentos.

Para tanto, este capítulo possui três partes. Apresentaremos, na primeira parte, uma síntese da história da cidade e uma síntese da história do governo eleito novembro de 2004. Descreveremos algumas concepções políticas explicitadas no confronto com as contradições na materialidade do urbano nas condições reais da cidade investigada. Na segunda parte, apresentaremos uma síntese da história do Orçamento Participativo, o modo como foi concebido e como foi implementado. Nesta parte, colocaremos o foco no processo organizacional do ponto de vista da estrutura do trabalho realizado. Por fim, na terceira parte apresentaremos os elementos educacionais utilizando grande parte do material didático produzido na experiência e outras formas de registro que coletamos nesta pesquisa. Nesta última parte descreveremos o processo organizacional a partir do ponto de vista da participação das pessoas que se envolveram e, desta maneira, fizeram essa história.

Queremos alertar o leitor a uma dificuldade enfrentada no movimento desta escrita. Em alguns momentos do texto, o esforço descritivo talvez esteja sobreposto

por uma narrativa mais intensiva, resultado de uma história vivida com o corpo implicado.

Como sugere a epígrafe deste capítulo, escrever como registro mas também como produção de sentido, como polissemia, como busca. É um pouco como olhar para uma página em branco que nos mostra com toda sua clareza as coisas que não sabemos. Pois não sabemos de nada. Mas ao mesmo tempo, toda uma experiência vivida pode ganhar palavras, ou pelo menos parte dessa vida pode se revelar em palavras. Outras não podem. Palavras ainda estão por serem inventadas. O mesmo acontece com o sujeito que escreve ou pode escrever: há tanto por inventar. É como ver o que não tem palavras, é como mergulhar nas profundezas do ser e de tantos seres que estiveram conosco nesta experiência. Porque viver tudo isso que contaremos a partir de agora é tão singular quanto escrever sobre isso. Como se toda escolha sobre o que descrever ou narrar significasse necessariamente deixar de fora uma infinidade de cores, rostos, cheiros, afetos e etc.

1.1 Síntese da história da cidade e do governo.

Desperta Cidade das Flores / que almeja um porvir triunfal;
 Bandeira de todas as cores / no peito um só ideal.
 Sentindo na alma o valor / do bem que o progresso nos traz
 Somos seus filhos felizes / lutamos em busca da paz.
 Avante! Avante Suzano!
 Para um futuro de glória.
 Avante! Avante Suzano!
 Para o florir da vitória.
 De vários lugares da Terra / vieram imigrantes formar
 Potência ditosa que encerra / a grande paz de um altar.
 Trouxeram nas mãos uma flor, / trouxeram indústrias também,
 Hoje a Cidade progresso / se orgulha dos filhos que tem.
 (Hino a Suzano. José de Gouvêa.)

Consta no sítio da Câmara Municipal de Suzano que o início da colonização da Capitania aconteceu logo após a fundação da Vila de São Vicente, em 1532. No planalto se estabeleceu o Colégio dos Jesuítas, na Vila de São Paulo, em 1554. Daí partindo para o interior da Capitania à procura de pedras ou metais preciosos,

aprisionando índios para o trabalho escravo, alargando os domínios da Coroa Portuguesa. De São Paulo saíram incursões descendo ou subindo o rio Anhembi, depois denominado Rio Tietê. De acordo com registros do início do século XVII a sesmaria, cuja área que corresponde em grande parte ao território do atual município de Suzano, foi concedida a um senhor *Rodrigues*. A presença de ouro nas proximidades do rio Taiaçupeba despertou interesse e trouxe exploradores de regiões distantes.

Nos primeiros anos do século XVIII foi erguida a capela de Nossa Senhora da Piedade na localidade denominada Antonio Francisco Baruel, marca do início da formação histórica da Suzano atual. Em meados do século XIX eram treze as casas dedicadas ao comércio, algo considerável para a época. Nesta localidade foi criada uma escola de primeiras letras para meninos no dia 28 de março de 1870. Em 2007, Lei municipal fixou 28 de março como dia da educação.

A instalação da linha férrea na ligação do rio Guaió e rio Taiaçupeba, bem próximo à margem esquerda do Rio Tietê, criou novo vetor de crescimento urbano. Em 1875 uma pequena parada para a troca de lenha da locomotiva, a Parada Piedade (em respeito à Padroeira do Baruel), foi erguida no local. Antonio Marques Figueira, então contramestre da ferrovia, propôs o estabelecimento do núcleo urbano junto à parada de trem e, para tanto, contou com apoio de proprietários de terra naquela região¹. O arruamento da Vila Concórdia foi aprovado em dezembro de 1890 com apoio dos maçons da capital da República recém-proclamada. Neste processo, a vila do Baruel perde expressão.

No início do século XX chegaram os primeiros imigrantes japoneses. As tradições da cultura japonesa compõem a paisagem urbana até os dias de hoje. Joaquim Augusto Suzano Brandão, engenheiro da ferrovia em Mogi das Cruzes, atendendo à solicitação do ainda povo Guaió ergue, em 1907, uma estação em alvenaria. No ano seguinte o local foi oficialmente denominado Suzano, tornando-se distrito em 1919 e conquistando autonomia de Mogi das Cruzes em 24 de dezembro de 1948 por meio de Lei Estadual. O primeiro mandato de vereadores e prefeito teve início no dia 2 de abril de 1949, data que marca o aniversário da cidade de Suzano. A Comarca de Suzano foi instalada em maio de 1962.

¹Guilherme Boucalt e Francisco Pinheiro Fróez, proprietários da fazenda Boa Vista e fazenda Revista. João Romariz, proprietário das terras conhecidas atualmente como Vila Amorim, além de autor do projeto de arruamento.

De acordo com o IBGE, em 1919 foi criado o distrito de Susano², subordinado ao município de Mogi das Cruzes. Em 1948, elevado à categoria de município, Suzano foi desmembrada do município de Mogi das Cruzes e constituído do distrito sede. Em 1981 foram criados os distritos de Boa Vista Paulista e Palmeiras de São Paulo, anexados ao município de Suzano. Logo depois, em 1983, foram constituídos os três distritos: Suzano, Boa Vista Paulista e Palmeiras de São Paulo. Em 1984 a grafia foi alterada para Susano. Em 1988 o município estava constituído em distrito de Susano, distrito Boa Vista Paulista e distrito de Palmeiras de São Paulo. Em 1992 grafou-se definitivamente Suzano. Três anos depois chegamos à configuração atual: distrito de Suzano, distrito Boa Vista Paulista, distrito Palmeiras de São Paulo.

Cerca de 1.700 metros separam a estação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e a ponte sobre o rio Tietê na rua vereador João Batista Fitipaldi. Toda porção Norte a partir desses dois referenciais é popularmente conhecido como Rio Abaixo. Trens e rio fluindo lado a lado. Trens fluem nos dois sentidos, ida e volta. Rios fluem em um único sentido inexoravelmente. Rios vão das nascentes até a foz. Queremos muito rapidamente marcar dois apontamentos importantes para nosso estudo acerca do rio Tietê: trata-se de um rio que nasce na encosta continental da Serra do Mar, mais precisamente na cidade de Salesópolis distante cerca de 70 km de Suzano, vertendo para o interior. A segunda marcação refere-se ao nome, Tietê, de origem Tupi, resultado da junção de TI (água) e ETÉ (verdadeiro). Estamos falando de um rio de águas verdadeiras fluindo para o interior.

Suzano é um município da região metropolitana de São Paulo. É possível acessar Suzano utilizando transporte sobre trilhos (CPTM) para passageiros. O acesso rodoviário se faz principalmente pelas rodovias Ayrton Senna, Dutra, Carvalho Pinto, rodovia Índio Tibiriçá (ligação com rodovia Anchieta/Imigrantes), rodoanel e outros acessos. Suzano faz divisa com o ABC Paulista, está a cerca de 30 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos e cerca de 100 km do Porto de Santos. O transporte ferroviário de carga transita pela linha MRS, com destaque para o Porto Seco da companhia Regional de Armazéns Gerais e Entrepósitos Aduaneiros.

² A grafia de Suzano com 'z' e Susano com 's' é proposital. Assim estão os registros que localizamos. Percebemos que houve variação, talvez por equívoco em algum momento, até que a grafia foi fixada definitivamente Suzano com 'z'.

Ainda de acordo com o IBGE³, o Município de Suzano possui 206,236 km² de área territorial, está localizado na Região do Alto Tietê, entre a Zona Leste da Grande São Paulo e o Vale do Paraíba. O censo 2010 registrou 133.786 mulheres e 128.694 homens, totalizando 262.480 habitantes sendo 96,47% residente urbana. A distribuição da população no território está na ordem de 1.272,9 habitantes por km².

O IBGE informa haver forte influência da migração da Região Nordeste do Brasil na composição da sua população suzanense atual. É perfeitamente possível sentir as culturas japonesa, negra e nordestina em Suzano: os restaurantes dedicados à culinária japonesa e as *casas do Norte*, os sotaques, os jornais escritos em idioma japonês dispostos nas bancas ou durante a leitura em locais públicos (chegamos a perceber tais publicações protegendo paredes durante a pintura, forrando chão, disponíveis nas grandes hortas urbanas), as histórias que ouvíamos nas andanças pela cidade, o contato direto com o povo e a observação dos costumes, os templos religiosos e terreiros, as escolas de samba e tantas outras marcas impressas na cultura e na paisagem urbana. Se a realidade confirma essa presença, os dados oficiais (pelo menos os que tivemos acesso nesta pesquisa) não lhes dão igual relevo.

Por conta dos festejos em homenagem ao centenário da migração japonesa no Brasil, a imprensa local divulgou em julho de 2015 a presença de aproximadamente dezesseis mil descendentes de japoneses em Suzano. Percebemos uma concentração dos japoneses na região do centro expandido e Sul da cidade, o que de alguma forma coincide com a atividade agrícola. Há empresas japonesas líderes em seus segmentos instaladas na cidade e os nomes próprios estão por toda parte. São clubes que mantêm as tradições japonesas como a tradicional Festa da Cerejeira que em 2015 realizou sua trigésima edição. A Academia Terazaki, conhecida como a primeira escola de judô na América, tem sua sede em Suzano. São três os templos religiosos com arquitetura oriental na cidade: Igreja Shingonshu Kongoji, Templo Budista Nambei Shigonshu Daigozan Jumyoji e Templo Honpa Hongwanji de Suzano. Certamente existem outros.

A intensidade das festas juninas e a grande Festa Nordestina em Suzano organizada pela Paróquia Santa Rita (na região Norte da cidade) e Prefeitura Municipal, com comidas típicas (tapioca, buchada de bode, baião de dois, bobó de

³ Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355250>>

camarão, sarapatel e caldo de mocotó), apresentações de música típica regional, demonstram o cultivo de tradições do Nordeste brasileiro na cidade. É muito comum observarmos nas feiras livres e nos cardápios dos restaurantes, dos mais sofisticados aos mais comuns, o encontro das gastronomias: yakissoba, tempurá, temaki, pastel, tapioca, caldos, espetinhos, massas dentre outros.

Feijoada é prato comum nas quartas e sábados nos restaurantes da cidade. O movimento negro atuante na cidade e região ganhou ainda mais expressão quando este setor, somando com outras forças políticas vinculadas às classes populares, acessou a Prefeitura pela porta da frente. Com o apoio da prefeitura, suas iniciativas ganharam relevo. As atividades em reverência à consciência negra, as Rodas de Todos os Santos, as caminhadas e cortejos pelas ruas da cidade com manifestações culturais e religiosas lhes deram mais visibilidade na cidade. O Pavilhão da Cultura Afro-brasileira Zumbi dos Palmares situado no interior do parque municipal Max Feffer apesar de recente, talvez seja uma das poucas marcas físicas, em termos de equipamentos públicos, na paisagem urbana que destacam a importância da comunidade negra na diversa composição étnica que Suzano abriga.

As palavras de origem indígenas marcam também alguns lugares da cidade, denominando equipamentos públicos, e fazendo referência à presença histórica do povo e da cultura indígena nesta região. Nos campos de *Mirambava*, o antigo clube Mirambava, depois de incorporado ao patrimônio público municipal, foi transformado no Complexo Educacional Mirambava⁴, a Represa Taiapuê e rio Taiapuê, a rodovia índio Tibiriça, o rio Tietê, o rio Una e etc. Um memorial foi construído no jardim Ikeda em homenagem aos índios enterrados naquela região, cujos indícios sugerem sepultamentos realizados entre 1906 e 1934⁵. As Conferências de Promoção da Igualdade Racial foram frequentes no período de 2005 a 2012, contando com a participação dos movimentos sociais e populares, e a presença dos representantes de grupos organizados em torno da preservação da memória indígena regional. Neste particular da composição da população suzanense é importante registrar a abundância de informações disponíveis sobre a presença da colônia japonesa; raras as informações organizadas e disponíveis sobre a presença

⁴Equipamento vinculado à Secretaria Municipal de Educação em 2008 como parte das ações voltadas à formação dos profissionais da rede municipal e atividades afins.

⁵Dados da Prefeitura de Suzano quando da construção do Memorial sobre o terreno em 2006.

nordestina; raríssimas sobre a presença negra e indígena bem como sua participação na construção histórica da cidade.

Disputas político-eleitorais

No esforço de contextualizar a gênese do Orçamento Participativo no jogo das forças políticas que disputavam os espaços institucionais em Suzano, vamos utilizar os dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para demonstrar sua organização e seu desempenho eleitoral nas últimas décadas. Na tabela 1 percebemos o histórico dos mandatos no Poder Executivo. Chamamos a atenção para a força eleitoral da articulação partidária entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido da Frente Liberal (PFL) com seis mandatos, seguido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com quatro mandatos, Partido Social Democrático (PSD) com dois mandatos e Partido dos Trabalhadores (PT) também com dois mandatos. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 16 em junho de 1997 permitindo a reeleição dos mandatos para um único período subsequente, no caso de Suzano, tanto o PFL quanto o PT gozaram deste direito conquistando, respectivamente, suas reeleições nos pleito de 2000 e 2008. Ainda na tabela 1, acrescentamos o nome do vice-prefeito para demonstrar a presença de representantes da colônia japonesa na movimentação política com vistas ao poder executivo.

Nas últimas décadas a força política articulada em torno da candidatura de Estevam Galvão de Oliveira⁶, ARENA/PDS/PFL/DEM, mostra-se mais consolidada. A outra força política se organiza em torno do Partido dos Trabalhadores que, disputando todas as eleições municipais com candidatura própria, a partir de 2000 fixa expressão eleitoral em Marcelo de Souza Candido⁷.

Bacharel em direito, Estevam foi vereador entre 1973-1977 e foi prefeito pela Arena entre 1977-1982, pelo PDS entre 1989-1992, pelo PFL entre 1996-2000-2004. Foi deputado federal entre 1983-1987 quando rompeu com o PDS. Foi deputado estadual pelo PL entre 1994-1996. Nas eleições de 2006 foi eleito, mais uma vez,

⁶ Natural de Garça/SP em 1942.

⁷ Natural de Marília em 1969.

deputado estadual pelo PFL. Foi líder do Democratas (DEM) na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), reeleito em 2010 e 2014. Sua primeira e única derrota eleitoral aconteceu em 2008. De outro lado, no Partido dos Trabalhadores, José de Souza Candido⁸ iniciou sua vida política no sindicato dos trabalhadores rurais da cidade de Oriente e região. Migrou para Suzano onde trabalhou como operário (torneiro mecânico) e constituiu-se liderança no Jardim Revista, periferia de Suzano, por sua participação na fundação da comunidade católica e na construção do centro comunitário da sociedade amigos de bairro. Disputou sua primeira eleição para vereador em 1982. Foi vereador à câmara municipal de Suzano entre 1988-1992, 1992-1996, 1997-2000. Seu filho, Marcelo de Souza Candido, acompanhou de perto a vida pública do pai, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores em 1990. Técnico em contabilidade e Geógrafo⁹, disputou o executivo municipal no pleito de 2000 ficando em segundo lugar com 38,88% dos votos válidos. Em 2002, com 44.035 votos em Suzano, Marcelo somou votação suficiente para chegar a ALESP como deputado estadual. Venceu as eleições municipais em 2004, reelegendo-se em 2008. Durante o exercício dos mandatos de Marcelo Candido à frente da prefeitura de Suzano, José Candido chegou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2006 e 2010. Seu Candido, como era popularmente conhecido, faleceu em fevereiro de 2012. Ele e Marcelo são negros. O povo se refere a Estevam como *alemão*.

Observando o gráfico 1, queremos destacar que Marcelo Candido e Estevam Galvão se enfrentaram diretamente na disputa à prefeitura de Suzano em duas oportunidades: 2000 e 2008. Na primeira disputa, Estevam foi reeleito prefeito com uma vitória apertada, cerca de 2,5%. Os dois candidatos somaram cerca de 80% dos votos válidos naquele pleito. Na segunda oportunidade em que se enfrentaram diretamente, Marcelo foi reeleito com uma vitória mais folgada, algo em torno de 8% sobre o então deputado estadual Estevam Galvão¹⁰. Os dois candidatos somaram aproximadamente 95% dos votos válidos no pleito de 2008.

⁸ Natural de Sabino/SP em 1942.

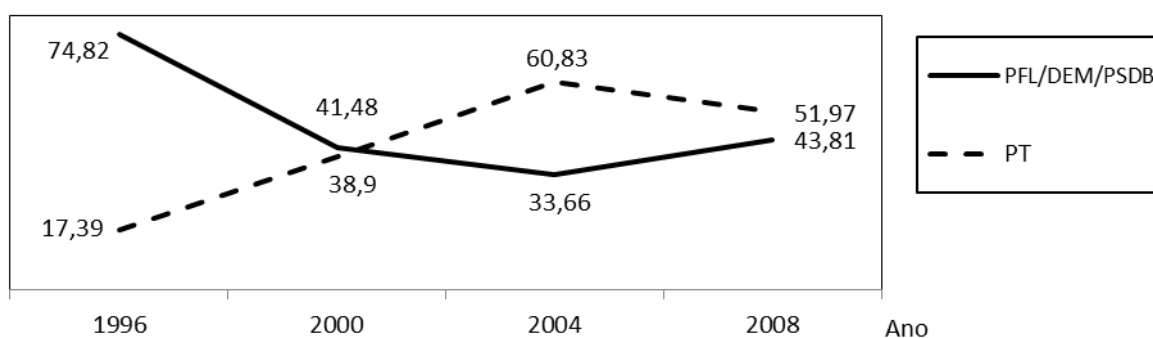
⁹ Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro/SP, no período 1993-1996.

¹⁰ Durante parte deste mandato, Estevam se licenciou do legislativo estadual para assumir a subprefeitura de Guaianases durante a gestão José Serra.

Tabela 1. Histórico dos Prefeitos do município de Suzano/SP.

nº	Nome	Partido	Período de mandato		Obs.
1	Abdo Rachid	PSD	2/abril/1949	1/abril/1953	
2	Alberto Nunes Martins Vice: Francisco M. Figueira	UDN	2/abril/1953	1/abril/1957	
3	João Alves Machado	PSD	2/abril/1957	1/abril/1961	
4	Firmino José da Costa	PDC	2/abril/1961	1/abril/1965	
5	Paulo Portela	PSP	2/abril/1965	1/abril/1969	
6	Pedro Sinkaku Miyahira	ARENA	2/abril/1969	30/jan/1973	
7	Firmino José da Costa	ARENA	31/jan/1973	31/jan/1977	
8	Estevam Galvão de Oliveira Vice: Kazuhiro Mori	ARENA / PDS	1/fev/1977	Renunciou em 14/maio/1982	
9	Aristides José Rodrigues	PDS	15/maio/1982	31/jan/ 1983	Assumiu após a renúncia do titular
10	Firmino José da Costa	PMDB	1/fev/1983	Cassado em 4/maio/1987	
11	Pedro Ishida	PMDB	5/maio/1987	4/jul/1988	Assumiu após a cassação do titular
12	Firmino José da Costa	PMDB	5/jul/1988	31/dez/1988	Assumiu c/ liminar
13	Estevam Galvão de Oliveira Vice: Paulo Fumio Tokuzumi	PFL	1/jan/1989	31/dez/1992	
14	Paulo Fumio Tokuzumi	PMDB	1/jan/1993	31/dez/1996	
15	Estevam Galvão de Oliveira Vice: Kazuhiro Mori	PFL	1/jan/1997	31/dez/2000	Reeleição
			1/jan/2001	31/dez/2004	
16	Marcelo de Sousa Cândido	PT	1/jan/2005	31/dez/2008	Reeleição
			1/jan/2009	31/dez/2012	
17	Paulo Fumio Tokuzumi	PSDB	1/jan/2013	Atual	

Gráfico 1. Resultados eleitorais na disputa do poder executivo em Suzano/SP no período de 1996 a 2008 em porcentagem.



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL.

Nossos fluxos se cruzaram durante a graduação em Geografia. Desde 1993 acompanhamos essa história em Suzano seja no convívio universitário, seja frequentando a casa de seu Candido no Jardim Revista. Nossa presença se intensificou em 2000, ganhando ainda mais intensidade a partir de 2002 quando mergulhamos no fluxo deste movimento político. Fixamos residência na cidade de Suzano em 2003. Atravessamentos, fluxos laterais, correntezas: nosso convívio pessoal, militância, contato com os movimentos sociais e populares, participação ativa na luta política e linha de frente nas disputas e campanhas eleitorais, participação no governo da cidade, criação do Orçamento Participativo e envolvimento em outras políticas de participação popular, tudo isso vai se compondo no ineditismo da experiência, dos encontros e acontecimentos.

Para além dos votos e das diferenças programáticas, um jeito de governar a cidade também estava em disputa. Vamos apresentar dois importantes registros que marcaram essa disputa. 1) No programa de governo apresentado durante o processo eleitoral em 2000, o tema amplo da participação popular junto ao governo local apareceu como alternativa àquilo que a Frente Suzano sem Exclusão¹¹ chamou de *uma forma clientelista e viciada de fazer política institucional*. 2) Na disputa eleitoral de 2004 a coligação Reconstruindo Suzano¹² publicou e distribuiu um caderno com as *Diretrizes do Programa de Governo* cuja metodologia ali registrada lançava as bases para o Orçamento Participativo. Percebemos neste último documento de diretrizes importantes elementos para compreensão da gênese da experiência que estamos descrevendo. De início o texto relata um trabalho coletivo. Mais de mil pessoas presentes nos treze encontros realizados entre 12 de junho e 15 de julho no espaço denominado *ideias no lugar*¹³.

Tais encontros tinham por objetivo discutir as políticas públicas na cidade: Educação, Saúde, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer, Política Social e outros

¹¹Frente composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

¹² Frente composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Popular Socialista (PPS).

¹³ Tratava-se de um imóvel cedido por um apoiador da campanha eleitoral, situado na esquina da rua Monsenhor Nuno com a rua Jácomo Braghiroli, no centro da cidade.

temas de interesse popular. As reuniões começavam com as provocações a partir da mesa coordenadora dos trabalhos e as contribuições de pessoas convidadas a expor experiências vividas em outras cidades. Em seguida o debate acontecia no diálogo aberto entre os presentes, cerca de oitenta a cem pessoas em média. Ao mesmo tempo, uma equipe cuidava dos registros das falas, das imagens e mesmo dos desenhos e frases das crianças que chegavam acompanhando os adultos. Um programa de governo foi elaborado a partir das análises das discussões, dos registros das reuniões e das propostas construídas no calor desse movimento. Além dos textos, o caderno de cinquenta páginas traz ilustrações, trechos de canções e poesias. Informa que parte dos desenhos produzidos pelas crianças durante os encontros também foram incorporados ao caderno. Responsabilizamo-nos com a coordenação deste processo, o que nos permitiu vivê-lo intensamente. Estar nos encontros significou estabelecer relações com as pessoas, saber dos seus pensamentos sobre a cidade, sobre a Prefeitura, os interesses e sonhos, enfim, as forças que as traziam para aquele espaço de luta política. Quantas pessoas chegavam demonstrando certa desconfiança e, com o desenrolar das conversas iam se abrindo ao debate, aceitando o contraditório, percebendo que a cidade é complexa. Percebemos também a surpresa dos presentes quando da leitura do registro do encontro ao final da reunião, uma espécie de carta de intenções que, submetida à plenária recebia ajustes, supressões, inclusões, até ganhar a aprovação do grupo. Essa mistura de expectativa e desconfiança produzia, ao final de cada encontro, uma espécie de energia na plenária. Uma convicção se construía no trabalho coletivo.

Percebemos também que novas possibilidades de ação política iam devagar se construindo na experiência. Um laboratório de invenções foi, com o tempo, se desdobrando em outras experimentações e outros espaços, inclusive nas estratégias de campanha de um modo geral, e no corpo a corpo pelas ruas da cidade.

Ainda no caderno com as diretrizes do Programa de Governo, a primeira diretriz apresentada aborda a questão da gestão pública com o título *gestão democrática e participação popular*. Dentre as propostas apresentadas nessa diretriz, destacamos as seguintes:

- incluir o cidadão no processo de decisão sobre os rumos da cidade;
- acompanhar de perto o exercício do mandato do prefeito;

- participação da população nos processos decisórios, na definição das prioridades orçamentárias e na elaboração das políticas públicas;

- romper com a cultura do paternalismo, do clientelismo e do messianismo;

Para tanto, entre outras coisas, propõe:

- orçamento participativo, fortalecimento dos conselhos municipais, congresso da cidade e outra relação com o poder legislativo.

A segunda diretriz apresentada é *Administração pública transparente e de qualidade*. O texto sugere um aprofundamento da primeira diretriz colocando o foco das mudanças na instituição prefeitura: prestações de contas, descentralização de serviços públicos, integração de secretarias municipais, canais de comunicação como a ouvidoria municipal¹⁴ por exemplo. Cabe destacar ainda que propostas visando à redução da distância entre governo e comunidades aparecem praticamente em todas as diretrizes. O orçamento participativo em particular aparece ainda nas diretrizes que tratam da *educação*, da *saúde* e da *política social*.

A assessoria da presidência da câmara municipal e o governo de transição organizaram a primeira sessão legislativa com o objetivo de, como é de costume, dar posse solene ao prefeito e aos vereadores eleitos e, em seguida, eleger sua mesa diretora. Atendendo ao seu regimento interno, a 1ª sessão legislativa tem estes objetivos. Optamos por utilizar o jardim interno da câmara em detrimento do plenário e do limitado espaço da galeria. As intensas negociações para eleição da mesa da câmara, a articulação política, a tensão em torno da disputa pela presidência da casa legislativa, tudo isso carregava de expectativas o ambiente. Apesar disso, sentíamos no ar uma euforia, uma alegria, como se anunciando um novo tempo de esperanças. Com o jardim lotado, as pessoas, por iniciativa própria, subiram a escadaria do paço municipal e ocuparam os dois andares superiores para, debruçadas no guarda corpo, acompanhar a solenidade de posse. Em seu discurso, o prefeito anunciou um governo apoiado em cinco eixos:

- Participação popular;
- Desenvolvimento sustentável;

¹⁴ A Ouvidoria Geral do Município foi criada em lei municipal em 2005, passando a funcionar logo em seguida.

- Combate à corrupção;
- Inclusão social;
- Cidade legal.

Logo nas primeiras semanas o executivo encaminhou para a câmara municipal um projeto de lei com pequena reorganização administrativa. Neste contexto, criamos uma *assessoria especial para implementação do orçamento participativo* (OP) vinculada ao gabinete do prefeito. Uma pergunta já nos acompanhava: como institucionalizar uma fronteira, um espaço entre o movimento que institui e o poder instituído? Dito de outra maneira, como administrar¹⁵ a tensão permanente entre estado e movimento? Não nos referimos aqui em administrar meramente no sentido de gerir, de controlar essa tensão. Pelo contrário, pensávamos em cuidar dessa tensão no sentido de aproveitá-la em sua potência disparadora de movimentos. Os desafios estavam, desde então, diante dos nossos olhos.

1.2 Síntese da história do OP, concepção e organização.

Três decretos municipais (2006, 2007 e 2008) deram legalidade ao Regimento Interno do Orçamento Participativo. Toda regulamentação jurídica foi construída com apoio da Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura. Um procurador que demonstrava muita habilidade no trabalho com movimentos populares nos apoiou nesta produção legislativa e, desta forma, fomos experimentando um exercício de fronteira entre as certezas dos regulamentos típicos do Estado e as idas e vindas do movimento na materialidade das disputas, acirramentos e afrouxamentos, reuniões, plenárias e outras formas de trabalho coletivo. Na leitura do parecer jurídico¹⁶ que fundamentou a edição do primeiro

¹⁵ A partir do diálogo com a banca examinadora, ressaltamos a escolha do verbo 'administrar'. Habitávamos, à época desta pergunta, território existenciais, linhas de quem acompanhava processos e ao mesmo tempo, espaços institucionais onde esta terminologia é muito presente e capturada pelos sentidos produzidos nas políticas de Estado e as outras políticas. Reforçamos administração no sentido de sustentação, de cuidado, no sentido pedagógico (*agogós*), daquele que conduz pela mão como apoio ao movimento do outro, mais coerente com o sentido experimentado em uma política como ampliação do universo de possíveis.

¹⁶ De Marcos Pedroso Mateus

decreto municipal, percebemos a opção por este instrumento como possibilidade de auto-regulamentação e, desta forma, garantindo algum equilíbrio entre o tempo da burocracia e o tempo da tomada de decisão na materialidade da experiência do OP. Desta maneira, todo o trabalho de avaliação e planejamento foi atribuído ao Conselho do Orçamento Participativo.

O primeiro decreto municipal foi elaborado por um grupo de governo que, em parte, constituiu posteriormente a Secretaria Executiva do OP. Este grupo contava também com representantes dos partidos coligados no processo eleitoral. Foram criados, já nesta primeira edição de regimento interno em forma de decreto municipal, os instrumentos que abordaremos a seguir. Depois de eleito, o Conselho do OP 2006 aprimorou este decreto e construiu o Regimento Interno do Orçamento Participativo de Suzano que vigorou a partir de 2007. Um compromisso ia se construindo nesse processo denominado *avaliação do OP e planejamento do ciclo seguinte*. Um olhar para o trabalho realizado no presente e outro olhar para o que está por vir.

É possível perceber uma preocupação com a linguagem. Os decretos, por exemplo, exigem uma linguagem particular, típica do jurídico e da administração pública. O Regimento Interno foi traduzido em material de trabalho para o conselho, uma espécie de material didático. Todo conselheiro titular, suplente e demais apoiadores, recebiam um caderno logo no início dos trabalhos do conselho eleito, caderno este apresentado como “as regras do jogo”. Nele, o Orçamento Participativo está definido como *um processo de participação direta da população na elaboração do planejamento e execução orçamentária no município de Suzano*.

Quanto ao funcionamento, o OP possuía as seguintes instâncias:

I – fase externa:

- a) Reuniões preparatórias;
- b) Plenárias regionais deliberativas;

II – fase interna:

- a) Secretaria executiva;
- b) Assembleia Geral dos Representantes e Fórum dos representantes;
- c) Conselho do Orçamento Participativo, o CORPO;
- d) Comitê de Acompanhamento da Execução do Plano de Investimentos.

Seguiremos nossa escrita com a descrição com algum detalhamento das fases listadas acima.

Reuniões Preparatórias

Espaços informais, abertos e irrestritos, com a finalidade de comunicar o OP, informar sobre o orçamento público, convidar para as Plenárias Regionais Deliberativas e, desta maneira, ajudar a população a organizar sua presença, participação e sua atuação nestas Plenárias. A convocação das Reuniões Preparatórias era de livre iniciativa bastando, para tanto, entrar em contato com o CORPO ou, no início do processo em 2006, com alguém da equipe de coordenação na prefeitura municipal. No Regimento Interno do OP, tais reuniões preparatórias tinham por objetivos:

- estimular a participação popular nas Plenárias Regionais Deliberativas;
- explicar o funcionamento do Orçamento Participativo;
- apresentar e discutir o planejamento orçamentário municipal.

Plenárias Regionais Deliberativas

As Plenárias Regionais Deliberativas estão definidas como espaço de participação direta para discussão e deliberação das questões do OP com os objetivos de:

- dar publicidade ao processo do OP;
- informar e discutir ações do poder público municipal;
- prestar contas das demandas do OP, relativas aos ciclos anteriores;
- discutir, apresentar e votar as demandas;
- eleger 1 conselheiro titular, 1 conselheiro suplente e representantes para as demais fases do OP.

Ao chegar à escola que sediava a Plenária, a população era recebida por uma equipe da prefeitura responsável por realizar o credenciamento de cada participante. Esta participação era aberta a todos/as, contudo o direito de votar estava restrito aos moradores dos bairros e loteamentos que compunham a referida região. O morador presente na Plenária e devidamente credenciado poderia se candidatar ao Conselho do OP tendo, para tanto, apenas que registrar seu interesse.

Durante as Plenárias aconteciam Grupos de Trabalho (GT's), lugar onde as discussões se aprofundavam. Com duração mínima de uma hora, nos GT's a população listava as questões livremente e, por meio de votação, ordenava-as numa lista de prioridades. O critério de composição dos Grupos de Trabalho era aleatório e a identificação estava no crachá distribuído aos presentes nas mesas de credenciamento. Os GT's reuniam normalmente trinta pessoas numa sala de aula e três pessoas vinculadas à coordenação do OP assumiam a tarefa de organizar e fluir o grupo. Os trabalhos começavam com as apresentações e os combinados no grupo. Ao final, o grupo ainda escolhia seus representantes para sequencia do OP na proporção de um para dez. Esses representantes apoiavam o trabalho do Conselheiro da sua região no Conselho do OP, participavam da Assembleia Geral dos Representantes e do Fórum dos Representantes.

Encerrados os GT's, constituía-se novamente a plenária no pátio da escola. As demandas mais votadas nos GT's eram submetidas à votação final. Assim, toda Plenária Regional Deliberativa elegia três demandas como as prioritárias da região e um conselheiro.

Secretaria Executiva do OP

Pequeno grupo de pessoas vinculadas ao poder público municipal que atuavam no suporte ao OP. As atribuições dessa instância estavam no Regimento Interno:

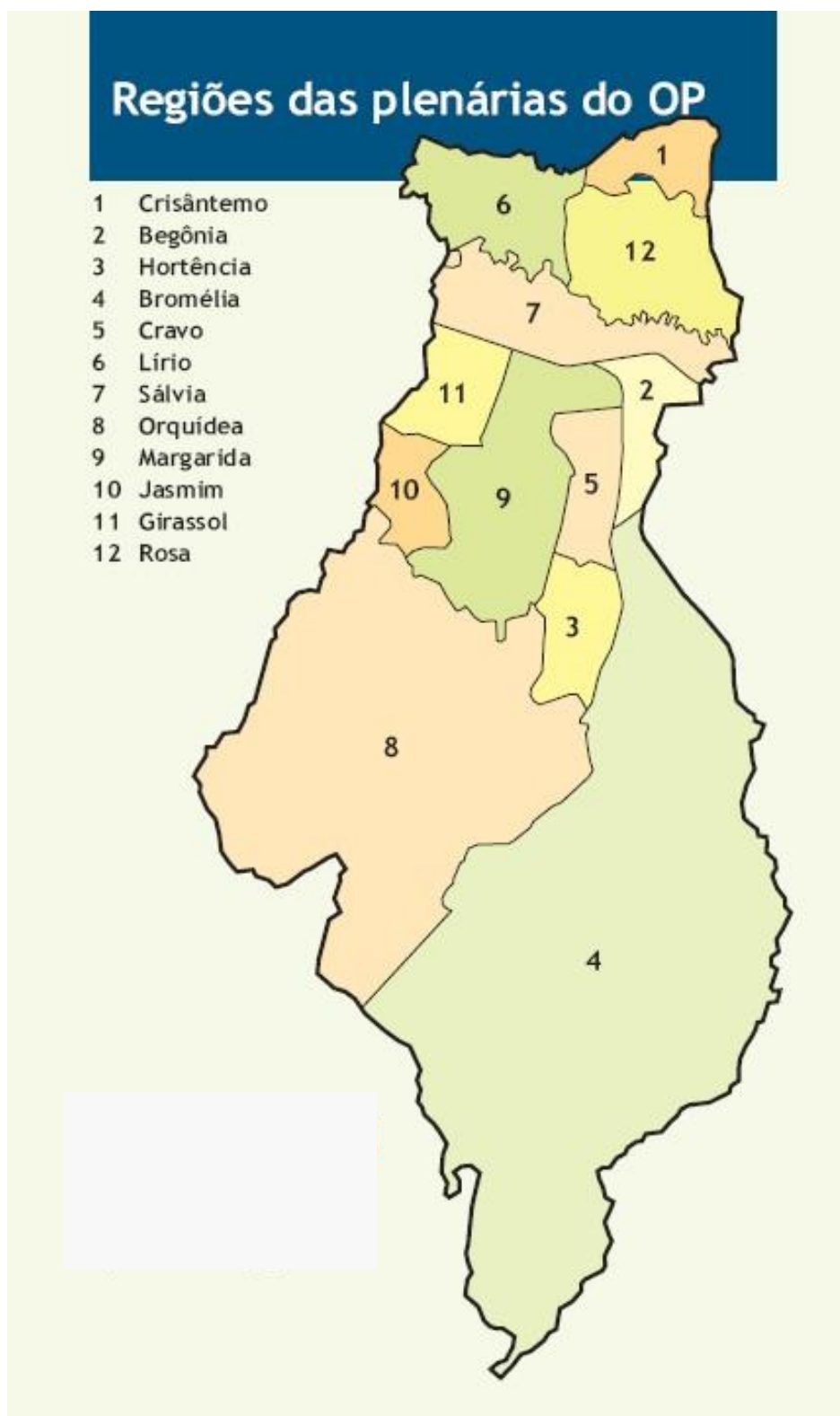
- propor o calendário e a regionalização do OP ao CORPO;
- dar o suporte e os subsídios necessários ao funcionamento do OP;
- tornar público o Orçamento Participativo e seus resultados;
- participar do CORPO por meio dos indicados pelo Poder Executivo;
- facilitar o acesso e a permanência da população nas diversas fases do OP.

Neste último item, algumas iniciativas merecem destaque. Sempre que um grupo organizado numa reunião preparatória indicava a dificuldade de acesso à escola sede da Plenária Regional Deliberativa, na medida do possível a prefeitura oferecia transporte. Combinávamos que a organização do grupo, estabelecimento de ponto de encontro, os horários, o trajeto e etc, tudo isso ficaria sob a responsabilidade do grupo interessado em, utilizando o transporte, participar da Plenária. Nosso esforço em apoiar os interesses populares partilhando tarefas e

responsabilidades, para além de atender algumas necessidades, funcionava como uma espécie de exercício coletivo. Esse detalhe do transporte pode parecer menor, mas considerando as dimensões territoriais das duas regiões no distrito das Palmeiras de São Paulo, a região Orquídea e a região Bromélia, tem-se mais precisão de sua real necessidade. A figura 1 traz o mapa utilizado em todo o período de funcionamento do Orçamento Participativo em Suzano. Nele podemos visualizar todas as regiões e suas dimensões territoriais. Podemos perceber também uma linha sinuosa entre a região Sálvia e as regiões Lírio e Rosa. Trata-se do rio Tietê. Foram muitas noites pilotando reuniões, plenárias e peruas Kombi.

Quanto à permanência, o café e principalmente o espaço para as crianças foram estratégias que se mostraram fundamentais. Principalmente considerando a necessidade das mulheres. Nós percebemos isso logo nos primeiros encontros ainda em 2005. De início organizamos a 'creche do OP', aprimorada na avaliação de 2007 que deu origem à 'ciranda do OP'. Falaremos da ciranda, uma rica experiência de participação de crianças e adolescentes na discussão da cidade com respeito ao tempo da infância, ainda neste capítulo.

Figura 1. Mapa ilustrativo da organização territorial do OP.



fonte: Prefeitura Municipal de Suzano/SP

Fórum de Representantes

O Fórum de Representantes era compreendido como espaço de participação dos representantes eleitos nos Grupos de Trabalho organizados em cada Plenária Deliberativa. De acordo com os documentos, o fórum era composto numericamente por 10% dos presentes nas Plenárias. Por exemplo: numa Plenária com trezentas pessoas, dez salas de aula seriam ocupadas com Grupos de Trabalho, totalizando trinta representantes sendo três por sala. O Fórum dos Representantes tinha por objetivos:

- apoiar o trabalho do conselheiro da região;
- ajudar na difusão das informações do trabalho do Conselho do OP, colaborar na mobilização popular, reunir-se quando necessário.

A Assembleia Geral de representantes, por sua vez, era uma reunião específica do Fórum dos Representantes com objetivos específicos:

- promover o encontro de integração dos grupos que participaram das Plenárias Regionais;
- eleger doze conselheiros (e doze suplentes) para o CORPO;
- dar publicidade ao conjunto das prioridades eleitas nas doze Plenárias.

Considerando que até aquele momento cada participante conhecia apenas as prioridades eleitas na plenária da sua região. Portanto, trabalhávamos sempre nessa especificidade de parte e todo, sujeito e coletivo, bairro/conjunto de bairros/região e cidade. Neste momento em particular, a cidade compreendida como o conjunto das trinta e seis prioridades eleitas no respectivo ciclo do OP e vinte e quatro conselheiros titulares e igual número de suplentes eleitos, originando um CORPO para o trabalho coletivo durante a fase interna do OP. Produzíamos vídeos com as imagens reais de todas as plenárias regionais, as informações de cada uma delas como, por exemplo, público presente, número de representantes eleitos nos GT's, conselheiro eleito e suplente, além das decisões tomadas nas respectivas votações finais.

O Conselho do Orçamento Participativo - CORPO

O Conselho do Orçamento Participativo - CORPO, estava compreendido como espaço de participação de conselheiros para discussão e deliberação de

questões pertinentes ao OP. De acordo com o Regimento Interno, tinha os seguintes objetivos:

- encaminhar ao prefeito municipal o *plano de investimentos*¹⁷ para apreciação e inclusão no projeto de lei do orçamento anual;
- acompanhar a execução do plano de investimentos;
- manter informados representantes e região sobre as questões do OP.

Dentre as tarefas que cabiam ao CORPO, destacamos:

- convocar a Caravana do Orçamento Participativo;
- pensar o OP produzindo coletivamente valores, o que denominávamos *avaliação do processo*; apontar/criar/inventar/descobrir/experimentar novas possibilidades visando ao aprimoramento. Neste ponto está o caráter de auto-regulamentação do OP, ou seja, avaliação e planejamento compreendidos como processualidade.

Depois de realizadas todas as Plenárias Regionais e reunidos todos os representantes em Assembleia Geral, estava composto um CORPO: doze conselheiros eleitos diretamente nas Plenárias¹⁸; doze conselheiros eleitos na Assembleia Geral dentre os representantes de Grupos de Trabalho e oito indicações do Poder Executivo. Portanto, um CORPO de maioria popular: 2/3 sociedade civil e 1/3 governo.

O mandato do CORPO vigia até a posse do CORPO eleito no ciclo seguinte. Uma reeleição para o período subsequente esteve permitida. Já a coordenação dos trabalhos era composta por quatro conselheiros escolhidos na primeira reunião ordinária.

Caravana do OP

À medida que o CORPO avançava em seus estudos sobre as prioridades eleitas nas plenárias, os temas da administração municipal, conhecia o planejamento orçamentário e os planos setoriais do governo, a Caravana do OP era

¹⁷Plano de investimentos do OP é o documento que materializa as decisões do CORPO. A partir dos estudos de viabilidade, representa da compatibilização entre as prioridades eleitas nas Plenárias e os limites previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor naquele momento.

¹⁸No ciclo 2007 o CORPO alterou sua composição. Com a realização da Plenária Deliberativa de Juventude em 2008, o número de conselheiros eleitos passou a 13 eleitos em Plenárias e 13 eleitos na Assembleia Geral de Representantes.

a oportunidade de intensificar o trânsito pela cidade. Um dia dedicado a visitar todas as regiões, circular por essas realidades, perceber suas características, confrontar suas diferenças, sentir o cheiro das flores e etc. No regimento interno, a caravana tinha os objetivos de:

- conhecer as realidades locais e auxiliar o CORPO na escolha das prioridades eleitas nas Plenárias Regionais Deliberativas visando ao Plano de Investimento;
- contribuir para o intercâmbio das realidades regionais e a realidade do Município;
- constituir o CORPO promovendo integração de conselheiros.

Queremos destacar ainda quatro pontos percebidos nas três edições do Regimento Interno do OP. O CORPO 2007 criou o Comitê de Acompanhamento da Execução do Plano de Investimento. Este item é observado no regimento interno vigente em 2008. Sempre que empossado um CORPO, o anterior passa à condição de COMITÊ que tem por objetivo:

- acompanhar a execução do Plano de Investimento e fiscalizar a execução das ações nele definidas.

O segundo ponto é o fato de que esteve vedado aos ocupantes de cargos eletivos e aos ocupantes de cargo de livre provimento na Prefeitura ou na Câmara Municipal o direito de votar e ser votado na fase externa do Orçamento Participativo.

O terceiro ponto é a inclusão de uma prioridade para a cidade. No ciclo 2008 as plenárias regionais deliberativas mantiveram a eleição de três prioridades para a região, como nos ciclos anteriores, e deliberaram ainda mais uma prioridade que servisse à cidade como um todo. Percebemos, com a experiência, que essa prioridade impactaria mais as decisões na ordem da política do que na ordem do orçamento municipal.

Por fim, o quarto ponto destacado se refere à realização da plenária temática de juventude. Decisão da Conferência Municipal de Juventude que, submetida ao conselho do OP, passou a integrar o calendário no ciclo 2008. Esta 13ª Plenária trouxe sangue novo ao CORPO

1.3 O processo do ponto de vista da participação das pessoas.

Vamos apresentar alguns elementos educacionais e parte do material didático num esforço de descrever o processo do ponto de vista da participação das pessoas. Para tanto, utilizaremos os artigos publicados na imprensa local (e regional) compreendidos como publicização do processo vivido, e também como registro de campo no calor dos acontecimentos. Os artigos compõem o apêndice do *Fora-texto* desta dissertação.

Antes, contudo, vamos destacar dois episódios importantes no processo que levou à experiência do Orçamento Participativo em Suzano. O 1º seminário de participação popular e o PPA Participativo.

1º Seminário de Participação Popular

Uma das primeiras atividades realizadas logo no início do governo municipal foi o Seminário *Semeando Participação Popular, Reinventando a Democracia*. Uma pequena publicação, uma espécie de livreto, registra o conteúdo das falas dos convidados e o debate com a equipe de governo. Os objetivos do seminário foram assim descritos:

- pensar a participação popular como eixo de governo;
- qualificar o debate sobre Participação Popular na equipe de governo;
- construir o conceito de Participação Popular;
- levantar subsídios para pensar as ações neste eixo;
- cumprir o estabelecido no plano de governo.

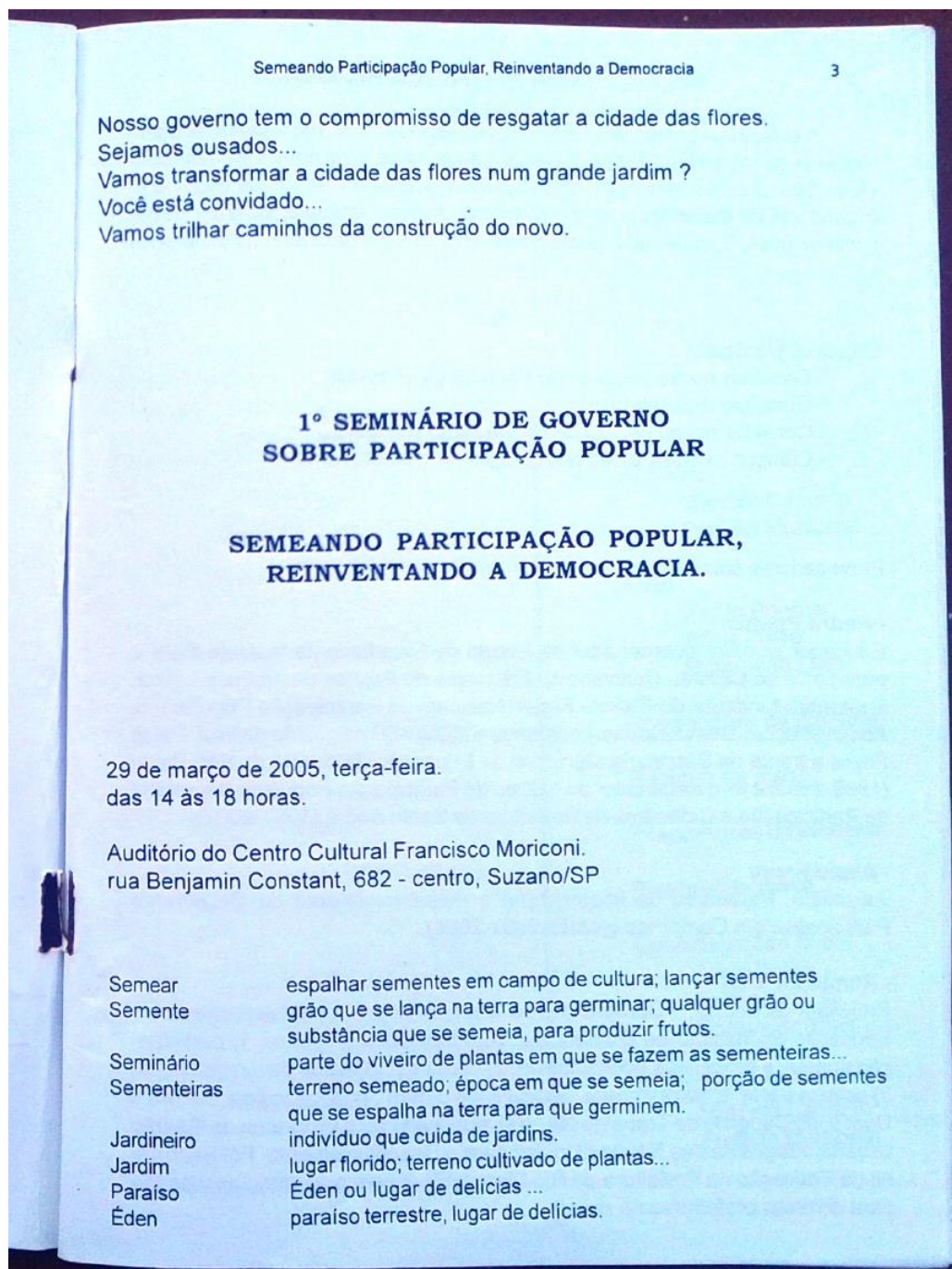
Procurávamos aglutinar um coletivo mais nuclear, que, por adesão, assumisse a responsabilidade com a implementação do Orçamento Participativo e que, nesta ação coletiva acontecessem estudos, formulações, pesquisas enfim, fosse nascendo um trabalho singular. Essa singularidade desejada poderia, pensávamos à época, escapar das fórmulas prontas, manuais de implementação ou contratação de especialistas. Exemplares do livreto foram distribuídos e, conforme observamos na figura 2, o material carregava um convite para *transformar a cidade*

*das flores num grande jardim*¹⁹ e brincava com a abreviação de participação popular, convidando para *bater um papo* sobre o desafio de colocá-la como eixo de governo. No interior do caderno, além da transcrição das falas, algumas canções populares também apareceram como convite.

Ainda sobre a questão do jardim, faremos um rápido parêntese. Durante o percurso desta pesquisa encontramos em Yi-Fu Tuan elementos que nos provocaram pensamentos nesta relação cidade e jardim. Se no momento da experiência no campo empírico o pensamento provocado por Rubem Alves nos dava um terreno firme para nosso trânsito e nossa ação, no momento de leituras e escrita desta dissertação, o livro *Topofilia*, em particular o capítulo *Do cosmo à paisagem* alarga os limites desse terreno e, com ele, nosso pensamento ganha outros sentidos. Novas perguntas nos ocorrem: convidávamos para fazer da cidade um jardim paisagístico? Seria o jardim isométrico? O que podemos perceber deste convite presente no 1º Seminário como uma espécie de intuição, e suas ressignificações neste tempo presente? Por que este detalhe, pois pode parecer mesmo um detalhe menor no contexto de um seminário, nos chamou tanto a atenção, atraiu o nosso olhar neste momento em que nos debruçamos sobre a experiência no esforço de construção de uma análise sobre ela? Retornaremos este ponto no capítulo 3º.

¹⁹No sentido de constituir um chão comum para o trânsito do pensamento coletivo, adotamos a prática de colocar alguns textos em circulação. Esta ideia de transformar a cidade das flores num jardim se apoiava no texto *Sobre Política e Jardinagem* de Rubem Alves, presente no livro *Conversas sobre Política*, utilizado à época. Este texto foi distribuído aos presentes durante o 1º Seminário. Disponível em <http://www.rubemalves.com.br/site/10mais_08.php>. Acesso em: 08/fev/2016.

Figura 2. Imagem da página 3 da publicação que registra o 1º Seminário



Fonte: Publicação da Prefeitura de Suzano/SP. Material distribuído internamente.

Logo na abertura dos trabalhos, disse o prefeito municipal que

O orçamento participativo criou um marco de relações institucionais entre o poder público e a população (...). Mas OP não é receita

pronta que se reproduz infinitamente nos municípios. Há várias experiências e diferenças de formato, de método e de concepção. Temos também o compromisso em nosso programa de governo com outras formas de participação como as conferências e outros mecanismos de participação direta (...). Então o nosso desafio está em criar métodos, condições e modelos (...). Quero destacar aqui a importância desse seminário como uma forma de criarmos o nosso método, definirmos juntos que participação popular nós queremos, que modelo nós defendemos (...). Está presente o desejo de criar uma experiência singular partindo das características presentes na realidade da cidade e do governo. (CANDIDO, 2005, p.05)

Ainda sobre o seminário, queremos destacar dois aspectos que nos parecem marcantes no OP. Primeiro, uma ideia sintetizada na expressão *um jeito artista de participar*. Ao contrário de aplicar integralmente os receituários disponíveis nos manuais, essa ideia aparecia como um convite para viver uma experiência inédita, a possibilidade de ação dos sujeitos com o corpo implicado e produzindo os sentidos no ato de fazer. Talvez compreendêssemos, já naquele momento e à nossa maneira, a existência de um espaço entre os monumentos típicos do Estado e os movimentos típicos das comunidades. E que habitar esse espaço fronteiro significava um conhecimento e uma habilidade construída no movimento de criação.

O segundo aspecto é mais *pontual* e aparece na expressão *rico no processo e bem-sucedido nos resultados*. Sobre os *resultados*, chama a atenção do poder público local (ali reunido) para a necessidade de priorizar de fato a execução das indicações construídas no processo do OP. Quanto à *riqueza no processo* entendíamos naquela época, a importância de sustentar movimentos em coerência com a riqueza no processo. Com o tempo fomos compreendendo que um processo é tanto mais rico na medida em que sustenta movimentos de criação, de experimentação, de produção de valores e produção de sujeitos. Enfim, este segundo aspecto demonstra a necessidade de uma boa articulação entre processualidade e materialidade na produção coletiva e individual do valor. Dito de outra maneira, um processo rico pode cair em descrédito se os resultados não se materializam concreta e objetivamente na execução das obras e/ou serviços por parte da Prefeitura. Fica evidenciada a importância em buscar um bom equilíbrio entre processo e resultado.

Depois do Seminário, a prefeitura promoveu um amplo debate para subsidiar seus técnicos e apoiar os agentes de governo envolvidos com o planejamento orçamentário. Cabe ao executivo a iniciativa do projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) sempre no primeiro ano de cada mandato. O PPA é um dos instrumentos do planejamento orçamentário que apresenta as ações do governo nos quatro anos subsequentes. São macro programas que deverão estar articulados com as Leis do Orçamento Anual (LOA) por meio das Leis das Diretrizes Orçamentárias (LDO). A prefeitura organizou três grandes plenárias na cidade, uma em cada distrito. Internamente, nos organizamos em uma Secretaria Executiva, equipe intersetorial que articulava várias secretarias municipais. Essa discussão pública funcionava como mais um laboratório na experimentação do que viria a ser o orçamento participativo. Produzimos material de divulgação que foi distribuído na forma de convite, e material didático distribuído durante as plenárias como apoio aos participantes. A figura 3 apresenta capa e contracapa de um folheto de divulgação. A parte interna do folheto trazia informações específicas das reuniões como local, horário, orientações gerais para a participação, contato para agendamento de reuniões preparatórias, acesso a demais informações e etc.

Foram registradas sessenta e uma reuniões preparatórias e as três plenárias distritais. No total, 5.619 pessoas se reuniram neste processo que ficou conhecido como PPA participativo. Durante as plenárias, a população presente se distribuía em salas de aula que agrupavam as seguintes áreas fim:

- Educação, Cultura, Comunicação Social;
- Saúde, Esporte e Lazer;
- Infra Estrutura, Obras e Saneamento;
- Política Urbana (erradicação das áreas de risco, habitação e transporte);
- Desenvolvimento Econômico (geração de emprego);
- Promoção da Cidadania, Inclusão Social e Fundo Social;
- Segurança e Manutenção da Cidade.

A dinâmica desses encontros era muito parecida com a construção do Programa de Governo no ano anterior, já descrita neste texto. Os agentes do governo faziam uma apresentação inicial da realidade orçamentária da Prefeitura, da estrutura de pessoal, de equipamentos, frota e etc. Em seguida, apresentavam as linhas gerais do planejamento plurianual e o diálogo com a comunidade acontecia. Durante a discussão acontecia o registro das falas e propostas. Cada grupo de

trabalho apresentava um resumo do seu trabalho com os demais grupos na plenária. A secretaria executiva fez um trabalho de síntese a partir dos registros de cada grupo temático e municiou a área técnica responsável pela elaboração do projeto de lei do PPA. O primeiro material didático específico do Orçamento Participativo distribuído no primeiro semestre de 2006 registrava o processo do PPA Participativo com quadros temáticos sintetizando as reivindicações populares e as ações específicas presentes na lei²⁰ do PPA. As figuras 4 e 5 trazem os quadros preparados com as informações pertinentes à área das Políticas Urbanas e área da Educação.

Figura 3. Material de divulgação do PPA Participativo.

Planejar a cidade dialogando com o povo

Este ciclo de debates populares para construção do Plano Plurianual (PPA) 2006-2009, que será realizado pela primeira vez na história de Suzano, confirma o compromisso assumido pelo governo de discutir com a população as grandes decisões municipais.

A democratização do processo é tão importante quanto o conteúdo do PPA. Esta é uma forma de fazer com que a população participe da construção das políticas públicas de Suzano. Além disso, estes debates permitem que Prefeitura e população construam, juntos, o crescimento de nossa cidade, a partir dos cinco eixos de governo: Inclusão Social, Participação Popular, Combate à Corrupção, Cidade Legal e Desenvolvimento Sustentável.

Nosso desafio é fazer com que população e governo construam as condições e implementem as mudanças em nossa cidade. Ou seja, construindo e semeando o futuro com participação popular.

SEMEANDO O FUTURO

com participação popular



Venha construir a cidade queremos

**Plano Plurianual
2006-2009**

Realização:




Fonte: Prefeitura de Suzano/SP. Material de ampla circulação.

²⁰Na data da publicação do caderno, tratava-se de lei.

Figura 4. Registro do trabalho no tema Política Urbana no PPA Participativo.

Política Urbana

Reivindicações
 Desapropriação de áreas, reconhecimento de áreas públicas existentes, desenvolvimento de projetos para lazer, construção de ciclovia, melhoria da ligação entre o bairro Miguel Badra e a rodovia Altton Sena

O que entrou no PPA
Revitalização da Cidade. Este programa tem por objetivo a requalificação e reabilitação dos centros comerciais dos distritos e da cidade, além da adequação do sistema viário e construção de ciclovia. Estão previstas a implementação da operação urbana Orla Ferroviária e do Portal Noroeste - Badra.

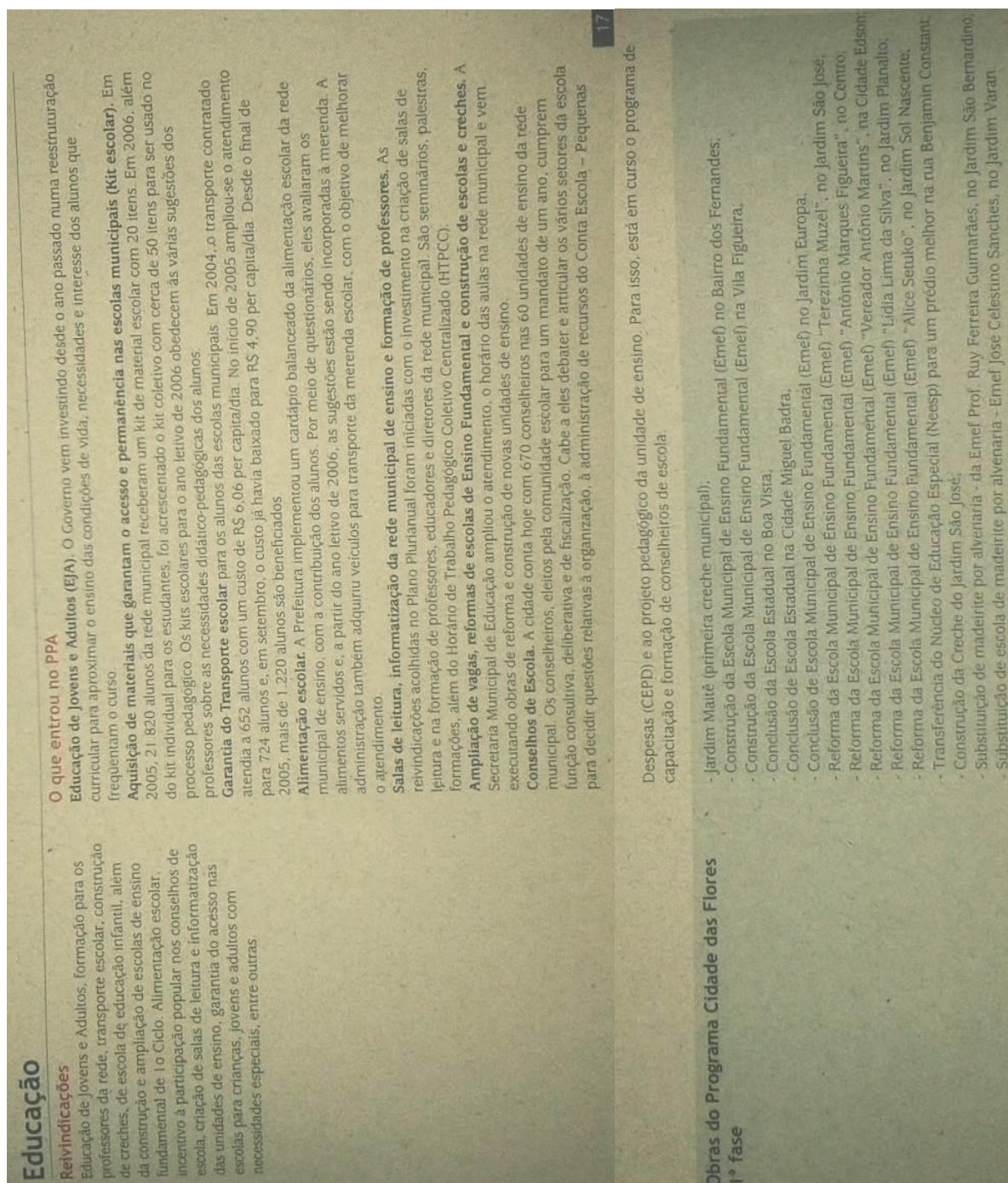
Erradicação de Áreas de Risco e regularização fundiária. A Prefeitura apresentou o "Plano Municipal de Erradicação de Áreas de Risco", que permitirá realizar as obras necessárias para eliminar o risco de algumas áreas seja com a execução de obras, seja por meio da remoção de famílias que hoje vivem nessas regiões, sob ameaça de enchentes, deslizamentos ou desabamentos.

Obras do Programa Cidade das Flores 1ª fase

- Reforma do Terminal Rodoviário "Vereador Diniz José dos Santos Faria" (Terminal Norte)
- Operação Urbana Orla Ferroviária (construção do Terminal Sul e integração do sistema de transporte rodoviário e ferroviário);
- Construção de Terminal em Palmeiras;
- Construção da ciclovia Norte - av. João Batista Fiupaldi;
- Requalificação do Centro - 1ª fase;
- Construção da Praça "Cidade das Flores" - ao lado da Prefeitura;
- Reurbanização de um quarteirão da Rua Tiradentes - a Parada Tiradentes;
- Reurbanização dos centros comerciais do Jardim Dona Benta e de Palmeiras;
- Criação do Bosque das Cerejeiras (local a definir);
- Construção de área de lazer no Jardim Revista - Corredor Ecológico-Recreativo;
- Entrega de 320 unidades da CDHU - Estrada de Santa Mônica;
- Entrega de 400 unidades do PAR - Boa Vista;
- Transferência de famílias de áreas de risco e reurbanização destes locais - Monte Sion, Tabamarajóara, Três Paus-Palmeiras, Vila Fátima, Jd. Ikeda, Jd. Leblon, Buenos Aires, Vila Helena, Miguel Badra, Vila Real, Jd. Colorado

Fonte: Prefeitura de Suzano/SP. Material de ampla circulação.

Figura 5. Registro do trabalho no tema Educação no PPA Participativo.



Fonte: Prefeitura de Suzano/SP. Material de ampla circulação.

O Orçamento Participativo.

Tendo em vista as novidades que aconteciam na cidade, uma empresa de comunicação com sede em Suzano e circulação regional denominado jornal Diário

de Suzano entrou em entendimentos com a Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura e, a partir de então, ocupamos uma coluna semanal. A ideia era trabalhar o tema da participação popular como eixo de governo com o foco inicial em duas ações específicas. Sobre o *Plano Diretor Participativo*, Miguel Reis Afonso, então Secretário Municipal de Política Urbana, produzia e assinava textos quinzenalmente. Sobre o *Orçamento Participativo* os artigos quinzenais eram produzidos e assinados pelo Assessor para Implementação do OP, Ivan Rubens Dário Jr. Assumimos essa responsabilidade como uma oportunidade de produzir os registros no percurso dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, como possibilidade de tornar público e fazer circular nossa experiência coletiva vivida na cidade. Na edição do dia 27 de maio de 2006 (sábado), nosso primeiro artigo²¹ sobre o Orçamento Participativo com o título *Desperta, cidade das flores! Agora o Orçamento é Participativo* começava assim:

Compete ao Executivo propor o projeto de Lei do Orçamento Anual, conhecido como LOA, e encaminhá-lo até o último de setembro de cada ano ao Poder Legislativo. Cabe à Câmara de Vereadores analisá-lo, debatê-lo e propor emendas para aprimorar o projeto e votá-lo, tramitação que tem prazo até o dia 31 de dezembro. Aprovada a Lei do Orçamento Anual, ela vigora do primeiro ao último dia do ano seguinte. Existem também duas peças muito importantes do planejamento que são o Plano Plurianual (PPA) e a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), tudo disciplinado por um rigoroso arcabouço legal das esferas federal, estadual e municipal. Pois, é: Orçamento! A palavra pode parecer um pouco complicada, mas todo mundo sabe do que se trata. Simplificando, é a previsão dos ganhos (estima receita) e definição dos gastos (fixa despesas), quanto a prefeitura espera arrecadar no ano seguinte e como será gasto esse dinheiro que é, em grande medida, fruto dos impostos, taxas, tributos, contribuições, entre outros, pagos por todos nós (...). (DÁRIO, 2006)

O trecho acima demonstra uma característica presente em todos os materiais didáticos produzidos na experiência do OP em Suzano: um esforço de tradução. Estávamos conscientes que tornar pública uma discussão historicamente restrita a técnicos da prefeitura e agentes dos governos de então, configurava algo inédito na cidade. Um sem número de códigos, técnicas, normas e regulamentos disciplinam o planejamento e a execução orçamentária. Era, portanto, fundamental que a linguagem técnica e a linguagem jurídica fossem traduzidas de forma a possibilitar o debate público. Um esforço de desburocratizar a discussão sobre o orçamento da

²¹Sobre os artigos publicados quinzenalmente no jornal Diário de Suzano ver *Fora-texto*.

prefeitura na tentativa de devolver a ele sua simplicidade: morar na cidade tem um custo. Quem arca com o custo de viver na cidade? Com o Orçamento Participativo deslocávamos para o espaço público o debate do orçamento público.

Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho²²: nossas vivências anteriores indicavam a prudência em pisar devagar e cuidadosamente, nos davam pistas e nos ajudavam perceber o chão e seu relevo para cada passo novo. Aliás, tudo era muito novo inclusive para nós. Desde sempre a generosidade popular nos tranquilizava. O povo se mostrava muito generoso. Percebíamos nas falas, nos encontros, nos vínculos estabelecidos que o desespero inicial rapidamente se transformava em esperança com uma cidade melhor na medida em que o trabalho coletivo acontecia. Isso contaminava os encontros e nos ajudava a encontrar um clima favorável, a produzir um ambiente afetivo no sentido de favorecer o trabalho. O afeto fortalecia em nossa equipe a convicção de que as pessoas mostravam sentimentos pelo seu lugar. Nossa certeza na caminhada se construía nas incertezas do caminho. Acreditávamos nas pessoas e acreditávamos, portanto, no processo. Nosso convite para pensar a cidade era universal. Construir a Lei do Orçamento Anual exige saber das receitas e apontar prioridades para as despesas de forma a construir um projeto coletivo de cidade: operários em construção.

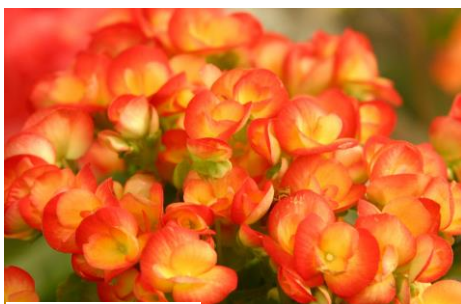
As regiões do OP receberam nomes de flor. A escolha das flores partiu de uma rápida pesquisa realizada com antigos moradores da cidade que nos informaram, grosso modo, a localização dos sítios e espécies produzidas em tempos idos. Também levamos em consideração a população, as distâncias, características dos lugares, da cultura, peculiaridades da circulação no território. A sensibilidade de nossa equipe também pesou muito nesse processo de organização da regionalização/territorialização do OP. Na tabela 2 podemos observar as doze regiões e as respectivas flores, a escola que sediava cada plenária e o conjunto de bairros e loteamentos.

Flores para Suzano, a cidade das flores:

²² Referência ao samba Alguém me avisou de Ivone Lara.



CRISÂNTEMOS



BEGÔNIAS



ORQUÍDEAS



HORTÊNSIAS



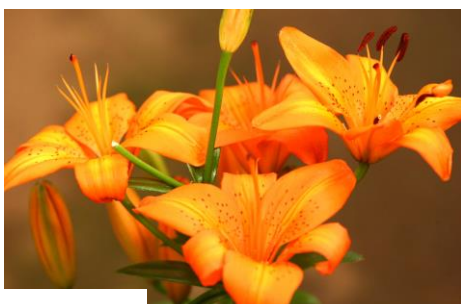
BROMÉLIAS



MARGARIDAS



CRAVOS



LIRIOS



ROSAS



SÁLVIAS



JASMINS



GIRASSÓIS

Tabela 2. Organização da cidade em regiões para o Orçamento Participativo.

	Região	Local da Plenária	Bairros que correspondem à região
1	CRISÂNTEMO	Emef Profª Terezi- nha P.L. Muzzel	Jardim Graziela, Jardim Santa Inês, Jardim São Bernardino, Jardim São José, Veraneio Juruá.
2	BEGÔNIA	Emef Augustinha R. Maida Molteni	Jardim Bela Vista, Jardim Belém, Jardim Lazzareschi, Jardim Leymar, Jardim Maitê, Jardim Maneira, Jardim Miriam, Jardim Natal, Jardim Nazaré, Jardim Portugalá, Vila Monte Sion, Vila Santana.
3	HORTÊNSIA	Emef Abraão Salomão Domingues	Chácara Ceres, Chácara Primavera, Jardim do Bosque, Jardim Leblon, Jardim Pompéia, Jardim Residencial Nova América, Pq Alvorada, Pq Umuarama, Pq Vienense, Tabamarajoara, Veraneio Suzano, Vila Helena e Vila Suzano.
4	BROMÉLIA	Emef Odário Ferreira da Silva	Chácara Boa Vista, Chácara Duchen, Chácara Ouro Verde, Chácara N. Sra. Aparecida II e III, Chácara São Judas Tadeu, Chácara Virgínia, Condomínio Alta Vista, Condomínio Clube dos Oficiais, Estância Angelina, Estância dos Pinherais, Estância Piratininga, Estância Tijuco Preto, Jardim Alto do Boa Vista, Jardim Amazonas, Jardim Ana Rosa, Jardim Brasil, Jardim Brasil II, Jardim Belém, Jardim Dora, Jardim dos Eucaliptos, Jardim Esperança, Jardim Etan, Jardim Guatambú, Jardim Itamaracá, Jardim do Lago, Jardim Maria Emília, Jardim Mimosa, Jardim Nova Ipelândia, Jardim Novo Horizonte, Jardim Palmeiras, Jardim Regina, Jardim Santa Rita de Cássia, Jardim Santa Maria, Jardim São Luiz, Jardim São Marcos, Jardim São Paulo, Pq Astúrias, Pq do Heroísmo, Pq Ouro Fino, Recanto São José, Recreio Bela Vista, Recreio Internacional, Recreio Ouro Fino, Recreio das Palmas, Recreio Rio Bonito, Recreio Santa Rita, Vale da Serra, Vila Ipelândia, Vila Real Palmeiras, Vila Real Santista, Vila Rica, Vila São Pedro, Vila Voegels.
5	CRAVO	Emef Profª Célia Pereira de Lima	Jardim Aeródromo Internacional, Jardim Cacique, Jardim Lincoln, Jardim Luella, Jardim Residencial Suzano, Jardim Santa Lucia, Vila Amorim, Vila Colorado, Vila Mazza, Vila Nova Amorim, Vila Urupês.
6	LÍRIO	Emef Orlando Digênova	Cidade Boa Vista (zona Ribeirão, zona Itapetí, zona Jaguarí, zona Planalto), Cidade Miguel Badra Alto (gleba 1), Cidade Miguel Badra Baixo (glebas 2 a 7), Jardim Carmem, Jardim Fernandes, Jardim Francisco Cardoso, Sesc.
7	SÁLVIA	Emef Luiz Romanato	Jardim Maria Helenice, Pq Maria Helena, Vila Maluf.
8	ORQUÍDEA	Emef Profª Neyde Pião Vidal	Chácara Bonanza, Chácara Casemiro, Chácara Fukui, Chácaras das Hortências, Chácara Monte Carlo, Chácara Nossa Senhora Aparecida I, Chácara São Carlos, Condomínio das Palmas, Estância Americana, Estância São Luiz, Jardim Ikeda, Jardim das Lavras, Jardim das Lavras II, Jardim das Lavras Mirim, Jardim Lígia, Jardim Planalto, Jardim Petrópolis, Jardim Restinga, Jardim Silvestre, Jardim Três Américas, Núcleo Baruel, Pq Buenos Aires, Pq das Cerejeiras, Pq das Lavras, Pq Mirim, Pq Palmeiras, Pq Residencial Samambaia, Recanto Feliz, Recanto Maria de Jesus, Região do Caulin, Rincão das Lendas, Sítio Santa Gema, Sítio dos Moraes, Vila Fátima, Vila Júlia, Vila Nova das Lavras, Vila Varpa.
9	MARGARIDA	EMEF Antônio Marques Figueira (2006). EE Zeikichi Fukuoka (2007-2008)	Centro, Chácara Faggion, Chácara Nova Suzano, Chácara Reunidas Guaió, Cidade Edson, Estância Paulista, Fazenda Aya, Jardim Altos de Suzano, Jardim Ana Rosa, Jardim Anzai, Jardim Campeste, Jardim Carlos Cooper, Jardim das Flores, Jardim Guaió, Jardim Janina, Jardim Japão, Jardim Josué, Jardim Marcato, Jardim Modelo, Jardim Paulista, Jardim Realce, Jardim Riviera, Jardim Santa Helena, Jardim Santo Antonio, Jardim Santos, Jardim São Bento, Jardim São Luiz, Jardim Sol Nascente, Jardim Suzano, Jardim Vitória, Meu Cantinho, Pq Ana Rosa, Pq do Colégio, Sítio São José, Vila Adalina, Vila Ana Rosa, Vila Bela Vista, Vila IV Centenário, Vila Costa, Vila Ipiranga, Vila Figueira, Vila Mifune, Vila Morrone, Vila Suely.
10	JASMIM	Emef Profª Mércia A. A. de Brito	Chácara Casa Branca, Jardim Casa Branca, Jardim Caxangá, Jardim da Saúde, Pq Residencial Casa Branca, Ramal São José, Sete Cruzes, Sítio dos Moreiras, Vila Barros.
11	GIRASSOL	Emef CAIC de Suzano	Cidade Cruzeiro do Sul, Conjunto Residencial Iraí, Jardim dos Ipês, Jardim Imperador, Jardim Márcia I, Jardim Monte Cristo, Jardim Nena, Jardim Quaresmeira, Jardim Suzanópolis, Pq Suzano, Vila Maria de Maggi.
12	ROSA	Emef José Celestino Sanches	Chácara Méa, Chácara Meu Sossego, Chácara Recreio Sertãozinho, Jardim Alterópolis, Jardim Carla, Jardim Dona Benta, Jardim Europa, Jardim Gardênia Azul (gleba I), Jardim Margareth, Jardim Revista, Jardim Varan, Vila Beatriz, Vila Célia, Vila Laura.

Fonte: Prefeitura de Suzano.

As Reuniões Preparatórias

Alguns trabalhos específicos na mobilização para as Plenárias foram realizados na forma de reuniões preparatórias. As salas de Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino ganharam centralidade neste momento. Em uma dessas oportunidades, registramos o seguinte depoimento: “Se a minha rua tem asfalto e esgoto, as outras têm que ter também”. (Maria dos Reis Fagundes, moradora da Vila Feliz e aluna da EJA, 2006).

Outra ação estava ligada ao programa saúde da família – PSF. Conversávamos com as equipes e estas nos ajudavam na divulgação e mobilização durante as visitas domiciliares. Numa dessas oportunidades ouvimos: “O OP vai mostrar à população a situação orçamentária do município e privilegiar o que a população deseja” (Célia Cristina, 2006). Célia Bortoletto, como era conhecida, uma entusiasta da participação popular, foi nomeada secretária municipal de saúde e permaneceu no cargo por seis anos. Durante esse período, todas as unidades de saúde passaram a contar com conselhos gestores de unidade de saúde e o conselho municipal de saúde atuava com muita animação. Nas disputas internas do partido dos trabalhadores, ela perdeu (no segundo turno de votação) a indicação para sucessão de Marcelo Candido com vistas ao processo eleitoral 2012.

Outro foco de nossa ação na fase externa estava nos conselhos gestores locais. Visitávamos todos os conselhos de escola e os conselhos gestores de unidade de saúde. “O OP é parecido com o orçamento de nossa casa. Mas, como é dinheiro público tem que ter mais cuidado” (Waldineide Cavalcanti Silva, moradora do Jardim Cacique e conselheira de escola). “Com o OP vai ficando mais transparente a administração, porque há um livre arbítrio para a população decidir”. (Wladimir de La Torre, conselheiro do antigo Núcleo de Educação Especial - NEESP).

Tantas outras reuniões aconteciam a convite de associações de moradores, igrejas, partidos, vereadores, apoiadores, conselheiros e etc.

As Plenárias Regionais Deliberativas

As Plenárias eram grandes encontros onde a população acessava informações, discutia seus problemas e propunha soluções²³, elegia representantes para acompanhar a sequência dos trabalhos. As plenárias compunham a fase externa do OP com ações abertas, públicas, de convite universal em ampla divulgação²⁴, onde a participação se dava diretamente. O direito a voz e voto não era apenas uma norma. Na intensidade das falas e da participação percebíamos o fazer coletivo nesses encontros organizados de forma a tratar de temas mais gerais num espaço pleno, geralmente no pátio coberto da escola e, principalmente, nas salas de aula organizadas para Grupos de Trabalho, um debate mais concentrado. As propostas (ainda denominadas como *demandas da população*) vinham dos Grupos de Trabalho, as candidaturas ao conselho e, listadas num telão visível para toda plenária, submetidos à votação. A escolha dos representantes do GT acontecia com animação. Candidato eleito, três prioridades eleitas, juntam-se ao CORPO.

Por um jeito artista de participar

Milhares de mãos atuaram nessa obra. Vamos transcrever alguns depoimentos recolhidos durante as plenárias regionais. A 1ª Plenária do OP aconteceu às 14 horas do dia 06 de maio de 2006 (sábado) na EMEF Profa. Terezinha P. Lima Muzzel e foi assim descrita por um participante:

Apesar de fria pelo tempo e pelo vento que soprava, era uma linda tarde de sol quando os moradores da região crisântemo começavam a se aproximar. Era lindo o olhar daquelas pessoas que, apesar de marcadas por tantos problemas vividos naquela região, vislumbram uma esperança de pela primeira vez decidir como será gasto o dinheiro público e, principalmente, saber que não se encontrava ali apenas para ouvir as decisões do governo, mas como ator da decisão, com poder deliberativo e com a liberdade de apresentar e defender suas propostas. (Antônio Agostinho da Silva, 2006).

²³Evidentemente as falas não estavam necessariamente organizadas conforme descrito aqui. Um primeiro momento caracterizado por angústias, amarguras, descontentamentos. Uma espécie de grito de dor e sofrimento. Com a acolhida do grito, as falas, as escutas e os pensamentos iam articulando o fluxo do grupo. As linhas se entrelaçavam e o grupo tecia.

²⁴A política de comunicação social no OP previa: colocação de faixas nos pontos de grande circulação, cartazes, convites, publicação no jornal quinzenal próprio da Prefeitura – Suzano Agora, circulação de carro de som na cidade (neste último item aconteceram muitas experimentações), eventos oficiais com a presença do Prefeito e cobertura da imprensa local e regional.

Logo na entrada da escola ficavam as mesas de credenciamento. Funcionários da prefeitura e apoiadores do OP recebiam a população com as boas vindas e orientavam às mesas de credenciamento. No credenciamento preenchíamos as fichas de identificação dos participantes, oportunidade para conferir se o endereço declarado estava coerente com os bairros componentes da respectiva região. Ainda distribuíamos os crachás com as credenciais para participação e votação, e o material didático em pastas com elástico identificadas com a logomarca do OP. Em seguida, cada participante se dirigia para o pátio da escola onde estavam organizadas as cadeiras de frente para um tablado onde os trabalhos seriam coordenados. O espaço era ambientado, ilustrado com cartazes referentes aos assuntos em discussão, com informações relevantes sobre a organização dos tempos na plenária e sobre o orçamento municipal. O palco estava sempre decorado com a flor ‘típica’ da região.

Neste momento inicial ficavam bem marcadas as composições preestabelecidas para participação nas Plenárias, os grupos organizados se mostravam. Seu José nos contou a articulação da sociedade amigos de bairro: “Estamos unidos por meio de entidades dos três bairros, discutindo melhorias comuns para todos nós e acho que assim conseguiremos uma vitória” (José Pereira da Silva, carpinteiro aposentado, morador da Vila Maluf.)

Fotos 1 e 2 Material didático distribuído e utilizado nas Plenárias Regionais



Moradores da região observando o material de apoio antes do início da Plenária.

Fonte: arquivo pessoal

As plenárias iniciavam com a *Rádio*²⁵ OP. Seis jovens atores iniciavam os trabalhos apresentando ‘tradução’ de canções conhecidas, a radionovela *Algemas da Paixão* e os *Recadinhos do Coração*. Improvisando, os atores interagiam com a plenária. A professora Érika, quando perguntada por um dos atores no papel de repórter da rádio sobre o procedimento de escolha durante uma plenária em 2006, respondeu: “por votação. Serão elencadas algumas hipóteses de gastos, as pessoas vão falar a opinião delas, e depois acontece uma votação para definir as prioridades” (Erika, professora da rede pública, 2006). Bem humorado, o *momento OP* trazia informações que subsidiavam a discussão posterior. A partir do ciclo 2007, incluímos um momento de prestação de contas em relação às prioridades eleitas no ciclo anterior, coerente com as reuniões específicas nos bairros denominadas *Em que pé que tá?*

Inspirados no teatro do oprimido de Augusto Boal, os atores vinculados à Secretaria Municipal de Cultura quebravam a timidez inicial. Com o credenciamento concluído e a população ocupando as cadeiras e, por assim dizer, aquecida, a secretaria executiva do CORPO assumia a coordenação dos trabalhos. A presença do prefeito sobre o palco trazia naturalmente a formalidade típica do Estado. Esse equilíbrio entre formalidade e informalidade, entre as ações típicas do Estado e a experimentação de outras possibilidades do fazer político, não eram muito tranquilas. A fala do prefeito trazia muitas informações sobre a Prefeitura em termos de sua estrutura, seus limites e possibilidades. Trazia também parte dos planos da Prefeitura para aquela região, dos projetos, dos recursos, do orçamento e etc. Durante a primeira plenária do ciclo 2007 realizada na Emef profa. Terezinha O. Lima Müzzel, sede da região Crisântemo, disse o prefeito:

Sem a participação efetiva da população na tomada das decisões, muitas vezes o administrador público acaba levando a prioridade a um ponto que não é necessariamente ao ponto que a população deseja. Então por isso o orçamento participativo é fundamental. E também porque ele permite a todos nós um forte aprendizado sobre como funciona a administração pública.[...] Mas tem que aprovar lá no conselho. Depois de aprovado, é compromisso. E compromisso assumido é compromisso cumprido (Marcelo Candido, prefeito de Suzano, 17/04/2007).

²⁵ A chegada da população determinava o início da apresentação. A Rádio OP funcionava como aquecimento além de informar sobre a metodologia dos trabalhos, a organização, os tempos e etc. Também falava sobre a prefeitura e o orçamento. Tudo de uma forma descontraída, com brincadeiras e bom humor no sentido de criar um clima favorável ao encontro.

Nesta inter-ação, registramos uma conversa em que seu José se dirigiu ao prefeito. Reproduzimos um trecho: “E ele [o prefeito] fica sabendo mesmo o que a gente está querendo. Porque na verdade o prefeito está lá e o pessoal está aqui, muitas coisas não chegam até ele” (José Antônio, morador do jardim São José, 2006).

O encontro na grande plenária de abertura dos trabalhos exigia sistema de som e alguma formalidade. O mergulho acontecia em seguida nos Grupos de Trabalho. Encerrada a exposição do prefeito, sob orientação da secretaria executiva do OP, o público presente seguia para as salas de aula onde os grupos de trabalho debatiam os temas relativos à região e, mais do que isso, apresentavam suas propostas. Iniciava-se o movimento da criação quando os atores se misturavam. Não havia mais distinção entre os atores caracterizados na Rádio OP e os demais presentes. Todos na plenária atuavam na transformação da cidade. Paisagens apareciam, pensamentos, opiniões, perguntas, dúvidas, outras cidades e cidades invisíveis emitiam sinais para os olhos e ouvidos atentos.

O critério para composição dos grupos de trabalho era misturar o máximo possível como forma de promover novos encontros entre os moradores dos bairros da região. Para tanto, os crachás eram anteriormente marcados com cores diferentes. As salas de aula estavam identificadas de forma a associar com a cor indicada em cada crachá. A população, por sua vez, criava também seus próprios critérios para ocupação das salas. Nossa equipe argumentava na tentativa convencer em favor da mistura, e respeitávamos outras decisões. Percebemos que para haver encontro com a diferença, com o outro, é necessário abertura e disposição. Aprendemos muito inclusive quando percebíamos sinais de fechamento e indisposição, absolutamente compreensíveis.

O interior das salas de aula também estava decorado tornando visíveis as informações sobre o orçamento público. Na lousa estavam os objetivos do GT, a organização e o tempo dedicado aos trabalhos. Dentro da sala, três pessoas vinculadas à secretaria executiva do OP e conselheiros organizavam e coordenavam os trabalhos da seguinte forma:

- mediador: uma pessoa ocupada em dar fluidez às falas, encaminhar as escolhas do grupo dentro do tempo de uma hora. Durante nossa coordenação, conversávamos muito com os companheiros que se dispunham a assumir esse

papel. Uma boa mediação era aquela que habitava um espaço de *entre* no sentido de dar passagem aos atravessamentos, aos tantos pontos de vista presentes na sala. Uma boa mediação nos parecia ser aquela que cuidava do movimento no sentido de deixar fluir. O oposto disso também acontecia. Quando alguns mediadores de GT adotavam posições firmes, não conseguindo sair de um determinado lado, os resultados eram perceptíveis. Uma boa mediação se mostrava mais eficiente na construção da adesão entre as pessoas do grupo.

- relatoria: uma pessoa da secretaria executiva do OP convidava um participante do grupo e, em dupla, se concentravam em registrar as falas, o movimento e as decisões do grupo. Algumas fichas a serem preenchidas facilitavam esse trabalho e, organizadamente, alimentavam o telão para votação na planária final;

- apoio: Uma pessoa cuidava das demais necessidades de forma a não atrasar ou paralisar o movimento do GT, indo, por exemplo, ao encontro de apoio e informações fora da sala de aula quando necessário.

As equipes das secretarias municipais e os respectivos secretários participavam das plenárias. Essa presença física também trazia qualidade às conversas, aos debates e, inclusive, às votações. Era o caso, por exemplo, de demandas na competência de outras instâncias do poder executivo quando eram reivindicadas à prefeitura. Não raro, questões de segurança pública, transporte metropolitano, atendimentos na área da saúde considerados de *alta complexidade*, rodovias estaduais, abastecimento de água servida, esgotamento sanitário apareciam em forma de demandas. Por serem questões reais no cotidiano urbano, mereciam algum tratamento mesmo não estando no conjunto das competências da municipalidade. Estas situações colocavam diante de nossa equipe a oportunidade de explicar o pacto federativo, os arranjos administrativos, a diferença entre os três poderes da república brasileira e as três esferas de governo, de forma didática e educativa. Como se a máquina estivesse aberta e pudéssemos mostrar as partes, os parafusos, as dobras e conversar sobre seus encaixes e desencaixes. Neste momento apareciam entendimentos e, mais do que isso, a população ia percebendo que tudo aquilo pertencia a ela, tocava nela, tinha tudo a ver com o sujeito individual e coletivo. Percebíamos que as distâncias diminuía na medida dos encontros e conversas.

Havia evasão. Algumas pessoas participavam do GT até onde era possível. Algumas saíam da sala, outras assumiam uma postura oposicionista. Algumas não conseguiam acompanhar o fluxo do grupo, outros não respeitavam o fluxo. Havia aqueles que se esforçavam em “roubar a cena”, como diziam os críticos a comportamentos desse tipo. Alguns se deixavam seduzir pelo brilho dos holofotes. Enfim, tinha de tudo um pouco inclusive aqueles de ficavam pulando de sala em sala, pedindo a palavra e repetindo um mesmo discurso.

Cerca de quarenta minutos eram dedicados aos diálogos gerais e, a partir disso, o foco estava mais nas decisões. Os registros do diálogo todo ficavam organizados em duas listas: demandas de manutenção e demandas do OP. Considerávamos demandas de manutenção tudo aquilo que poderia ser encaminhado para os setores, da prefeitura ou não, em forma de solicitação da população por serviços mais da rotina do atendimento público. A segunda lista, a lista de demandas do OP, ficava exposta na lousa na forma de proposta construída nas falas e nos acordos no grupo. Submetidas à votação livre e direta, as três priorizadas seguiam para a votação na plenária final. O grupo poderia escolher três representantes para compor a assembleia do OP e as manifestações de interesse em participar do Conselho do OP registravam sua candidatura.

Foto 3 Grupo de Trabalho



Creuza dos Santos (saúde) em pé, na mediação do grupo. Juarez Braga (educação) na relatoria.

Tudo o que dissemos sobre os GT's não aconteciam assim de forma linear. Aqui, trata-se de um esforço de síntese. Evidentemente os fluxos se cruzavam e nosso papel era de fazer uma espécie de colchão para amortecer os impactos e garantir a fluidez e o movimento. Imaginem uma plenária com trezentas pessoas, dez grupos de trabalho, cerca de cinquenta crianças e jovens circulando, um fluxo que intercalava momentos de trânsito intenso no chão da escola física com momentos de corredores praticamente vazios quando a intensidade no fazimento estava nas salas de aula. Mantínhamos uma mesa com café, chá, bolachas, água à disposição nesse momento de transição dos GT's para a plenária final. Além de garantir mais integração, as novas amizades se vinculavam mais um pouco agora em conversas mais pessoais, as tensões da sala se dissipavam e um clima para a votação final ia se instalando. Percebíamos a importância das conversas ao pé do ouvido, dos cochichos, do tête à tête. Este momento era importante para as articulações políticas visando às decisões que se seguiriam na plenária final. À medida do possível, nossa equipe estava atenta e registrava essas conversas no sentido de tentar cartografar os afetos. Alguns registros:

Mesmo que a minha proposta não seja eleita esse ano, ela pode vir a ser eleita no ano que vem. O que vier é para a população. (Elaine Cristina Braz, moradora da Chácara Sete Cruzes, 2006).

A gente fica bem a par de tudo o que está acontecendo e do que está faltando". (Tereza Carneiro Cavalcanti, moradora do Parque Alvorada, 2006)

Na plenária final, as três demandas de cada grupo de trabalho ficavam expostas em um telão sobre o palco. Ao microfone e também sobre o palco, uma pessoa²⁶ conduzia o processo de votação. No diálogo com a plenária, as demandas parecidas eram fundidas. Dúvidas poderiam ser sanadas com o auxílio dos representantes dos GT's e dos agentes de governo. O processo de votação era bem simples: cada demanda era submetida à votação por meio dos crachás erguidos. Uma equipe de apuradores se apresentava para computar os votos na plenária. Ao

²⁶ Não havia uma regra para escolha do 'tocador da votação final'. Muita gente experimentou essa função fundamental para o êxito da plenária. Nessa experimentação, alguns se mostravam mais dispostos, outros mais desenvoltos. Alguns imprimiam um jeito mais tímido, outros mais firmes. As pessoas iam se oferecendo e, na medida da experimentação, o próprio grupo foi percebendo que as plenárias nunca eram iguais, e os diferentes perfis se mostravam mais adequados para enfrentar essa ou aquela situação, para 'tocar' os processos de votação com essas ou aquelas características.

toque do apurador e contando em voz alta, o votante abaixava o crachá. O apurador informava em voz alta ao coordenador do processo de votação e os votos eram lançados pelo operador do computador e projetados no telão. As três demandas mais votadas ganhavam o caráter de prioridade da região e seguiam para os estudos e análises do CORPO.

Foto 4 Votação final durante uma Plenária Regional Deliberativa



Detalhe para os crachás como instrumento de votação e mãos erguidas num gesto de aprovação. Euforia, alegria e expectativa. Fonte: arquivo pessoal

Em seguida, todos os candidatos ao Conselho subiam ao palco para escolha de um titular e um suplente. A votação repetia a metodologia já experimentada. O Coordenador da plenária final solicitava ajuda da plenária no controle dos três minutos disponíveis para apresentação e, imediatamente, passava o microfone para os candidatos um a um. No geral, os candidatos diziam o nome, o bairro, há quanto tempo moravam ali e por que estavam se colocando à disposição da região para

representar seus interesses junto ao CORPO. Eram falas interessantes, algumas tímidas, outras desinibidas.

Foto 5. Eleição do conselheiro da região



A esquerda o professor Júlio Mariano (Educação) combinando o processo de votação. Sobre o palco, sentados e em pé, os candidatos ao CORPO.
Fonte: arquivo pessoal

Em 2006 conhecemos Edvaldo numa reunião preparatória. Ele acompanhava um vereador que organizou uma reunião com cerca de 20 pessoas para conversar sobre o OP e mobilizar para a Plenária que aconteceria na semana seguinte. Conversávamos descontraidamente, as falas fluíam, exceto para Edvaldo que tentava, vez por outra, tomar a palavra. Percebendo o movimento, dirigimos a ele uma pergunta qualquer. Os olhares se voltaram para ele e um silêncio se estabeleceu em sua atenção. Edvaldo engasgou, gaguejou, tentou falar com dificuldade, seu rosto foi corando mais e mais. Falou coisas bem confusas. Apesar desse episódio, ele compareceu à plenária. No ciclo 2007 lá estava Edvaldo participando com alguma desenvoltura. Ele conquistou assento no CORPO e trabalhou intensamente conosco. Um rapaz alto, de meia idade, pernambucano e morador da região Orquídea. Foi um dos conselheiros mais interessantes com quem

convivemos em Suzano. Ele atuou também no Conselho Gestor da Unidade de Saúde da sua região, foi conselheiro municipal de Saúde com atuação destacada. Interessado ainda pelo tema da educação, continuou atuando politicamente como aguerrido fiscalizador do poder público e criativo inventor de possibilidades em política pública e ações locais. Encontramo-nos dia desses na rua quando ele me disse ter retomado os estudos.

Alguns depoimentos que conseguimos registrar durante as plenárias regionais deliberativas nos ajudam a compor essa paisagem. Dona Maria, moradora no Jardim Leblon, comentou ao final da plenária em 2006: “Olha que legal gente. Quando chegamos aqui nem conversávamos direito. Agora nos conhecemos e estamos propondo melhorias para o conjunto das pessoas” (Maria, Jardim Leblon. 2006).

Os encontros promovidos no OP eram inéditos, inesperados, surpreendentes. Essa dimensão de acontecimento nos provocava muito. Destacamos na fala da Dona Tereza, moradora do Jardim Umuarama, um sentimento bastante recorrente: “Não importa que eu não tenho filho nem neto. Vou votar na creche porque tem gente que precisa” (Tereza, Jardim Umuarama. 2006). Compreendemos nessas falas que as pessoas estavam fazendo leitura de mundo, percebendo que estar na cidade implica estar com outras pessoas.

Outras dimensões apareciam nas plenárias: sujeitos se produziam no encontro, cidades se produziam no encontro, sujeitos interagiam numa ação sobre algo que se materializava como reivindicação de obras e/ou serviços públicos.

Já participei de reuniões de bairro... Mas aqui [na plenária], estamos fazendo as contas e vendo que o dinheiro não vai dar. A gente está sabendo o que está acontecendo na prefeitura. (Glicéria de Jesus, moradora do Jardim Gardênia Azul).

Eu vim aqui para melhorar a cidade. É bom esse OP porque estão dando a oportunidade de a gente dizer o que precisa (Roberto Aparecido dos Santos, ajudante-geral de construção civil, morador da Vila Real).

Eu venho porque eu quero melhorias para o meu bairro. Eu quero que pela frente os meus filhos, porque eu penso em casar e ter filhos, eu quero o melhor para eles. Que eles possam ter um lazer,

ter uma escola de qualidade... (Paulo Cesar Jesus de Souza, estudante e morador no Jardim Badra).

Paulo Cesar, um rapaz muito jovem, parece compreender que a cidade é construção coletiva. E que as escolhas para o uso do dinheiro público não são ingênuas. São decisões políticas que implicam escolher uma coisa em detrimento de outras. Esse depoimento do Paulo nos faz pensar nas dimensões do pertencimento e do compromisso: ele pertence à cidade e se compromete com ela por entender que a vida pode melhorar e, para tanto, ele atua nessa direção. Paulo tem um projeto generoso de cidade.

As plenárias se encerravam com a distribuição das flores (que decoravam o palco) entre os presentes. Interessante perceber a reação de mulheres e homens subindo ao palco para receber as flores. Interessante notar como esse gesto carinhoso era percebido também pelos presentes que manifestavam aplausos e gritos.

Fotos 6 e 7 Flores entregues nas Plenárias Margarida e Girassol



O prefeito Marcelo Candido e o estudante Josemar, morador do jardim Suzanópolis.



Fonte: arquivo pessoal

Neste ponto, abriremos um pequeno parêntese para a questão de gênero e os espaços de representação. Observando a tabela 3 referente ao ciclo de 2006, percebemos que nos espaços de livre participação a presença de mulheres foi maior. Já nos espaços de representação política como a Assembleia dos Representantes dos Grupos de Trabalho e o Conselho do Orçamento Participativo,

essa situação se invertia. Analisando as fichas de credenciamento disponíveis para o ciclo de 2006, computamos a presença de 1.486 pessoas nas 12 Plenárias sendo as mulheres 58% desse total. Na Assembleia dos Representantes dos Grupos de Trabalho a presença feminina caiu para 38%. Já no Conselho do OP essa presença caiu ainda mais: 21% de mulheres.

Ainda neste particular, passamos a observar esse fenômeno com mais atenção e percebemos que as mulheres participavam ativamente nos Grupos de Trabalho mas se esquivavam das candidaturas. O espaço eleitoral era ocupado na sua maioria por homens. O CORPO passou a discutir essa situação e deliberou por estimular as mulheres a registrarem candidaturas. A tabela mostra que em 2008 os espaços de representação no OP estavam mais equilibrados do ponto de vista do gênero.

Tabela 3. Participação no OP por gênero.

	Fase externa		Fase interna			
	Plenárias		Representantes		CORPO	
	F	M	F	M	F	M
2006	58%	42%	38%	62%	21%	79%
2007	55%	45%	45,6%	54,4%	27%	73%
2008	59%	41%	47%	52%	44%	56%

Fonte: Prefeitura de Suzano

Os registros de credenciamento no ciclo 2007 somaram 2.302 moradores nas plenárias regionais, 55% maior em relação ao ciclo 2006. Em 2008, 1.956 participantes nas plenárias regionais.

Ainda sobre a movimentação provocada pelas plenárias, reproduzimos a seguir mais alguns depoimentos que encontramos no material disponível para esta pesquisa.

Sobre as expectativas: “espero que aconteça as mudanças, não é? E que os casos e as nossas reivindicações sejam realmente coerentes.” (Josenilda Araújo Ramos, moradora do Miguel Badra Alto, 2007)

Sobre as prioridades: “A creche é em primeiro lugar.” (seu José do bar, 2007)

Sobre o grupo de trabalho: “Na minha sala foi um grupo bastante heterogêneo, e isso é importante porque houve respeito mútuo”. (Júlio Cesar Mayer, advogado, morador no centro, 2007).

Veza por outra recebíamos estudantes, pesquisadores, militantes partidários, agentes de outras prefeituras, solicitações com o objetivo de acompanhar as plenárias e outras ações do OP em Suzano. Destacamos a visita de Cristina Esser, uma jovem alemã que chegou a Suzano por intermédio do diretório nacional do Partido dos Trabalhadores a fim de conhecer uma experiência de Orçamento Participativo no Brasil para compor sua pesquisa acadêmica na área da ciência política. Ao final de uma grande plenária, Cristina registrou o seguinte depoimento em seu português arrastado:

Eu acho que é um processo bem importante para uma cidade, participar democraticamente. O povo pode participar aqui mesmo... tem uma transferência [dos dados] do orçamento mesmo. É bem importante porque tem uma política... porque dá pras pessoas entender isso. Eles precisam saber pra que fazem isso, para onde vai o dinheiro mesmo. Como se pode participar. Eu acho muito importante mesmo. (Cristina Esser, historiadora e pesquisadora, 2007)

Assembleia Geral de Representantes

Concluída a 12ª Plenária tinha início a fase interna do Orçamento Participativo com as ações no âmbito da representação política, ou seja, quando representantes e conselheiros eleitos na fase externa, junto dos indicados pelo governo municipal, atuavam até a eleição de novo conselho na fase externa do ano seguinte. Falamos aqui de um misto de representação com atuação direta considerando que todo o conteúdo, toda a pauta do CORPO era definida nas plenárias regionais deliberativas. Participavam da Assembleia todos os representantes escolhidos nos grupos de trabalho, conselheiros e suplentes eleitos nas plenárias. As três assembleias realizadas (2006, 2007 e 2008) aconteceram na EMEF Antônio Marques Figueira situada no Jardim Santa Helena, zona central da cidade. No pátio da escola acontecia a plenária onde apresentávamos num telão o processo das doze plenárias, a movimentação, as prioridades eleitas em cada região, ou seja, uma espécie de raio X do processo. Neste momento a representação era desigual.

Quanto mais gente presente na plenária regional, maior o número de representantes na assembleia geral. Pensávamos na representação política de senadores e deputados federais num congresso nacional bicameral, como é o caso brasileiro. Isso servia de pretexto para conversas e, nessas conversas aprendemos que quase ninguém aparentemente conhecia esta especificidade, bem como os tempos de mandato (oito anos para senadores com trocas de 2/3 e 1/3 da casa alternadamente a cada 4 anos, e quatro anos de mandato para deputados federais), representação por estado federado no caso do Senado e representação proporcional ao tamanho do eleitorado no caso da Câmara.

A assembleia era ainda o espaço de eleição de segundo terço do CORPO. O primeiro terço estava eleito diretamente nas plenárias. O segundo terço era disputado entre os representantes e o terceiro terço era indicado pelo prefeito dentre os representantes das secretarias municipais. Organizávamos doze grupos de trabalho durante a Assembleia Geral, um para cada região²⁷. Cada sala de aula, desta vez, estava identificada com a flor 'típica' da sua região. Neste momento os grupos percebiam o desequilíbrio em termos numéricos. Ao final do tempo dedicado aos grupos de trabalho, as candidaturas ao Conselho eram registradas no palco situado no pátio da escola. O palco desta vez estava decorado com as doze flores.

Registradas as candidaturas, esperava-se um processo de votação. O desequilíbrio numérico permitia um sem números de possibilidades. Composição entre regiões que tiveram plenárias mais cheias, por exemplo, permitiria que essas acumulassem mais espaço no CORPO. Nas três edições estudadas houve composição na Assembleia Geral e as doze vagas disponíveis no Conselho foram distribuídas proporcionalmente uma por região. De forma que o acordo construído durante a articulação entre as regiões reunidas nos grupos de trabalho trazia para a mesa coordenadora dos trabalhos apenas doze candidatos sendo um por região. Isso tornava a votação na Plenária Final um processo de aclamação do consenso construído anteriormente. A festa estava concluída com a distribuição das flores que decoravam o palco entre os novos conselheiros.

CORPO

²⁷ No ciclo 2008 foram treze salas, por incluir a Plenária Temática da Juventude.

As reuniões do CORPO eram públicas e abertas. Contávamos frequentemente com a presença de amigos, parentes e crianças que, de alguma forma, participavam dos debates trazendo sugestões, perguntas, dúvidas e brincadeiras. O CORPO se alimentava nesses encontros. Tudo começou com o bolo de mandioca da Neidinha²⁸. Os encontros do CORPO eram divertidos, alegres, um alto astral parecia sugerir que a vida na cidade poderia melhorar na medida em que assumíamos ali responsabilidades coletivas em edificá-la, na medida em que um sonho coletivo e um compromisso com o futuro ia se construindo coletivamente. Não raro crianças acompanhavam pais e mães, o que garantia por si só uma energia revigorante aos encontros. Carregávamos uma caixa com o material utilizado na Ciranda durante as Plenárias, com cores, papéis, tesoura, revistas, cola e etc. Foi o caso da conselheira ao CORPO 2007 Edileusa Alves Matos que frequentava as reuniões acompanhada da filha Giovana que, aos 8 anos de idade, era chamada de mascote do OP.

Nos primeiros encontros acontecia o seminário de formação do CORPO. Convidávamos agentes de governo e técnicos da prefeitura para traduzir as questões referentes ao orçamento público municipal, partilhando as informações sobre receitas, despesas, processos administrativos, fluxos de processos e sistemas de gestão, procedimentos licitatórios entre outros. As áreas mais demandadas nas plenárias, normalmente saúde, obras públicas, educação, também apresentavam suas especificidades de sistema público, dados da rede de atendimento, pacto federativo e etc. Os representantes da prefeitura apresentavam as diretrizes norteadoras da administração municipal para cada um dos temas. Os seminários contribuíam na compreensão do poder público e no pensamento sobre a cidade. Era um encontro intenso com muita partilha de saberes, de experiências e construção coletiva de conhecimento. Cuidadosamente as relações iam se estabelecendo no CORPO e dando a conhecer o desejo, comum aos presentes, de transformar a cidade num lugar melhor para viver. A figura 6 apresenta o material didático produzido para trabalhar o específico das licitações públicas.

²⁸ Edineide Morais de Santana, mais conhecida como Neidinha, foi eleita na Plenária da região Jasmim em 2006. Moradora do bairro Casa Branca, popular e carismática, Neidinha disputou as eleições proporcionais à Câmara Municipal de Suzano no ano de 2012. Assim como vários conselheiros e conselheiras também disputaram eleições proporcionais.

Figura 6. Capa do caderno específico sobre as licitações públicas.



Fonte: Publicação da Prefeitura de Suzano/SP.

No período pesquisado, os três CORPO's definiram dois encontros semanais, no período entre julho e meados de setembro. Em Suzano, o prazo para envio do projeto de lei do orçamento anual à câmara municipal encerrava no último dia de setembro. Nos encontros semanais o CORPO estudava as prioridades eleitas nas plenárias, no diálogo com representantes das Secretarias Municipais²⁹. Na oportunidade, os representantes das secretarias apresentaram os estudos preliminares para cada uma das prioridades afetas à respectiva pasta, assim como os custos necessários para investimento e seu consequente impacto no custeio.

²⁹ Todas as secretarias demandadas dentre prioridades em discussão no CORPO compareciam. De um modo geral, as áreas mais demandadas eram: saúde, educação, obras públicas, cultura, esporte, lazer e recreação.

Outras áreas técnicas³⁰ também participavam no sentido de dar o suporte necessário à discussão. De modo geral, os próprios secretários municipais discutiam com o CORPO. O processo educativo acontecia numa prática de partilha de saberes. Os primeiros encontros do CORPO eram marcados pela instituição de um grupo quase que completamente desconhecido. Várias eram as estratégias utilizadas da produção de materiais específicos que consideravam a cultura local sentida nas reuniões preparatórias e nas plenárias regionais, ao ‘cafezinho’ no intervalo das reuniões. Neste momento outros fios se teciam e, atentos, a equipe de educadores populares cartografava os sentidos em tejedura.

Nesse estudo das prioridades eleitas (trinta e seis em 2006 e 2007, quarenta em 2008 com a inclusão da plenária de juventude e da prioridade para a cidade) o CORPO procurava a viabilidade de cada uma delas do ponto de vista da técnica, da política, das finanças e orçamento e da legalidade. Explicamos rapidamente estes pontos:

a) Viabilidade técnica:

Há demanda real para a obra ou serviço reivindicado?

Há interesse público?

b) Viabilidade política:

Há coerência com o programa de governo eleito?

Quais as implicações inerentes à sua execução?

Está coerente com as prerrogativas da municipalidade?

c) Viabilidade financeira e orçamentária:

Qual o volume do investimento?

Qual o impacto de custeio?

Aproveitávamos esse ponto para estudar também o custo de viver na cidade, a composição das receitas públicas, as possibilidades de buscar recurso em outras instâncias para aumentar a capacidade de investimento da Prefeitura, e desta maneira perceber as opções políticas e a responsabilidade na definição das despesas. Neste momento aparecia a seguinte pergunta: quem arca com os custos de viver na cidade?

d) Viabilidade jurídica/legal:

Possui legislação proibitiva?

³⁰ Áreas ligadas às secretarias meio, como por exemplo, o setor de projetos (arquitetura e engenharia), o setor de licitações, o setor de planejamento orçamentário e outros quando necessário.

Possui (ou há necessidade de) legislação autorizativa?

Há entraves jurídicos?

Este debate era muito rico. População representada por conselheiros eleitos nas plenárias, agentes de governo como secretários, diretores, assessores, áreas técnicas compreendidas como o corpo efetivo da prefeitura, ali frente a frente. E neste confronto produzimos saberes, incorporamos conhecimentos, e deliberamos por creches, unidades de saúde, reformas, ampliações, centro cultural no jardim Colorado, asfaltamento de vias e tantas outras coisas.

Toda fluidez nos parecia um sistema de drenagem irrigando um solo árido que vai, devagar, amolecendo a terra para o arado, permitindo o sulco da enxada até tornar possível o plantio. As reuniões do CORPO eram compreendidas como seminários. Seminário, semeadura, semente, semem: a ideia de lançar as sementes sobre um chão urbano na medida mesma da transformação do solo árido em solo fértil, onde brote beleza e vida melhor para todos.

Caravana

Os registros das três caravanas do OP mostram que o percurso era definido nas reuniões do CORPO tendo em vista que todas as regiões deveriam ser visitadas. Conselheiros definiam os lugares da região a serem destacados, as questões a serem observadas, a realidade a ser sentida. E o ônibus da prefeitura municipal cumpria o percurso com todos anotando, conversando, fotografando, enfim, vivendo a experiência. O dia passava muito rapidamente e, ao final, exaustos, uma breve colheita das impressões e sensações servia como avaliação e elaboração dos afetos partilhados. Não raro, comitivas saudavam a caravana na porta das casas, nas esquinas, nas ruas com exibição de faixas e cartazes. Uma alegria.

Foto 8. Do ônibus que conduzia a caravana, o CORPO observou manifestações populares.



Fonte: arquivo pessoal

Materialidade: PLANO DE INVESTIMENTO, a LOA e execução.

Todo esse percurso vivido no CORPO conduzia ao momento da decisão. Esse processo funcionava como filtro tendo em vista que algumas prioridades eleitas poderiam ser consideradas inviáveis, outras poderiam ser aglutinadas. Sobretudo o volume de recurso disponível na esfera do investimento público municipal nunca é suficiente para atender todas as necessidades de uma cidade com as características de Suzano. Interessante destacar que nos três anos estudados o Plano de Investimento, documento que registra as decisões do CORPO, foi construído no consenso. Senão, vejamos: por que nunca votamos? Por que não virou um tradicional jogo de maiorias? O que compõe e o que fica fora do plano de investimento?

Outro elemento a ser analisado é o fato de que todas as regiões foram contempladas. Exceto no ano de 2006 quando duas regiões se somaram para construção de um Centro Cultural no Jardim Colorado. Superado o processo decisório, o plano de investimento era formalmente entregue ao chefe do poder executivo local. As cerimônias de entrega aconteciam no gabinete do prefeito. Em 2006 o conselheiro da região Sálvia, Geraldo Magela, disse que “o plano de investimentos foi escrito a várias mãos. Houve muita discussão pois as escolhas são

muito difíceis, tem coisa que fica de fora”. (Geraldo Magela, vila Maluf, 2006). Durante a leitura do plano de investimentos, o conselheiro Antônio Brás da região orquídea, perguntou se o CORPO estava de acordo. Afinal, disse ele, “no CORPO nunca ninguém decidiu nada sozinho” (Antônio Brás, Suzano, 2006).

Paulo Ferreira, da Região Hortênsia, destacou a responsabilidade de ser conselheiro. “Pensamos muito, discutimos, ponderamos os riscos e fomos cuidadosos. Afinal, estamos decidindo os investimentos para toda a cidade” (Paulo Ferreira, jardim Leblon, 2006). Para Ernesto Moisés da Região Lírio, “o CORPO deve ter cautela pois as obras acontecerão em 2007. Tudo isso aumenta a autoestima do povo de Suzano” (Ernesto Moisés, Suzano, 2006). Ao receber o documento com as decisões populares, o prefeito de Suzano disse que “a prefeitura e a população saem do processo (OP) enriquecidos. Aprendi muito e fiquei muito entusiasmado com o nível do debate” (Marcelo Candido, Suzano, 2006). Ao final da cerimônia, Osli Barroso da região orquídea revelou: “nunca imaginei que isso (o OP) poderia acontecer um dia em Suzano”.

Foto 9 No gabinete do prefeito, o CORPO 2006 entregou o Plano de Investimento.



Fonte: arquivo pessoal

Foto 10 O prefeito recebeu o Plano de Investimento assinado pelo CORPO 2006



Fonte: arquivo pessoal

O CORPO ainda acompanhava a tramitação da LOA no Legislativo Municipal. Alguns dialogavam com vereadores sobre esse assunto. O ano de trabalho encerrava com um seminário de avaliação do OP seguido de uma festa, e retomado no ano seguinte com o seminário de planejamento para o ciclo seguinte.

Neste processo vamos apontar algumas mudanças que significam aprimoramento do OP.

- Em que pé que tá? Foi uma criação que visava acompanhar o processo, saber dos projetos, dos planos, do fazer específico da prefeitura municipal que antecede ao início das obras físicas mais visíveis para população. Podemos perceber na figura 7 que a escolha de uma centopeia sugere que muitos passos são necessários na execução do orçamento público. Desta maneira, trabalhávamos uma espécie de passo a passo entre a decisão tomada na plenária do OP até a conclusão da obra e sua entrega para uso da população. Uma sequencia de telas preparadas para a especificidade de cada decisão, passando pelo trabalho do CORPO, pela constituição da legalidade junto ao poder legislativo, pelas etapas técnicas (projeto básico, licitação, projeto técnico, licitação, contratação, início das obras, fiscalização

e etc...). Montávamos um varal onde pendurávamos cada tela impressa em papel sulfite.

Figura 7. Marca desenvolvida para a ação de prestação de contas



Fonte: Prefeitura de Suzano/SP.

- OP juventude foi uma deliberação na conferência municipal de juventude. A proposta foi aceita pelo CORPO e foi incorporada como Plenária temática no ciclo 2008;

- Articulação em Redes: o OP Suzano, especificamente o CORPO, se articulou com outras iniciativas com destaque para o Fórum Paulista de Participação Popular e a Rede Brasileira de OP. O CORPO ampliado participou do seminário de instalação desta rede, ocorrido em Belo Horizonte/MG, participou dos Encontros de OP's da região metropolitana de São Paulo e da Rede Internacional de OP. Também participou do 1º Seminário Internacional de OP realizado em Belo Horizonte/MG; O CORPO participou ainda de audiências públicas realizadas por obrigação da Lei do Orçamento Anual do Estado de São Paulo.

- Prioridade para Cidade: o ciclo 2008 do OP trouxe essa inovação. Além das prioridades eleitas visando ao investimento de recursos na região da plenária, a necessidade de aprimorar o pensamento sobre a cidade levou o CORPO a incluir uma prioridade para a cidade no processo. A partir de então, cada plenária regional definiu três prioridades regionais e uma prioridade para a cidade para análise do CORPO. Interessante observar o resultado da votação: uma plenária indicou um centro de atenção psicossocial para dependentes de álcool e outras drogas (CAPs AD); a plenária da juventude indicou a criação da coordenadoria de juventude; onze plenárias regionais reivindicaram a instalação de um hospital público na cidade. Percebemos que o debate sobre a cidade se intensificou nos encontros do CORPO e também nas reuniões preparatórias a partir das conversas sobre as diferenças entre uma decisão que atenda aos interesses e necessidades de uma região e/ou de um conjunto de regiões, a saber, uma cidade inteira.

- Ciranda do OP: com a decisão do CORPO na avaliação do ciclo 2007, um pequeno grupo de educadores inventou a Ciranda do OP e formulou uma proposta ao CORPO no início do ciclo 2008. A Ciranda foi um espaço criado para as crianças que acompanhavam adultos ou que chegavam curiosas com a agitação noturna na escola e no bairro. Nasceu um espaço divertido, com jogos e brincadeiras visando à permanência das crianças nas plenárias e inclusão na discussão sobre a cidade. Falaremos um pouco mais sobre essa inovação.

Este grupo de educadores criou uma forma de incluir as crianças no OP considerando e respeitando a infância. Inspirados na proposta dos Parques Infantis na gestão de Mario de Andrade como Diretor de Cultura, Educação e Recreação da Prefeitura de São Paulo entre 1935 e 1938 como ferramenta para formar pessoas livres, a possibilidade de oferecer um ponto de encontro e convivência para as crianças, um permanente “recreio” onde o aprendizado aconteceria de forma mais espontânea se vinculada à vontade de brincar, para que crianças de diversas faixas etárias pudessem pensar livremente sobre a cidade e, na potência dos encontros, contribuíssem com a discussão dos adultos no OP.

Foto 11 Ciranda do OP em uma plenária regional.



Fonte: Prefeitura de Suzano

Discutir com as crianças os espaços públicos e a cidade foi ao mesmo tempo prazeroso e desafiador. Entretanto, como fazer fluir das crianças propostas para a Cidade sem tornar esse momento uma tarefa? Como escapar do jeito adulto de tratar, ver e fazer a cidade? Muitas coisas são antecipadas nas vidas da garotada: a escolarização, um universo de obrigações, compromissos, o tempo do trabalho. Não queríamos antecipar uma preocupação com o dinheiro por exemplo. Pelo contrário, queríamos escapar dessa discussão de forma a preservar a infância dos temas próprios dos adultos. Elas terão muito tempo para isso, pensávamos. Na compreensão de nossa equipe, nosso desafio era receber as crianças nas escolas e experimentar com elas algo novo, motivado pelo simples prazer do encontro e, no encontro, pensar livremente sobre a cidade, sobre a vida na cidade e imaginar como ela pode ser melhor. O trabalho iniciava com a canção *A Cidade Ideal*³¹, donde aproveitávamos a seguinte provocação: Qual a cidade dos seus sonhos?

Buscávamos na Ciranda do OP como expressão do ócio criador, um mundo de descobertas, ambiente lúdico e prazeroso convidando as crianças para ‘brincar’ com o pensamento sobre a cidade, e descobrir o que gostariam que a cidade lhes oferecesse. O vídeo³² utilizado na Ciranda lançava pistas para as crianças: para o cachorro, a cidade ideal tem muitos postes e não tem carros; Para a galinha, tem as ruas cheias de minhocas. No momento em que um coro de crianças alerta: “atenção

³¹De Enriquez, Bardotti e Chico Buarque. 1977. Para o musical infantil *Os Saltimbancos*.

³² Disponível em <http://opsuzano.blogspot.com.br/p/ciranda.html> Acesso em: 18/03/2016.

porque nesta cidade corre-se a toda velocidade (...) tem restaurante assando galetos". Para a gata, a cidade ideal tem tripa, sardinha e alcatra. Por fim, o velho e sabido jumento, prevenido, afirma ser a cidade uma estranha senhora que hoje ri e amanhã te devora. Ao que novamente o coro de crianças destaca a sabedoria do velho jumento em sua advertência à gata: cuidado para sua pelica não virar cuíca! E todos os quatro, cachorro, galinha, gata e jumento, em uníssono, cantam:

Mas não, mas não / O sonho é meu e eu sonho que / Deve ter alamedas verdes / A cidade dos meus amores / E, quem dera, os moradores / E o prefeito e os varredores / Fossem somente crianças / Deve ter alamedas verdes / A cidade dos meus amores / E, quem dera, os moradores / E o prefeito e os varredores / E os pintores e os vendedores / As senhoras e os senhores / E os guardas e os inspetores / Fossem somente crianças. (HOLLANDA, 2006 p. 133)

Foto 12 Cidade do sonho na Ciranda do OP



Fonte: arquivo pessoal

Tais provocações disparavam pensamentos sobre a cidade. Estão registradas doze cirandas no OP onde as crianças nos revelaram cidades muito interessantes.

Vejamos algumas pistas reveladas na ciranda:

- *Uma rua que não tivesse carros para não atropelar as crianças.* (João, 9 anos);
- *No lugar do cemitério de carros poderia construir uma creche.* (Bianca);
- *Queria que tivesse asfalto na sua rua porque fica ruim para andar. Sua mãe já escorregou duas vezes. Queria iluminação nas ruas onde não tem.* (Sofia);
- *Queria que tivesse poste de apertar o botão para atravessar!* (Gabriel);
- *Queria que tivesse uma escolinha para que as crianças ficassem enquanto os pais trabalham.* (Jéssica);
- *Uma quadra de esportes.* (Eduardo, 12 anos);
- *Um cinema.* (Igor, 10 anos);
- *Uma biblioteca para a gente estudar, uma praça e um parque aquático.* (Rafael, 11 anos);
- *Gostaria que o parquinho da escola fosse reformado.* (Perteson);
- *Poderia arrumar o areão para poder brincar.* (Karolayne);
- *Escola de artes para ensinar a fazer brinquedos.* (Guilherme, 11 anos);
- *Gostaria de um parque mais verde para andar de bicicleta, parecido com o Ibirapuera.* (Tainá);
- *Mais iluminação pública para brincar até mais tarde na rua. Hoje não dá por causa do escuro.* (Marília);
- *Gostaria de um parquinho.* (João, 5 anos);
- *Escola de Circo*
- *Mais árvores.* (Rebeca);
- *Praia;*
- *Rio de Chocolate.* (Samuel);
- *Eu gosto das casas da minha cidade, eu queria um circo! Com palhaço, sol e coelho. Meu vô e minha vó moram na minha casa. Na minha casa tem passarinho e eu gosto das asas dos passarinhos!* (Lívia)

Em 2008, 549 crianças, artistas de diversas regiões da cidade, participaram da Ciranda do OP. Imersas na fantasia mas com os pés na realidade de cada bairro, foram tecendo um recado para os adultos na hora de pensar, planejar e investir na

cidade, no espaço urbano, que na visão das crianças tem espaço para todos: crianças, jovens, idosos, pessoas com e sem deficiência, pois no universo infantil tudo pode acontecer basta entrar na brincadeira. E a cada obstáculo, a cada desafio, prontamente pintavam ideias mirabolantes e novos rumos apareciam. O prefeito reforçou o recado das crianças: “As crianças, na Ciranda do OP, deram sinais ao Poder Público. A cidade é para todo mundo”. (Boletim OPn.28, Julho/2008)

Quando pais e mães demonstravam alguma insegurança em liberar as crianças para a equipe da Ciranda, mudavam de ideia ao conhecer o espaço, o ambiente preparado para recebê-las e a proposta de trabalho a ser realizada. Os produtos eram tornados públicos ao final das plenárias. Crianças sobre o palco, trabalhos expostos em desenhos e folhas, uma criança falava ao microfone sobre a cidade produzida na Ciranda. Aos olhares curiosos, a plenária aplaudia a apresentação. Percebíamos, neste momento, as conversa entre os presentes. Ao final da apresentação dos desenhos as crianças caminhavam ao encontro dos pais, mães, avós, dos responsáveis enfim, e acompanhavam a plenária final. Além das conversas, percebíamos também que muitas crianças eram recebidas com manifestações de carinho dos adultos. Não raro, beijos e abraços carinhosos sensibilizavam o ambiente.

Um grande mapa da cidade de Suzano em tecido foi preenchido, região por região do OP. Esse registro permanecia na escola por um tempo. No momento da Assembleia Geral do OP os pedaços correspondentes a cada uma das doze regiões foram reunidos e costurados formando assim um mapa gigante de Suzano que foi apresentado na Posse dos Conselheiros e no Encontro das Cidades. As crianças convidavam o CORPO, e também nossa equipe de trabalho, a pensar outras possibilidades de ser e estar na cidade. Essa experiência provocou deslocamentos.

Com a experiência de uma vida dedicada às lutas populares, José Candido percebeu a produção das crianças. Para ele, “O OP é a partilha de experiência, de cidadania, de participação. Imaginem as crianças participando em Cirandas do OP pelo Brasil afora, onde podem chegar no futuro? Teremos um outro país”. (Boletim OP n.30, Julho/2008)

Todo o material de apoio ao OP foi produzido na experiência. Imersos neste fluxo, produzimos os conteúdos dos cadernos no movimento próprio dos acontecimentos. Naturalmente os cadernos didáticos contaram com colaboração de profissionais de comunicação na editoração e ilustração no sentido de torná-los agradáveis e coloridos, assim como as peças de comunicação de massa como faixas, cartazes, folhetos de divulgação e etc. Outros tantos materiais foram produzidos apenas por nossa equipe como os vídeos, apresentações em slides, boletins e outros. Este material está disponível em um blog específico e pode ser acessado em <http://opsuzano.blogspot.com.br>

Por fim, ao descrever o Orçamento Participativo em Suzano, partimos de uma breve contextualização histórica, administrativa e política da cidade, passamos pelo momento de concepção do OP e sua implementação, detalhamos as surpresas, as dúvidas, os encontros e desencontros de um movimento singular. No próximo capítulo, discutiremos com os autores selecionados em nosso referencial bibliográfico os três eixos para posterior análise: o Estado, a cidade e o sujeito.

Na materialidade de uma experiência vivida no ambiente urbano, estamos encontrando indícios de que uma pedagogia da cidade pode ser possível na medida em que os sujeitos se encontram para tratar de assuntos que lhes são comuns e, sendo comuns promovem adesão no desafio de pensar a realidade da vida na cidade e construir projetos de futuro. No OP a população se encontrava nas escolas durante as Plenárias Regionais, ou no CORPO no caso dos conselheiros eleitos em Plenária, para, junto do poder público, discutir a cidade, ampliar os olhares e produzir conhecimentos acerca da cidade. Desta maneira, ao elaborar os projetos para obras ou políticas públicas por parte da Prefeitura, parcerias foram se compondo, foram se descortinando horizontes de que a vida na cidade pode melhorar e, para tanto, é necessário assumir compromissos e construir vínculos. Em outras palavras, a cidade é necessariamente uma construção coletiva e que todos, sem exceção, podem participar.

Capítulo 2

Eixos pulsantes, linhas em tecitura.

O seu olhar
(Arnaldo Antunes / Paulo Tatit)

o seu olhar lá fora / o seu olhar no céu
o seu olhar demora / o seu olhar no meu

o seu olhar seu olhar melhora
melhora o meu

onde a brasa mora / e devora o breu
onde a chuva molha / o que se escondeu

o seu olhar seu olhar melhora
melhora o meu

o seu olhar agora / o seu olhar nasceu
o seu olhar me olha / o seu olhar é seu

o seu olhar seu olhar melhora
melhora o meu

No capítulo anterior conhecemos a implementação do Orçamento Participativo na materialidade concreta da cidade de Suzano, campo empírico desta pesquisa. Agora vamos partir para um estudo dos autores presentes em nosso referencial bibliográfico.

Neste segundo capítulo nos esforçaremos em desenvolver os eixos que pulsaram nesta experiência do primeiro ao último dia, da primeira a última página. Pensamos num novelo cujas linhas saem e vão tecendo nosso pensamento, parte dele presente em forma de análises e invenções no terceiro capítulo. Representam ainda linhas invisíveis que vão, página a página, cosendo este texto.

Transitando pela literatura específica encontramos as balizas que nos ajudaram a fluir no curso deste estudo, com olhar dos autores revelando-nos paisagens e, como sugere a epígrafe acima, transformando o nosso olhar. Os eixos, as linhas escolhidas para este trabalhado são: Estado, cidade e sujeito, desde já anunciados *outros*.

2.1 Estado outro

se toda escada esconde / uma rampa
 ampara o horizonte / uma ponte
 para o oriente
 um olhar
 distante
 em volta de um assunto / uma lente
 depois de cada luz / um poente
 para cada ponto
 um olhar
 rente [...]

diante do infinito / um mosquito
 em torno de um contorno / gigante
 cada eco leva
 uma voz
 adiante

decanta em cada canto / um instante
 de dentro do segundo / seguinte
 que só por um momento
 será
 antes

e a montanha insiste em ficar lá
 parada

Para lá
 (Arnaldo Antunes)

Agora que já conhecemos nosso campo empírico, estudaremos nossa primeira linha para tecitura de nossas análises. Registraremos nossos estudos sobre o Estado colocando nosso foco no exercício do político. Iniciaremos nosso percurso com Eduardo Viveiros de Castro (1951), antropólogo brasileiro que apresenta suas reflexões sobre o Estado a partir do encontro do índio com onça na mata, a força subjetivadora do Estado diante do sujeito e a tensão permanente entre movimento e paralisia. Contaremos com o apoio de dois filósofos franceses, Gilles Deleuze (1925-1995) e Michel Foucault (1926-1984) para chegar até a noção o Estado sendo disputado permanentemente pelas forças do mercado e da comunidade e o Estado-novíssimo-movimento-social do português Boaventura de Sousa Santos (1940).

Quantas vezes durante as plenárias regionais, reuniões do CORPO e centenas de encontros na cidade nos deparamos com medos, angústias, tensões que nos colocavam a pensar que havíamos acelerado demasiado. A sabedoria popular recomendava prudência: “devagar com o andor porque o santo é de barro”. E o santo esteve prestes a quebrar. Como se um limite de suportabilidade estivesse prestes a ser ultrapassado, como se a barragem estivesse prestas a romper. Não nos atentamos aos vazamentos da barragem? Não percebemos a água escoando? Não sentimos os pingos das goteiras? Porque quase rompia mesmo, quase um conflito mais intenso fazia ruir uma plenária inteira. Foram muitos os momentos em que nos vimos em situações deste tipo. Em 2007, por exemplo, um conselheiro mobilizou muitos moradores da região para a plenária. Esse esforço era bem comum, mas naquela noite algo parecia estar de fato a romper em conflito mais agudo. Aquela plenária³³ que aconteceu numa escola do chamado rio Abaixo³⁴ estava muito agitada, em particular um grupo específico que nos dava claros sinais de que estava ali para votar e não se interessava muito pelo processo. Estavam convictos dos votos nas prioridades e no candidato ao conselho, eles carregavam uma *colinha* com tais informações. Isso tornava todo processo de discussão muito cansativo para eles. Pois bem, *quase* a plenária não termina. Nesta mesma plenária, não bastasse a tensão geral, nos deparamos com uma situação muito séria: uma criança estava saindo pelo portão da escola, sozinha, no escuro da noite. As plenárias eram sempre muito cheias de crianças mas, neste episódio, *quase* algo muito sério aconteceu. *Quase*.

Durante esta pesquisa, nosso encontro com o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro nos remeteu novamente a alguns momentos vividos em Suzano, trazendo à memória e ao corpo a tensão e a angústia destes momentos de *quasidade*. Não era para menos...

33 Aquela em particular com mais de duzentas pessoas e um grupo de aproximadamente quarenta meninos, metade deles numa mesma ‘onda’.

34 A região conhecida como Rio Abaixo se situa na porção Norte do Município, à margem direita do Rio Tietê. Trata-se de uma região densamente povoada. O centro comercial, financeiro e administrativo, a estação da CPTM que interliga com o sistema de metrô na cidade de São Paulo e todo o sistema de transporte público de passageiros da região metropolitana estão do outro lado do Rio.

Sobre o significado de solidão para os índios, Viveiros de Castro fala em *quase-eventos*, ou seja, quase acontecer alguma coisa é um modo bem específico de acontecer. Para ele, as histórias de um *quase-morri* são as mais interessantes. É justamente a existência do *quase* que permite a história ser contada; não fosse o *quase* seria a morte e, com a morte, não haveria história. Até haveria história, mas por razões óbvias não seria possível ao morto transmiti-la. O índio pode estar angustiado, ele pode estar triste, pode estar chateado; então ele sai sozinho para mata e é justamente nessa situação que ele se depara com um dos maiores perigos que a mata reserva: a onça!

Viveiros relata com precisão o que isso significa, como o índio deve se comportar para enfrentar o olhar da fera, um olhar que pode captura-lo, a onça pode comer o índio. Essa (por assim dizer) vitória de um sobre o outro, da onça sobre o índio ou do índio sobre a onça, se inicia antes da batalha propriamente dita. Ela se inicia na troca de olhares entre o sujeito onça e o sujeito índio. O índio pode enfrentá-la e sobreviver à onça. Então o índio volta para a aldeia contando a história:

- Encontrei uma onça. Ela quase me pegou, mas eu escapei... (É uma espécie de *acho que vi um fantasma*. Porque normalmente viu mesmo).

Foto 13 Onde a onça bebe água.



Fonte: imagem disponível na internet.

Essa ideia de *quasidade* nos provocou a pensar na morte como inexistência de história, ou de uma determinada história por uma determinada perspectiva. Pois bem, nas duas histórias de um, digamos, certo pânico vivido durante a plenária acima citada, ainda assim percebemos que não houve paralisia. Esse temor não impediu que o movimento continuasse. No caso da criança saindo sozinha pelo portão da escola naquela noite fria de 2007, poderíamos ter optado por outras formas de lidar com a situação. Optamos por inventar a *Ciranda do OP* e, de alguma maneira, o fluxo das crianças presentes nas plenárias virou tributário do fluxo dos adultos no curso do OP.

Os encontros com Eduardo Viveiros de Castro provocaram deslocamentos em nosso pensamento sobre o Estado. Para o antropólogo, o Estado pode ser imaginado como a encarnação do absoluto, algo inegociável, como um fato consumado.

Não podemos escolher não “ter” Estado, pois o Estado é algo que está essencialmente antes e fora de nós. Pertencemos a um Estado, querendo ou não, a despeito de todo pacto, todo contrato, todo livre arbítrio, todo ideal democrático. Se não estivermos no Estado, imersos no elemento do Estado, não somos ninguém. Todo Estado é universal, aspira a ser um Estado universal. (...) Universal num duplo sentido: no sentido também de que não há “outros” Estados, só há um Estado. O Estado é um Eu que nunca é Outro (CASTRO, 2008, p.229).

O que acontece é uma sujeição ao Estado, ou seja, o sujeito definido por um ente maior e anterior, um todo que não se move e (de alguma maneira) o define. “É a experiência do cidadão K, do homem qualquer, diante da lei: a despossessão subjetiva extrema, a perda das condições de auto definição. É essa alteridade que me confronta que define quem sou; estou em suas mãos” (CASTRO, 2008, p. 231). Nessa relação de alteridade sujeito e Estado que se produz o cidadão. Diante do Estado somos indivíduos, somos parte dele, como se nesse confronto estivesse o indivíduo sozinho de um lado, do outro lado a totalidade e, entre eles um vazio. Em nosso atual momento da economia capitalista, esse vazio relacional se manifesta como desamparo e como desespero.

O fluxo desse raciocínio tem força de arrasto. Seguimos pensando o Estado como o oposto das relações de parentesco. Ora, nas situações de desespero a

quem recorrer? Recorremos ao pai, à mãe, aos irmãos... Mas o Estado é o contrário do parentesco.

O parentesco, na experiência sociológica moderna, costuma ser estigmatizado como uma sobrevivência tyloreana, uma superstição tradicional que ameaça a racionalidade e a imparcialidade do Estado. O parentesco é a corrupção, o nepotismo; as solidariedades arcaicas que atravancam a marcha do Estado democrático. O Estado está acima dos interesses familiares, dos interesses privados. (CASTRO, 2008, p 232).

Isso é constituinte do Estado moderno. O autor parece ironizar quando concorda que o Estado deveria funcionar desta maneira, que deveria, mas não funciona. Pensemos na coisa pública, pensemos no Estado como a antítese das relações de parentesco, das relações familiares, *o lugar onde o filho chora e a mãe não vê. Não vê e não ouve*, a mãe não houve e não há. Mas ao mesmo tempo o Estado funciona como uma espécie de cobertura de proteção desde que o indivíduo possua o passaporte, seu ingresso para acessar a proteção: o RG funciona como inscrição no Estado, o passaporte para a cidadania.

Estar numa experiência política com o corpo implicado movimenta o pensamento. Estar numa pesquisa igualmente nos empurra, nos lança num pensamento movimento. Impossível, neste caso, pensar em modo Estado. Pensamos em modo rio. O rio em sua fluidez permanente no sentido nascente – foz, mas também nas correntes laterais que lutam para atravessar o seu curso natural-gravitacional, os tributários que chegam pelas laterais e encorpam seu fluxo principal.

A epígrafe escolhida para esta primeira linha nos ajuda a compreender o Estado como a montanha. Na canção *Para lá*, o compositor nos ajuda a perceber movimentos e não movimentos. Tem escada, tem rampa, tem ponte porque tem gente fazendo e usando escada, rampa e ponte. Tem assuntos e sentidos, tem horizontes e orientes, tem ponto e olhar rente. Tem gente olhando distante, tem gente transitando sobre o chão. Tem ponto, tem infinito e tem voz ecoando. E tem temporalidades: instante, segundo, momento. *E a montanha insiste em ficar lá, para lá, parada*. Consideramos aqui o Estado como a montanha, e a vida como o movimento que termina apenas com a morte. Pensemos também o político (aqui compreendido como movimento) em tensão permanente (por vezes em oposição)

com o Estado. Como pensar então um movimento provocado na cidade partindo da iniciativa do Estado local?

Observemos, mesmo que brevemente, um exemplo de movência possível por dentro da estrutura. Viveiros de Castro analisava o Estado como aparelho de captura semiótico-material presente na história da humanidade quando relata suas análises sobre a afirmação do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, durante o Seminário Internacional da Diversidade Cultural, sobre a necessidade de pensarmos novas formas de Estado. A afirmação do ministro brasileiro nos dá algumas pistas: seria mesmo o Estado uma forma única? O Estado é capaz de suportar mudanças que não sejam meramente administrativas?

Abrimos um rápido parêntese neste ponto: Não se trata aqui de pensar que o caminho seja o princípio do mercado como defendem alguns, em particular do capitalismo no seu momento neoliberal. Por mais que a publicidade trabalhe diuturnamente tentando nos fazer acreditar no mercado como a única saída para os dramas da existência, sabemos que viver não se resume a consumir mercadorias e que trocas de natureza não mercantis são necessárias para a vida. Fechamos o parêntese.

Portanto, pensarmos o Estado em sua complexidade e em suas contradições. Talvez, como sugere o antropólogo, a solução esteja em promover diversidade no sentido de criar as condições para que o maior número de possíveis possa acontecer, no sentido de aumentar o número de possibilidades no planeta e na vida. A política que interessa a Eduardo Viveiros de Castro é aquela que multiplica os possíveis. Se por um lado podemos compreender o Estado como estático, por outro lado e ao mesmo tempo, compreender a política como movimento, e entre o estático e o movimento, entre o Estado e as comunidades há um grupo político vinculado a uma base social, aos chamados movimentos sociais e populares, que chega pela via eleitoral à instituição e, neste lugar considera que mais sabe da cidade, seus detalhes, seus fluxos, seus acontecimentos, quem vive nos bairros e portanto transita no território da cidade. Não se trata, portanto, de pensar o Estado salvaguardando a diversidade, mas pensar o Estado (de alguma forma) promovendo da diversidade. Não é mercado, não é unidade apenas; é movimento e acontecimento: quanto mais encontro, melhor. Mais o político se movimenta, mais os sujeitos, nesta experiência, se movimentam. E o Estado em sua institucionalidade jurídica garantindo, dando legalidade para esse movimento, servindo a essa

movência com sua estrutura e colocando essa estrutura que é pública a serviço da ampliação dos horizontes, ou seja, de outras possibilidades de estar na cidade, de construí-la e de viver nela.

Provocado a pensar sobre os limites do Estado, o antropólogo se esquivava. Ele aceita o fluxo do ministro Gilberto Gil e segue discutindo outras formas de Estado, outros limites que não sejam esses já conhecidos: até onde se pode ir com o Estado? Até onde se pode ir estando na instituição? o que nos provoca a pensar nas fronteiras entre Estado e sociedade, mas também nas fissuras e brechas presentes na fronteira, ou mais particularmente nos indivíduos que compõem um lado e outro, entre o sujeito e o cidadão, entre o estático e o movimento. O que está nesse entre?

Gilles Deleuze nos ajuda nessa empreitada. Observando atentamente as entrevistas para Claire Parnet em 1988³⁵ encontramos este filósofo falando sobre temas que encorpam nosso fluxo. Quando perguntado sobre o que é ser de esquerda³⁶, ele afirma que apenas existem governos favoráveis a exigências de esquerda, não existindo, portanto, governos de esquerda. Primeiro ele diz ser uma questão de percepção:

Não ser de esquerda é como um endereço postal. Parte-se primeiro de si próprio, depois vem a rua em que se está, depois a cidade, o país, os outros países e, assim, cada vez mais longe. Começa-se por si mesmo e, na medida em que se é privilegiado, em que se vive em um país rico, costuma-se pensar em como fazer para que esta situação perdure. Sabe-se que há perigos, que isso não vai durar e que é muita loucura. Como fazer para que isso dure? [...] E ser de esquerda é o contrário. É perceber... [...] Primeiro, o contorno. Começam pelo mundo, depois, o continente... europeu, por exemplo... depois a França, até chegarmos à *rue de Bizerte* e a mim. É um fenômeno de percepção. Primeiro, percebe-se o horizonte. (DELEUZE, 1995, p. 30)

Não se trata de pensar a perduração das coisas enquanto sua manutenção em estado atual a partir do sujeito para o mundo, mas num sentido inverso que parte do mundo para o sujeito. Deleuze entende ser impossível perdurar um sistema de injustiças tão absurdas como o fato de milhões de pessoas morrendo de fome. Ser de esquerda é perceber tais injustiças e considerar que devem ser resolvidas. Ele exemplifica com as conhecidas políticas de redução da natalidade como redução da miséria e da pobreza, e adverte que tal argumento esconde, na verdade, um desejo

³⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QpPle4DpZC8>>. Acesso em: 21/jan/2016.

³⁶ G de Gauche [Esquerda]

de manutenção de privilégio de classe. Afirma que ser de esquerda é saber que os problemas do *terceiro mundo* estão mais perto do que os problemas seu bairro. Portanto, um problema de percepção.

O filósofo acrescenta um segundo elemento: ser de esquerda é também uma questão de minorias.

A esquerda nunca é maioria enquanto esquerda por uma razão muito simples: a maioria é algo que supõe – até quando se vota, não se trata apenas da maior quantidade que vota em favor de determinada coisa – a existência de um padrão. No Ocidente, o padrão de qualquer maioria é: homem, adulto, macho, cidadão. [...] Portanto, irá obter a maioria aquele que, em determinado momento, realizar este padrão. Ou seja, a imagem sensata do homem adulto, macho, cidadão. Mas posso dizer que a maioria nunca é ninguém. [...] Só que muitas pessoas se reconhecem neste padrão vazio. As mulheres vão contar e intervir nesta maioria ou em minorias secundárias a partir de seu grupo relacionado a este padrão. Mas, ao lado disso, o que há? Há todos os devires que são minoria. As mulheres não adquiriram o ser mulher por natureza. Elas têm um devir-mulher. Se elas têm um devir mulher, os homens também o têm. Falamos do devir-animal. As crianças também têm um devir-criança. Não são crianças por natureza. Todos os devires são minoritários. [...] A esquerda é o conjunto dos processos de devir minoritário. Eu afirmo: a maioria é ninguém e a minoria é todo mundo. Ser de esquerda é isso: saber que a minoria é todo mundo e que é aí que acontece o fenômeno do devir. É por isso que todos os pensadores tiveram dúvidas em relação à democracia, dúvidas sobre o que chamamos de eleições. (DELEUZE, 1995, p. 30-31)

Interessante pensar nos devires da citação acima, particularmente o devir minoria. Percebemos serem vazias as maiorias. Percebemos também serem devires as minorias e, exatamente por isso, serem todo o mundo. Viveiros de Castro afirma que ser de esquerda é levantar problemas no exato ponto onde à direita interessa que nada aconteça, onde não haja problema. Portanto, concorda com Gilles Deleuze quanto à inexistência de governos de esquerda:

Não há governo de esquerda. Nem governo de esquerda dentro do Estado, pois o Estado não existe para levantar problemas. Mas pode haver ações de esquerda dentro do Estado, pode haver pessoas que levistem problemas. Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis, que aumenta o número de possibilidades abertas para a espécie, e só. Uma política cujo objetivo é reduzir as possibilidades, as alternativas, circunscrever formas possíveis de criação e expressão, é uma política que descarto de saída. (CASTRO, 2008, p 255)

Nesse percurso, chegamos ao entendimento que é possível construir composições entre estática e movimento. Se considerarmos a vida como fluxo, neste movimento os sujeitos estão em permanente devir e, em oposição, toda vez que ocorre a anulação de uma diferença, o que ocorre na verdade é uma anulação de vida, ou dito de outra forma, o que ocorre é morte. A vida é movimento, a vida é devir, a existência é deferir. Se, como afirma Viveiros de Castro, não é a unidade que está no coração das coisas e sim a diversidade, é necessário rever a ideia de valor e seus derivados como avaliação e valoração. Porque valorar é medir, comparar, pesar, é colocar na balança para escolher entre leveza e pesadume, é escolher uma coisa em detrimento de outra. E nesse aspecto, podemos considerar que viver é isso tudo porque viver é interessado, quem vive tem interesse. A vida, por si, prioriza.

Portanto, de acordo com o antropólogo brasileiro, é necessário mudar de vida, mudar nosso modo de vida e, para tanto, mudar de sistema:

O capitalismo é um sistema político-religioso cujo princípio consiste em tirar das pessoas o que elas têm e fazê-las desejar o que não têm – sempre. O outro nome disso é “desenvolvimento econômico”. Estamos aqui diante de uma teologia da falta e da queda, da insaciabilidade infinita do ser humano perante os meios materiais finitos de satisfazê-los. A noção recente de “desenvolvimento sustentável” é, no fundo, apenas um modo de tornar sustentável a noção de desenvolvimento, a qual já deveria ter ido para a usina de reciclagem de ideias. Contra o desenvolvimento sustentável, é preciso fazer valer o conceito de suficiência antropológica. Não se trata de uma auto-suficiência, visto que a vida é diferença, relação com alteridade, abertura para o exterior em vista da interiorização perpétua, sempre inacabada, desse exterior (o fora nos mantém, somos o fora, deferimos de nós mesmos a cada instante). Mas se trata sim de auto-determinação, de capacidade de determinar para si mesmo, como projeto político, uma vida que seja boa o bastante. (CASTRO, 2008, p 258).

Ele conclui sugerindo a transição de um modo de vida onde *tudo é necessário e nada é suficiente* para outro modo de vida onde *muito pouco é necessário e quase tudo é suficiente*. Fica ainda mais evidente para nós que o mercado não é o caminho. Reafirmamos para demarcar nossa posição crítica ao capitalismo neoliberal na sua disputa por menos intervenção estatal na economia, nesta tensão permanente por mais espaço para o mercado como regulador das dinâmicas e equilíbrios sociais. Mais do que isso, quando a ideologia neoliberal e a pequena elite capitalista mundial capturam todo um modo de vida a ponto de destituir os Estados

nacionais, tornando-os reféns das grandes corporações e dos organismos políticos supranacionais.

Aceitamos a provocação do então ministro da Cultura Gilberto Gil e continuaremos trabalhando mais adiante essa ideia de um (por assim dizer) ser de esquerda dentro do Estado. Dito de outra maneira, entre a montanha parada do Estado e o movimento das comunidades, ao ocupar essas brechas, se instalou uma outra coisa no sentido de que percebemos a ampliação do horizonte de possibilidades.

Afluente axiologia

Nossos estudos sobre o livro Nietzsche e a Filosofia de Gilles Deleuze com Peter Pál Pelbart³⁷ nos provocaram abalos sísmicos. Na oportunidade do curso intitulado *Nietzsche: do ressentimento ao além do homem*, trabalhamos a ideia de um positivismo fatalista compreendido como o império do realismo: a realidade existe por si mesma e, portanto, é preciso aceitar os fatos tais como eles são. Cada filosofia tem sua concepção do que é um fato, do que é a realidade e do que é o *ser*, algo que por si já significa uma determinada interpretação do que é a realidade. Essa espécie de aceitação da realidade é recusada por Nietzsche; este considera que tal aceitação é uma obediência aos poderes que querem se fazer aceitar como realidade, visto que tais poderes determinam o que é e o que não é real. Digamos que um certo fatalismo como uma espécie de respeito sacrossanto à realidade, respeito absoluto ao fato, uma espécie de renúncia da suspeita, renúncia essa que traz uma vontade fraca. Segundo Pelbart, para Nietzsche viver é avaliar, pesar, colocar na balança, comparar, preferir uma coisa a outra, estabelecer uma hierarquia, é instaurar uma perspectiva, é selecionar, viver é, portanto, interessado. Quem vive tem interesse. A vida não pode colocar a si mesma em parênteses, ela aprecia, deprecia, ela escolhe, prioriza. A vida não pode fingir que não existe em favor de um suposto mundo neutro, de uma realidade objetiva. Por isso sempre

³⁷ Professor no Departamento de Filosofia e no Núcleo de Estudos da Subjetividade do programa de pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. Coordenador da Cia Teatral Ueinzz. Em curso oferecido durante o segundo semestre de 2015 em São Paulo/SP.

quando nos querem convencer em nome de uma realidade objetiva, há por trás disso um poder querendo se fazer reconhecer. De modo genérico, podemos pensar a título de exemplo que a ciência estabelece hoje o que é considerado verdade, nos fazendo crer que é neutra, isenta e objetiva. Como se não existissem jogos de poder, forças em jogo, como se a própria ciência não fosse também institucional que tenta fazer valer um ponto de vista. A objetividade é um ponto de vista! O encontro com esses pensadores nos provocou muito, nos levou a pensar o realismo como mecanismo de intimidação de outras (e diversas) perspectivas ou avaliações. Ao avaliar a vida torce, distorce, ela prefere, repele, a vida mente, disfarça, produz ilusões, fabulações. A vida lança sobre o mundo uma espécie de véu de fabulação e nisso não há nada de errado porque a vida precisa continuar persistindo, ou seja, a vida mente para poder continuar. Nietzsche não fala em nome da verdade, ele coloca em suspeita aqueles que querem ou falam em nome de uma verdade e que, em nome da verdade impõem aos outros o seu império. A vontade de verdade já é expressão de uma certa vontade de potência instaurando o seu poder. Será que o pensamento e a filosofia querem mesmo a verdade, ou é mais uma ilusão? A prática da suspeita não busca uma verdade mais profunda para substituir a anterior.

Michel Foucault é outro mestre na suspeita que fala da vontade de verdade. Com Pelbart, entendemos que Foucault afirma o pensar sobre si através de uma verdade como dispositivo de poder. A verdade do sexo, por exemplo, é um dispositivo de poder. A racionalidade também é um dispositivo de poder. Mas, aproveitando o tema da sexualidade, qual a verdade do sujeito sobre a sua sexualidade? Quais são as verdades subjetivas?

Foi-se construindo com o tempo um sujeito do tipo racional, obcecado com a verdade e que, em nome dela, sacrifica muitos outros planos da existência. A vida talvez seja mais interessante que a verdade, ao passo que a primazia da verdade desvitaliza porque talvez deixe de fora muitas coisas importantes. A verdade pode ser insignificante. A vida seleciona a verdade que interessa para ela.

Nos encontros proporcionados nesta pesquisa, nos cursos e disciplinas, aprendemos que, para Foucault há jogos de verdade, há regimes de validação e de produção de verdades e que, portanto, o regime vigente produz as suas verdades. Conhecemos os *regimes de veridicção*. Deslocamento: não se trata de ser verdade ou não. Trata-se de funcionar por um determinado tempo.

O afluente ganha corpo. Afluente encorpado.

Durante a disciplina *Tópicos Especiais em Educação: Políticas, Gestão e o Sujeito Contemporâneo*, percorrendo textos de Michel Foucault, estudamos o tema da governamentalidade. O governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia; a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política. Em relação à moral e à economia, a política tem sua singularidade. Mas o importante é que, apesar desta tipologia, as artes de governar postulam uma continuidade essencial entre elas. Enquanto a doutrina do príncipe ou a teoria jurídica do soberano procuram incessantemente marcar uma descontinuidade entre o poder do príncipe e as outras formas de poder, as teorias da arte de governar procuram estabelecer uma continuidade, ascendente e descendente. Continuidade ascendente no sentido em que aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar sua família, seus bens, seu patrimônio. É esta espécie de linha ascendente que caracterizará a pedagogia do príncipe³⁸.

Em sua investigação das relações de poder, Michel Foucault afirma a necessidade de analisá-las através dos antagonismos: investigar a insanidade para descobrir a sanidade, investigar o campo da ilegalidade para descobrir a legalidade, investigar as resistências, aquilo que (vasa) escapa aos dispositivos de disciplina e controle para compreender o que são as relações de poder. Ele indica uma série de oposições: homens sobre as mulheres, pais sobre filhos, o psiquiatra sobre o doente mental, a medicina sobre a população, a administração sobre os modos de vida das pessoas. Para Foucault, o principal objetivo das lutas é atacar, não tanto esta ou aquela instituição de poder, grupo, elite ou classe, mas antes, uma técnica, uma forma de poder.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência

³⁸ Referência à obra de Nicolau Maquiavel publicada em 1532.

ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (FOUCAULT, 1995, p. 235)

Ele nos indica uma tipologia das lutas: contra a dominação (étnica, social e religiosa), contra a exploração (separam o indivíduo daquilo que ele produz) e contra a submissão (contra sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). E indica que este último tipo de lutas têm se tornado cada vez mais importante: as lutas contra a submissão da subjetividade assumiram o primeiro plano.

Encontro das águas

Percebemos, então, alguns pontos de contato acerca do Estado entre Eduardo Viveiros de Castro provocado por Gilberto Gil, e Michel Foucault. Com Michel Foucault percebemos o Estado moderno em sua relação com o que este filósofo chama de 'poder pastoral'. Em *O Sujeito e o Poder*, Foucault fala de um conjunto de lutas que, ao contrário do que poderíamos pensar a priori, não tentam atacar esse ou aquele grupo, classe, instituição, técnica ou forma de poder. Antes, procuram atacar a forma de poder que aprisiona o sujeito a uma identidade, uma individualidade, a uma determinada verdade. Ele compreende a palavra *sujeito* como forma de poder *que torna sujeito a*, que subjuga. Afirma que o Estado é uma forma de poder capaz de conciliar individualização e totalização. Utiliza a figura do pastor para nos ajudar a compreender o poder de: 1) assegurar a salvação individual num outro mundo; 2) sacrifício da própria vida em nome da salvação do rebanho; 3) cuidar da comunidade e de cada indivíduo durante toda a vida; 4) conhecer os segredos de cada indivíduo, saber de sua consciência para dirigi-la.

Esta forma de poder é orientada para a salvação (por oposição ao poder político). É oblativa (por oposição ao princípio da soberania); é individualizante (por oposição ao poder jurídico); é co-extensiva à vida e constitui seu prolongamento; está ligada à produção da verdade – a verdade do próprio indivíduo. (FOUCAULT, 1995, p.237)

Foucault considera o Estado moderno uma estrutura muito sofisticada, uma nova forma de poder pastoral. A partir do século XVIII ele identifica algumas mudanças: 1) assegurar a salvação neste mundo mesmo, compreendendo salvação como saúde, bem estar, segurança, proteção contra acidentes; 2) reforçar a administração do poder pastoral. Exercidos diretamente pelo Estado (aqui aparece o

papel da polícia³⁹) ou por empreendimentos privados como sociedades de bem estar, filantropos, benfeitores; 3) desenvolvimento do saber sobre o homem em torno de dois pólos: a) globalizador e quantitativo concernente à população, b) analítico, concernente ao indivíduo. Como resultado, o poder pastoral até então (e por séculos) restrito a uma instituição religiosa, espalhou-se para toda sociedade. Foucault finaliza esse trecho de seu texto *por que estudar o poder: a questão do sujeito* dizendo ser necessário recusar o que somos. “Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos desse “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização próprias às estruturas do poder moderno.” (FOUCAULT, 1995, p.239)

Queremos pensar um pouco com Foucault quando ele analisa o exercício do poder ou *como acontece quando os indivíduos exercem o seu poder sobre os outros indivíduos*, pensar a palavra participação, já bastante desgastada nos dias de hoje e que foi muito utilizada nas duas últimas décadas. Com Foucault, pensamos a participação no sentido de que o poder é exercido na relação entre parceiros, como partes que se relacionam. Lembramos que as forças da oposição política ao governo em Suzano muito pouco estiveram no orçamento participativo. Pelo que conseguíamos na época identificar as forças políticas em luta da cidade, percebíamos a presença de grupos de oposição política e eleitoral nas plenárias regionais deliberativas, mas quase nunca nas demais instâncias. Consideremos com Foucault os ‘parceiros’ como individuais ou coletivos de forma que a ação de um é sempre sobre os outros em relação, ou seja, só existe na ação. Em sendo assim, em ato, o poder não é consentido. Analisando o material e o trabalho realizado no campo empírico, percebemos que cada participante ao agir em uma plenária regional partilhava conhecimentos sobre a cidade, trocava opiniões sobre esse ou aquele assunto referente à sua vida, ao seu bairro, acumulava as informações dos representantes da prefeitura sobre os assuntos de seu interesse e, neste movimento, construía possibilidades. Seria esse um dos motivos para a recusa das forças de oposição ao orçamento participativo? Já no conselho esse processo de conhecimento da cidade, de estudos, de trânsitos na cidade se mostrava muito aprofundado e, por conseguinte, o horizonte de possibilidade se ampliava.

³⁹ Segundo Foucault, a força policial foi inventada no século XVIII para assegurar a manutenção, higiene, saúde e padrões urbanos, em atendimento às necessidades para o artesanato e o comércio.

Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói, ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que o 'outro' (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. [...] é um conjunto de ações sobre ações possíveis; opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e quanto eles agem ou são suscetíveis a agir. (FOUCAULT, 1995, p.243)

Sobre a impessoalidade do Estado, sua preocupação com os interesses da totalidade dos indivíduos, Foucault enfatiza também o poder individualizante do Estado e uma astuciosa combinação, uma artimanha entre técnicas de individualização e procedimentos de totalização. Sua argumentação parte da análise do *poder pastoral* nascido com o cristianismo e a igreja, com a ideia de salvação individual num outro mundo, articulando um cuidado individual e coletivo, com a figura do pastor e noção de rebanho. Trata-se de uma forma de poder orientada para a salvação, em oposição ao poder político. Este autor considera o Estado moderno uma nova forma de poder pastoral, (re)significando a *salvação* com as políticas públicas que colaboram com a sobrevivência neste mundo mesmo: saúde, segurança e etc.

Com Boaventura de Souza Santos pensamos o Estado na perspectiva das transformações atuais, considerando os imperativos do capitalismo neoliberal. E neste movimento chegamos à ideia de 'despolíticação do Estado' a partir da criação de um anti-Estado dentro do próprio Estado. Este autor sugere a emergência de uma nova forma de organização política mais abrangente que o Estado onde este articula e integra organizações, fluxos e redes com elementos estatais, não estatais, locais, nacionais e globais. O Estado perdendo o controle da regulação social mas ganhando o controle da meta-regulação, esta compreendida como seleção,

coordenação, hierarquização e regulação de seus contratados e subcontratados, e neste processo os agentes não estatais recebem poderes estatais por concessão. Desta maneira o Estado ganha outro caráter: “O Estado é um interesse sectorial sui generis cuja especificidade consiste em assegurar as regras do jogo entre interesses sectoriais”. (SANTOS, 2006, p. 365)

A noção de Estado como novíssimo movimento social nos provoca a pensar que, na tensão com o mercado e com a comunidade, o Estado tanto passa por profundas transformações quanto vai se adaptando aos ditames da realidade do capitalismo neoliberal e tem, como percebemos, jogado sempre no limite do insuportável. Desta maneira o orçamento público, por exemplo, é disputado palmo a palmo pelos mais variados interesses e, no enfrentamento com uma elite empresarial ou nas artimanhas da administração, da normatização e regulamentação dos gastos públicos e da execução orçamentária, não necessariamente os interesses populares estão colocados dentre os prioritários. Atribui-se a Otto von Bismarck, primeiro ministro do reino da Prússia na segunda metade do século XIX a seguinte frase: “os cidadãos não poderiam dormir tranquilos se soubessem como são feitas as salsichas e as leis”. Preferimos não imaginar os motivos que levaram Bismarck a suspeitar dos ingredientes, da higiene e ou dos métodos utilizados na produção deste embutido naquela época. Sabemos, contudo, que as salsichas são muito consumidas até hoje. Quanto às leis, sabemos serem produzidas no jogo das forças, no enfrentamento dos interesses que ocupam, que disputam, ou que colonizam os espaços de representação no poder legislativo. O mesmo acontece no interior do poder executivo. Se consideramos que o Estado está permanentemente em disputa e, neste jogo de forças, a população que mais precisa de um rede de proteção para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência por meio das políticas públicas⁴⁰, no caso de Suzano enquanto nosso campo empírico, em particular o pobre, o negro, o migrante entre outros, estão em desvantagem nessa disputa se comparados à força da elite empresarial no atual sistema político e eleitoral capturado pela lógica da publicidade, do espetáculo e do financiamento privado das campanhas. Uma política como o orçamento participativo pode trazer os setores da população para interferir na decisão sobre os destinos do

⁴⁰ Políticas habitacionais, da rede de atendimento de saúde e de educação públicas, infraestrutura urbana básica como saneamento e abastecimento de água, políticas de combate à miséria e a pobreza, políticas de transporte público dentre outras.

dinheiro público, uma iniciativa que (suspeito) seja considerada loucura por parte dessa elite. Portanto, considerar o Estado disputado palmo a palmo.

Outro exemplo desse tipo de disputa, este em escala nacional (e mesmo internacional), é a questão do superávit primário que significa reservar grandes volumes do orçamento público federal para o pagamento da dívida pública federal quando não se realiza algum tipo de auditoria desta dívida de forma a desvendar para onde drenam os recursos, a justeza das dívidas contraídas pelo Estado, os interesses presentes em tais contratos quando tais recursos poderiam ser alocados em outras políticas de interesse público. Não estamos aqui colocando em dúvida tais contratos celebrados com o Estado. Estamos sugerindo com Foucault que investigar o poder significa necessariamente responder a uma pergunta: a quem interessa? Quais grupos de interesse estão presentes nesses contratos da dívida pública? Em que condições tais contratos foram celebrados?

Evidentemente que tais características têm consequências naquilo de Boaventura chama de qualidade da democracia.

Disse o poeta João Cabral de Melo Neto: “os rios que eu encontro vão seguindo comigo”. Os fluxos das experiências neste estudo e mesmo no empírico da realização do orçamento participativo em Suzano vão, na medida desta escrita se entrelaçando, promovendo reencontros e ajustes temporais. Durante nossos estudos alguns episódios vão tomando nossas lembranças como se em novos significados, outras cores e outros sentidos. A respeito da ciranda do OP em Suzano, por exemplo, o então deputado estadual José Candido reconheceu a importância de um trabalho que torna mais frequente o exercício democrático de escolher coletivamente as ações e/ou obras mais importantes, mais necessárias para a vida na cidade. Ele dizia sobre o exercício coletivo das escolhas, ou dito de outro modo, da construção de acordos num movimento que vem do dissenso, que vem do múltiplo, do diverso visto que as plenárias construíam publicamente a pauta das lutas, a lista dos desejos da população ao poder público tendo, nesse entre, o CORPO e a tarefa de qualificação das demandas e definição das prioridades. Em sua sabedoria popular, José Candido nos mostrou que esse trabalho é suado, exige esforço e parece revelar que, de alguma maneira, as classes populares podem ocupar mais espaço no controle democrático do Estado. E ainda se considerarmos que os exercícios no

orçamento participativo ao longo dos quatro anos estudados⁴¹ ampliam as possibilidades em relação ao calendário eleitoral com vistas ao preenchimento dos espaços no executivo e no legislativo brasileiro, por contágio suspeitamos que outras instâncias estatais como os conselhos, e não estatais como por exemplo as associações de moradores e outros espaços, aquilo que Boaventura chama de terceiro setor, podem experimentar relações mais horizontais e mais democráticas. Não seria absurdo afirmar, na esteira da observação de José Candido que na experiência do OP, no exercício dos pensamentos e das escolhas, se produzem outros sujeitos, se produzem outros sentidos no trânsito da vida na cidade e, neste ponto específico de nosso estudo não nos parece demasiado afirmar que promovemos enfrentamentos com aquilo que Boaventura chama de autoritarismo do Estado e autoritarismo do mercado. Passeando um pouco mais por nossa experiência nesse confronto com o estudo que qualifica nossa ação vivida, não podemos ser ingênuos em sugerir que a adesão se promovia pela consciência. Desta forma muitas forças disputavam por dentro, tentando fazer de todo movimento promovido pelo orçamento participativo mera correia de transmissão deste ou daquele interesse particular mesmo que coletivo. Nossa intuição levava a diluir tais pressões no caldeirão das plenárias, o que não era necessariamente tranquilo. Nos posicionávamos, por dever de ofício mas antes por opção política, num espaço de fronteira, num entre, num *inter-esses* que aceitavam o movimento e, agindo assim, buscando as forças necessárias para sustentar o movimento do OP, talvez tenhamos assistido os primeiros passos de uma ação política democrática que incidiu ao mesmo tempo sobre o Estado e o terceiro setor.

Só uma reforma simultânea do Estado e do terceiro sector, por via de articulação entre democracia representativa e democracia participativa, pode garantir a eficácia do potencial democratizante de cada um deles face aos fascismos pluralistas que se pretendem entre o Estado e o terceiro sector – tais como a cooperação, a solidariedade, a democracia e a prioridade das pessoas sobre o capital – poderão ser credibilizados politicamente” (SANTOS, 2006, p.366)

Pensamos tratar-se de uma boa articulação entre a verticalidade das relações necessárias ao funcionamento do Estado considerado em sua dimensão de

⁴¹ A primeira gestão Marcelo Candido foi de 2005 a 2008.

polícia⁴² e a dimensão da horizontalidade que subjaz ao princípio da comunidade. E desta maneira ensaiando alguma resistência, algumas linhas de fuga no confronto com a força avassaladora do princípio do mercado neste momento de capitalismo neoliberal.

2.2 Cidade outra

Yi-Fu Tuan nos carregou em sua força. Durante a leitura de *Topofilia: um estudo sobre a percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, fomos correntes a baixo rolando no leito, virando peixes, conchas, seixos, areias. Percebemos outros tantos olhares para a cidade, possibilidades outras de senti-la, de pensar a cidade e, desta maneira, nos demos conta de que uma cidade é muitas e tantas, razão pela qual procuramos um pouco na cultura popular alguns sinais de significação das cidades.

Nosso cancionário popular é rico na temática da saudade e, neste particular, da saudade da terra natal. Vejamos algumas canções populares que falam do movimento das pessoas no território, da migração, das relações construídas e dos sentimentos vividos neste trânsito sobre o chão.

O cantor, compositor e sanfoneiro Luiz Gonzaga, conhecido como o rei do baião, percorreu todo o território brasileiro com sua arte. Na canção *Pau de Arara*⁴³ ele fala de um retirante que deixa a cidade de Bodocó, também no sertão pernambucano, carregando poucas coisas.

Quando eu vim do sertão,
Seu môço, do meu Bodocó
A maleta era um saco
E o cadeado era um nó
Só trazia a coragem e a cara
Viajando num pau-de-arara
Eu penei, mas aqui cheguei
Trouxe um triângulo, no matolão
Trouxe um gonguê, no matolão

⁴² “a força policial não foi inventada, no século XVIII, apenas para manter a lei e a ordem, nem para assistir os governos em sua luta contra seus inimigos, mas para assegurar a manutenção, a higiene, a saúde e os padrões urbanos, considerados necessários para o artesanato e o comércio”. (FOUCAULT, 1995, p. 238)

⁴³ De Luiz Gonzaga (Exu/PE 1912 – 1989, Recife/PE).

Trouxe um zabumba dentro do matolão
 Xóte, maracatu e baião
 Tudo isso eu trouxe no meu matolão

A canção *Cuitelinho*⁴⁴, de domínio público, tem origem no folclore do Pantanal Matogrossense. Trata-se da história de um brasileiro que, tornado soldado, lutou na guerra do Paraguai.

Cheguei na beira do porto onde as ondas se 'espaia'
 As 'garça' da meia-volta e senta na beira da praia
 E o cuitelinho não gosta, que o botão de rosa caia
 Ai quando eu vim da minha terra despedir da 'parentaia'
 Eu entrei no Mato Grosso bem em terras Paraguaiais
 La tinha revolução, enfrentei forte 'bataia'
 A tua saudade corta como aço de 'navaia'
 O coração fica 'afrito', bate uma e a outra 'faia'
 E o 'zoio' se enchem d'água que até a vista se 'atrapaia'

A canção *Saudade da Minha Terra*⁴⁵ conta com detalhes a saga de um migrante que se despede de uma moça paulista para retornar ao sertão. Cansado do sofrimento na cidade, retorna à terra natal para morrer onde nasceu, e onde 'descansam' seus ancestrais.

De que me adianta viver na cidade
 Se a felicidade não me acompanhar
 Adeus, paulistinha do meu coração
 Lá pro meu sertão quero voltar [...]

A canção *Lampião de gás*⁴⁶ fala da saudade da infância vivida num quintal da rua da graça; *Luar do sertão*⁴⁷ fala da escuridão de uma cidade em comparação com claridade (que até parece um sol de prata) do luar do sertão; Em *Tristeza do Jeca*⁴⁸ a viola e a cantoria são o remédio para curar a dor da saudade da serra e do ranchinho à beira chão. Esta canção termina assim:

Vou parar cua minha viola já não posso mais chorar

⁴⁴Segundo consta, a letra foi recolhida por Paulo Vanzolini, zoólogo e compositor paulista, durante uma pescaria. Ele ainda acrescentou o seguinte verso: "Eu vou pegar seu retratinho e colocar numa medalha. Com seu vestidinho branco e um laço de cambráia. Pendurá-la em meu peito. Onde o coração travaia ia ia".

⁴⁵ Isidoro Castro de Assumpção, (Vigia/PA, 1858 – Belém/PA, 1925). Durante muito tempo foi desconhecida a autoria.

⁴⁶ De Zica Bergami (Ibitinga/SP 1913–2011, São Paulo/SP), em parceria com Hervê Cordovil, canção de 1957.

⁴⁷ De Catulo da Paixão Cearense (São Luiz/MA, 1863–1946), em parceria com João Pernambuco, canção da primeira década do século XX, provavelmente de 1914.

⁴⁸ De Angelino de Oliveira (Itaporanga/SP 1888–1964, São Paulo/SP). Canção da segunda década do século XX.

Pois um jeca quando canta tem vontade de chorar
 O choro que vai caindo
 Devagar vai se sumindo
 Como as águas vão para o mar

Em *Lamento Sertanejo*⁴⁹, o modo de viver na cidade para quem é do sertão tem sua particularidade: “eu quase não saio, eu quase não tenho amigo, eu quase que não consigo ficar na cidade sem viver contrariado”. A canção *No Rancho Fundo*⁵⁰, também conta uma história de saudade, mas percebe-se uma inversão. Os passeios pela cidade, os encontros na cidade, esse trânsito, tudo isso ampliou a visão de mundo do moreno, o personagem da canção. “Ele que era o cantor da primavera e que fez do rancho fundo o céu melhor que tem no mundo”. Contudo, o rancho e tudo aquilo perdeu o sentido. E o próprio moreno também mudou, ele não era mais o mesmo depois de sua experiência urbana.

Tudo por que
 Só por causa do moreno
 Que era grande, hoje é pequeno
 Pra uma casa de sapê
 Se Deus soubesse
 Da tristeza lá serra
 Mandaria lá prá cima
 Todo o amor que há na terra
 Porque o moreno
 Vive louco de saudade
 Só por causa do veneno
 Das mulheres da cidade...

Trabalhamos com algumas canções no sentido de explorar um pouco essa maneira de dar linguagem para um sentimento, essa espécie de afeto que o migrante carrega consigo durante toda sua vida, uma espécie de saudade de um tempo e espaço, de uma infância cuja materialidade aconteceu num quintal, numa serra, num ranchinho, no Mato Grosso, em Bodocó, no sertão, enfim, numa terra natal. Essa memória é determinante nas significações das cidades no curso da vida.

No livro *As cidades Invisíveis* de Ítalo Calvino, o viajante veneziano Marco Polo descreve para Kublai Khan as incontáveis cidades do imenso império do conquistador mongol. Lutero Pröscholdt é mais um brasileiro, artista e arquiteto. Seu

⁴⁹ Lamento Sertanejo, letra de Gilberto Gil (Salvador/BA, 1942) e música de Dominginhos (José Domingos de Moraes, Garanhuns/PE 1941–2013, São Paulo/SP).

⁵⁰ De Ary Barroso (Ubatuba/MG 1903 – 1964, Rio de Janeiro/RJ) e Lamartine Babo (Rio de Janeiro 1904 – 1963), canção de 1931.

trabalho está disponível na rede mundial de computadores e se chama Cidades Invisíveis. As telas de Lutero nos ajudam a pensar algumas provocações de Calvino.

Figura 8. Isaura



Fonte: Lutero Pröscholdt. **Isaura**. Disponível em: <<http://ascidadesvisitadas.blogspot.com.br>> Acesso em: 27/jan/2016.

Presume-se que Isaura, cidade dos mil poços, esteja situada em cima de um profundo lago subterrâneo. A cidade se estendeu exclusivamente até os lugares em que os habitantes conseguiram extrair água escavando na terra longos buracos verticais: o seu perímetro verdejante reproduz o das margens escuras do lago submerso, uma paisagem invisível condiciona a paisagem visível, tudo o que se move à luz do sol é impelido pelas ondas enclausuradas que quebram sob o céu calcário das rochas. (CALVINO, 2005, p. 24)

A figura 8 é uma leitura do trecho acima. Para Calvino, Isaura é uma das *Cidades Delgadas*. Na pintura, a interpretação do artista sugere ligações verticais na cidade, profundidade e superfície em interação. O perímetro verdejante cuja fonte está no lago submerso: vida que vem da água. Pröschildt mostra a parte submersa, mais escura, com molduras que enclausuram os movimentos da água. Contudo, esta energia move tudo o que está na superfície. Uma paisagem invisível condiciona a paisagem visível.

Figura 9: Ândria.



Fonte: Lutero Pröschildt. **Ândria**. Disponível em:

<http://ascidadesvisitadas.blogspot.com.br/2015/09/andria_22.html> Acesso em: 28/jan/2016.

A correspondência entre a nossa cidade e o céu é tão perfeita — responderam [os moradores] —, que cada mudança em Ândria comporta alguma novidade nas estrelas. — Os astrônomos perscrutam com os telescópios depois de cada mudança que acontece em Ândria e assinalam a explosão de uma nova, ou a passagem do laranja para o amarelo de um ponto remoto do firmamento, a expansão de uma nebulosa, a curvatura de uma espiral da Via Láctea. Cada mudança implica uma cadeia de outras mudanças, tanto em Ândria como nas estrelas: a cidade e o céu nunca permanecem iguais. (CALVINO, 2005, p. 137)

A figura 9 é uma leitura do trecho acima. Para Calvino, Ândria figura entre *As Cidades e o Céu*. Na pintura, a interpretação do artista sugere uma cidade suspensa, como se os habitantes de Ândria não vivessem com os pés no chão. Há, em Ândria, ruas suspensas e a temporalidade é outra: “a vida da cidade flui com a calma do movimento dos corpos celestes e adquire a necessidade dos fenômenos não sujeitos ao arbítrio humano” (CALVINO, 2005, p. 136). Ainda segundo Calvino, são duas as virtudes dos andrianos: a confiança em si mesmos e a prudência. Sabedores dos vínculos estreitos entre a cidade e o céu, antes de qualquer decisão sobre inovações na cidade, eles calculam os riscos e as vantagens tanto para eles próprios, para a cidade como um todo e para os outros mundos. Porque tantos são os mundos possíveis.

Figura 10. Diomira



Fonte: Lutero Pröschooldt. **Diomira**. Disponível em:

<<http://ascidadesvisitadas.blogspot.com.br/2015/09/diomira-acrylic-painting-on-canvas.html>> Acesso em: 28/jan/2016.

Partindo dali e caminhando por três dias em direção ao levante, encontra-se Diomira, cidade com sessenta cúpulas de prata, estátuas de bronze de todos os deuses, ruas lajeadas de estanho, um teatro de cristal, um galo de ouro que canta todas as manhãs no alto de uma torre. Todas essas belezas o viajante já conhece por tê-las visto em outras cidades. Mas a peculiaridade desta é que quem chega numa noite de setembro, quando os dias se tornam mais curtos e as lâmpadas multicoloridas se acendem juntas nas portas das tabernas, e de um terraço ouve-se a voz de uma mulher que grita: uh!, é levado a invejar aqueles que imaginam ter vivido uma noite igual a esta e que na ocasião se sentiram felizes. (CALVINO, 2005, p. 11)

A figura 10 é uma leitura do trecho acima. Para Calvino, Diomira figura entre *As Cidades e a Memória*. De acordo com o texto, trata-se de uma cidade rica, com muitas cúpulas de prata e estátuas de bronze e até um galo de ouro que canta todas as manhãs. Diomira parece igual a outras cidades mas, durante as longas noite de setembro e ao som (que mais parece um gemido) da mulher, o viajante sente algo. Tais afetos têm força para mobilizar memórias de felicidade. Na pintura, a interpretação do artista sugere movimento na cidade a partir da definição de linhas contornando os prédios, circulando-os. Algumas linhas podem sugerir que o vento circula nas ruas. E mesmo o brilho da lua parece obedecer ou provocar essa vontade de movimento em Diomira, a cidade que igualmente brilha. Observamos num segundo plano da tela, uma espécie de coração que parece ser de fumaça. Algo estaria pegando fogo. Ou alguém? O que estaria aquecido? Essas tantas linhas que sugerem o movimento na cidade também podem ser linhas de força circulando entre as formas retas dos prédios, torres e ruas. Forças que dão contorno às formas e, simultaneamente, formas que dão contornos a forças.

Como dito anteriormente acerca das Cidades Invisíveis, Marco Polo é um viajante. Sua vida é andar pelo império e narrar a Kublai Khan as cidades visitadas. O livro fala de movimentos. Em que medida Marco Polo descreve as cidades visitadas? Em que medida o viajante fala de subjetividades? Marco Polo transita pelo território do Império ou por territórios existenciais? Ou ambos? Ele mergulha em interiores, observa a duplicidade de imagens refletidas e fala de desejos. Seria este último o grande disparador de tanto movimento?

No livro, todas as cidades invisíveis possuem nomes femininos. Além disso, as cidades estão sempre vinculadas à dimensão humana: A cidade e a memória, a cidade e o desejo, a cidade e os símbolos, a cidade e as trocas, as cidades e o céu,

a cidade e os mortos dentre outras. Isaura é uma *cidade delgada*, Ândria é uma *cidade e o céu*, Diomira é uma *cidade e a memória*. Isaura, apesar de delgada, possui ligações permanentes com a profundidade; Ândria tem ligações com o cosmo; e Diomira tem relações com o passado.

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. [...] As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. (CALVINO, 2005, p. 44)

Podemos pensar com o tema da saudade presente no cancionário popular e o tema da memória presente nas cidades invisíveis algumas relações. Se considerarmos que o desejo produz movimento e o medo, por exemplo, interdita movimentos, tanto um quanto o outro acontecem sobre um chão. E a cidade é esse chão sobre o qual o trânsito acontece. Como percebemos nas canções, há uma cidade que o sujeito carrega consigo nos seus trânsitos pelo mundo. As canções indicam que o sujeito não deixou sua terra natal meramente por uma escolha sua. O sujeito deixa a terra natal forçado pela necessidade, premido pela violência do capitalismo. Se pudesse, se o cardápio de possibilidades fosse mais diverso, talvez conhecêssemos outras histórias. Estar numa cidade como vítima certamente marca interdições nos movimentos de produção de uma relação afetiva com ela. Estar na cidade nessa condição de sujeito determinado por este ambiente urbano é diferente de estar na cidade numa condição de poder assumir esse espaço como situação. Nesta situação o sujeito atua na produção do espaço na medida mesma em que produz a si mesmo, se produz como sujeito outro superando uma relação de tutela em relação à prefeitura por exemplo. Entendemos que a reinvenção do espaço dependa do sujeito. Mas como se envolver com uma cidade se uma cidade invisível ainda determina o sujeito? Como criar um envolvimento efetivo com a reinvenção da cidade se a saudade, se a memória determina o sujeito e, de alguma maneira, impede ou dificulta muito os seus movimentos? Já que falamos em canções, como o sujeito pode fazer um acerto neste compasso?

É sujeito e temporalidade: o passado da cidade que ficou para trás, o presente nesta cidade e o futuro que é a relação com o sonho alimentado em estando aqui e agora.

Forçado por um modo de vida que o obriga a procurar trabalho noutra cidade, forçado por um capitalismo que produz um sujeito e, neste processo violento de digamos sequestro subjetivo, se produz entre outras coisas, desamparo e desespero. Então é necessário fazer um acerto de contas com o passado de forma a produzir novos vínculos com a memória, elaborar esse sentimento de retirada violenta da terra original superando o trauma, transformando-o em potência e, desta maneira, criar outros vínculos na ligação do sujeito com a cidade atual. Para que o sujeito descubra, crie ou conquiste um outro jeito de estar na cidade. Estamos evidentemente falando da relação entre sujeito e mundo, aqui materializado num lugar específico denominado cidade. Portanto, um lugar das lembranças, um lugar afetivo que podemos denominar ‘terra natal’ de onde fomos forçados a sair, e um lugar real que é esta cidade que nos permite sobreviver diante desta dura realidade.

Já no início da década de 1990, Guattari afirmava que as distinções entre cidade e natureza estavam a esmaecer. Todos os espaços estariam, num tempo breve, determinados pelas cidades, o que nos leva a pensar que os espaços produzidos e/ou utilizados para fins de lazer, esporte turismo e mesmo as reservas ecológicas estavam confinados como mercadoria. A imensa maioria da população mundial estaria vivendo nas cidades e, mesmo a pequena parte restante, estariam determinados pelo habitat urbano. Percebemos, observando as cidades, uma espécie de separatismo interno por muralhas equipadas tecnologicamente, fortificações urbanas demarcando o território, marcando as classes sociais, impedindo a circulação, criando espaços privados coletivos e guetos. Enfim, artificializam os encontros. Ao mesmo tempo em que diluem as diferenças internas, reduzem os encontros nas cidades meramente entre diferenças desiguais. Interessante perceber neste ponto uma relação com o levantamento histórico das cidades presente em Topofilia de Yi-fu Tuan, quando este recupera a origem das cidades, relata as muralhas separando a cidade do campo bem como as relações a as características das pessoas e dos encontros que acontecem dentro e fora das muralhas, portões e portais.

Para Guattari, não existe mais uma capital dominando a economia mundial. O que existe é um arquipélago de cidades, subconjuntos de grandes cidades que se ligam com os recursos da tecnologia tornando-as conectadas, extremamente próximas apesar da distância física entre elas, algo que ele chama de um rizoma

multipolar urbano planetário. Como se um capitalismo inteligente devido ao avanço das tecnologias, ligasse os imensos bolsões de pobreza, focos urbanos altamente desenvolvidos, campos fortificados habitados pelo poder. Como se as diferenças na cidade estivessem agora transitando, se trombando, se atravessando apenas no âmbito da circulação do mercado global.

As cidades são imensas máquinas (...) produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendram, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las. Daí a imensa importância de uma colaboração, de uma transdisciplinaridade entre os urbanistas, os arquitetos e todas as outras disciplinas das ciências sociais, das ciências humanas, das ciências ecológicas etc... (Guattari, 1992, p.152)

É necessário, portanto, recolocar em discussão o atual espírito de competição econômica entre empresas e nações, revisão da industrialização, da emissão de poluentes, da circulação, rever todo um modo de vida atual. Percebemos com Félix Guattari e Yi-fu Tuan que estão diluídas, praticamente não existem mais, separações entre cidade e campo, ou cidade e natureza. A força subjetiva das cidades como materialização de um modo de vida fez com que tanto ambientes construídos como ambientes naturais produzam formas de pensamento muito parecidas. Ou seja, o modo de vida contemporâneo está determinado por uma urbanidade que tem colocado em risco todas as formas de vida sobre a Terra. Neste horizonte de catástrofe ambiental, novas formas de subjetividade individual e coletiva se fazem urgentes e, nesta perspectiva, várias áreas do saber nas ciências sociais e humanas podem produzir coletivamente outros sentidos para a cidade. Ela não pode mais ser definida apenas no seu caráter de espacialidade visto ser a cidade o cruzamento das questões econômicas, sociais, culturais. Trata-se, portanto, da questão prioritária na agenda atual. Contudo, apesar de a cidade produzir o destino da humanidade, constata-se um desconhecimento desse aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção da subjetividade.

As cidades não podem ser vistas apenas como mercadoria. As escolhas sobre o que fazer neste chão, de como fazer neste chão, tais decisões e demarcações não podem ficar apenas ao sabor das decisões resultantes dos interesses econômicos e imobiliários. Pensamos com o documentário *Bike versus*

*Carros*⁵¹ (2015) que a configuração das cidades é resultado do jogo de forças que a produzem. Por exemplo, uma cidade que prioriza a circulação dos automóveis, ou seja, uma cidade resultado dos interesses econômicos da indústria automobilística ou dos interesses da exploração do petróleo ganha necessariamente uma configuração urbana diferente da cidade que prioriza o uso das modalidades de transporte não poluentes ou de transporte coletivo sobre trilhos. Nesta época podemos acompanhar na cidade de São Paulo um intenso debate acerca do investimento público em ciclovias. Vários setores se levantaram contra esta política chegando a paralisar as obras por exigência do Ministério Público Estadual que questionava, entre outras coisas, os valores do investimento em ciclovias e ciclofaixas além de solicitar um estudo detalhado de demanda para o uso de bicicletas. Pois bem, como estimar as demandas por um tipo de circulação na cidade quando sua estrutura física e urbana não oferece praticamente nenhuma opção para esta modalidade de transporte? E seriam os valores gastos para instalação dessa infraestrutura superiores aos valores exigidos pela circulação de carros nas marginas, nas obras de arte como pontes e viadutos e etc?

Com este rápido exemplo, concordamos com as afirmações de que pensar a cidade significa necessariamente pensar também o sujeito. Sujeito e cidade, cidade e sujeito se implicam mutuamente.

A questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados..." (Harvey, 2014, p. 28).

51 O documentário mostra como a indústria automobilística (do petróleo) influencia políticas públicas nas cidades, orienta os investimentos públicos e produz configurações na cidade. E compara com cidades que estimulam o uso de modais não poluentes como a bicicleta. Filmado em São Paulo, Los Angeles, Toronto e Copenhague e depoimentos da professora Raquel Rolnik.

Daí ser nossa época ao mesmo tempo aterrorizante e potente. Pensemos um pouco em nossa pele. Ela é plástica, ela dobra, estica, ela é uma superfície plástica que responde aos estímulos. Ela se move com os estímulos de dentro, com a contração e relaxamento dos músculos. Ela também responde aos estímulos de fora, enrugando com a água, responde às variações da temperatura, da umidade e da pressão. Ela faz uma fronteira entre o dentro e o fora. Consideremos também a casa como pele. Menos plástica, ela também faz a fronteira entre dentro e fora. Pensemos o corpo em interior e exterior. Pensemos a casa como abrigo, aconchego. E igualmente a cidade como casa de um corpo social, como abrigo, como uma espécie de morada social que é construída, desconstruída e reconstruída constante e coletivamente. A cidade como resultado de um jogo de forças, resultado de interesses, de capitais que, em trânsito, se fixam no território. Desta forma queremos pensar também que sujeito e mundo não estejam dados a priori. Sujeito e mundo se constituem nesta relação dentro e fora, ou na relação entre eles, uma espécie de inter-relação. Desta maneira, podemos pensar a cidade como obra, uma obra que muda com as mudanças da sociedade. Uma obra coletiva habitada pelos corpos, de onde se extrai a sobrevivência. A cidade é, em parte, sustentadora da vida. A cidade é onde corpos e coisas se cruzam e se produzem.

Pensemos o conselho do orçamento participativo como analogia a um CORPO coletivo, como seria a pele deste corpo coletivo? Pensemos a pele de um corpo como o limite entre o dentro e o fora. Dentro estão as forças e as intensidades internas, as evidências da consciência e as profundezas a serem descobertas no campo das emoções e dos sentimentos, o que vamos chamar grosso modo de inconsciência. E o externo compreendido como os atravessamentos em nosso corpo considerados como a relação com o mundo, com a política, com o jogo de forças presente no corpo social. A casa como a moradia do corpo e a cidade, por conseguinte, como a casa de um corpo social. A cidade enquanto pele de um corpo social pode estar, da mesma maneira, mais ou menos impermeável às sensações e afetos, mais ou menos permeável a atravessamentos desta ou daquela ordem. Uma cidade projetada (ou não) mas construída para os carros, para as moradias seriadas, produz necessariamente corpo e corpos mais ou menos abertos para os encontros. É necessário pensar um devir social na cidade.

Contudo, como se dá a implicação desses corpos na produção da cidade? Guattari fala da importância de ressingularizar as finalidades da atividade humana. Ao se referir aos subúrbios, Yi-Fu Tuan aponta as especificidades dessa implicação. O subúrbio está na fronteira da expansão metropolitana. É uma sociedade em formação, ao final do qual está a cultura urbana. As características pioneiras do novo subúrbio manifestam-se em sua falta de forma (*porque gênese, nascimento, algo de novo, um novo início no mundo e toda potência que a novidade carrega*), falta de uma estrutura social diferenciada e na primitiviz de suas condições de vida: ruas lamacentas, abastecimento de água incerto, sistemas primitivos de esgoto de lixo, escolas deficientes ou inexistentes, transporte precário e uma sensação de isolamento. É necessário um espírito pioneiro (e isso é positivo), no sentido de ser autossuficiente, quando uma família se muda para um distrito pobre, criado - quase do dia para a noite - no campo, também se necessita de um espírito de cooperação com os vizinhos que estão passando pelos mesmos apuros. Nos subúrbios mais pobres, os residentes frequentemente constroem suas próprias casas com as suas próprias ferramentas. Eles têm que aprender as habilidades do pioneiro faz-tudo. O suburbano de classe média, por sua vez, pode se mudar para uma casa já “terminada”, mas ainda há muito trabalho a ser feito, o que obriga a desempenhar o papel de “faz-tudo”. Este papel pode ser assumido prazerosamente, normalmente dá mais status ao pai e fortalece sua imagem de provedor da família. De qualquer modo, não é um papel que ele possa assumir no apartamento quase lotado da cidade onde qualquer mudança na estrutura necessita a aprovação do proprietário. Na casa do subúrbio, um homem realmente pouco pode fazer para modificar os seus arredores, mas a possibilidade, simbolizada pela oficina bem equipada, aí está. A cooperação é um outro traço da fronteira suburbana. Necessidades comuns engendram ajuda mútua. Existe uma força, não a do centro mas a das pontas, das bordas, das extremidades da cidade, uma potência esta a do subúrbio. Queremos colocar ainda um pouco mais de luz nesta figura do *faz-tudo*. Compreendemos nesta figura uma espécie de potencial criativo, aquele que no seu fazer, na sua prática, faz da casa, dos subúrbios e, portanto, do mundo uma por assim dizer oficina, um laboratório de experimentação. Talvez seja sua necessidade vital na dimensão da sobrevivência que o empurra a criar outras possibilidades, novas formas, outras obras. O *faz-tudo* suburbano pode ser associado ao artista diante de uma tela em branco, ao escritor diante de uma folha em branco, ao compositor com seu

instrumento às mãos. Uma necessidade vital o empurra ao trabalho criativo. Afirmamos ser o subúrbio uma maravilha. Em grande medida as periferias urbanas, os subúrbios contribuem para pensarmos a cidade como obra aberta.

Retomando a questão do acerto do compasso, vamos com Luc Boltanski e Ève Chiapello trabalhar a formação da cidade por projetos. Afirmando não ser esta uma crise do capitalismo e sim uma crise da crítica ao capitalismo, estes autores traçam o perfil do novo espírito do capitalismo analisando os textos de gestão empresarial nos anos de 1960 e 1990 e chegam à ideia de cidade por projetos inserida num mundo concebido em rede, essa nova forma de conexão que já não depende mais do espaço, e sim do tempo. Tais autores trabalham a cidade a partir da lógica industrial, doméstica, mercantil, cívica, de rede, inspirada e lógica da fama. A cidade como projeto aparece com as transformações e reconfigurações nessas lógicas, o que os autores chamam de mundos. Percebemos o crescimento significativo da lógica da rede na atualidade e o declínio da lógica doméstica e da lógica cívica. A leitura de *o novo espírito do capitalismo* reforça nosso pensamento acerca da configuração das cidades vinculada aos valores e modos de vida do seu tempo. A proeminência da lógica das redes reforça o que já discutimos acima com a desterritorialização.

O projeto é a oportunidade e o pretexto para a conexão. Ele reúne temporariamente pessoas muito diferentes e apresenta-se com um *segmento de rede fortemente ativado* durante um período relativamente curto, mas que permite criar laços mais duradouros, que permanecerão adormecidos, mas sempre disponíveis. Os projetos possibilitam a produção e a acumulação num mundo que, se fosse puramente conexcionista, conheceria apenas fluxos, sem que coisa alguma pudesse estabilizar-se, acumular-se ou ganhar forma: tudo seria carregado pela corrente incessante dos contatos estabelecidos, que, em vista de sua capacidade de comunicar tudo com tudo, distribuem e dissolvem incessantemente aquilo que cai em suas malhas. O projeto é precisamente um amontoado de conexões ativas capazes de dar origem a formas, ou seja, dar existência a objetos e sujeitos, estabilizando e tornando irreversíveis os laços. Portanto, é um *bolsão de acumulação* temporário que, sendo criador de valor, dá fundamento à exigência de ampliar a rede, favorecendo conexões. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p 135)

Na medida em que a noção de justiça distributiva da riqueza produzida na cidade se transforma, as relações humanas vão ganhando novos valores sociais e

éticos, a cidade vai ganhando uma materialidade que favoreça tais relações e encontros. As conexões assumem mais fluidez, mais leveza na medida em que não se fixam, pelo contrário, circulam. A manipulação dos símbolos vai produzindo as imagens e os valores mais interessantes e sempre coerentes com a lógica do capitalismo no seu tempo. E nesta medida o capitalismo vai capturando, vai se apropriando das forças sociais em seu favor. Entram em cena e ganham proeminência, os líderes e suas visões. O empreendedor, por exemplo, ou o sujeito de sucesso e de fama vão produzindo sentidos a serem compartilhados. Essa lógica que aponta para o futuro como se o *sucesso* na vida dependesse de um *sucesso* profissional, vai (digamos assim) colonizando os pensamentos e projetando no tempo, lançando para o futuro a produção de um modo de viver único e, sendo único, inquestionável.

De acordo com esses autores, toda uma engenharia do pensamento foi se constituindo nas últimas décadas para formação de uma classe de engenheiros, empresários, homens de negócios, executivos que ascendem aos postos de comando e gerência no mundo empresarial, um conjunto de formações acadêmicas e pesquisas seguem validando tais produções de verdades que funcionam como um ímã para o pensamento na sociedade. O novo espírito do capitalismo vai permeando o conjunto das representações mentais e colonizando o pensamento geral. Uma falsa leveza nos trânsitos do sujeito pelo mundo e uma nova impermeabilidade da pele aos encontros (que ganham a mediação por equipamentos de informática nas infovias e redes sociais) reconfigurados, vão reduzindo as subjetividades apenas ao seu aspecto de consumidores.

A empresa privada concorrencial continua sendo considerada mais eficaz e eficiente do que a organização não lucrativa (mas isso tem o preço não mencionado de transformar o amante da arte, o cidadão, o estudante, a criança em relação a seus professores, o beneficiário de ajuda social... em consumidor), e a privatização e a mercantilização máximas de todos os serviços mostram-se como as melhores soluções do ponto de vista social, pois reduzem o desperdício de recursos e obrigam a antecipar-se às expectativas dos clientes. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p 45.)

Progresso material, eficácia e eficiência na satisfação das necessidades, modos de organização social favoráveis ao exercício das liberdades econômicas e compatíveis com os regimes políticos liberais são os pilares que justificam esse espírito do capitalismo apresentado pelos autores.

Por fim, queremos afirmar nossa compreensão da cidade como construção histórica. O direito à cidade não como algo dado mas como construção social. A cidade na perspectiva da experiência, deslocando de uma racionalidade dada para uma experimentação, uma invenção do espaço de forma a superar o sofrimento de estar na cidade na medida em que se produz um sentido de estar nela. Estar na cidade determinado por um passado ou por um sofrimento nos parece limitar os movimentos, ao passo que estar situado na cidade ocupando um espaço e um tempo cujo significado está de certa forma produzido pelo sujeito, nos parece disparador de movimento. Ou seja, assumir-se na cidade, assumi-la e produzi-la. Sujeito e espaço produzindo-se na mútua implicação.

2.3 Sujeito outro

Mas ele desconhecia
 Esse fato extraordinário:
 Que o operário faz a coisa
 E a coisa faz o operário.
 De forma que, certo dia
 À mesa, ao cortar o pão
 O operário foi tomado
 De uma súbita emoção
 Ao constatar assombrado
 Que tudo naquela mesa
 - Garrafa, prato, facão –
 Era ele quem os fazia
 Ele, um humilde operário,
 Um operário em construção.

O operário em construção⁵²
 (Vinicius de Moraes⁵³)

Nesta terceira linha na tecitura de nossas análises, vamos nos basear num texto sartriano presente no livro *O que é subjetividade?* Nesta publicação, duas partes mais nos interessam, a saber, o prefácio por Michel Kail e Raoul Kirchmayr e a conferência de Sartre propriamente dita. Interessamo-nos, em particular, pela apresentação da subjetividade sob dois traços: o traço do *não saber* e o traço do *ter-de-ser*.

Em dezembro de 1961, Jean-Paul Sartre proferiu a conferência *marxismo e subjetividade* em Roma. Sartre condenou a intervenção soviética na Hungria em 1956; rompeu relações com o partido comunista francês que reservava aos intelectuais, na melhor das hipóteses, o papel de especialistas. Ao mesmo tempo, o Partido Comunista Italiano continuou atento à obra de Sartre. O Instituto Gramsci, anfitrião de Sartre na oportunidade desta conferência, funcionava como um laboratório de produção de ideias que alimentavam a direção partidária.

⁵²Poema de 1959. Disponível em <http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/o-operario-em-construcao>. Acesso em: 08/março/2016.

⁵³Vinicius de Moraes (Rio de Janeiro, 1913-1980)

Sartre iniciou a conferência afirmando seu interesse pelo problema da subjetividade no âmbito da filosofia marxista, demonstrando preocupação com as interpretações dos textos de Marx que deixavam o sujeito de lado, o que, segundo ele, comprometiam a compreensão do conhecimento marxista. Fez questão de demarcar logo de início: não falaria de sujeito e objeto e sim de objetividade ou objetivação, de subjetividade ou subjetivação. “Quando se fala em subjetividade, fala-se de um certo tipo de ação interna, (...) de um sistema em interioridade, e não de uma relação imediata com o sujeito” (SARTRE, 2015, p. 27). Pensamos com Sartre em um *sistema* externo, uma realidade externa imposta sobre cada indivíduo, uma força que atua de fora e se impõe. Não se trata de preservar uma suposta totalidade e sim manter viva uma pergunta: o que vamos fazer daquilo que fizeram conosco? Dito de outra maneira, ao olhar para o real daquilo que nos produziu, o que vamos fazer com este material que foi produzido sobre nós mesmos e, neste sentido e na esteira dos diálogos que estabelecemos com estes autores e nas sessões de orientação acerca deste subcapítulo que intitulamos Sujeito Outro, afirmar que o horizonte da vida não está determinado a priori. Há uma abertura permanente para a invenção, uma abertura inventiva permanente, um sujeito como obra aberta diante de um horizonte amplo de possibilidades. Nada está determinado pois a vida está sempre aberta para a reinvenção dos indivíduos e dos coletivos.

Sartre alerta para o perigo das leituras superficiais da obra de Marx que podem cair num pan-objetivismo, ou seja, um interesse apenas pelo que é realidade objetiva. Como exemplo, cita um trecho de *a sagrada família*: “pouco importa o que este ou aquele proletário, ou até todo o proletariado, *imagine* momentaneamente como finalidade. Só importa *aquilo que ele é* e o que será historicamente obrigado a fazer em conformidade com esse *ser*.” (Karl Marx, 1982 apud SARTRE, 2015)

Feita a citação ao texto de Marx, Sartre segue:

Aqui, pareceria que o subjetivo aparece do lado da representação, a qual, em si, não tem nenhum interesse, pois a realidade profunda é o processo que faz do proletariado o agente da destruição da burguesia e o obriga a ser esse agente *realmente*: realmente, quer dizer, de modo objetivo e nos fatos; e outros textos podem ir ainda mais longe fazendo crer que o subjetivo nem tem a importância de uma representação que pertenceria ao sujeito ou a um grupo de indivíduos, visto que ele desaparece completamente como tal. (SARTRE, 2015 p.28)

Apoia-se em *O Capital* para

afirmar que

as relações econômicas são complexas e profundas, o que podemos enxergar delas são suas formas finais que tornam-se visíveis porque emergem à superfície. O que enxergamos das relações econômicas são sua aparência real, visível, aparente e, a partir disso, produzimos nossas representações. Tais representações tendem a reivindicar assepsias: são imagens limpas, transparentes, puras, até certo ponto tendendo a simplificações. E isso é, para Sartre, contraditório, ao processo profundo, complexo, oculto. Esta ambiguidade na formulação pode enganar os leitores e as interpretações de Marx. “ porque a subjetividade parece sumir completamente: neste texto as aparências são tão objetivas e reais quanto o fundo, produzidas como são pela situação econômica, pelo processo econômico” (SARTRE, 2015, p.28).

Dois exemplos facilitam nossa compreensão: a *reificação* não é um elemento que pertence ao processo do capital mas é produzido pelo processo do capital; a *fetichização* da mercadoria que faz a mercadoria aparecer com características que ela não tem. Essa fetichização da economia aparece como resultado direto do processo do capital. Quando tomamos uma mercadoria como um fetiche, limitamo-nos a fazer o que a realidade exige que façamos, pois ela é um objeto fetichizado real. Nesse momento, a realidade subjetiva parece sumir completamente, pois o portador das relações econômicas as realiza como deve realizá-las, no nível em que ele se encontra, e a ideia que ele tem delas limita-se a refleti-las no mesmo nível em que se encontra a práxis. O negociante e o comprador tomarão essa mercadoria como fetichizada; o economista ou o marxista perceberão que essa fetichização é, na realidade, uma transformação decorrente do processo do capital.

Para Sartre, o jovem Marx trabalhava a ideia de homem total com três dimensões. No fundo está o homem que tem (1) necessidades, que tenta satisfazer estas necessidades por meio do (2) trabalho e que, à medida que consegue imerso em um processo econômico que resulta desta ação, pode chegar a algum tipo de (3) prazer. Desta maneira, o homem se relacionando consigo mesmo e, ao mesmo tempo, com um mundo povoado por outros seres exteriores a ele. Trata-se de uma relação de transcendência.

Essas três características produzem, pois, uma espécie de “explosão de si mesmo para...”, ao mesmo tempo que um retorno para si, uma retomada para si. Como tais, podem ser descritas objetivamente e, em determinado plano, ser objeto de um saber. Mas, ao mesmo tempo que são objeto de um saber, remetem regressivamente a alguma coisa, como um si que se nega e se supera conservando-se; ou ainda, retomando os termos de Marx, cabe dizer: já que o trabalho é objetivação pela reprodução da vida, o que se objetiva pelo trabalho? O que é ameaçado pela necessidade? O que suprime a necessidade pelo prazer? A resposta evidente é o organismo biológico prático ou, se preferirmos, na medida em que esse termo nos interessa por sua subjetividade, a unidade psicossomática. Por conseguinte, percebemos aqui uma unidade que escapa ao conhecimento direto por sua interioridade. (SARTRE, 2015, p. 31)

Em uma determinada ação, é necessário saber várias coisas. Saber, por exemplo, do objeto a ser produzido, saber sobre a ferramenta, sobre os instrumentos utilizados no processo de produção, saber inclusive acerca do processo em si, saber das finalidades do objeto. Estes são saberes técnicos, práticos e orgânicos. Contudo, há uma parte que escapa ao saber. Pode-se saber inclusive das máquinas utilizadas mas, sobre o corpo próprio, disto o trabalhador pouco sabe. Há, segundo Sartre, uma objetividade sustentada por algo que escapa ao saber. E cujo saber às vezes até atrapalha a ação. O ato de subir e descer uma escada por exemplo. O corpo, habituado, faz isso automaticamente porque, do contrário, quando se faz isso como uma ação (por assim dizer) mais consciente, é comum se atrapalhar, complicar-se, tropeçar, como se a consciência de uma consciência atrapalhasse algo que é simples, um fazer que é praticamente mecânico, um saber do corpo. Ou seja, é possível afirmar com Sartre que conhecemos mais sobre o movimento da máquina do que conhecemos sobre o movimento do próprio corpo.

por que essa mediação, imediata por si, implica o não saber como sua característica particular. Por que será necessário que o homem, em sua prática, em sua práxis, que é conhecimento e ao mesmo tempo ação, que é ação que gera suas próprias luzes, por que será necessário que ele seja ao mesmo tempo, no plano que chamamos de subjetividade, um não conhecimento de si? E também vamos perguntar como, em tais condições, já que ele é um não conhecimento de si, como será possível atingir a subjetividade? Se a subjetividade é efetivamente o não objeto (visto que não pode ser objeto de conhecimento), se ela escapa como tal ao conhecimento, como poderemos pretender afirmar verdades a seu respeito? (SARTRE, 2015, p.35)

No desenvolvimento deste raciocínio, Sartre parte para as situações do cotidiano. Ele utiliza como exemplo o caso de um antissemita que não se declarava ou se assumia como tal (poderia até declarar seu ódio aos judeus nos grandes movimentos sociais, como o dos nazistas em 1933). Segundo ele, não era incomum ouvir a seguinte explicação como esforço de justificar uma negativa ao antissemitismo:

- Antissemita, eu? Eu não. Não sou antissemita, apenas acho que os judeus... eles têm tais características que são abomináveis, este e aquele defeito... razão pela qual recomendo que não se façam acordos e contratos com eles, que eles não participem da política por serem corruptos....

Enfim, uma pessoa que nos apresenta determinadas características dos judeus sem sequer conhece-los, não se percebe antissemita. Mas num momento, por alguma razão esse pessoa tem um estalo. Sim, algo acontece, algumas linhas se compõem, agenciam e se configura um estalo. Pronto: está diante da pessoa, torna-se visível e esta declara-se, percebe-se, interpreta-se um antissemita, ela pode até declarar seu ódio aos judeus. Isso é um movimento da subjetividade.

Outro exemplo utilizado por este autor para nos ajudar a compreender esse lugar de não saber é aquela antipatia meio que gratuita, que aparece na linguagem como *uma questão de pele* ou *o santo não bateu com o dele*. Sartre fala das dificuldades entre um certo intelectual e um trabalhador nos encontros promovidos pelo partido comunista francês e, depois de vários atritos entre ambos, o trabalhador diz ao intelectual:

- Desde o início, não gostei de você mas agora eu entendi o motivo: você é judeu. Hoje você deu um exemplo que me fez pensar que eu sou um antissemita. Portanto ainda não me liberei da ideologia burguesa.

O que nos importa nos exemplos reproduzidos é que uma contradição se estabelece vinculada a um processo que é interno. O sujeito percebe em si tais contradições e, podemos dizer, se dá conta delas em si. E é exatamente neste momento que o antissemitismo (para usar aqui o exemplo utilizado, mas poderia ser outra) está em vias de supressão. O antissemitismo ganha objetividade, torna-se objetivo de reflexão e, neste momento, ao reconhecer-se antissemita o *operário* está se libertando. Talvez isso seja doloroso, talvez tenha recaídas, talvez se julgue libertado mas ainda repita os mesmos comportamentos. Mas ele está caminhando

na direção de superar esse preconceito porque o antissemitismo já não é a construção subjetiva de um objeto, relação dentro-fora com um dentro que se ignora, o antissemitismo torna-se visível, está ali diante de seus olhos de quem o pratica. Uma reflexão, um espelho que reflete a imagem de um (por assim dizer) objeto e o sujeito fica livre para decidir-se em função disso. Muda a relação.

Em sua conferência aos intelectuais italianos, como já dissemos, Sartre apresenta a subjetividade sob o traço do não saber e sob o traço do ter-de-ser. Para os prefaciadores do texto sartriano publicado em 2015, a ênfase colocada no traço do não saber tem por finalidade desfazer o privilégio que

a filosofia do sujeito concede à reflexão como aquilo que caracteriza a consciência. A consciência é por definição consciência de si, *logo*, consciência de si não reflexiva; como a consciência de si refletida é intermitente, seria, de fato, admitir entre os momentos de reflexão o absurdo de uma consciência inconsciente. Em outras palavras, a consciência de si não é conhecimento de si. (KAIL e KIRCHMAYR, 2015, p 14)

Quanto ao segundo traço, “o ter-de-ser é o modo de ser da consciência, que é assim um existente. O sujeito é, já a consciência não é conduzida por nenhum ser, porque ela é um absoluto, um absoluto de existência”. (KAIL e KIRCHMAYR, 2015, p 14)

Estamos pensando o *não saber* como uma opção política. Ao contrário, perdemos a possibilidade da abertura para o devir, para o diferente e, desta maneira, perdemos o núcleo da política que é o movimento. Porque quando nos posicionamos no lugar do saber, perdemos essa possibilidade de experimentar movimentos e acontecimentos ao limitarmos a ação. Parece-nos que os conflitos estão numa tensão permanente entre a estática e a dinâmica, entre os monumentos e os movimentos. Por estática compreendemos, por exemplo, um sujeito individual ou coletivo enrijecido. E considerando que o Estado e o governo são sujeitos operando estruturas, podemos pensar também o Estado local enrijecido, como é o caso quando da ocupação desses espaços por representantes dos interesses da elite empresarial. É verdade que Estado em sua tensão com o princípio do mercado está cada vez mais enrijecido por disciplinamentos técnico-jurídicos que o enclausuram cada vez mais, como mecanismos de controle como indicadores de qualidade, uma lógica quase ditatorial de planejamento que submete as ações aos

objetivos e metas preestabelecidas. Apesar disso, mesmo os movimentos possíveis experimentados, por exemplo, no exercício de um outro modo de ser governo, mesmo que operando nas brechas do Estado, tais elites parecem ficar assustadas. Parece-nos que estas elites perceberam que uma ação que produz e/ou sustenta movimentos talvez ajude a retirar, mesmo que modestamente, a capa protetora, que descortina, que desvenda os mistérios desse jogo de poder que permite a essa classe se estabelecer como elite. De maneira que se sintam ameaçados em seus privilégios uma vez que perceberam que o mais valor acumulado no orçamento público está sendo repartido de outra forma. O pobre está na prefeitura, interfere nas decisões, decide onde investir o dinheiro público. E que o prefeito está saindo do palácio do poder e está circulando pela periferia, conversando com as pessoas, fazendo reuniões e tratando de temas reais. Que tem pobre entrando e saindo do gabinete do prefeito não na condição de mero assistido pelo Estado, mas em uma outra condição. Sujeitos de uma ação que de fato define o uso do mais valor, as decisões políticas sobre a execução do orçamento público passam, com esse exercício, por outros canais de tomada de decisão. Enfim, estar num lugar de não saber como posição política pode, mesmo que modestamente, abrir possibilidade de movimento. O contrário significa paralisar o movimento e, desta maneira, perder (ou anular) sua potência política.

Para Kail e Kirchmayr (2015, p14): “o ter-de-ser sartriano não entra no esquema aristotélico de potência e ato, o qual requer a posição prévia de um possível provido de todas as determinações do ser (...)”. Citando Kant, estes autores afirmam o essencialismo como articulação entre as categorias da necessidade, da realidade e da possibilidade. Podemos associar a necessidade com sobrevivência (condição de subsistir) e, desta maneira, compreender tratar-se da categoria mais básica onde o ser é capaz de colocar o corpo em ação. Esta ação se faz real e, esta categoria fica então confinada entre as outras duas. Superada a necessidade, seus efeitos se dão na realidade que abrem para a possibilidade. No real pode abrir para as possibilidades ou não.

No esforço de definir a condição materialista da subjetividade vinculando não saber e ter-de-ser, segundo estes autores, Kant afirma: “eis uma primeira característica essencial da subjetividade: se a subjetividade é, por definição, mesmo ao nível da consciência, é porque o indivíduo, ou organismo, tem de ser o seu ser” (KAIL e KIRCHMAYR, 2015, p 15). Então, ficam duas possibilidades: ser seu ser

material e/ou modificar todo seu contexto, modificar seu entorno numa tentativa de assegurar sua manutenção enquanto ser. Entre elas está a condição de interioridade no sentido de que o *todo* não é algo dado a priori, não é algo a ser preservado quando colocado sob ameaça. *Interioridade* como condição; e o *todo* como permanente processo de totalização.

O todo é, na realidade, uma lei de interiorização e de reorganização perpétua; equivale a dizer que o organismo é mais uma totalização do que propriamente um todo; o todo só pode ser uma espécie de autorregulação que causa perpetuamente essa interiorização. A totalização se dá pela intervenção do exterior que perturba, que muda; (...) (KAIL e KIRCHMAYR, 2015, p 16)

Compreendemos, assim, uma ideia de totalidade como a relação permanente entre partes e todo, entre todo e partes. Participar é fazer parte de alguma coisa maior e que pode estar compreendida como um todo estanque, fechado, estático, absoluto. Ou ser compreendido como um todo relativo, móvel, sempre em processo de vir a ser algo maior e mais complexo. Portanto, participar é em ato, participar é no fazer, é na ação.

Daí a relação com nossa epígrafe. Vinícius de Moraes, este mesmo que abandonou a carreira diplomática para se dedicar exclusivamente à poesia, um desassossegado, afirma em 'Operário em construção' que operário e coisa, em outras palavras, que sujeito e objeto se fazem na relação. Ao mesmo tempo em que o operário faz a coisa, a coisa faz o operário. Há, portanto, produção objetiva e subjetiva implicadas.

Concluimos este capítulo de caráter mais teórico em que desenvolvemos nosso diálogo com autores e teorias acerca de três eixos pulsantes, três linhas na tecitura de nossa análise. Neste, trabalhamos um Estado outro, cidades outras, sujeitos outros que estão configuradas como eixos pulsantes também num esforço didático. Evidentemente que essas três linhas se inter-relacionam, se misturam, se entrelaçam como a aranha que lança seus fios na tecitura da teia. A linha sujeito

está inevitável e necessariamente atravessando as outras duas linhas. Estado e cidade se atravessam também.

Por fim, com tais balizas podemos continuar o fluxo deste estudo. Seguiremos agora para nosso terceiro e último capítulo com as análises da experiência descrita e narrada no primeiro capítulo com as lentes presentes neste diálogo com autores em seus saberes disponíveis nas publicações elencadas no nosso referencial bibliográfico.

Capítulo 3

Arte de tecer: a vida veste sua roupa nova.

Neste terceiro capítulo apresentaremos os conceitos e os saberes produzidos na experiência. Uma escrita que registra fragmentos de um pensamento Tietê: o rio de águas verdadeiras fluindo para o interior. Produziremos valores, não com a expectativa de produzir verdades, mas produzir conhecimento que nos são suficientes para este momento da elaboração de nosso pensamento e aprendizado sobre Estado, cidade, sujeito e suas implicações.

Com rigor vamos olhar para nossa experiência descrita e narrada no capítulo primeiro e, transitando pelo território fornecido pelos autores no segundo capítulo, produziremos algumas análises.

O rigor aqui é mais da ordem de uma posição ontológica do que metodológica, intelectual ou erudita: é um rigor ético/estético/político. Ético porque não se trata do rigor de um conjunto de regras tomadas como um valor em si (um método), nem de um sistema de verdades tomadas como valor em si (um campo de saber): ambos são de ordem moral. O que estou definindo como ético é o rigor com que escutamos as diferenças que se fazem em nós e afirmamos o devir a partir dessas diferenças. As verdades que se criam com este tipo de rigor, assim como as regras que se adotou para criá-las, só têm valor enquanto conduzidas e exigidas pelas marcas. Estético porque este não é o rigor do domínio de um campo já dado (campo de saber), mas sim o da criação de um campo, criação que encarna as marcas no corpo do pensamento, como numa obra de arte. Político porque este rigor é o de uma luta contra as forças em nós que obstruem as nascentes do devir. (ROLNIK, 1993, p. 6 e 7)

Apesar do esforço didático em organizar este capítulo nas três linhas, inevitavelmente elas se entrelaçam, se inter-relacionam, se articulam. O sujeito, por exemplo, nossa terceira linha na tecitura de análises, está presente nas outras duas.

Desenvolveremos os conhecimentos produzidos na experiência desta pesquisa acerca das três linhas que vão tecendo, como já dissemos, também um texto de abordagem mais geral, uma espécie de síntese desses saberes produzidos, uma espécie tecido, de roupa nova que veste um sujeito com um CORPO mais esculpido, um pouco mais elaborado para a vida que segue. Por isso, o título deste

capítulo aproveita a sugestão da canção Quebra do Milho, lindamente interpretada por Pena Branca e Xavantinho.

3.1 Estado, de poesia.

Francisco César Gonçalves é um artista brasileiro, nascido em 26 de janeiro de 1964 em Catolé do Rocha, alto sertão da Paraíba. Aos 16 anos de idade Chico César mudou-se para a capital João Pessoa onde estudou jornalismo na Universidade Federal da Paraíba. Com 21 anos, em São Paulo, trabalhou como jornalista e revisor de textos, ao mesmo tempo em que sua carreira artística ganhava o público. Muitas de suas canções encantam pelo alto poder linguístico. Em maio de 2009 Chico assumiu a presidência da Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope). Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2014 foi Secretário de Cultura do estado da Paraíba. Ao receber o primeiro convite, Chico afirmou⁵⁴: “quero ir lá, quero, depois de 25 anos, reaprender a cidade, dar minha contribuição”.

Chico e sua equipe promoveram avanços importantes. Ele conta que disputou o orçamento público no sentido de conquistar mais recursos para financiar programas, projetos e ações da Secretaria e, no diálogo com os pontos de cultura e movimento cultural, viveu o orçamento participativo, lá intitulado Orçamento Democrático, de João Pessoa.

Quando cheguei aqui, eu quis despachar nos bairros. Levei um computador, a chefe de gabinete, e fomos aproveitando os espaços do Orçamento Democrático. A partir daí, conheci vários grupos novos de teatro, de jovens que mexem com o grafite, com o hip-hop, são novos artistas plásticos, mexem com dança, com a palavra, com a música. A cidade de João Pessoa é muito diferente daquela cidade que eu deixei há 25 anos, tem novos desafios e precisa de um novo olhar. Se eu fosse olhar a capital com o mesmo olhar de 25 anos atrás, seria algo enviesado.

Ao final desse período dedicado ao trabalho junto ao Estado, Chico mergulhou na produção de um álbum que já estava todo na sua cabeça. O disco que

⁵⁴ Tais informações e depoimentos estão disponíveis em vários sites sobre Chico César e sua obra. Destacamos <<http://averdade.org.br/2011/09/chico-cesar-quero-dar-minha-contribuicao/>> Acesso: 12/abril/2016.

leva o título de uma canção, *Estado de Poesia*, muito nos ajudou a pensar isso que chamamos de *um modo artista de participar*. A propósito do lançamento, o artista falou em entrevistas que estão disponíveis em vários sítios da internet:

Ter passado os últimos seis anos de minha vida como gestor público de cultura na Paraíba, lugar onde nasci e vivi os meus primeiros vinte anos, agudizou minha percepção das contradições tão presentes entre pujança criativa e a relativa pobreza de meios de produção. Mas também aguçou os meus sentidos do afeto e da criação. Reencontrei-me aí com o meu lugar de nascença, inclusive com as minhas representações amorosas dele, as mesmas de sempre e outras transformadas. O resultado é este “Estado de Poesia” (...). Reinventam-se as pessoas, as sociedades, os modos de fazer música, ouvir música e amar. Pelo sonho, pelo afeto, pelo desejo.

Percebemos aqui a força do reencontro com a terra natal, a ressignificação e a re-elaboração dos sentidos. Em se tratando de um poeta, sua sensibilidade artística nos ajuda a perceber as mudanças tanto na cidade quanto no sujeito. E, nesta tensão que é permanente, ambos se produzem. Ele próprio acrescenta:

Estado de poesia é um estado alterado de dentro para fora, é como vi meu estado de origem e como me vi. O disco tem um lado A, que fala mais das coisas internas, do amor pela moça que veio morar em São Paulo comigo agora, uma paraibana. As músicas têm a ver com isso tudo. “Para viver em estado de poesia / me entranharia nestes sertões de você / para deixar a vida que eu vivia / de cigania antes de te conhecer... E tem um lado B que é um olhar mais social, pra fora, pro mundo.

Interessante perceber como o dentro e o fora se confundem nisso que Chico César chama de Estado de Poesia, esse estado alterado onde movimentos vão configurando trocas e criações, o que não permite interdições e paralisias.

Por um jeito artista de governar a cidade.

Assim denominamos o desafio de reinventar a cidade promovendo bons encontros entre a prefeitura e a comunidade. Para tanto, são necessários deslocamentos no jeito de estar na estrutura do Estado, aqui considerado Município. Da parte da população que aceitava o convite da prefeitura para cuidar da cidade, mais objetivamente para discutir o custo de viver na cidade, compreender de onde

vem o dinheiro utilizado para arcar com esses custos e onde aplicar a parcela do investimento contida no orçamento público, igualmente deslocamentos e aprendizados. Outro jeito de cuidar da cidade, de pensar a cidade foi se construindo na experiência do OP em Suzano. Pois bem, vamos desenvolver aqui alguns deslocamentos, invenções e aprendizados que percebemos neste estudo. Por deslocamento consideramos, a partir dos diálogos estabelecidos nos encontros de orientação para este estudo, movimentar nosso corpo e nosso pensamento, deixando lugares de acomodação para lugares de inquietação; experiência de movimento enquanto vivência.

Mesmo quando um grupo cujas afinidades estão mais para um espectro de esquerda, estar no governo com a responsabilidade de funcionar a máquina pública coerente com essas posições político-programática, não é tarefa simples. A, por assim dizer, máquina pública tem uma lógica própria de funcionamento. Aparentemente ela tende a conservar a si mesma, conservar sua lógica e jeito de funcionar. A operação da máquina está, em grande medida, num vínculo de dependência a um corpo de funcionários estáveis, concursados, que recebe uma equipe de governo compreendendo-o como o 'patrão'. Percebemos que uma lógica empresarial funciona como uma espécie de subjetivação neste corpo estável. Pensamos muitas vezes nesse tema da estabilidade do funcionalismo público. Esta estabilidade tem aspectos interessantes, é claro. Mas imprime, por outro lado, uma marca de conservadorismo muito forte, uma marca corporativa.

Vejamos alguns exemplos: uma proposta de prestação de contas pode encontrar várias resistências dentro da máquina pública. Certamente as saídas que temos percebido estão muito mais na esfera da internet. Não percebemos muitos mecanismos de prestação de contas (seja financeira, seja política) que aconteçam no encontro físico, sem as mediações de tecnologia. Arriscamos dizer que, mesmo as que preveem encontros, estão capturadas por uma metodologia que interdita os movimentos, que coloniza os pensamentos. É comum ver as audiências públicas tanto no poder executivo quanto no poder legislativo, via de regra, um falatório de difícil compreensão.

O poder público parece saber, e saber bem, apresentar saídas administrativas. No campo da gestão da coisa pública, muitas alternativas aparecem. Contudo, são saídas que parecem ignorar a existência do sujeito, estão distantes do movimento mesmo da vida. Como se a administração pública fosse

quase uma engenharia. Uma engrenagem que exige o encaixe exato das peças, o funcionamento bem ajustado, lubrificado. Uma espécie de fordismo administrativo. Contudo, o Estado é composto por sujeitos que não são, mas estão aqui ou ali, na condição de operador dessa máquina ou na condição de beneficiário.

O desafio da descentralização dos serviços públicos.

Evidentemente, do ponto de vista da população, em particular numa cidade com os contrastes sociais e espaciais como Suzano, ter o serviço público tanto mais perto quanto possível, faz muita diferença. Inúmeras solicitações de posto de atendimento bancário, agência de correio, lotérica foram solicitados nas plenárias do OP. Serviços privados que, não estando disponíveis nas periferias, exigiam dos moradores quase que uma viagem para acessá-los. Depoimentos que davam conta de que a única agência de correios que funcionou no bairro fechou por baixa demanda, por motivo de insegurança e etc. Ou seja, no mercado neoliberal, é necessário haver viabilidade econômica para o capital se instalar neste ou naquele lugar. Estamos apenas fazendo essa marcação para dizer, mesmo que de passagem, que a vida é maior do que a economia das trocas materiais, das trocas mercantis e financeiras. O que fazer numa situação como esta? Seria interessante circular para acessar tais serviços, mas o trânsito na cidade também é uma possibilidade custosa. As tarifas do transporte público são pesadas para uma parcela significativa da população que, não por acaso, habita os bairros mais afastados do centro comercial, financeiro e da oferta dos serviços na cidade. Neste ponto, destacamos o trânsito no espaço da cidade, a circulação sobre o chão e os encontros e experiências consequências naturais dessa movência, em sua dimensão política no sentido de ampliar os horizontes, as visões de mundo, as compreensões da existência de diferenças habitando um mesmo lugar e, compreendendo isso, perceber também que a coexistência com as diferenças é rica. Circular mais ou cercear a circulação sobre o chão urbano é ampliar ou cercear o fazer político do povo na cidade.

Em Suzano, o transporte sempre foi operado por uma mesma empresa que nunca se submeteu a procedimentos licitatórios. Quando isso aconteceu, uma licitação duvidosa e um contrato assinado no apagar das luzes de uma gestão em

dezembro de 2004, levou o prefeito de então à inelegibilidade por um período. Sentença reformada em última instância, o que não causa espanto. Mas o sistema que operou sempre foi alvo de muitas críticas, reclamações em vários veículos de comunicação, na própria empresa, na prefeitura, por parte dos usuários. Qualquer tentativa de mudança esbarrava na legislação. Resolvemos enfrentar esse desafio na relação com o poder legislativo, mas a resistência mostrou-se intransponível. No caso do que ficou conhecido na cidade como o projeto SIM, sistema integrado de mobilidade, realizamos reuniões nos bairros para explicar a questão de modo didático, no sentido de tornar público um assunto de interesse público. Como estava o contrato em vigor? O que travava os avanços e melhorias no serviço de transporte público municipal? Por que motivos o contrato beneficiava mais um ou outro lado, da empresa, da prefeitura, do usuário?

O poder executivo encaminhou à câmara de vereadores um projeto de lei que atualizava a caduca legislação municipal sobre o assunto. A população, conhecendo um pouco sobre o assunto, compareceu em peso. O projeto SIM foi rejeitado.

No primeiro capítulo, nos perguntamos: como institucionalizar uma fronteira, um espaço entre o movimento que institui e o poder instituído? Dito de outra maneira, como administrar a tensão permanente entre estado e movimento? Não nos referimos aqui em administrar meramente no sentido de gerir, de controlar essa tensão. Pelo contrário, pensávamos em cuidar dessa tensão no sentido de aproveitá-la em sua potência disparadora de movimentos e devires.

Optamos por uma institucionalização do processo do OP pela municipalidade por meio do instrumento do decreto municipal. Elaboramos três decretos municipais com a regulamentação jurídica que denominávamos 'regimento interno do OP' ou as 'regras do jogo' e, no mesmo documento a nomeação do Conselho do Orçamento Participativo – CORPO com os conselheiros eleitos e indicados pelo governo. Vinha do processo um poder instituinte que se encontrava com o poder instituído e legitimado pela maioria do eleitorado no âmbito de sua legalidade.

Visivelmente o OP em Suzano foi ocupado por camadas mais populares. Poderia ser ocupado por outros estratos da sociedade visto que a participação era aberta e a divulgação, massiva e diversificada. Por que não observávamos a

presença das ditas elites da cidade no processo do OP? Pensamos que tais 'elites' possuem seus mecanismos de participação política, seus espaços para disputar o Estado brasileiro, seus canais de validação dos seus interesses corporativos. Pensávamos, à época, em estratégias para o envolvimento do funcionalismo público no processo do OP por perceber que a imensa maioria dos servidores municipais desconhecia o orçamento municipal. Entediamos, e ainda entendemos, que qualquer debate sobre qualidade do serviço público, fica prejudicada sem o pano de fundo do orçamento público com um todo. Como discutir, por exemplo (algo que é muito usual), qualidade da educação desconhecendo os custos da educação, das escolas, o custeio do sistema, os gastos com transporte escolar, o custo aluno? Uma discussão séria sobre reajuste salarial corre o risco de cair no corporativismo, na defesa do interesse específico dos servidores municipais, quando se desconsidera outros gastos para além dos gastos com folha de pagamento. Enfim, todos esses temas estão interligados, envolvem os assuntos da cidade como um todo, pois o dinheiro público é finito. O Estado considerado com uma fonte onde jorra leite e mel é pura ilusão, ingenuidade ou ignorância. Na nossa experiência, sentimos muita resistência no segmento dos servidores diretamente, e ainda mais na sua instância de representação sindical. Outros mecanismos, canais, formas de participação se mostram bastante consolidadas e, infelizmente, pouco (ou quase nada) passavam por espaços públicos. Trata-se de uma disputa mais sutil e sorrateira, pelo Estado.

A luta que faz a lei.

O direito e a lei não são fim em si. São meios na promoção de movimento ou de interdição. Quando chegamos à lei e a luta se acomoda, quando o movimento instituinte se acomoda por conta de uma suposta conquista de direitos, talvez entre em cena alguma figura de tutela, uma certa acomodação ou a ilusão de uma conquista de direito como se o direito configurasse de fato uma conquista. Talvez essa confusão por si demonstre uma interdição que se manifesta na ilusão de um *colo* por parte do Estado. Podemos discutir o Estado como *teta* ou *colo* de uma determinada categoria de sujeitos sociais. Por exemplo, historicamente o Estado brasileiro atende aos interesses de uma elite, o que queremos denominar como

privilégio de classe. Contudo, essa ideia parece estar em muitos segmentos da sociedade quando outros setores também esperam, no exemplo da conquista de direito, que o Estado a partir de então, seja o provedor. Pensamos discutir com Michel Foucault a ideia de maioria, a modernidade como ruptura. Contudo, não nos parece que isso seja significativamente expressão do real. Não se trata aqui de comparar privilégios de uns com os supostos privilégios de outros. Pensamos o Estado como instrumento importante no sentido de diminuir as injustiças sociais provocadas sobremaneira pelo princípio do mercado. Trata-se de pensar essa instituição que, em sendo pública, está permanentemente em disputa.

Temporalidades

Percebemos na experiência que um equilíbrio das temporalidades deve ser buscada. Os tempos da estrutura pública regida legalmente em estabelecimento de prazos, o que tem sua justificativa, não necessariamente é compreensível pela população. Via de regra a leitura popular é de excessiva burocratização, o que torna os procedimentos excessivamente morosos. Pensamos que esse tempo necessário para efetivação de uma obra pública é quase incompatível com o vigor da participação popular. O tempo da burocracia esfriava o entusiasmo dos conselheiros no OP. Inventávamos jeitos e jeitos de animar, no sentido de manter vivo, o processo, informando dos andamentos dos processos e procedimentos administrativos, das tratativas internas ao poder executivo bem como das relações com outros atores como o legislativo quando da tramitação da lei do orçamento anual, com o judiciário quando de iniciativas dessa ordem como, por exemplo, as desapropriações e recursos judiciais, ou mesmo com fornecedores quando da disputa dos certames licitatórios, assinatura de contrato, ordem de serviços e etc.

Outro aspecto que funciona como abertura ou fechamento ao processo, até onde pudemos perceber, está no território da linguagem. A técnica, o jurídico, a legalidade, enfim, possui uma linguagem toda própria. Essa terminologia específica dos setores do conhecimento afasta a população dos debates. Contudo, são temas públicos, são serviços e discussões que tocam no real, que falam da vida das pessoas. No geral, percebemos que a população sabe desses assuntos mas, evidentemente, não domina a linguagem específica. À sua maneira, a população

mais simples, aquela que encontrávamos nos diversos momentos do OP, falava dos assuntos específicos com sua linguagem própria. Um Estado permeável, disposto a aproximar dos setores populares precisa fazer um esforço de tradução das terminologias, um esforço de tornar inteligível, precisa aprender a falar a língua do povo. Não somos ingênuos, pois sabemos que por trás dessas afirmações aparentemente simples, estão estratégias sutis (ou nem tanto) de poder, de ocupação de espaços institucionais, de esconderijo na técnica para perpetuações pessoais e de grupos.

Ser de esquerda.

Se, como já apontamos, a instituição tende a manter-se, conservar-se, evidentemente há na estrutura setores mais abertos, gente mais disposta a inventar outras formas de existência institucional. Percebemos na leitura do nosso referencial teórico e, de alguma maneira desenvolvemos essas ideias no capítulo segundo, a Secretaria Executiva do OP reunia um grupo de pessoas dentro do Estado local dispostas a fazer do seu trabalho uma espécie de laboratório de experimentação, tentativa e erro, de outras formas de funcionar a estrutura da prefeitura. No nosso entendimento, esse grupo funcionava muito mais como polissemia, como abertura para novas formas de ser prefeitura, como uma espécie de devir outro institucional em escala micro.

A figura 11 é uma ilustração de Fernando Vilela presente no livro da escritora Veronica Stigger, adaptando a teoria do perspectivismo presente na obra do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. O livro conta a história do índio Joaci e seu encontro na mata com a onça. O que um menino vê ao olhar para uma onça no meio da mata? E o que a onça vê ao se deparar com um menino? Joaci é um menino destemido que resolve beber água no rio justamente onde a onça bebe água. E qual não é sua surpresa ao se deparar com a onça em carne e osso tirando um cochilo na sua rede. Depois de alguns mal-entendidos, o garoto começa a se perguntar: como será que a onça o enxerga? Como Joaci ou como alguma outra coisa? E será que, para a onça, ela era mesmo onça, ou outra coisa? Um convite a olhar o mundo de outra forma.

Figura 11. Tem gente de esquerda dentro do Estado



Logo nas primeiras páginas, ainda durante a apresentação de Joaci, a autora informa que o pequeno índio gosta muito de passear sozinho na mata carregando apenas seu arco e flechas. A mata é uma aventura porque Joaci sente um imenso prazer em achar, quando perdido, o caminho de volta para sua casa. Percebemos que o prazer não está na chegada à sua casa, e sim na aventura de desbravar, encontrar, criar um caminho novo e as descobertas que essa novidade produzem no aventureiro.

Escolhemos essa ilustração para retomar o que dissemos no segundo capítulo sobre ser de esquerda para Gilles Deleuze. O Estado compreendido como onça tem suas características. Contudo, o Estado-onça possui brechas. Porque tem gente de esquerda dentro e operando a estrutura. Apresentamos, no segundo capítulo, como esse autor compreende 'ser de esquerda' dentro do Estado. Interessa-nos neste momento marcar que nossa experiência empírica demonstrou um Estado tendencioso ao estático, da mesma forma que o pensamento pode ser estático. E aprendemos que há movimentos possíveis seja no Estado-onça, seja no pensamento. Porque a vida é movimento e, apesar de todo esforço das estruturas em controlar os movimentos e os pensamentos para capturar sua potência, existem as linhas de fuga, as brechas, os vazamentos por onde muita experiência pode acontecer.

Um aspecto importante é acreditar. Crédito está no centro. Estar convicto da necessidade do povo olhar para a máquina pública, vê-la aberta, perceber suas

engrenagens e seu funcionamento, conhecer como outros setores da sociedade disputam palmo a palmo o recurso público e a estrutura pública, é fundamental para que alguma mudança se torne possível. Portanto, estar convicto das lutas, tomar partido delas e tomar posição em favor deste ou daquele interesse ou lado, parece-nos fundamental para manter acesa a chama, para renovar as energias necessárias ao esforço de remar contra o fluxo natural das águas da política institucional. A máquina em seu funcionamento padrão, não permite ações que são necessárias para um trabalho popular. Citamos no primeiro capítulo que por tantas vezes coordenamos os trabalhos, organizamos, acompanhamos as plenárias e, o que era frequente, arrumamos cadeiras, transportamos equipamentos, dirigimos perua Kombi e tantas outras iniciativas essenciais para o funcionamento do OP e para a presença de pessoas que, não fosse esse nosso esforço coletivo da secretaria executiva do OP, não estariam nas plenárias. Não por desinteresse, mas pela mais absoluta falta de condições materiais para estar na escola nos horários das plenárias.

Chamamos a atenção para dois aspectos ainda. Primeiro o que chamamos de desequilíbrio na representação do Estado e sociedade no Conselho do OP. O CORPO em Suzano sempre teve maioria popular e não optou por uma estrutura presidencialista. Funcionava como coordenação formada por quatro conselheiros. Evidentemente que havia tensões nesse jeito de organizar um conselho. Contudo, exigia dos seus membros exercitar um jeito outro de trabalhar, de se organizar, de fluir as questões, de discutir e decidir sobre os temas de seu interesse. Pensamos que esse aspecto abre possibilidades principalmente para os conselheiros do OP que também participavam de outros conselhos com estruturas e métodos mais tradicionais. Em nosso entendimento, o que chamamos de desequilíbrio no CORPO, algo que em princípio assustava setores do governo, mostrou-se uma experiência muito interessante.

O segundo aspecto diz respeito aos trabalhos internos à Prefeitura depois da entrega oficial dos Planos de Investimento. Evidente que houve disputa interna. Esta pesquisa fez vibrar muitas marcas seja na revisão dos documentos, seja nas conversas informais com os companheiros de trabalho e luta, seja na movimentação do pensamento e abertura promovida pelos estudos. Seria ingênuo acreditar que tudo aconteceu de forma tranquila e linear. Revivemos momentos de intensa disputa

e acirramento internos ao governo, internos ao partido dos trabalhadores e partidos aliados. A ideia de perspectivismo nos ajudou muito nesse processo. Afinal, são tantos os pontos de vista quanto os sujeitos envolvidos. No caso da experiência em Suzano, o prefeito sustentava o movimento desencadeado com o OP, o que fortalecia as ações dentro do governo. Porque no jogo do dia a dia, nos enfrentamentos, havia muitas dificuldades. Desde a tensão entre uma participação popular eleita nas plenárias e as representações tradicionais eleitas para o poder legislativo, e mesmo os secretário municipais, diretores e assessores. Cada ponto de vista, histórico de vida e de luta, conjunto de interesses, sonhos e projetos que os colocaram naquele determinado lugar e tempo.

(in)Formalidades

Sobre as formalidades típicas de Estado ou um jeito mais acessível para as pessoas que não estão habituadas com essa espécie de liturgia das autoridades instituídas, optamos por aproveitar a cultura no sentido de aproximar as ações nas plenárias e assembleias do jeito popular de se encontrar. Como se nossos encontros no OP parecessem, o mais possível, dos encontros na rua, no portão, do cotidiano das periferias. Desta maneira, criamos um jeito próprio de fazer. Um exemplo disso é a intervenção teatral nas plenárias.

No caso do OP, o fazer cultural e artístico criou uma interface diferente daquilo que a instituição normalmente estabelece com a mediação dos cerimoniais. O jeito artista tocava o público e simplificava tudo aquilo que a burocracia e a técnica distanciavam. De alguma forma, tanto a técnica administrativa quanto os atores criavam uma representação da realidade naquele momento. Se por um lado a forma mais aproximada tornava o conteúdo mais inteligível, por outro lado sentíamos em alguns setores uma certa resistência a esse outro jeito de fazer encontros populares encontrava resistência de alguns setores. Internamente ao governo, setores mais conservadores resistiam, questionavam esse jeito de fazer uma plenária. Pensamos que o comportamento aqui apontado tem como pressuposto métodos típicos das discussões políticas no interior da prática partidária, na experiência sindical ou religiosa. Queremos pensar uma experiência participativa mais próxima, inteligível, compreensível, mais adequada para a população que atraímos em Suzano com o

OP. Em que medida essa prática partilhava as informações, partilhava o poder decisório e permitia que o político se movimentasse na ação. Sempre nos colocamos atentos a este fato: as ações em torno do OP promoviam ou interdita movimentos?

3.2 Cidade visíveis

Beira do mar
 Lugar comum
 Começo do caminhar
 Pra beira de outro lugar
 Beira do mar
 Todo mar é um
 Começo do caminhar
 Pra dentro do fundo azul
 A água bateu
 O vento soprou
 O fogo do sol
 O sal do senhor
 Tudo isso vem
 Tudo isso vai
 Pro mesmo lugar
 De onde tudo sai

Lugar comum
 (Gilberto Gil)

No capítulo segundo utilizamos algumas canções que nos ajudaram a pensar a linha cidade. Com elas percebemos que os artistas brasileiros, compositores e poetas, falam de uma saudade das *terras natais* como um sentimento profundo do sujeito e da memória de um lugar e um tempo vividos.

Neste capítulo terceiro vamos aproveitar os depoimentos de um artista singular da cultura brasileira, compositor que também foi ministro de Estado da Cultura, para perceber como um sujeito se produz na relação com o lugar mesmo quando se vive na errância, mesmo numa vida nômade típica dos artistas no movimento de levar sua arte para o mundo. Essa relação se estabelece permanentemente ao longo da vida. Nós vamos passando por lugares e pelas

idades em nosso trânsito pelo mundo. No sentido inverso, os lugares e as cidades passam por nós, algumas nos atravessam, outras carregamos conosco. É o caso da cidade de Ituaçu, situada na Serra Geral há 470 km da capital baiana Salvador.

O artista viaja o mundo desde jovem, vive na estrada, em aeroportos e etc... Utilizaremos registros em vídeo para observar como a terra natal é presente na memória do sujeito e influencia sua relação consigo mesmo e com as outras cidades que ele percorrerá durante a vida. E nesta tensão entre sujeito e cidade em seus trânsitos pelo mundo, como o sujeito vai se esculpindo, se produzindo, se formando. No segundo capítulo nosso foco estava mais na obra, na letra, na poesia das canções. Agora nosso foco está no processo sensível e criativo do artista.

Gilberto Passos Gil Moreira, mundialmente conhecido como Gilberto Gil, é um baiano nascido em 1942 na cidade de Salvador. Recém-nascido, a família mudou-se para Ituaçu onde Gil cresceu. Trata-se de uma cidade na caatinga com, naquela época, cerca de mil habitantes. No documentário “Tempo Rei⁵⁵” que comemora seus trinta anos de carreira, Gil fala sobre a cidade da sua infância caminhando, décadas depois, pelas ruas da mesma Ituaçu. Podemos perceber o confronto entre a cidade Ituaçu real e a Ituaçu que Gil carrega consigo.

Queria vir de trem, mas o pessoal estava me dizendo aí que o trem acabou. Estive para voltar [a Ituaçu] muitas vezes. Sonho constantemente com Ituaçu. É difícil passar um ano sem que eu sonhe com Ituaçu. Em geral são sonhos muito coloridos. Me lembro muitas cores das casas, todo olhar, todo o ouvido, todo o coração, todo sonho, toda imaginação sobre o mistério. Todas as interrogações, as grandes primeiras interrogações, tudo aqui [em Ituaçu]. Por isso que se sonha, eu sonho sempre, é um lugar que não se pode esquecer nunca. Outros lugares você passa por eles, eles talvez até nem marquem. Tem lugares onde eu possa ter morado mais tempo do que aqui, mas aqui foi uma década gravada a fogo. (...) Ituaçu fica num vale cercado de montanhas, às vezes eu projetava meu olhar infantil ali por aqueles morros e imaginava por trás dos morros: pra lá é o resto do mundo. E eu queria sempre ir pra trás dos montes. Claro que muitas coisas contribuíram para isso: as revistas que eu via, os livros, o rádio que trazia notícia de outras terras, que falava de outras terras, apresentava as vozes vindas de outros lugares. As comidas que se comiam, a manteiga *constelação*

⁵⁵ Direção de Andrucha Waddington, filme de 1996 em comemoração aos trinta anos de carreira, primeiro registro em vídeo da extensa obra de Gilberto Gil. Disponível em <http://www.gilbertogil.com.br/sec_video.php?id=1&id_type=2> Acesso em: 25/mar/2016.

que vinha de Minas, o presunto que vinha da Europa, o azeite de oliva que vinha de Portugal e da Espanha. Essas coisas todas foram me dando a sensação do mundo e foram desenvolvendo o gosto, o saber, o sabor do mundo. Eu queria saber do mundo. (GIL, 1996)

Ao final desse depoimento que transcrevemos do vídeo, Gil canta a canção “Eu vim da Bahia” de sua autoria:

Eu vim / Eu vim da Bahia cantar / Eu vim da Bahia contar / Tanta coisa bonita que tem
 Na Bahia, que é meu lugar / Tem meu chão, tem meu céu, tem meu mar
 A Bahia que vive pra dizer / Como é que se faz pra viver
 Onde a gente não tem pra comer / Mas de fome não morre
 Porque na Bahia tem mãe lemanjá / De outro lado, o Senhor do Bonfim
 Que ajuda o baiano a viver / Pra cantar, pra sambar pra valer
 Pra morrer de alegria / Na festa de rua, no samba de roda / Na noite de lua, no canto do mar
 Eu vim da Bahia / Mas eu volto pra lá / Eu vim da Bahia / Mas algum dia eu volto pra lá.

Depois da canção, Gil fala da rotina da casa, das tarefas da mãe professora no grupo escolar, do pai no exercício da medicina, da presença da avó na responsabilidade com a casa e a tarefa da alfabetização das duas crianças. A cozinha, quartel general da avó, era a sala de aula matinal. Cantarolando os seguintes trechos da canção Refazenda, ele completa sobre a casa e a cidade natal:

Abacateiro / Serás meu parceiro solitário
 Nesse itinerário / Da leveza pelo ar
 Abacateiro / Saiba que na refazenda
 Tu me ensina a fazer renda / Que eu te ensino a namorar

A refazenda, todo esse referencial no meu imaginário, no meu mundo, acaba se referindo a aqui. Ituaçu é a base de toda essa permanência da imagem do mundo rural dentro de mim. Todos os outros lugares do interior que eu vi no mundo, aqui, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, todos os lugares me remetiam para cá. Toda pequena margem de rio, toda montanha, tudo o que eu fui vendo por ai, pelo mundo a fora, me remetiam a Ituaçu, esse lugar que ocupa uma função mítica na minha vida. (GIL, 1996)

Outra cidade importante na vida de Gil é Salvador/BA. Caminhando pela praia de Itapuã durante um verão, estimulado pela sensação boa de estar ali e ser um lugar comum a tanta gente comum, o que para Gil é uma ideia de comunidade, ele se inspirou para a escrita desta letra. Se no segundo capítulo falamos de Gilberto Gil enquanto Ministro de Estado da Cultura que inspirou pensamentos em Eduardo Viveiros de Castro e, ambos, deram movimentos ao nosso pensamento sobre o Estado, aqui neste terceiro capítulo queremos pensar a cidade como lugar comum.

Comum como a água do mar, como a praia, comum como o caminhar pra beira de outro lugar. A praia como o lugar comum, *o começo do caminhar para dentro do fundo azul*. Com Gil podemos pensar o mar na praia como beira, beira de mar, que limita a areia, e a areia como a beira que limita o mar. Uma ideia de fronteira, de limite entre duas coisas, neste caso, entre areia e água, entre continente e oceano. Mas também podemos pensar essa caminhada para dentro de um fundo azul enquanto mistério a ser desvendado, enquanto novidade a ser descoberta. Os mistérios na profundidade do mar como metáfora para os mistérios no interior da cidade e do sujeito. Cidade e sujeito são muitos. Cidade e sujeito são como o mar: visíveis por fora, misteriosos por dentro do fundo azul.

Os depoimentos de Gilberto Gil aqui reproduzidos estão em sintonia com as citações de Félix Guattari presentes na introdução desta dissertação, e mesmo durante o texto, referentes às cidades subjetivas. Percebemos a força da terra natal enquanto o lugar, o chão, o território da constituição da subjetividade em uma fase fundamental da vida. Esta cidade subjetiva faz parte do corpo subjetivo e, durante toda a vida ela dá significado aos trânsitos do sujeito pelo mundo. Percebemos como Gil demonstra seus trânsitos no espaço e também no tempo: ele fala das significações da sua infância, dos desejos em conhecer outros lugares e encontrar outros sabores e outros saberes. Percebemos que isso se manifesta em sua memória do trem e também nos sonhos com Ituaçu.

Em seus depoimentos no documentário 'Tempo Rei', Gilberto Gil tem menos de cinquenta anos de idade e narra com muita intensidade um lugar específico que marcou 'a fogo' o corpo subjetivo deste artista do mundo. A relação do lugar com o mundo cujas informações chegavam pelas ondas do rádio, pelas páginas das revistas e dos livros, as comidas (parece estar na ponta da língua o sabor da manteiga constelação) e, com os sabores, os saberes.

Ele afirma na segunda canção citada, vir da Bahia e sua intenção de voltar para lá um dia. Afinal, na Bahia tem chão, tem céu e tem mar. Exclusividade bahiana? Evidente que não. Mas se trata do lugar dele. E lá dá para superar as necessidades vitais: *onde a gente não tem para comer mas de fome não morre*. Percebemos com a canção que para Gil, viver é cantar, viver é sambar. *Morrer só se for de alegria na festa de rua, no samba de roda, na noite de lua, no canto do mar*. Na Bahia de Gilberto Gil, Bahia como metáfora da cidade subjetiva, até o mar canta. E canta tão bonito que qualquer pessoa ao ouvir atentamente suas canções, sente

uma vontade danada de também ir para lá, mesmo que para um passeio. E de fato vai em pensamentos, em curiosidades e em sonhos.

O abacateiro era um dos elementos presentes na cidade da infância de Gil. Os dois caminham juntos na leveza pelo ar. Ituaçu é toda a base de um mundo rural para ele. Andarilho, observa os lugares por onde passa para encantar multidões com sua música, mas as paisagens remetem-no à sua terra natal. Como compor tempo e espaço nas profundezas do mar azul subjetivo?

Ainda nestes depoimentos, Gil vai cantarolando entre uma história e outra. São muitas imagens e paisagens que vem do interior deste sujeito e ganham o mundo alegrando nossas vidas. Seu processo criativo é intenso e essa marca da terra natal está presente em várias e belíssimas canções. Gil nos deixa muito claro que o sujeito sai da cidade, mas a cidade não sai do sujeito. Ela o compõe, a terra natal institui um sujeito.

Uma parte interessante dos depoimentos de Gil toca em um ponto que também já discutimos neste estudo: a cidade e o carro. Segundo o compositor, ao deixar a cidade, Ituaçu possuía quase mil habitantes. Pensamos que os diferentes modos de estar na cidade, o jeito que nos relacionamos com ela, também definem uma relação tempo e espaço. Em 1980, Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira gravaram a canção *Estrada de Canindé* num disco intitulado *o homem da terra*. Interessante pensar que essa temática está presente (várias canções estão citadas no capítulo segundo) na cultura brasileira. Este trânsito do migrante está registrado em várias manifestações culturais. Vejamos um trecho da canção:

Ai, ai, que bom / Que bom, que bom que é
 Uma estrada e a lua branca / No sertão de Canindé
 Artomove lá nem sabe se é home ou se é muié
 Quem é rico anda em burrico / Quem é pobre anda a pé
 Mas o pobre vê nas estrada / O orvaio beijando as flô
 Vê de perto o galo campina / Que quando canta muda de cor
 Vai moiando os pés no riacho / Que água fresca, nosso Senhor
 Vai oiando coisa a grané / Coisas qui, pra mode vê / O cristão tem que andá a pé

Gil afirma guardar *uma escala do à pé*, do burrico, do carro de boi, da carroça. A família botava todos os apetrechos, travesseiro, colchões, no carro de boi para acessar o trem. O olhar para a cidade está estreitamente vinculado ao tempo, à velocidade com que transitamos. Mais velocidade, menos olhares. Desacelerar certamente proporciona um jeito mais intenso de o sujeito se relacionar com a

cidade, com o espaço construído mas também com o espaço subjetivo. Como estamos organizando nosso tempo para estar na cidade? para estar com o outro? para encontrar as diferenças na cidade? não haveria alegria no caminho? Pensamos neste particular que um modo de viver capitalista, uma espécie de adoração sacrosanta à deusa mercadoria e todo seu ideário neo-liberal, colonizam esse espaço entre eu e outro, entre eu e mundo, e impedem que os encontros de fato aconteçam em sua dimensão de experimentação das diferenças.

Para Gil, "refazenda é rememoração do interior, do convívio com a natureza; reiteração do diálogo com ela e do aprendizado do seu ritmo." Compreendemos aqui a refazenda como repetição: fazer, fazendo, fazenda... re-fazer, re-fazendo, re-fazenda. Uma espécie de eterno retorno, um eterno refazer, recomeçar, um fazimento que só tem fim com a morte. Uma compreensão de vida como rio.

Mais cidades (in) visíveis: Tereza, Paulo Cezar e Marcela.

Como narramos no primeiro capítulo a partir das vozes e falas recolhidas no OP, muitas cidades foram se descortinando diante de nossos olhos. As cidades estavam *in*, ou seja, dentro das pessoas e foram se revelando, foram se tornando visíveis em nossos encontros. Falaremos de algumas.

Tereza é uma cidade onde todas as crianças têm escola para ficar ou estudar. Em Tereza, escolas são lugares para pensar, para encontrar, para conviver e para estudar. Mesmo quem não tem filho ou neto luta por escolas e, mais do que isso, trabalha para que as escolas existam e funcionem bem. O estrangeiro se sente estranho estando em Tereza. Lá as crianças estudam sem abrir mão da infância. Em Tereza não há exploração do trabalho infantil, não há antecipação das coisas e preocupações do mundo adulto; a infância é protegida por todos. A vida das crianças terezianas é uma grande ciranda. Criança não se preocupa com dinheiro tampouco com, por exemplo, telefone celular. Em Tereza, criança brinca. Uma moradora no Jardim Umuarama em Suzano nos disse, durante uma plenária em 2006, haver OP em Tereza. Ela nos deu boas pistas para transformarmos a creche do OP em uma ciranda. Porque dinheiro é assunto, gostemos ou não, para ocupar

as preocupações de adultos durante a vida toda. É praticamente impossível livramo-nos da mediação monetária nas trocas econômicas neste mundo do mercado. Porque um precisa do trabalho do outro no sentido de satisfazer as necessidades em sua sobrevivência. Contudo, as crianças estão protegidas de tais preocupações.

Em Paulo Cesar, a situação é bem parecida. Lá a cidade parece mesmo uma construção coletiva e seus moradores pensam sobre isso. Quem vive em Paulo Cesar torna-se generoso: eles trabalham coletiva, incansável e cotidianamente por melhorias no bairro. São exigentes para com suas vidas: lazer e educação são prioridades absolutas e todos, independentemente de estarem ou não frequentando as escolas em Paulo Cesar, cuidam das escolas e das crianças. Aliás, criança é comum em Paulo Cesar. Talvez por ser uma cidade muito jovem, os laços de parentescos são públicos: todos os habitantes de Paulo Cesar são pais, mães e cuidadores de todas as crianças de lá.

Marcela é uma cidade onde o prefeito anda na rua. A cidade (d)e Marcela é feminina. Apesar de masculino, o prefeito representa quase que umbilicalmente suas representadas. Marcela são muitas cidades porque marcelenses são igualmente múltiplos e variados. Sonham com cidades. Por exemplo: gatas marcelenses sonham com pratos de filé espalhados nas esquinas; as galinhas sonham com milho na rua para, com o calor, estourarem em pipoca. Cães em Marcela sonham com um poste por metro quadrado. Contudo, o sabido jumento previne: “a cidade é uma estranha senhora que hoje ri, amanhã te devora”. Todo 4 de outubro é feriado em Marcela, dia do padroeiro: São Francisco de Assis.

Pois é. O prefeito de Marcela consegue perceber toda essa diversidade na cidade, inclusive que as contradições na cidade são de muitas ordens. Entre o sonho e as idealizações de uma cidade, em Marcela, realidade e sonho podem perfeitamente se misturar. E nessa mistura, tantas outras possibilidades podem acontecer. O povo de Marcela não precisa saber exatamente o que quer, porque querer já é muita coisa. Então, quando o povo se reúne e conversa sobre a cidade, na medida dos agenciamentos, o povo vai descobrindo o que quer, vai criando uma linguagem para representar os seus desejos. E o prefeito sabe que o povo também quer o que não sabe, o que ainda não conhece. E que, conhecendo, vão ampliando seus olhares para si, vão reconhecendo no outro um sujeito, e vão alargando seus

horizontes, vão percebendo que a cidade é grande e, neste processo, sentem vontade de circular, de transitar, vão ampliando sua visão de mundo.

Não raro, ouve-se o prefeito dizendo dos aprendizados em seus encontros com o povo de Marcela. Não raro, o prefeito fala do entusiasmo vivo nos encontros. Ele nos dá uma pista interessante em nossa formulação de saberes construídos na experiência: a cidade é encontro. Um bom encontro é aquele que cada um traz o melhor de si para o banquete. Um bom prefeito exerce sua autoridade como Babette⁵⁶, promovendo encontros em forma de festa, servido banquetes aos convidados. A experiência sensível, a partilha dos sabores, na analogia do filme Festa de Babette, serve como referência para a partilha dos saberes. No confronto das diferenças, ninguém sai o mesmo que chegou. O aprendizado nas assembleias é transformador. Um bom prefeito recebe e acolhe como *Vianne Rocher*⁵⁷ em sua chocolataria.

Este clima de festa também habita outros espaços instituídos. A câmara (feminina) é de vereança, não é dos vereadores. Mulheres e homens ocupam o mesmo número de cadeiras, assim como proporcionalmente a diversidade étnica está ali representada. Em Marcela já não há mais 'os' Poderes, são Poderes: de legislar, de executar e de julgar. Sim, há equilíbrio de gênero e raça em estes três Poderes. A representação política se faz proporcionalmente não por um decreto, de uma lei, de um mandamento ou todo tipo de ordem superior, mas por cultivo às diferenças.

3.3 Sujeito no provador

Lavas na piscina

A manhã estava quente num daqueles dias que despertam uma cisma. O sujeito passa o dia cismado: alguma coisa está prestes a acontecer. Não há nenhum sinal evidente, mas é como se o acender e apagar das lâmpadas vermelha, amarela e verde do sinal de trânsito, apesar de sua monótona repetição, fosse o prenúncio de um desastre. Apesar disso, a manhã seguia em suas agitações rotineiras de um

⁵⁶ A Festa de Babette. Filme dinamarquês de 1987, dirigido Gabriel Axel. Drama.

⁵⁷ Chocolate. Filme americano de 2000, dirigido pelo sueco Lasse Hallström. Comédia dramática.

paço municipal. Quando o celular passa a vibrar insistentemente. O bom senso recomenda não interromper o diálogo com uma jornalista da empresa privada de comunicação com um telefonema. Mas o aparelho insiste. A ligação procede do gabinete do prefeito que pede ajuda com “um munícipe muito nervoso, que está desequilibrado e carrega algo que pode ser perigoso”, disseram. Imediatamente seguimos até lá, pois o nome do assim chamado ‘munícipe’ nos era bem conhecido. Um ex-conselheiro do OP com temperamento muito difícil, mas cujos dramas pessoais e familiares muito nos sensibilizaram. Ele lutava pelo direito das pessoas com deficiência. Com o senhor X estabelecemos vínculos para além do CORPO. Senhor X possui um filho com deficiência. O filho, um rapaz adorável, com aproximadamente 20 anos à época, que frequentava um serviço público oferecido num equipamento específico para atendimento dessa natureza. Tal equipamento estava vinculado à secretaria municipal de educação, o que a equipe da pasta entendia como um problema visto não se tratar de uma escola. Polêmicas à parte, voltemos para o telefonema: o que o senhor X, ou o munícipe como foi anunciado pela recepção do gabinete do prefeito, poderia carregar de perigoso a ponto de assustá-las?

Ainda pelo telefone, a única informação que conseguimos entender era trata-se de lavas. Lavas? Isso mesmo! Pensamos de imediato: que tipo de explosão teria acontecido no interior do senhor X? Erupções de que ordem? Vulcânicas? Pouco provável. Pois bem, assim que nos avistou caminhando pelos corredores na direção do gabinete, ele veio ao nosso encontro. Estava transtornado. Ele falou uns 15 minutos sem parar, nem nos permitindo interferir sequer para os cumprimentarmos de praxe com alguma solenidade. Carregava uma garrafa do tipo PET. Depois do desabafo inicial, compreendi que a garrafa possuía água que, segundo senhor X foi coletada na piscina desativada da escola do filho. (Para o senhor X, seu filho frequentava uma escola para pessoas com deficiência, discordando, portanto, da visão da secretaria municipal de educação). Ele trazia as *lavas* de mosquito da dengue para mostrar ao prefeito.

Já no estacionamento da prefeitura, senhor X mais calmo, seguimos para escola. Conversamos com os responsáveis e constatamos que todas as providências já estavam tomadas. Não se tratava de larvas, tampouco água parada. Não é exagero afirmar que esse episódio fortaleceu os vínculos entre nós. Mantivemos relações ainda por muito tempo. Até que fui surpreendido com a notícia

que o senhor X foi vítima de isquemia. Aquele homem de meia idade, forte, cujo nervosismo parecia não caber no corpo, ganhou as marcas daquilo que já não mais cabia dentro de si. Por conhecer razoavelmente o senhor X, percebi que as marcas invisíveis do nervosismo, expressão do seu sofrimento, tornaram-se visíveis. Agora elas estão impressas no seu corpo.

Veza por outra trocamos mensagens até hoje.

Naquela mesa está faltando ele.

Juarez Araújo Braga nasceu Garça/SP aos 26 de novembro de 1930. Um sujeito singular: já aposentado, foi com o filho prestar vestibular. Dizia tratar-se de um apoio. De fato queria estudar filosofia. Estudou na USP e chegou a morar no CRUSP⁵⁸. Na juventude, viajou pelo interior do Brasil trabalhando como agrimensor. Para os amigos ele revelava esta opção pela sobrevivência desde sua atuação pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB. Seu Juarez se declarava sem religião e ateu. Também declarava acreditar na humanidade. Um homem pequeno, chamado de professor passarinho por suas ex-alunas do antigo Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM). Um sujeito extraordinário. Quando nos conhecemos ele já era senhor de um corpo cansado, marcado, um homem velho. Mas de uma energia contagiante. Fizemos muitas reuniões preparatórias do OP juntos. Andamos pela periferia de Suzano, viajamos em missões para tratar dos temas da participação popular em outros municípios. Estudamos juntos.

Marcelo Candido conta que aprendeu a anotar nas páginas dos seus livros com o professor Juarez. Um grande companheiro de bar. Diabético, tomava vinho e estava sempre disponível para uma aventura. Carregava sempre uma mala de livros e textos intermináveis. Lia e escrevia muito. Quando nossa relação ficou mais cotidiana, seu Juarez estava envolvido com a obra de Paulo Freire, duas em particular: *Pedagogia do Oprimido* e *Educação como Prática da Liberdade*.

A campanha eleitoral de 2010 ficou um tanto mais difícil sem o seu Juarez. Ele trabalhava o dia todo e ainda tinha energias para as atividades de campanha, as

⁵⁸ Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo.

conversas, reuniões, pedidos de apoio, visitas e muito, mais muito andar pela cidade encontrando as pessoas.

Escrevemos três textos com referência ao Juarez. Dois artigos foram publicados na coluna do jornal diário: o primeiro intitulado *Naquela mesa está faltando ele. Para Juarez Araújo Braga*; E o segundo intitulado *O coletivo Juarez Braga*. O terceiro texto tem características de carta com notícias das terras de cá um ano depois da sua morte. Queríamos mandar notícias de nossos feitos, desfeitos, aventuras naquela terra onde éramos forasteiros. Atualizá-lo dos acontecimentos, de nossas andanças, errâncias e aventuras na cidade, um ano depois de nossa despedida física. O texto leva o título *Carta do Juarez Braga*. Se ele leu? Isso é o que menos importa. Vale o registro de mais um momento.

Os três textos estão reproduzidos integralmente no apêndice “E” no *Fora-texto* desta dissertação.

Mestre Candido é a *brecha*.

Conhecemos José Candido em 2000, quando estivemos em sua casa no Jardim Revista. Naquela oportunidade, recém-graduado no curso de Geografia, transitávamos pelo Brasil com olhos e ouvidos bem abertos para a diversidade de culturas, lugares, paisagens e etc. Nosso primeiro contato com o Jardim Revista foi de surpresa. Toda uma porção de terra à margem direita do rio Tietê com relevo, uma terra elevada. Alguns se referem ao bairro como o morro do Revista. De fato, transitar pelas ruas ainda de terra com declividades acentuadas, não era tarefa das mais fáceis. As ruas principais, consideradas assim devido ao fluxo do transporte coletivo de passageiros, possuíam pavimentação asfáltica.

Em 2005 pedimos ao Candido para organizar uma conversa com os moradores mais antigos do bairro. Investigávamos as origens do bairro e, principalmente, o nome do córrego no fundo do vale onde aconteciam épicas peladas (de futebol), campeonatos do bairro onde se destacava um tal goleiro de baixa estatura, considerado o Pelé debaixo das traves. Enfim, procurávamos o nome do córrego, alguma referência histórica que nos ajudasse nessa busca. Bem, na conversa e nas andanças com o Candido pelo bairro, conhecemos dona Mariinha. Uma senhora pequenina, linda, bem velhinha então que dizia morar no bairro desde

antes do bairro existir. Ela nos contou passagens maravilhosas do início daquele povoamento. Sobre o nome do córrego, ela afirmou: “chama-se *corguinho*. Agora, quando chovia, nós chamava de *córrego*.” Mariinha disse que as mulheres desciam e subiam o morro por uma trilha muito estreita, com as latas de roupa na cabeça, em direção ao córrego para lavar. Esse trajeto exigia muito esforço, mas era facilmente vencido pelas mulheres que moravam nas poucas e distantes casas entre si, e muitas crianças à volta, todas cantando dentre outras canções, esta:

Lava, Lava
Lavadeira
Lava roupa o dia inteiro
De manhã tá na cozinha
À tardinha, passar um café.

Contou também que durante a lavagem da roupa, as crianças brincavam na água fazendo uma algazarra. Era uma alegria... Tudo isso para nos dizer que o córrego estava ali à disposição de todos com água boa para beber, lavar roupa, cozinhar, para a alegria das crianças. A paisagem descrita por dona Mariinha e seus amigos e amigas remete à década de 1950-60. As poucas casas ficavam na parte alta do morro do jardim Revista com largos espaços entre elas. Poucos moradores que ela lembrava por sobrenome. Tudo era mato e algumas trilhas levavam para o rio e para as conexões com a cidade. Interessante perceber uma característica de Suzano: os moradores se remetem à região central, ao núcleo urbano no entorno da estação da CPTM como “Suzano”. Parece uma compreensão de periferia como não cidade, como uma outra coisa que não Suzano. Portanto, ao partir dos bairros para o centro da cidade, a pessoa parte para Suzano.

A família Candido chegou a Suzano, especificamente ao convívio no bairro de dona Mariinha, no ano de 1973. Segundo ela, Candido chegou com o bairro já crescido.

Em vários pontos da cidade uma história se repetia, contada por gerações diferentes: o sapato na sacolinha de mercado. As pessoas saíam da casa calçando um sapato velho, um chinelo por exemplo. E numa sacola carregavam o sapato de sair. Com o sapato velho ou chinelo, seguiam por ruas não pavimentadas, cheio de barro no tempo da chuva ou poeira na estiagem. Chegando ao ponto de ônibus que, este sim, circulava por ruas pavimentadas com asfalto, os sapatos eram substituídos. Quando o sapato velho estava muito sujo, dentro da sacolinha ele

ficava escondido por perto do ponto de parada aguardando para a saga do retorno entre o ponto e a casa. Tudo isso para, segundo a contação da história, *não chegar com os pés sujos*, o que revelava uma certa vergonha pública. Como se, na esteira do raciocínio de outrem, *o limpo representando uma suposta objetividade, uma transparência, como se não existisse a subjetividade, a opacidade aqui representada pelo sujo. Como se a periferia da cidade, apesar de sua potência inovadora, representasse o sujo e os lugares nobres da cidade representassem o limpo. Quando o sujeito desloca no chão da cidade, transitam, circulam neste movimento ligam esses lugares e dimensões. Cidade e sujeito compreendidos como obra aberta.*

Esta breve história coletada na realidade concreta da cidade (feminina) e do urbano (masculino) nos provocam a pensar tantas analogias. E neste movimento aparecem aberturas para produção de sentidos outros, conceitos outros, novas possibilidades de olhar para a cidade, de perspectiva-la, e de produzir-se.

Pois bem, a casa da família Candido era muito comprida. Não era grande. Como muitas casas nas periferias urbanas, várias construções distribuídas num mesmo terreno, este com forte desnível. E um longo corredor intercalando piso plano e lances de escada. Posicionada numa quadra cujo arruamento definia um triângulo fechado no cruzamento principal que garantia acesso à padaria, no pequeno centro comercial, e à parada de ônibus. Enfim, para acessar o alto do morro do Revista, uma volta grande com forte inclinação precisava ser vencida pelos pedestres. Então, contamos o que chamou muito a nossa atenção: como o corredor da casa dos Candido ligava as duas ruas, e as escadarias facilitavam o trânsito morro acima e morro abaixo, os portões entreabertos durante o dia e a casa funcionava como passagem dos moradores do entorno. Uma espécie de comunidade se estabelecia. Porta e janela da cozinha ficavam abertas permanentemente. Dona Laura, esposa do seu Candido, trabalhava na cozinha entre cumprimentos e conversas com todos que trafegavam pelo corredor. Candido, ao telefone, interrompia suas conversas para receber os vizinhos que, passando pelo corredor, ao ouvirem sua voz, paravam para um café e um dedinho de prosa. Inusitado não menor pela fruteira. Logo cedo, frutas passavam da cozinha para o corredor e eram consumidas pelos transeuntes, especialmente pelas crianças. Assuntos mais importantes eram discutidos na sala, entre brincadeira das crianças e

o ruído da televisão. Uma intensa relação de vizinhança se estabelecia no fluxo do corredor que ligava a parte baixo e alta neste trecho do morro do Revista. Se nossa memória não falha muito, foi mais ou menos assim uma manhã inesquecível do ano de 1998 quando nos colocamos a pensar sobre a diluição da fronteira entre público e privado. Uma espécie de comunidade se criou ao redor de um casal, seu Candido e dona Laura, acolhedor, solidário, popular. O corredor da casa dos Candido era a *brecha* no Jardim Revista.

Bem, voltemos ao Candido. Mestre Candido como era chamado. Um sujeito inesquecível em sua simplicidade, carisma e sabedoria. O artigo intitulado *Brasil de Tom Jobim, Sócrates e José Candido* a propósito de sua despedida deste mundo em 2012, está reproduzido no apêndice “E” do *Fora-texto* desta dissertação.

Mestre Candido, uma *brecha* na política.

Sujeito rio.

Olhando agora em perspectiva, percebemos que toda experiência do OP estava baseada na ideia de encontros possíveis na cidade. Sujeitos e cidade numa tensão que é permanente. Cidade compreendida para além de sua materialidade física e concreta, mas também como inter-relação de sujeitos. Desta maneira, o OP promovia os encontros e, no ineditismo e singularidade, uma potência de movimentos, de ações, de fazeres políticos que, em última instância, provocavam novas marcas na realidade material da cidade. À medida que a prefeitura municipal realizava as obras decididas no OP, o processo ganhava uma espécie de concretude final. Final mas sempre parcial tendo em vista que finalizava um interesse localizado no território, materializava uma prioridade eleita numa plenária atendendo aos interesses coletivos de uma região. O CORPO era, contudo, composto por doze regiões. Pensamos em uma experiência de totalidade processual, uma totalidade em permanente processo de construção coletiva.

Pois bem, nesta experiência aprendemos que um conjunto de fatores interfere na qualidade dos encontros. Todo um esforço se faz necessário no sentido de criar as condições, preparar um ambiente favorável para que os bons encontros aconteçam. Tanto mais intensos serão os encontros, quanto mais abertura ao

diferente tragam os sujeitos. Uma figura nos ajuda a pensar esse ponto: a figura do remador de caiaque.

No processo desta pesquisa, conhecemos Pedro Oliva⁵⁹. Trata-se de um canoísta brasileiro que já remou com seu caiaque nos lugares mais inusitados e inexplorados do mundo. Acompanhamos o entusiasmo com que Pedro saiu em expedição para Antártida, o último continente para completar sua aventura de remar nos lugares, rios e mares mais extremos do planeta. Com ele aprendemos que, para enfrentar os desafios da correnteza, o canoísta precisa observar o rio, seu fluxo, suas correntezas, seja no fluxo principal, seja nos fluxos laterais. Porque há que se considerar os movimentos verticais e laterais. Aparentemente um rio flui horizontalmente. Num rio de águas tranquilas isso é mais facilmente perceptível. Contudo, em seu arrojo, Pedro prefere os rios com grandes cachoeiras por onde a água flui em altíssimas velocidades. Ele que até já remou ao redor das corridas de lava vulcânica no Havaí, fala com muita propriedade sobre as peculiaridades dos rios desiguais apesar de serem rios. As fotos 14 e 15 ilustram essa analogia.

⁵⁹Atleta da canoagem, de São José dos Campos/SP. Em 2009, saltou de caiaque os quase 40 metros da cachoeira Salto Belo em Campo Novo de Parecis/MT.

Foto 14 Há turbulência nas águas do rio



Fonte: Pedro Oliva, arquivo pessoal.

Foto 15 Há momentos de calma na fluidez. Há escolha de caminhos.



Fonte: Pedro Oliva, arquivo pessoal.

Antes de descer uma grande cachoeira com seu caiaque, ele nos conta que o 'barato' é descer uma cachoeira inexplorada por remadores, tal aventura exige muito estudo. É preciso avaliar muito bem por onde acessar o rio até chegar ao ponto desejado. Toda uma relação de beira, toda uma relação fronteira acontece neste espaço entre o continente, onde transita o canoísta com seu caiaque (barco) às costas, e a água em movimento do rio propriamente dito (a foto 16 ilustra essa relação). Vencidos os obstáculos do trânsito sobre o chão, principalmente com as características próprias da beira, é chegada a hora de se misturar com o rio. Para tanto, não se trata de uma superfície plana apenas. O rio tem correntes laterais e, principalmente, correntes verticais. Enfim, aprendemos com Pedro Oliva que a aventura é tanto mais intensa, mais radical, quanto maior for a interação, a mistura, a implicação do remador e seu caiaque com o rio. Esse esporte de aventura e o conhecimento empírico do aventureiro nos ajuda a pensar sobre estar no fluxo. Porque o Tietê que atravessa a cidade de Suzano compõe também com as paisagens subjetivas. Como já dissemos, o rio de águas verdadeiras não tem sido muito bem cuidado. Encontra-se muito poluído. A verdade atual das águas do Tietê é sofrida. Assim como o povo que encontramos nas andanças por Suzano. Um povo sofrido em sua luta por sobrevivência. Uma paisagem real que se mistura com uma paisagem subjetiva sempre foi percebida nos encontros promovidos pelo OP. Uma história de luta por sobrevivência como se uma vida sertaneja nos fosse contada enquanto desolação e desespero em viver na cidade ao mesmo tempo úmida e árida, promovendo marcas nos corpos, formas e conteúdos. Isso exige dos educadores populares agir com cuidado, pisar no chão com pés de lã, devagar e com leveza precisa. Estar atentos aos movimentos procurando a melhor maneira de ingressar neste fluxo.

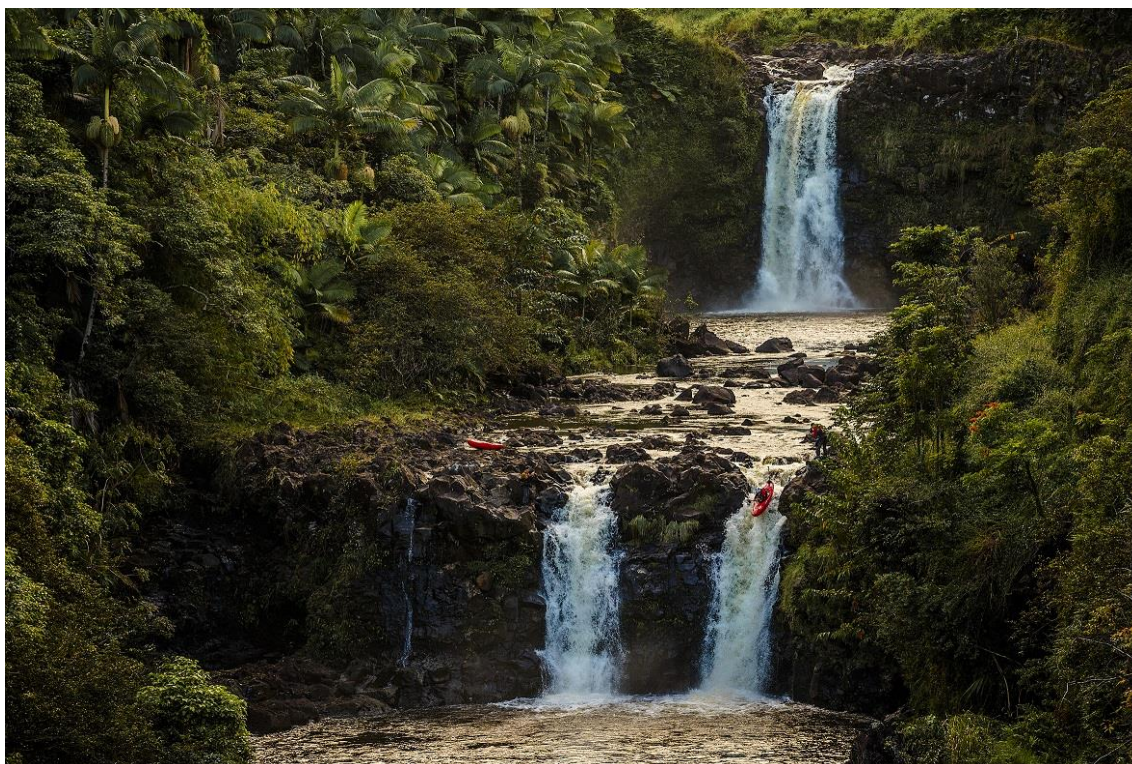
Foto 16 No Havaí, entre rocha e corrida de lava, na beira à procura da brecha



Fonte: Pedro Oliva, arquivo pessoal.

Pedro diz que é necessário ter cuidado, atenção, que ao chegar num determinado ponto de cachoeira onde se deseja navegar com o caiaque, “é preciso respeitar a natureza como ela é, toda a dinâmica da formação desse ambiente, tudo precisa ser feito com muita atenção”. No rio, principalmente em condições de cachoeira, também tem turbulência, tem tubo, tem queda onde o navegador pode desaparecer nos instantes de queda livre. Tem canais por onde o caiaque pode deslizar, tem poços onde caiaque e remador encontram as profundezas. As imagens das aventuras de Pedro Oliva disponíveis na internet são impressionantes. Porque, além de tudo, ainda tem imprevistos: Pedro nos contou que, certa vez, ao descer a maior cachoeira em suas aventuras, a turbulência da água no nível de base local da queda lançou-o para trás da cortina numa gruta escavada pela força erosiva que, para sua surpresa, abrigava serpentes.

Foto 17 Escolher um caminho no ponto da cachoeira



Fonte: Pedro Oliva, arquivo pessoal.

Observamos a experiência no OP nas analogias ao remador e seu caiaque. Queremos pensar o movimento provocado com o orçamento participativo na cidade de Suzano com o fluxo das águas no rio. Numa observação inicial, o fluxo pode parecer simples, uniforme, estável. Observando mais atentamente, são muitos fluxos no fluxo, são movimentos de idas e vindas, tem correntes laterais, turbulências, quedas como as narradas pelo aventureiro. Mas o desafio é o que dá vida. Trata-se de uma certeza construída na incerteza do rio. Afinal, o rio é certo: ele flui no sentido nascente-foz. Não se trata, portanto, de encontrar um prazer no destino, no fim do rio ou da aventura. Trata-se, isso sim, de perceber o prazer, o mais gozar no percurso, na busca, na caminhada ou, no caso da analogia aqui escolhida, enfrentamento de cada obstáculo a ser contornado com o caiaque. Os prazeres que animam, que dão sentido a uma vida errante, aventureira e, em certa medida muito perigosa como a do atleta Pedro Oliva, dificilmente são compreensíveis para alguém que não se lança na aventura. Imagine percorrer milhares de quilômetros, carregar equipamentos pesados, dormir onde é possível, se sujeitar a toda sorte de perigos na floresta para gozar do prazer indescritível de descer uma cachoeira por poucos

segundos. Da mesma forma é difícil compreender todo um esforço de remar contra a maré de um Estado que tende a conservar a si mesmo, que pouco se adapta às mudanças metodológicas ou de finalidade para se lançar numa aventura, numa experiência CORPOral individual e coletiva quando tudo parece indicar que os movimentos devem ser controlados, disciplinados, capturados por uma prática política institucional que, há séculos, funcionam desta maneira com vistas a acumular o poder de operar a máquina pública e decidir sobre os movimentos e uso dos recursos públicos. Nossa opção no OP a partir da análise no momento desta investigação acadêmica parece uma aposta no movimento em si acreditando na sua potência fluida. Como o aventureiro em seu caiaque, não nos jogamos no rio com o corpo exposto. Nos vestimos com um corpo coletivo (a secretaria executiva do OP) e coordenamos o processo a partir deste coletivo nuclear. E com nosso 'caiaque', fomos construindo canoas e barcos onde outros aventureiros pudessem se lançar na experiência junto conosco. Apostamos no movimento e no fluxo. Apostamos na criação de coletivos. E fomos, passo a passo, pouco a pouco, remada a remada, percebendo que é possível navegar em rios desconhecidos.

Sobre as aventuras na Papua Nova Guiné⁶⁰, Pedro conta que, para navegar os rios e cachoeiras daquela região, foi necessário negociar com os nativos durante dias até conseguirem as autorizações das tribos. No início das negociações foi muito difícil, estiveram à beira de conflitos e as negativas aconteceram logo nos primeiros encontros. Também, pudera: alguns homens brancos com muitos equipamentos de escalada e navegação, chegando do céu em helicópteros numa terra e populações isoladas, certamente causa impactos inimagináveis. As lideranças tribais não autorizaram a permanência da expedição em suas terras. Mas, para surpresa do aventureiro, foi o convívio, os passeios com as crianças pela tribo, a apresentação dos insetos e da flora típicos do lugar que, passo a passo, foi aliviando a tensão e, com paciência, um ambiente outro foi se construindo a partir das brechas existentes nas estruturas, o que permitiu novas negociações e tornou possível a aventura.

Pedro fala da imersão do homem na água do rio e das emoções da passagem pelo turbilhão no ponto da cachoeira. Para ele, a cachoeira tem um poder rejuvenescedor para o corpo d'água. Depois de todo movimento da água no trecho de cachoeira, a água do rio tem mais vida, o que pode ser verificado em laboratório

⁶⁰ Oficialmente Estado Independente da Papua-Nova Guiné, é um país da Oceania que ocupa a metade oriental da ilha da Nova Guiné.

a partir das análises de amostras coletadas a jusante e montante. Se fosse possível medir a vida em análises de laboratório, talvez chegássemos a conclusões parecidas com a narrada pelo navegador. Se medíssemos a vida antes e depois de períodos de intensa cachoeira, quando o curso da vida deixa uma certa normalidade e passa por um trecho de intensa turbulência, talvez percebêssemos índices de mais vida ou, dito de outra maneira, indicadores de outra vida diferente da anterior.

Noutro encontro, aprendemos que navegar com a canoa durante a noite apenas com a luz natural é possível mas exige do navegador uma pedagogia do olhar. Assim ensinam os experientes pescadores que Pedro encontrou ao redor do mundo. Para perceber com precisão a localização das margens e beiras, mas também as curvas que o rio faz, o navegador em sua canoa não deve procurar a luz, a claridade, e sim a imagem do céu refletida no espelho d'água. Ao navegador noturno cabe observar atentamente a escuridão das águas do rio em seu fluxo. O olhar fica limitado a poucos metros de observação e, a cada metro avançado com a canoa, novas configurações de águas mais escuras e mais claras orientam o caminho. Numa experiência empírica na região do vale do Paraíba, percebemos que a escuridão provocada pelas sombras da vegetação das margens revela a proximidade das margens, das bordas, da beira. Ao mesmo tempo em que o meio, o entre beiras, ao refletir a luz da lua indica o caminho a ser seguido com o caiaque. Aprendemos, portanto que há escuridões e claridades no breu, que há respostas para as diferentes reflexões. Claridade e escuridão, raso e profundo, perto e longe são grandezas que se articulam e nos revelam coisas diante de nossos olhos, mas que mudam a cada instante na medida da fluidez do tempo e da vida.

Michelangelo Merisi⁶¹, dito Caravaggio.

Entre agosto e setembro de 2012, nos encontramos com a *Medusa*⁶² de Caravaggio em exposição no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Ao olhar

⁶¹ Michelangelo Merisi, conhecido como Caravaggio (1571–1610), foi um pintor italiano. Primeiro grande representante do estilo barroco. Sua terra natal chamava-se Caravaggio.

⁶² Medusa é uma pintura a óleo sobre tela de Caravaggio, datada de 1957. O poeta Gaspare Murtola (morto em 1624), escreveu: "Fuja, pois se seus olhos forem petrificados em fascínio, ela o tornará em pedra".

fixamente àquela cabeça cortada com sangue escorrendo do pescoço, boca aberta como se gritando, olhos arregalados e cabelos de serpentes, ficamos petrificados. Medusa foi um passo para outra obra importante do mesmo artista. Com *Narciso* encontramos uma abertura para nossa *reflexão*. Retornamos então aos textos de Jean-Paul Sartre e Eduardo Viveiros de Castro. O primeiro fala em reflexão como o "objeto refletido" e "objeto de reflexão". Fala também de interiorização. Pensamos que a vida também é estudo e pesquisa permanente quando não há separação entre sujeito e objeto. Sujeito e objeto se fundem num corpo. O segundo autor fala de movências possíveis. Retomamos as ilustrações sobre o perspectivismo citadas no item 3.1 deste capítulo.

Figura 12. Joaci na beira do rio, no exato ponto onde a onça bebe água.



Porque todo movimento interior produz subjetividade. Então, visto a partir de dentro, o significado difere do outro olhar.

Figura 2. O que era suco para Joaci, para a onça era sangue.



Marina Abramović

Marina Abramović nasceu em Belgrado, na Sérvia, em 1946. É uma artista performática desde o início da década de 1970. Seu trabalho explora as relações entre o artista e a plateia, os limites do corpo e as possibilidades da mente. Encontramos com a artista em 2015 por ocasião de sua passagem pelo Brasil com a exposição 'Terra Comunal', que esteve em cartaz no SESC Pompéia. Na oportunidade, estivemos nas palestras intituladas 'encontros com Marina Abramović'.

Quando cheguei ao Pompeia estava chovendo. Sem ter um guarda-chuva, do carro corri para dentro do prédio sem qualquer preparação para o que eu estava prestes a ver. Estávamos no meio da tarde e o espaço estava cheio de pessoas e crianças e famílias. Havia uma grande energia, já que todo mundo estava ocupado com coisas muito diferentes para fazer. Encontrei também uma área muito tranquila, as pessoas simplesmente lendo o jornal, estudando os livros ou sentados conversando, olhando as exposições, crianças brincando com objetos... Era um verdadeiro espaço de convivência. Uma fábrica de energia. E eu gostei imediatamente. Houve algum tipo de sentimento de democracia. (Abramović, 2015)

A presença de Marina nos impressionou deveras. Ela apresentou vídeos de suas performances comentando-os desde sua inspiração criativa, suas incertezas nos momentos de interação com o público, os imponderáveis, as descobertas, as

surpresas de uma obra que se faz assim, no fluxo mesmo da vida. Uma obra no movimento da vida que nos colocou muito a pensar na produção do humano como uma obra aberta.

Com Marina aprendemos várias coisas, uma em particular vamos destacar aqui: o sofrimento e suas dores devem ser sentidas. Porque tem vida na dor e tem dor na vida. Só não tem dor na morte. O sofrimento renova o sujeito, lança-o para ser outro. Ele transforma-se, transfigura-se, torna-se outro. Várias obras desta artista nos disseram (e continuam a nos dizer) isso. Disseram mesmo? Pelo menos foi assim que um determinado sujeito percebeu.

3.4 Dobradiça: as linhas

Neste último fragmento deste terceiro capítulo, estabeleceremos algumas relações entre as três linhas na tecitura das análises.

Com gente é diferente.

Zygmunt Bauman, pensando com Sigmund Freud, afirma que “tudo o que foi feito pelo homem também pode ser refeito” (BAUMAN, 2009, p.14). Parece-nos mais edificante pensar a cidade como processualidade, escapando dos imperativos de ordem e progresso como no lema da república federativa do Brasil em nosso positivismo nacionalista, e afirmando uma construção social que resulta do jogo de forças políticas e econômicas no meio urbano. No início do livro intitulado *Confiança e medo na cidade*, Bauman parte de Freud com relação ao sofrimento derivado de: 1) Poder superior da natureza; 2) Fragilidade dos corpos; 3) inadequação às regras que regem as relações entre os seres humanos na família, no Estado e na sociedade.

Citando Castels, Bauman aponta a supervalorização do indivíduo no sentido de que os vínculos deste com a rede de afetos, ou seja, uma densa rede de vinculações sociais, foram alvo de ataques na Era Moderna, ataques esses que fragilizando tais vínculos, fragilizaram também o indivíduo. Este, por sua vez, tanto mais fragilizado, mais facilmente dominado. Retomando nossa epígrafe no início deste estudo, é boi....., faremos aqui mais um parêntese. *Disparada* é uma canção

de Geraldo Vandré e Théo de Barros. Interpretada por Jair Rodrigues, conquistou o primeiro lugar no Festival da Música Popular Brasileira em 1966 empatando com *A Banda* de Chico Buarque de Holanda. Vandré e Chico resistiram ao regime militar instalado no Brasil entre 1964 e 1985. Percebemos em *Disparada* uma analogia interessante: a exploração dos pobres pelos ricos em comparação com a exploração da boiada pelos boiadeiros. Um de seus versos diz assim: *porque gado a gente marca, tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente*. Porque ao olhar nossas cidades, o uso e ocupação do solo e a organização do espaço urbano, percebemos a questão da circulação e do trânsito sobre o território. Vejamos o que acontece na imensa maioria das cidades brasileiras servidas do sistema de transporte coletivo, retomando a epígrafe do início deste estudo. A canção *O nome da cidade* de Caetano Veloso é toda atravessada pela enigmática provocação *Ôôôôôô é boi! é bus!* Chegamos à associação entre Caetano e Vandré, entre o toque da boiada e o povo apinhado no transporte coletivo. E essa privação da circulação na cidade é, conforme analisamos, mais do que pensar o serviço como mercadoria. Vai além de pensar a tarifa, a passagem em sua dimensão da economia de mercado. Claro que precisamos desses serviços e é necessário lutar permanentemente por mais qualidade e menor (ou nenhum) preço. Contudo, pensando na dimensão da economia do sujeito, na produção da subjetividade na cidade e na importância de circular para ampliar a relação do sujeito com o mundo, isso é mexer com o político. Circular, transitar é movimentar o político. À medida que se facilita a circulação na cidade (neste sentido o movimento na luta pelo 'passe livre' aos estudantes nos serve como exemplo), se amplia o olhar para a cidade, ampliando a possibilidade de encontros e experiências na cidade. Por outro lado, pensamos que o inverso também é verdadeiro. Ao cercear a circulação na cidade, ao dificultar e de alguma maneira impedir experiências e encontros, movimentos são interditados fechando possibilidades para o movimento do político. Assim, com tais aberturas ou fechamentos, produz-se um sujeito mais ou menos participativo, mais ou menos atuante na cidade, que atua politicamente ou que é facilmente conduzido como o rebanho em *Disparada*.

Retornando a Bauman, este nos provoca a pensar que se por um lado essa sedutora supervalorização do indivíduo ao aprimoramento de si mesmo, a captura dos vínculos que ligam o indivíduo a sua rede de proteção afetiva e social, torna esse aprimoramento inacessível à imensa maioria. Neste mesmo sentido, pensamos

o Orçamento Participativo em Suzano como uma política que contribui na ampliação das possibilidades, ideia desenvolvida no segundo capítulo deste estudo quando de nosso diálogo com Eduardo Viveiros de Castro.

Dobradiça: cidade e sujeito.

Neste ponto, faremos uma espécie de dobradiça ligando cidade e sujeito. Para tanto vamos recuperar um aspecto apontado no capítulo primeiro, momento em que destacamos o Seminário de participação popular na tentativa de criar um ambiente favorável no interior do governo para os trabalhos com o Orçamento Participativo em sua transversalidade necessária. Na oportunidade formulamos o convite para fazer da cidade um jardim. Baseamo-nos na crônica ‘Sobre política e jardinagem’ de Rubem Alves. O texto foi distribuído aos presentes e alguns elementos foram aproveitados no convite. Resumidamente, o autor fala do fazer político como vocação, da arte de bem governar e da beleza dos jardins com lugares de todos. Um jardim pode também ser privado e, assim, empobrecido de acordo com este autor. O que nos interessa é mais o convite formulado pelo autor para que os jovens se interessem pela política com a arte de bem fazer jardins para todos. Este episódio relatado no primeiro capítulo data de 2005. Uma década depois, já na fase de escrita desta dissertação, encontramos com ‘Topofilia’ de Yi-fuTuan que, de forma muito particular, também descreve jardins. Queremos destacar neste ponto o processo de produção de um sujeito na cidade, deste sujeito em particular. Se neste momento da pesquisa-experiência é possível falar de conhecimentos produzidos, é necessário falar também de um sujeito que se produz permanentemente. Na leitura de Tuan, imediatamente nos deparamos com as contradições e os deslocamentos no pensamento. Porque, se fosse hoje, certamente o convite para fazer da cidade das flores um grande jardim viria acompanhado de algum tipo de qualificação para este jardim. Um jardim de que tipo? São tantos os tipos e possibilidades de jardins. Nós mesmos, no caso de recebermos um convite para participar de um movimento disposto a fazer da cidade um grande jardim, perguntaríamos: que jardim? Porque são várias as possibilidades de jardim. Assim como são tantas as possibilidades de

cidade e de sujeito. São tantos quantos cada um difere do outro e de si a cada instante.

Neste fragmento afirmamos, de acordo com nossas sessões de orientação, que o sujeito se produz no processo educacional. Assim foram as Caravanas do OP. Elas permitiram que os conselheiros ampliassem o olhar para a cidade. De forma geral a cidade se nos revela nos trânsitos realizados no cotidiano do sujeito. Assim, a escola vai se resumindo aos percursos vencidos cotidianamente: de casa para o trabalho, do trabalho para casa. De casa para a igreja, da igreja para casa. E para escola, para o centro comercial, para o mercado, para a creche. Enfim, essa é a cidade conhecida e que referencia nosso conceito sobre a cidade. Na experiência da caravana, conselheiros preparavam um roteiro por onde o ônibus seguiria no interior de cada região. O trabalho de produção do trajeto, de decisão dos pontos a serem mostrados pelo anfitrião aos visitantes, aos estrangeiros, aos forasteiros, exigia estudo e pensamento. O movimento da caravana do OP começava antes mesmo da partida do ônibus e seu fluxo pelas doze regiões do OP. Ou seja, circulávamos muito pela cidade.

Neste terceiro capítulo abordamos os três eixos pulsantes, as três linhas que *escapam* do novelo de nossa experiência empírica na cidade de Suzano, utilizando as lentes oferecidas pelos autores escolhidos em nosso referencial teórico. Organizamos nosso texto em quatro subtítulos e, desta maneira, analisamos em alguns fragmentos de nosso pensamento-escrita, apontando nosso olhar para o movimento produzido com o Orçamento Participativo numa cidade específica, bem como em nossas andanças durante este estudo por cidades e sujeitos que atravessamos e que nos atravessaram. Trouxemos o prosaico como elemento da política real, no esforço de escapar das idealizações. Ainda de acordo com os encontros de orientação desta pesquisa, percebemos que ocorreram alterações em três planos:

- No plano da sobrevivência, aconteceram alterações nas condições materiais do viver na cidade. Os resultados alcançados com a experiência modificaram as condições materiais do viver urbano.

- No plano da convivência: aconteceram alterações nas condições dos vínculos no viver na cidade. Os resultados alcançados com a experiência modificaram as condições dos relacionamentos entre as pessoas. Quando melhora a convivência, enquanto qualidade de vínculos, sobretudo naquilo que conduziu para o aumento da cooperação no viver urbano.

- No plano da revivência: aconteceram alterações nos sonhos das pessoas em seu viver na cidade. Os resultados alcançados com a experiência modificaram as condições do desejo das pessoas, no sentido de ampliação dos seus anseios, ampliação dos sonhos, ampliação dos limites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Impossível passar por esta pesquisa sem reviver momentos, ‘reencontrar’ amigos e companheiros, sem sentir vibrar as marcas neste corpo. Não foi tranquilo mas foi muito bom. Porque aprender, conhecer, explorar profundezas e desvendar mistérios é, também, doloroso. Pois o reencontro com a experiência vivida proporcionada por esta pesquisa nos trouxe aprendizados importantes. Um deles merece destaque: sentir as dores do viver é transformador. Dá novas formas, reconfigura, dá vida nova, faz renascer um sujeito outro. O afastamento necessário para analisar uma experiência vivida com o corpo implicado na perspectiva científica, mais afastado também no tempo, este outro olhar agora mais maduro e não menos apaixonado pelas descobertas, alguma capacidade de crítica, ou seja, uma outra pessoa reencontrando amigos e revivendo momentos nos permitiu produzir pensamentos novos, parcialmente registrados neste texto.

Na introdução do presente texto, registramos o início de nossa relação com o Orçamento Participativo na cidade de Suzano, situada na zona Leste da capital, seus antecedentes e o encontro sujeito-cidade. Partimos da hipótese que, nesse confronto sujeito X cidade, é possível produzir um futuro, ou seja, novas possibilidades de um e de outro. Novos sujeitos e novas cidades vão se criando nas partilhar acontecidas em bons encontros.

No primeiro capítulo, de caráter mais empírico, descrevemos a experiência do orçamento participativo em Suzano em três abordagens. Primeiro abordamos o histórico da cidade e do governo no sentido de produzir o contexto espaço-temporal. Em seguida entramos no orçamento participativo propriamente dito com ênfase maior para o seu caráter organizativo, narramos sua concepção e como foi organizado em Suzano. Por fim narramos o processo do ponto de vista da participação das pessoas que aceitaram o convite formulado pelo governo local e vivenciaram conosco a experiência.

No segundo capítulo, de caráter mais teórico, dialogamos com os autores que fundamentam esta nossa pesquisa e estudamos três linhas no sentido de apontar

nosso olhar, no sentido de construir as lentes para produção de nossa análise. Sobre o Estado, desenvolvemos nosso estudo sempre numa relação entre estático e movimento. Entendemos o Estado em sua estática, e a existência de movimento dentro dele. Associamos a Estado a uma montanha parada para compreender que ele tende a manter-se, tende à estática. Com Eduardo Viveiros de Castro estudamos o Estado como o encontro na mata entre índio e onça. A partir do encontro entre este autor e o então ministro de Estado da Cultura Gilberto Gil, que é possível haver movimentos dentro do Estado. Com as concepções de esquerda em Gilles Deleuze, aprendemos não haver governo de esquerda apesar de haver gente de esquerda, e portanto ações de esquerda, dentro do e um governo. Passamos pelos conceitos de poder e governo em Michel Foucault. E chegamos ao conceito de Estado como novíssimo movimento social em Boaventura de Souza Santos.

Sobre a cidade, desenvolvemos nosso estudo sempre numa tensão entre cidade e sujeito. Entendemos a cidade como construção permanente e coletiva, resultado material de um intenso jogo de forças das mais diversas ordens, desde os movimentos da comunidade até a disputa pelo orçamento público. Com Yi-Fu Tuan, passeamos pelas paisagens da cultura popular observando as terras natais, com Ítalo Calvino e Lutero Pröscholdt pensamos na importância da memória e tudo o que interfere na forma como olhamos e nos relacionamos com a cidade. Com David Harvey aprendemos que mudanças na cidade exigem mudanças no sujeito, e Félix Guattari continua nos influenciando no sentido de compreender a cidade como produtora de subjetividades individuais e coletivas. Com Luc Boltanski e Ève Chiapello estudamos um pouco a cidade como projeto, apontando o futuro.

Sobre o sujeito, desenvolvemos nosso estudo a partir da conferência *O que é a Subjetividade* proferida por Jean-Paul Sartre ao Instituto Gramsci na Itália. Nosso foco esteve mais apontado para duas abordagens presentes nessa conferência: o lugar de um *não saber* e a totalidade compreendida como *ter de ser*. Esta primeira compreendida como posição política, como abertura de possibilidade de experimentação, e a segunda compreendida como rompimento com as totalizações e trabalho permanente de produção do sujeito para ser o seu próprio ser. Neste ponto, contamos também com o apoio de Michel Kail e Raoul Kirchmayr, prefaciadores do texto sartriano acima citado.

No terceiro capítulo registramos nossos saberes produzidos na experiência vivida intensamente no empírico da vida na cidade a partir dos encontros promovidos com o Orçamento Participativo, e intensamente vivida neste estudo. Essas duas dimensões estão fortemente vinculadas apesar do tempo entre elas. O conceito de Rigor em Suely Rolnik, orientado para este estudo, nos ajudou a soltar nossa escrita visando à produção dos conceitos vividos neste confronto entre o empírico vivido na materialidade da cidade com o OP e o encontro com os autores, leitura das teorias na experiência concreta deste estudo. Desta maneira, fomos devagar vestindo a roupa que reconfigura este novo corpo: Estado é de poesia, e participar da política, disputar o Estado, governar a cidade estão revestidos de um jeito artista com as possibilidades de vitalizar o enfrentamento do desafio. Porque o Estado compreendido como legalidade, como regulador das relações sociais, está evidentemente em disputa dura e permanente. A luta também faz a lei, e isso tudo acontece num lugar e tempo, ambos variáveis, móveis, como assim também são os sujeitos em produção e luta. Assim fomos produzindo tantas cidades quanto sujeitos encontrados na errância desta vida militante. Escolhemos algumas peças, experimentamos uma a uma no provador e, neste movimento, nossa memória trouxe vários sujeitos que, por sua força, alguns estão narrados como vestes que são deste corpo estudante.

Irene: cidade mulher.

Retornamos às cidades invisíveis de Ítalo Calvino e as leituras de Lutero Pröscholdt. Na tela abaixo encontramos as leituras do artista a partir de Irene, uma cidade invisível.

Figura 3: Irene



fonte: Luterio Pröschooldt. Irene. Disponível em: <<http://ascidadesvisitadas.blogspot.com.br>> Acesso em: 04/abr/2016.

A esta altura, Kublai Khan espera que Marco diga como é Irene vista de dentro. E Marco não pode fazê-lo: não conseguiu saber qual é a cidade que os moradores do planalto chamam de Irene; por outro lado, não importa: vista de dentro, seria uma outra cidade; Irene é o nome de uma cidade distante que muda à medida que se aproxima dela. (CALVINO, 2005, p. 114)

A figura 14 é uma leitura do trecho acima. Para Calvino, Irene figura entre *As Cidades e o Nome*. De acordo com o texto, trata-se de uma cidade que se revela de diversas maneiras, a depender do ponto de vista. E considerando que esse ponto de vista também difere no mesmo sujeito, Irene é tantas cidades quanto sujeitos em devir.

É muito interessante a tela. O artista parece sugerir que o sol está em movimento, o que nos leva a pensar que o observador está a observar Irene há algum tempo. Este, por sua vez, nos remete aos tantos sertanejos das canções populares citadas neste estudo. Podemos compreender o sertanejo, o forasteiro, o andarinho, assim como o aventureiro, o artista, o educador e o político apaixonados,

migrando pelo mundo. Estão em movimento sobre o chão mas também vivem o movimento dentro de si. O Cavalo parece parado, mas algum relevo na superfície lisa da água sugere haver algum movimento. Quanto à cidade edificada sobre um platô, vertical, íngreme, quase inacessível, esta muda com as mudanças do olhar e do observador.

A cidade de quem passa sem entrar é uma; É outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; Uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar; Cada uma merece um nome diferente; Talvez eu já tenha falado de Irene sob outros nomes; Talvez eu só tenha falado de Irene. (CALVINO, 2005, p. 115)

Pensemos nos moradores de Irene. Se esta se mostra inacessível, estar em Irene parece significar estar aprisionado em Irene. Queremos, neste ponto, relacionar Irene com as prisões subjetivas, aquelas que capturam nossos pensamentos. Irene está para 'o vazio da modernidade exangue' conforme Guattari. Associamos Irene ao falso nomadismo e, portanto, escapar de Irene é como aproveitar as brechas existentes nas idealizações para aceder ao verdadeiro nomadismo como dos índios da América pré-colombiana compreendido como o desejo, neste caso, o desejo de uma vida melhor na cidade, desejo este construído e sustentado nos encontros, sustentados num movimento coletivo.

Retomando a pergunta formulada na introdução.

Iniciamos este registro textual de nosso estudo com a seguinte questão:

- A que conduz o Orçamento Participativo?

As mudanças reais produzidas na experiência do orçamento participativo como um processo educacional nas cidades subjetivas são impossíveis de ser mensuradas. Não há uma metodologia capaz de medir tais mudanças. Ao mesmo tempo, a cidade não pode ser considerada como totalização. É necessário considerá-la como um enigma, como um desafio que se coloca diante de nós. Neste ponto, o não saber é ético e é político, porque uma atitude: trata-se da maneira como nos colocamos no mundo. De alguma forma, quando nos colocamos na ação,

no trabalho, estamos exercitando cooperação, colaboração, companheirismo na concepção do latim “cum Panis”, aquele com quem dividimos o pão, escapando da lógica da competição e, desta maneira, experimentando outras possibilidades de convivência. Se o neoliberalismo promoveu um divórcio entre o poder e o político, o não saber compreendido como ignorância tem uma potência de recompor o político em sua movência.

Assim, consideramos que o Orçamento Participativo experimentado na materialidade da cidade de Suzano conduziu a uma experiência de (e ao) COMUM. Destacamos este terreno comum por onde circulam as lutas e os sujeitos em produção, com a força de vitalizar uma democracia de intensidade aumentada no sentido de partilhar e cuidar de bens comuns como, por exemplo, a água, o ar, o chão onde pisamos, os pensamentos. A constituição deste sujeito do comum nos sugere um devir água, um sujeito que se joga no fluxo do movimento e vai se produzindo à medida da construção de uma certeza na energia da incerteza. Em particular na singularidade de uma cidade como Suzano atravessada pelo rio Tietê, endorrêico, que nasce próximo mas de costas para o mar, percorre o interior até encontrar sua foz.

Pensando na etimologia da palavra pedagogo, do grego *agogos*: o que conduz. Sugerimos uma pedagogia da cidade a partir da implementação de políticas de/com participação popular múltiplas, na ação concreta, no trabalho de educação compreendida como mútua implicação do sujeito que se produz no processo educacional. Uma pedagogia atenta à produção do espaço, produção do sujeito e produção dos sentidos.

Deus me proteja
(Chico César)

Deus me proteja de mim
e da maldade de gente boa.
Da bondade da pessoa ruim
Deus me governe e guarde
ilumine e zele assim

Caminho se conhece andando
Então vez em quando
é bom se perder

Perdido fica perguntando
Vai só procurando
E acha sem saber

Perigo é se encontrar perdido
Deixar sem ter sido
Não olhar, não ver

Bom mesmo é ter sexto sentido
Sair distraído
espalhar bem-querer

Referencial bibliográfico.

ABRAMOVIĆ, Marina. **Terra Comunal**. Disponível em <<http://terracomunal.sescsp.org.br/>> Acesso em: 02/abril/2016.

ALVES, Rubem. **Variações sobre o prazer**. 2ª edição. São Paulo: Planeta, 2014.

AMBRÓZIO, Aldo. **Governamentalidade Neoliberal: Disciplina e Empresariamento da Vida**. *Kínesis*, Vol. IV, nº 08, Dezembro 2012, p. 40-60

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Corpo**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1984.

ANTUNES, Arnaldo & JAFFE, Noemi. **Coleção melhores poemas**. São Paulo: Global, 2010.

AZEVEDO, Suami Paula de. **Retratos de Suzano: Canto meu recanto**. Suzano/SP: Oriom, 2004.

AZEVEDO, Sergio de & FERNANDES, Rodrigo Barroso (org). **Orçamento Participativo: Construindo a democracia**. Rio de Janeiro: editora Revan, 2005.

BASSI, Marcos Edgar. **Participação social e democratização da gestão pública no município: primeiras ações de governo e a opinião dos gestores**. Extrato do pós-doutorado na faculdade de educação da USP.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=355250&search=sao-paulo|suzano|infograficos:-historico>> Acesso em: março 2015.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2005. _____ . **O visconde partido ao meio**

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis**. In SZTUTMAN, Renato. *Eduardo Viveiros de Castro Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. p.228-258.

_____, STIGGER, Veronica & VILELA, Fernando. **Onde a onça bebe água**. Cosac Naify, 2015.

CLARK, T.J. **Por uma esquerda sem futuro**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DEBRUN, Michel. **A conciliação e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Transcrição integral do vídeo, para fins didáticos. 1995. Disponível em <<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e>>

[videos/deleuze-gilles/o-abecedario-de-gilles-deleuze-transcricao-integral-do-video>](#) Acesso em: 21/jan/2016.

_____. **Pensamento nômade.** In _____. *A ilha deserta e outros textos.* São Paulo: Iluminuras, 2006 (3ª reimpressão 2014). (p. 319-329)

DIAS, Romualdo. **Educação de jovens e adultos: novas perspectivas!** Curitiba: Appris, 2015.

D'IORIO, Paolo. **Nietzsche na Itália: a viagem que mudou os rumos da filosofia.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo.** 6ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.

DUTRA, Olivio & BENEVIDES, Maria Victoria. **Orçamento participativo e socialismo.** 1ª edição. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FREIRE, Paulo. **Papel da educação na humanização.** Revista Paz e Terra, São Paulo, nr. 9, p. 123-132, out. 1969.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 11ª edição. 23ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FONSECA, Tania Mara Galli. **A cidade subjetiva.** In _____ e KIRST, Patrícia Gomes (org). *Cartografias e devires: a construção do presente.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. (p. 253 – 257)

FOUCAULT, Michel. **Por que investigo o poder?** In DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (231 – 249)

_____. **O que são as luzes.** In _____ *Ditos & Escritos* Volume II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (335 – 351)

FUMAGALLI, Andrea e MEZZADRA, Sandro. **A crise da economia global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes.** 5ª edição. Buenos Aires: Catálogos S.R.L, 2001.

_____. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso.** 9ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GENRO, Tarso & SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre.** 1ª edição, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

GIL, Gilberto & Zappa, Regina (org). **Gilberto bem perto.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

_____. **Todas as letras.** In: RENNÓ, Carlos (Org). Edição ampliada e comentada. São Paulo: Companhia as letras, 2003.

_____. **Tempo Rei.** Direção de Andrucha Waddington, filme de 1996. Disponível em <http://www.gilbertogil.com.br/sec_video.php?id=1&id_type=2>. Acesso em: 25/mar/2016.

- GUATTARI, Félix. **Caosmose**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. **Máquina Kafka**. Pag. 51-66. São Paulo: N-1, 2011
- GRAZIA, Grazia de & RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Experiências de orçamento participativo no Brasil**. Período de 1997 a 2000. Vozes, 2003.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Império**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____. **O comum no comunismo**.
- _____. **Multidão**
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOLLANDA, Chico Buarque de. **Tantas palavras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- JULLIEN, François. **A arte do desvio**. In: MORIN, Edgar et al. *A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- KAFKA, Franz. **A metamorfose**. 16ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- KAIL, Michel e KIRCHMAYR, Raoul. **Consciência e subjetividade**. In: SARTRE, Jean-Paul. *O que é subjetividade?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. P 9–24.
- KOTSCHO, Ricardo. **Do golpe ao Planalto: uma vida de repórter**. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo. Ensayo sobre la sociedade neoliberal**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2013.
- LISPECTOR, Clarisse. **A hora da estrela**. 23ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LUKÁCS, Georg. **Narrar ou descrever. Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A sagrada família, ou, a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: editora civilização brasileira, 2007.
- NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre o império**. Rio de Janeiro/RJ: DP&A editora, 2003.
- NIEMEYER, Oscar. **Minha arquitetura**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos ou como se filosofa com o martelo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (Orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba e BRAGA, Ruy. **Hegemonia as avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Política e Filosofia. Até página 33. São Paulo: Editora 34, 1996.
- REDE BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. <<http://www.redeopbrasil.com.br/>> Acesso em fevereiro de 2015.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª reimpressão. São Paulo: companhia das letras, 2006.
- RICOEUR, Paul. **Tarefas do Educador Político**. São Paulo: Edições Loyola.
- ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico**. In: Cadernos de Subjetividade, v.1, nr.2: 241-251. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, PUC/SP. São Paulo, set/fev, 1993.
- SÁNCHEZ, Félix. **Orçamento participativo: teoria e prática**. Cortez Editora,
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática.- A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. v 1: 5ª edição. São Paulo/SP: Cortez, 2000.
- _____. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Coleção Reinventar a emancipação social, vol.1. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. **O que é subjetividade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- SCHEINVAR, Estela. **Conselho, escola e práticas inventivas: pensando a gestão no dia a dia**. In: (org) Dias, Rosimeri de Oliveira. *Formação inventiva de professores*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012. p 61-73.
- SUZANO. **Nomeia o Conselho do Orçamento Participativo e Institui seu Regimento Interno**. Decreto Municipal nº 7.542/2006 de 8 de dezembro de 2006; _____ nº 7.594/2007 de 10 de julho de 2007; _____ Câmara Municipal de Suzano. <<http://www.camarasuzano.sp.gov.br/suzano>> Acesso em fevereiro de 2015.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo sobre a percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **René Lourau na UERJ. Análise Institucional e Prática de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 1993, departamento de extensão SR-3 UERJ.

VELOSO, Caetano. **Estrangeiro**. In: FERRAZ, Eucanaã. *Letra só*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2003. p. 205-207.

VIRNO, Paolo. **Gramática da multidão. Para uma análise das formas de vida contemporânea**. <http://es.wikipedia.org/wiki/Paolo_Virno>

Fora do texto – uma escrita no movimento do corpo

Estão apensos os artigos escritos para a coluna quinzenal assinada pelo Coordenador do Orçamento Participativo de Suzano⁶³ no jornal Diário de Suzano⁶⁴ publicados⁶⁵ entre 2006 e 2008⁶⁶. Importante ressaltar que todos os artigos foram escritos no calor dos acontecimentos, na caminhada com as idas e vindas de um processo que guarda uma força inventiva por mais que o Orçamento Participativo seja uma prática experimentada em vários municípios. Dizemos isso por considerar que mesmo aplicado a partir de um receituário sugerido por outras práticas, uma política constituída na fronteira, sempre acaba por se adequar às peculiaridades da cidade. O que aqui denominamos inventividade é uma linha que atravessa muitos dos artigos.

Travamos, durante nossa banca de qualificação, um interessante debate sobre a importância dos artigos cujos fragmentos estão, de alguma maneira, distribuídos no texto desta dissertação e influenciando todo o percurso de nosso pensamento. Pensamos, a partir de então, na função teórica e na função política de inserir os artigos nos apêndices desta dissertação.

Uma segunda linha chegou com as contribuições da banca examinadora, já na fase de finalização deste momento de nossa pesquisa. Esta linha trouxe uma perspectiva nova com a escritura *fora do texto* em René Lourau. Para este autor,

uma característica de uma escritura fora do texto (...) é a de produzir um conhecimento sobre a temporalidade da pesquisa. Essa temporalidade não é a dos resultados, a do texto final. (...) O diário nos permite o conhecimento da vivência cotidiana de campo (não o “como fazer” das normas, mas o “como foi feito” da prática). Tal conhecimento possibilita compreender melhor as condições de produção da vida intelectual e evita aquilo que chamarei “lado mágico” ou “ilusório” a pesquisa (...) (Lourau *in* UERJ. 1993 p.77)

⁶³ Ivan Rubens Dário Junior

⁶⁴ Empresa do Grupo DS de Comunicação com sede na cidade de Suzano/SP e circulação regional.

⁶⁵ Outros veículos de comunicação da região também publicavam estes e outros artigos durante o mesmo período sem a mesma regularidade.

⁶⁶ As publicações continuaram durante o ano de 2009.

Em abril de 1993, a convite do Departamento de Psicologia Social e Institucional/Instituto de Psicologia, a UERJ recebeu René Lourau. No curso intitulado Análise Institucional e Práticas de Pesquisa, Lourau iniciou o terceiro (de cinco) encontro enfatizando o conceito da *restituição*. Para ele, a *técnica do diário de pesquisa*, se refere ao processo de pesquisar e supõe revelar aspectos que geralmente são silenciados. Com este autor, pensamos que a escrita no momento mesmo da pesquisa, a escrita no campo produz uma reflexão, desencadeia um movimento no pensamento que é próprio do exercício da escrita.

o praticante ou adepto de tal exercício passa, em um determinado momento qualquer, a refletir diferente dos demais, mesmo se seu interesse é explorar a imaginação (...). O exercício cotidiano de escrever sobre o cotidiano constrói e se apropria de realidades, num movimento especular. (...). Encontramos, em alguns diários, esse movimento reflexivo, esse jogo de espelhos. (...) Considero este proceder dos "diaristas" muito produtivo para nos auxiliar a desnaturalizar as construções científicas, em especial a - já mitológica - NEUTRALIDADE. (Lourau *in* UERJ. 1993 p.79)

Sobre a coluna

Com o início do governo em janeiro de 2005, o tema da participação popular como eixo de governo começa a ganhar visibilidade pública. É neste contexto que logo no início de 2006 o então Secretário Municipal de Políticas Urbanas Miguel Reis Afonso recebeu o convite para assumir uma coluna semanal com o objetivo "explicar" o plano diretor participativo. Naquele momento transitávamos pela cidade conversando com as comunidades sobre o plano diretor e, neste processo, construindo um projeto de lei em conformidade com o estatuto da cidade⁶⁷. O compromisso assumido com a coluna implicava em apresentar semanalmente um texto de aproximadamente três mil e duzentos toques para publicação na segunda página do jornal Diário de Suzano, sempre aos sábado.

⁶⁷ denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade.

A cidade vivia uma agitação interessante vinda das naturais expectativas criadas em torno da vitória eleitoral de um projeto político que representava alternância no poder executivo. Logo no ano de 2005 o projeto de lei com o plano plurianual⁶⁸ com debates públicos nas plenárias em três regiões da cidade, algo inédito. Em paralelo aconteciam as conferências realizadas no município em coerência com os editais do governo federal e o processo de revisão do plano diretor participativo. Um ato público marcou o lançamento do Orçamento Participativo em meados de março de 2006, quando as primeiras reuniões preparatórias e plenárias regionais deliberativas tiveram início. Esse movimento colocava toda equipe de governo, secretários municipais, diretores de departamentos, chefes de áreas diversas, o prefeito municipal, o vice-prefeito, os vereadores que compunham a base de apoio parlamentar e demais lideranças políticas e partidárias, todos circulando pelos bairros, andando na periferia e conversando sobre a cidade conforme descrito em particular no primeiro capítulo desta dissertação, e outros que o fluxo do movimento trazia no percurso. É neste contexto de movimento e (por assim dizer) agitação política que o convite foi estendido à coordenação do Orçamento Participativo. A partir daí o tema da participação popular na construção do orçamento público municipal (e mesmo outras políticas) tematizou a coluna semanal. Passamos a intercalar o tema do OP com o tema do Plano Diretor.

Breve análise

O que importa mesmo neste momento é destacar que o movimento do Jornal em procurar pela Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura propondo a publicação dos textos demonstra algumas coisas.

Primeiro um interesse pelo assunto que começava a ganhar os espaços públicos inclusive os espaços em uma certa discussão pública por meio das empresas de comunicação nestas (e em outras) mídias locais e regionais;

⁶⁸Previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, trata-se de um plano de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo poder executivo durante um período de quatro anos sendo os três anos do mandato em vigor e o primeiro ano do subsequente.

Em segundo lugar perceber, já naquele momento, algo que foi se confirmando com o passar do tempo sobre a dificuldade dos jovens jornalistas das empresas locais e regionais tanto no território da linguagem quanto na compreensão da processualidade. Via de regra as dificuldades estavam em lidar com uma outra forma de administrar a prefeitura, um estranhamento diante da inversão de fluxo: do conforto palaciano para a realidade dura da cidade, de uma idealização de cidade para uma realização de cidade;

Um terceiro aspecto que consideramos relevante estava no campo da liberdade com que dois agentes políticos de governo tratavam dos temas específicos de acordo com o pacto inicial para a coluna, mas com um pano de fundo das disputas, movimentos, contradições, complexidade da política mais geral na cidade, passando pelas questões envolvendo os espaços do legislativo e executivo, seja nas questões partidárias, seja na movimentação em escala regional, estadual e nacional;

Um último aspecto que nos parece interessante na análise dos artigos é o esforço de tradução seja das novidades que a cidade experimentava, seja no campo da técnica orçamentária, administrativa e mesmo jurídica. Além das provocações algumas mais agudas e, de modo geral, bem humoradas.

Os sessenta e seis artigos abaixo estão organizados a partir de três quadros que explicitam informações sobre o número de ordem do artigo, data da publicação, título e contextualiza o momento específico do ciclo do OP a que se refere o texto.

Apêndice A. Artigos publicados em 2006

Quadro 1. Artigos publicados durante o ano de 2006 em ordem cronológica.

	Publicação	Título do artigo	fase
1º	27/mai/2006	Desperta, cidade das flores! Agora o Orçamento é Participativo.	Plenárias regionais: encontros na cidade
2º	10/jun/2006	Por um jeito artista de participar	
3º	24/jun/2006	Orçamento Participativo na construção da democracia: Suzano não é um lago congelado	
4º	8/jul/2006	Assembleia Geral dos Representantes do Orçamento Participativo	Assembleia Geral
5º	22/jul/2006	“O óbvio só é óbvio depois de descoberto”...	
6º	5/ago/2006	I Seminário de Formação do Conselho do Orçamento Participativo de Suzano	CORPO
7º	19/ago/2006	O Conselho do Orçamento Participativo de Suzano	
8º	2/set/2006	Orçamento Participativo e a Caravana por Suzano	
9º	16/set/2006	OP em Suzano: política com arte	
10º	30/set/2006	O Plano de Investimentos do Orçamento Participativo	
11º	14/out/2006	Para além do Orçamento Participativo	
12º	11/nov/2006	Orçamento Participativo para além de Suzano	
13º	25/nov/2006	Avaliando o Orçamento Participativo	
14º	9/dez/2006	A avaliação do Orçamento Participativo em Suzano	
15º	23/dez/2006	Por um pouco de poesia	

1º artigo: Desperta, cidade das flores! Agora o Orçamento é Participativo.



DESPERTA, CIDADE DAS FLORES! AGORA O ORÇAMENTO É PARTICIPATIVO

Ivan Rubens Dário Junior é assessor especial para implementação do Orçamento Participativo (Prefeitura de Suzano)

IVAN RUBENS DÁRIO JUNIOR

Suzano vive nos últimos meses a experiência da participação popular. Compromisso do atual governo municipal, vários canais de participação estão se abrindo e se ampliando. Alguns já foram discutidos nesta coluna. Contudo, o objeto de nossa discussão a partir de hoje é o Orçamento Participativo (OP), um importante instrumento de mobilização popular que está chegando a Suzano.

Penso que cabe a mim o papel de provocar aqui esta discussão e, mais do que isso, informar sobre o andamento do OP neste processo de construção coletiva do projeto de lei do orçamento anual.

Para isso, caro leitor, penso que é necessário recontar como se dá o planejamento orçamentário. Compete ao Executivo propor o projeto de Lei do Orçamento Anual, conhecido como LOA, e encaminhá-lo até o último de setembro de cada ano ao Poder Legislativo. Cabe à Câmara de Vereadores

analisá-lo, debatê-lo e propor emendas para aprimorar o projeto e votá-lo.

Essa tramitação tem prazo até o dia 31 de dezembro. Aprovada a Lei do Orçamento Anual, ela vigora do primeiro ao último dia do ano seguinte. Existem também duas peças muito importantes do planejamento que são o Plano Plurianual (PPA) e a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), tudo disciplinado por um rigoroso arcabouço legal das esferas federal, estadual e municipal.

Ainda sobre o orçamento, a palavra pode parecer um pouco complicada, mas todo mundo sabe do que se trata. Simplificando, é a previsão dos ganhos (estima receita) e definição dos gastos (fixa despesas), quanto a prefeitura espera arrecadar no ano seguinte e como será gasto esse dinheiro que é, em grande medida, fruto dos impostos, taxas, tributos, contribuições, entre outros, pagos por todos nós.

Do ponto de vista técnico, a questão é mais complexa. Contudo, penso que as informações acima são suficientes para voltarmos ao tema que nos trouxe a essa coluna: o OP.

Em Suzano, o orçamento municipal sempre foi construído pelos técnicos da Prefeitura em seus gabinetes. Até aí, nenhum problema, mas é importante avançarmos um pouco nesta reflexão. É necessário ter claro que as opções da administração municipal ao investir num determinado projeto em detrimento de outro, numa determinada obra em prejuízo de outra, têm reflexo no cotidiano das

pessoas. Então, porque não deslocar a discussão acerca do dinheiro público para os espaços públicos?

Ninguém conhece melhor a cidade do que as pessoas que vivem nela: os detalhes de cada região, as peculiaridades de cada bairro ou loteamento, a dinâmica, os fluxos desse caminhar frenético do dia a dia que se materializa na cidade.

Então, é necessário ampliar esse debate. Com o OP, convidamos todas as pessoas - mulheres, homens, jovens, idosos - para construirmos juntos o projeto da Lei do Orçamento Anual que será encaminhado ao Legislativo até 30 de setembro.

A cidade foi organizada em 12 regiões e, para cada uma delas, uma plenária deliberativa. Nesses encontros, a população tem acesso às informações, discute seus problemas e propõe soluções. Mais do que isso, elege seus representantes para acompanhar os próximos passos, a tramitação do projeto e sua execução durante o ano de 2007.

Para encerrar nosso primeiro encontro, reforçamos o convite. Contribua com sua experiência de vida, seu conhecimento, suas preocupações e suas propostas de solução. No OP acontece um encontro muito legal, muito rico: compartilhamos as responsabilidades e o poder de decisão numa dinâmica em que todo mundo ensina e aprende ao mesmo tempo. Traga o que você tem de melhor: sua disposição em fazer de Suzano um lugar melhor para se viver. Participe do OP!

Suzano vive nos últimos meses a experiência da participação popular. Compromisso do atual governo municipal, vários canais de participação estão se abrindo e se ampliando. Alguns já foram discutidos nesta coluna. Contudo, o objeto de nossa discussão a partir de hoje é o Orçamento Participativo (OP), um importante instrumento de mobilização popular que está chegando a Suzano.

Penso que cabe a mim o papel de provocar aqui esta discussão e, mais do que isso, informar sobre o andamento do OP neste processo de construção coletiva do projeto de lei do orçamento anual.

Para isso, caro leitor, penso que é necessário recordar como se dá o planejamento orçamentário. Compete ao Executivo propor o projeto de Lei do Orçamento Anual, conhecido como LOA, e encaminhá-lo até o último de setembro de cada ano ao Poder Legislativo. Cabe à Câmara de Vereadores analisá-lo, debatê-lo e propor emendas para aprimorar o projeto e votá-lo.

Essa tramitação tem prazo até o dia 31 de dezembro. Aprovada a Lei do Orçamento Anual, ela vigora do primeiro ao último dia do ano seguinte. Existem também duas peças muito importantes do planejamento que são o Plano Plurianual (PPA) e a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), tudo disciplinado por um rigoroso arcabouço legal das esferas federal, estadual e municipal.

Ainda sobre o orçamento, a palavra pode parecer um pouco complicada, mas todo mundo sabe do que se trata. Simplificando, é a previsão dos ganhos (estima receita) e definição dos gastos (fixa despesas), quanto a prefeitura espera arrecadar no ano seguinte e como será gasto esse dinheiro que é, em grande medida, fruto dos impostos, taxas, tributos, contribuições, entre outros, pagos por todos nós.

Do ponto de vista técnico, a questão é mais complexa. Contudo, penso que as informações acima são suficientes para voltarmos ao tema que nos trouxe a essa coluna: o OP.

Em Suzano, o orçamento municipal sempre foi construído pelos técnicos da Prefeitura em seus gabinetes. Até aí, nenhum problema, mas é importante avançarmos um pouco nesta reflexão. É necessário ter claro que as opções da administração municipal ao investir num determinado projeto em detrimento de outro, numa determinada obra em prejuízo de outra, têm reflexo no cotidiano das pessoas. Então, porque não deslocar a discussão acerca do dinheiro público para os espaços públicos?

Ninguém conhece melhor a cidade do que as pessoas que vivem nela: os detalhes de cada região, as peculiaridades de cada bairro ou loteamento, a dinâmica, os fluxos desse caminhar frenético do dia a dia que se materializa na cidade.

Então, é necessário ampliar esse debate. Com o OP, convidamos todas as pessoas - mulheres, homens, jovens, idosos - para construirmos juntos o projeto da Lei do Orçamento Anual que será encaminhado ao Legislativo até 30 de setembro.

A cidade foi organizada em 12 regiões e, para cada uma delas, uma plenária deliberativa. Nesses encontros, a população tem acesso às informações, discute seus problemas e propõe soluções. Mais do que isso, elege seus representantes para acompanhar os próximos passos, a tramitação do projeto e sua execução durante o ano de 2007.

Para encerrar nosso primeiro encontro, reforçamos o convite. Contribua com sua experiência de vida, seu conhecimento, suas preocupações e suas propostas de solução. No OP acontece um encontro muito legal, muito rico: compartilhamos as responsabilidades e o poder de decisão numa dinâmica em que todo mundo ensina e aprende ao mesmo tempo. Traga o que você tem de melhor: sua disposição em fazer de Suzano um lugar melhor para se viver. Participe do OP!

2º artigo: Por um jeito artista de participar

Em nosso primeiro encontro discutimos, em linhas gerais, o Orçamento Participativo e sua aplicação em Suzano. Concluída a 10ª plenária regional deliberativa e tendo percorrido 196 bairros e loteamentos, é possível apresentarmos um balanço e contar um pouco dessa rica experiência em que população e governo semeiam o futuro da nossa cidade, por meio da Lei do Orçamento Anual. Milhares de mãos edificam essa obra e, para contar um pouco dessa história, algumas delas irão nos ajudar.

“Apesar de fria pelo tempo e pelo vento que soprava, era uma linda tarde de sol quando os moradores da região crisântemo começavam a se aproximar. Era lindo o olhar daquelas pessoas que, apesar de marcadas por tantos problemas vividos naquela região, vislumbram uma esperança de pela primeira vez decidir como será gasto o dinheiro público e, principalmente, saber que não se encontrava ali apenas para ouvir as decisões do governo, mas como ator da decisão, com poder deliberativo e com a liberdade de apresentar e defender suas propostas”. Assim descreveu com sua peculiar sensibilidade, o início da 10ª plenária do OP, o amigo Antonio Agostinho, assessor da Secretaria Municipal de Governo.

As plenárias iniciam com “mais uma transmissão da sua Rádio OP, a rádio que pensa em você”. Seis jovens atores, incluindo o diretor, iniciam os trabalhos apresentando as famosas ‘traduções de autoajuda’, a radionovela ‘Algemas da

Paixão' e os 'Recadinhos do Coração'. Tudo ao vivo. Recheado de humor (e amor), o 'momento OP' traz informações que subsidiam a discussão posterior. Além de democratizar a cultura por meio do teatro, as inserções ajudam a quebrar a timidez inicial e deixam claro que, no OP, todos os saberes têm igual valor. Até a 10ª plenária mais de 1200 pessoas foram reconhecidas formalmente como atores na construção desta cidade. Numa entrevista descontraída, o prefeito de Suzano subsidia a plenária com informações importantes para a sequência dos trabalhos.

Orientados pela coordenação da plenária, os participantes seguem para as salas de aula onde os grupos de trabalho debatem os temas relativos à região e, mais do que isso, apresentam suas propostas. Inicia-se o movimento de criação e os atores da transformação da cidade demonstram ali talento equivalente ao dos grandes pintores, compositores, músicos... Basta ficar atento para assistir e ouvir belas criações como a da poeta Tereza do Umuarama: "não importa que eu não tenho filho nem neto. Vou votar na creche porque tem gente que precisa". Ou a da intérprete Maria, do Jardim Leblon: "olha que legal, gente. Quando chegamos aqui, nem conversávamos direito. Agora, nos conhecemos e estamos propondo melhorias para o conjunto das pessoas".

Como descreve um dos trechos da crônica publicada na edição de junho do jornal Suzano Agora, o retorno à plenária indica o despertar para a participação. "Como se tivessem despertado de um período em que a voz foi silenciada e a ação desprezada, eles retornam determinados a fazer valer os seus desejos, definir suas demandas prioritárias e quem vai representar sua região junto à Prefeitura de Suzano".

As plenárias do OP em Suzano são momentos de rara beleza. Fique de olho no calendário e participe, ainda há tempo. Neste sábado (10/6), a partir das 14h, na Emei Profª Eliana Pereira Figueira, que fica no Jardim Imperador, você poderá tirar suas próprias conclusões na 11ª Plenária do OP.

3º artigo: Orçamento Participativo na construção da democracia: Suzano não é um lago congelado

Com a 12ª plenária hoje na região do Jardim Varan (Emef José Celestino Sanches, avenida Paulo Sampaio, 50), o Orçamento Participativo completa sua primeira fase. Cerca de 8.000 pessoas participaram das reuniões preparatórias e das plenárias regionais deliberativas e, de diversas formas, se aproximaram das questões orçamentárias. A equipe da Prefeitura visitou toda a cidade levando material elaborado especialmente para esses encontros.

Discutir o orçamento público é mexer com o problema do custo de viver na cidade. Quanto custa viver na cidade? Como vamos repartir entre nós esse custo? Essa discussão deve acontecer em todo tempo, afinal, todo esse volume de recursos está em constante disputa.

Durante muito tempo em Suzano, os recursos públicos municipais atenderam aos interesses de uma minoria que, historicamente, manteve o orçamento sob seu controle, trancado a sete chaves em seus gabinetes, em detrimento dos interesses da grande maioria da população suzanense. O OP altera a correlação das forças que disputam esses recursos.

O orçamento público tem origem nas contribuições, impostos e taxas pagos por todas as pessoas. É, portanto, dinheiro de todos. Dar publicidade às questões públicas é garantia constitucional e isso acontece em cumprimento aos dispositivos. Quem participou das reuniões preparatórias pôde perceber que, apesar de todo rigor técnico e do aparato legal que envolve o orçamento público, um esforço de linguagem e de aproximação com o cotidiano das pessoas garante maior compreensão do orçamento municipal e também apropriação dos conteúdos por parte da população.

Traduzir essas informações, disponibilizá-las de forma simples, visitar toda a cidade dialogando a esse respeito com possibilidade real de deliberação popular, é uma decisão política bastante corajosa, um divisor de águas que marca as diferenças político-ideológicas.

Ao elaborarmos o orçamento da cidade também estamos fazendo um exercício de democracia. Viver na cidade de modo mais democrático pode garantir vida melhor para todos. Porém, não há receita pronta. A bibliografia disponível acerca do tema e o acúmulo dos municípios que optaram pelo OP como método de elaboração da lei do orçamento anual apontam para ricos processos de experimentação. Isto porque a democracia se constrói no exercício de cada dia e, para construirmos uma cidade

mais democrática, só é possível pelo exercício paciente de construção de uma cidade melhor para todos.

Foi dito nesta coluna que a organização popular por meio dos movimentos sociais ou entidades representativas para sua participação junto ao Estado torna-o mais eficiente na produção e implementação de políticas públicas. Sendo processo, exige ações de médio e longo prazo. Com as experiências desencadeadas pelo governo Marcelo Candido em apenas 18 meses, nossa cidade jamais será a mesma.

No dizer de Eraclito di Efeso, filósofo pré-socrático (535 aC – 475 aC) que desenvolveu a ideia da mudança, do movimento enquanto contradição e da simultaneidade de contrários, “é impossível pisar no mesmo rio. Talvez num lago congelado”. Suzano tem o vigor e a força de um rio que, com seu movimento, transforma a paisagem ao seu redor. Suzano nunca mais será um lago congelado.

4º artigo: Assembleia Geral dos Representantes do Orçamento Participativo

Encerradas as plenárias, acontece a Assembleia Geral dos Representantes do Orçamento Participativo, objeto de nossa discussão neste artigo. Para facilitar o entendimento, podemos dizer que o OP em Suzano foi organizado em duas fases: fase externa e fase interna. A primeira compreende as reuniões preparatórias e as plenárias regionais deliberativas. Foram 217 reuniões preparatórias que, além de estimular a participação nas 12 plenárias regionais deliberativas, como o próprio nome diz, prepararam os participantes e, conseqüentemente, qualificaram a tomada de decisão. Está desencadeado o processo de socialização das informações acerca do orçamento público, o dinheiro arrecadado dos impostos e taxas pagos por todos e, portanto, dinheiro de todos.

Importante destacar que as informações democratizadas durante essa fase, por mais elementares que possam parecer àquelas pessoas que conhecem minimamente as questões do orçamento e da administração pública, surpreendeu a grande maioria das pessoas que estiveram nas reuniões. Isso se justifica pelos quase 30 anos de silêncio em que o povo aguardava os favores dos administradores de plantão.

Com as diversas experiências de participação popular desencadeadas com ousadia pelo governo Marcelo Candido, dentre elas o OP, nosso povo se percebe senhor de direitos. Nas 12 plenárias, encontros cheios de vida e que revelaram o amor por nossa cidade, 1.486 mulheres e homens elegeram as 36 prioridades do OP e também 12 conselheiros que acompanharão a sequência dos trabalhos. Noventa e dois representantes foram eleitos nos 46 grupos de trabalho que aprofundavam os debates. Os GTs mostraram-se espaços interessantes de construção coletiva do conhecimento, espaços de diálogo e discussão, onde a dialética, além de ampliar o cabedal de conhecimento, colocou os presentes num movimento de construção de consensos, pactos e acordos.

O Conselho do OP (CORPO) será composto por 32 pessoas, sendo 24 da população. Nas plenárias, cada região já elegeu seu conselheiro. Na Assembleia Geral, os representantes elegerão as últimas 12 vagas entre seus membros. As regiões se encontram, as pessoas se encontram, as diferentes realidades se encontram, toda energia que levaram às 36 prioridades eleitas se encontram e, neste encontro, lançamos nossos olhares para a cidade de Suzano. Passamos, portanto, do olhar de parte para um olhar do todo. Com a Assembleia, tem início a fase interna do OP.

Numa colcha de retalhos, uma linha une as partes para formar o todo. Nossa “linha” é a topofilia (do grego *Topos*: lugar, *Philía*: “amizade”, “afinidade”, “amor”). Assim, continuamos alinhavando, trilhando e desbravando caminhos de (re)invenção da democracia.

No próximo encontro discutiremos o CORPO. Até lá.

5º artigo: “O óbvio só é óbvio depois de descoberto”...

Ao ouvir a frase que intitula este artigo, encontrei o pré-texto para o debate desta semana. João Bosco, um dos músicos que mais ouço e admiro, falava da simplicidade que torna genial a canção *O Vento*, de Dorival Caymmi. Você deve estar se perguntando: qual a relação disso com nossa experiência de Orçamento Participativo? No dia da publicação do nosso último artigo (8/7), aconteceu a

Assembleia Geral dos Representantes, a ágora (praça das antigas cidades gregas onde eram realizadas as assembleias públicas) do OP.

Na oportunidade, todos os representantes presentes escolheram mais 12 conselheiros (e 12 suplentes) para o conselho do OP (Corpo). Bom lembrar que a correlação de forças entre as regiões era desigual, uma vez que o critério de mobilização popular é o que garantia a escolha de representantes durante as plenárias, obedecendo à razão de um representante para cada 15 participantes. Ou seja, a mobilização popular nas plenárias é diretamente proporcional à quantidade de representantes.

Os representantes presentes na Assembleia Geral pactuaram manter o equilíbrio no Corpo ao registrarem apenas uma candidatura por região. Demonstração de senso de justiça, compreensão de cidade e capacidade de negociação. A experiência do OP nos permitiu essa descoberta e agora podemos até dizer que, em se tratando do povo de Suzano, isso é óbvio.

Conhecendo os/as 24 conselheiros/as eleitos/as pela população, nos reunimos para discutir os próximos passos. No dia 30 de julho acontecerá o 1º Seminário de Formação do Corpo. É o momento de conhecer melhor o orçamento público municipal e a legislação que disciplina o uso desse recurso, compreender o funcionamento da máquina pública, especialmente em áreas cujo funcionamento é organizado em sistemas; as competências da União, Estado e Município, as possibilidades de investimentos e seus respectivos impactos de custeio.

Tudo isso prepara, forma e informa o conselho, visando à tomada das decisões durante as reuniões ordinárias. Serão ricas tardes de sábado conforme definição dos próprios conselheiros.

Registrar a experiência do OP enquanto mecanismo de participação popular junto ao governo é discutir uma forma de governar a cidade e, nesse sentido, penso que é necessário destacar o que, no meu ponto de vista, tem uma separação abissal. O “jeito” de funcionar da Prefeitura não é espontâneo, ele é produzido por várias forças.

No caso de Suzano, esse “jeito” foi produzido por uma sucessão de governos refratários à participação da população nas decisões. Ao colocar participação popular como um dos cinco eixos, o governo Marcelo Candido provoca uma mudança na cidade imaterial, por desencadear um movimento de construção de outra lógica de governo. À medida que o povo participa, se apropria da máquina

pública e esta, por sua vez, se adapta aos anseios populares e mais se aproxima da(s) realidade(s) local(is). É a riqueza do encontro de dois poderes: do poder constituinte com o poder constituído.

Cada vez mais gente se apercebe protagonista na democratização da democracia.

6º artigo: I Seminário de Formação do Conselho do Orçamento Participativo de Suzano

Realizamos no último domingo (30/7), na EMEF Antonio Marques Figueira, o I Seminário do Conselho do OP em Suzano. Foi um dia intenso, na troca de experiências e na construção coletiva do conhecimento. O carinho e o afeto, que permearam as relações do seminário, deram fluidez a um intenso movimento de construção coletiva. Cuidadosamente as relações foram se estabelecendo e trazendo às claras o desejo, comum aos presentes, de transformar nossa cidade num lugar melhor para se viver.

Conselheiras e conselheiros participaram do seminário de corpo inteiro, dispostos a transitar por territórios da racionalidade e da subjetividade. Um dos sentimentos presentes foi a indignação, diante das injustiças que aconteceram na história da nossa cidade e do nosso país. De outra parte, ficou claro que os novos tempos de nossa sociedade nos desafiam a pensar, em grupo, soluções para os problemas da vida na cidade, fazê-las saírem do papel e, de fato, mudarem a realidade. O Orçamento Participativo pode ser uma oportunidade para esta boa experiência, a depender da nossa criatividade, da nossa indignação, do nosso compromisso e da nossa responsabilidade.

Durante o Seminário, discutimos a cidade de Suzano, o orçamento público municipal, o sistema público de saúde e o sistema público de educação. Compartilhamos muitas informações sobre receitas, despesas, processos administrativos, fluxos de processos e sistemas de gestão da educação e da saúde. Os representantes da prefeitura apresentaram as diretrizes norteadoras da administração municipal para cada um dos temas, cumprindo o compromisso político assumido pelo prefeito Marcelo Candido ao priorizar a participação popular como um dos cinco eixos do governo.

Pela primeira vez, os moradores da nossa cidade estão se envolvendo na construção da Lei Orçamentária Anual (LOA) e o seminário aumentou a compreensão sobre o poder público e nos fez refletir sobre a cidade de Suzano.

Na história das cidades brasileiras, o poder público nunca esteve nas mãos da maioria da população. Quem estudou a história e quem viveu bastante já sabe o quanto as nossas cidades foram comandadas por “coronéis”, que muita gente até gostava por eles garantirem o “colo”. No entanto, se queremos inventar um outro modo de viver na cidade, com democracia e acabando com as injustiças, é preciso ter a coragem de abandonar o “colo”. Quem quiser continuar buscando um “colo” vai perder a oportunidade de construir uma cidade mais justa.

Neste sentido, o OP é um processo de escolhas, de definição de prioridades que tem o potencial de construir mais poder para a maioria da população e, simultaneamente, romper com o injusto histórico de privilegia com recursos públicos um pequeno grupo. Ou seja, toda escolha econômica privilegia algum interesse. Com o OP, estamos fazendo coletivamente escolhas econômicas sérias e com claro sentido ético.

PS.: Conselho de Marco Polo ao poderoso Kublai Khan no livro “As cidades invisíveis” de Ítalo Calvino: “As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”.

7º artigo: O Conselho do Orçamento Participativo de Suzano

Desde o lançamento desta coluna quinzenal, temos tratado da experiência do Orçamento Participativo na Cidade de Suzano. Debruçamo-nos sobre esta experiência na perspectiva de entendê-la como possibilidade real de alteração das relações estabelecidas entre Estado e sociedade, no âmbito da cidade, tendo como pano de fundo sua contribuição para a ampliação e alargamento da democracia, por meio da participação popular junto ao poder público. Assim, discutimos as reuniões preparatórias, as doze plenárias regionais deliberativas, a assembleia geral do OP, o seminário de formação do conselho e o conselho do OP propriamente dito.

Desde o dia 5 de agosto, o Conselho do OP tem se reunido todos os sábados. Realizamos duas reuniões ordinárias e, até este momento, definimos coletivamente a coordenação do CORPO, o calendário e organizamos as pautas de discussão, discutimos a metodologia e nossa organização interna, visando a conclusão das discussões e entrega do documento final na primeira quinzena de setembro ao prefeito Marcelo Candido.

Iniciamos o estudo mais detalhado das prioridades eleitas nas plenárias, no momento em que o CORPO encontrou-se com os representantes da Secretaria Municipal de Educação (SME), da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação e da Secretaria Municipal de Cultura. Na oportunidade, os representantes das secretarias apresentaram os estudos preliminares para cada uma das prioridades sob a responsabilidade da respectiva pasta, assim como os custos necessários para investimento e seu consequente impacto no custeio. Os secretários Walmir Pinto e José Carlos Kaid discutiram também com os conselheiros as possibilidades reais de implementação das prioridades do OP, com o apoio do secretário adjunto de Política Urbana Elvis José Vieira.

Na tarde de hoje (19), a secretária Municipal de Saúde Célia Cristina B. Bortoletto e sua equipe contribuirão com a discussão acerca das dez prioridades eleitas no OP que se referem à saúde pública. Certamente teremos mais uma tarde muito rica na troca de saberes e na construção coletiva do conhecimento.

Encerrando mais uma vez com a ajuda de Ítalo Calvino: “Após o sonho, partiram em busca daquela cidade; não a encontraram, mas encontraram uns aos outros; decidiram construir uma cidade como a do sonho”. A energia presente no Orçamento Participativo em Suzano se sustenta na energia de vida que pulsa em cada um dos participantes. Esse desassossego nos coloca num incansável movimento de criação e de transformação da realidade.

8º artigo: Orçamento Participativo e a Caravana por Suzano

No último dia 27, o Conselho do OP (CORPO) viveu um domingo bem diferente. Vindos dos quatro cantos de Suzano, os conselheiros chegavam trazendo expectativas diversas para um dia bem diferente: o CORPO (conselho do OP)

estava se dirigindo às 12 regiões para conhecer as 36 prioridades eleitas nas plenárias regionais deliberativas.

Trouxeram na bagagem máquinas fotográficas, papel para anotação e expectativas. A conselheira Bárbara trouxe duas crianças. Para proteger-se do sol, o conselheiro Barroso veio com seu boné do Santos Futebol Clube: ninguém é perfeito! Já o são-paulino Ramon provocava corinthianos, perguntando se o campeonato brasileiro havia sido confundido com a tele sena: onde ganha quem faz mais pontos e quem faz menos pontos. Nesse clima fraterno, a Caravana seguiu com a presença do prefeito Marcelo Candido.

Na chegada às regiões, a condução da caravana era assumida pelos conselheiros e conselheiras, que apresentavam as características locais para os demais, discutindo as três prioridades eleitas, que saíram do papel ganhando forma, cor e cheiro. O prefeito Marcelo Candido contribuiu para compor a radiografia, indicando ações executadas nas regiões, questões relativas às regiões do OP, suas relações com o conjunto da cidade, as dinâmicas e os fluxos que se estabelecem à medida em que os investimentos públicos são realizados.

Pela manhã visitamos as regiões Cravo, Hortênsia, Orquídea, Bromélia, Jasmim e Margarida. Almoçamos no NEESP, também prioridade eleita em plenária, e seguimos para as regiões Girassol, Begônia, Sálvia, Rosa, Crisântemo, encerrando na Região Lírio. No mirante do SESC, último ponto de nossa caravana, a discussão permitiu elaborar melhor os contrastes observados, as desigualdades territoriais, espaciais e sociais da Cidade.

Recuperamos no OP uma dimensão de humanidade, à medida em que as decisões do CORPO podem melhorar as condições de vida e, de alguma maneira, transformar as relações estabelecidas entre as pessoas e as relações que estas estabelecem com os lugares onde moram.

Outro aspecto que muito me chamou a atenção foi o ambiente criado no trajeto. Apesar de tantas desigualdades e conflitos sociais observados no caminho, conselheiros e representantes do governo municipal estavam ali com toda a energia para enfrentá-los. Conscientes dos anos de desgovernos que, infelizmente, conduziram com mão de ferro as decisões na cidade de Suzano, homens e mulheres endossavam ali a decisão política do governo Marcelo Candido em construir a Lei do Orçamento com participação popular. E esse é o OP: um processo de partilha do poder, de construção da democracia livre e autônoma.

Percorremos 125 quilômetros num dia intenso de trabalho. Quero aqui lembrar alguns significados ditos pelos conselheiros quando retornávamos: “união”, “conhecimento”, “aprendizado”, “autoestima”, “amizade”, “participação”, “integração”, “construção coletiva, que estamos semeando o futuro”, “povo no poder”. E uma frase curiosa que ouvi e que resume bem o dia da caravana do OP, “nosso dia foi como o Chico Buarque de Hollanda: bonito, criativo e inteligente.”

Só me resta agradecer aos conselheiros e conselheiras do OP pelo maravilhoso dia de domingo e, tornando minhas as palavras de um conselheiro, dizer que todo esse processo é uma demonstração de “amor pela cidade de Suzano”.

9º artigo: OP em Suzano: política com arte

“Tinha cá pra mim” que a obra do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda é primorosa. Na companhia de pessoas maravilhosas, assisti ao seu show. Para quem não teve a mesma oportunidade, sua presença tímida e discreta também pode ser percebida no filme *Zuzu Angel*.

Em Suzano, a obra de Chico inspirou o OP com a música: “*Vai passar nessa avenida um samba popular. Cada paralelepípedo da velha cidade essa noite vai se arrepiar*”. E se arrepiou com as mais de 250 reuniões preparatórias que mobilizaram 7.998 pessoas; com as 12 Plenárias Regionais Deliberativas que mobilizaram 1.486 pessoas; com a eleição dos 92 representantes eleitos nas salas de discussão. Suzano se arrepiou com os 32 conselheiros do OP, com a Caravana das Prioridades, com as reuniões ordinárias e extraordinárias do CORPO.

Ao final do ciclo das Plenárias Regionais Deliberativas, a população apontou 36 prioridades sendo 3 para cada uma das 12 regiões. Trabalhávamos na dimensão da “cidade imaginada”, que permite a fluidez do sonho, das utopias e dos desejos. Contudo, todo o processo foi construído com os pés fincados no chão, pois a “cidade real” nos obriga a redimensionar o sonho.

Pedagogicamente, conselheiras e conselheiros se davam conta dos limites colocados à medida em que as frustrações abatiam nossos corpos e nosso CORPO (Conselho do OP). Aliás, o CORPO é a instância final de deliberação, uma estrutura

horizontal de maioria popular que deve encaminhar ao prefeito de Suzano, Marcelo Candido, suas decisões para inclusão na Lei do Orçamento Anual (LOA).

Na belíssima EMEF Antonio Marques Figueira, o CORPO gestava vida nova para a cidade de Suzano. Foram momentos de pura magia onde, ao parar do tempo, eu contemplava um CORPO grávido, contemplava e admirava a construção coletiva de uma outra cidade, de novas práticas políticas que alargam a democracia.

O bom humor, o riso, as falas e os silêncios, as ideias e os debates, os momentos de lazer e as oportunidade de aprofundar as amizades. Tanta energia de vida presente no CORPO lançaram as instituições num movimento de (re)criação para que *inCORPOrem* a pluralidade e a diversidade, tornando-as cada vez menos refratárias às riquezas da vida, mais abertas às movimentações e permeáveis às manifestações da sociedade. Ao estilo de outra obra irretocável que o compositor indica na música *Sempre*: “*O teu corpo em movimento, o teu riso e teu silêncio serão meus ainda e sempre. Dura a vida alguns instantes, porém mais do que bastantes quando cada instante é sempre*”.

O OP está abandonando a lógica do pensar e logo existir. O CORPO percebe-se, afeta-se, comove-se. É estar vivo no corpo-movimento da vida.

Realizar o OP é compromisso político do governo Marcelo Candido. Essa experiência recebe as pessoas na dimensão de portador de direitos e amplia a democracia. Em Suzano, concluímos mais uma etapa do OP 2006.

10º artigo: O Plano de Investimentos do Orçamento Participativo

Na última semana, o Conselho do Orçamento Participativo (CORPO) foi recebido pelo Prefeito de Suzano Marcelo Candido para a entrega simbólica do Plano de Investimentos. O documento reúne o esforço coletivo de construir as prioridades populares de investimento público no projeto de Lei do Orçamento Anual (LOA). Mais do que uma peça técnica de planejamento orçamentário, a LOA apresenta as opções políticas de um governo e o OP deu vida para o projeto a partir da mobilização de aproximadamente 10 mil pessoas.

Abrindo a reunião, o conselheiro da Região Sálvia Geraldo Magela comentou que “o plano de investimentos foi escrito a várias mãos. Houve muita discussão pois as

escolhas são muito difíceis, tem coisa que fica de fora”. E ele tem razão! Toda a decisão política implica na escolha de algo em detrimento de outra; e prioridade para investimento público é o que não falta em Suzano, fruto de tantos anos de descaso e abandono.

Ao ser convidado para proceder à leitura do plano de investimentos com as 14 prioridades, o conselheiro Antonio Brás da Região Orquídea, indagou se o CORPO estava de acordo. Afinal, “no CORPO nunca ninguém decidiu nada sozinho”, completou o conselheiro. Essa reação revela um pouco do cotidiano do OP em Suzano.

Em seguida, o conselheiro Ramom Freire, da Região Jasmim, passou o Plano de Investimentos do OP às mãos do prefeito Marcelo Candido. Um momento que suscitou aplausos por simbolizar a superação de um saudável desafio assumido coletivamente.

Paulo Ferreira, da Região Hortênsia, destacou a responsabilidade de ser conselheiro do OP e o cuidado que isso exige. “Pensamos muito, discutimos, ponderamos os riscos e fomos cuidadosos. Afinal, estamos decidindo os investimentos para toda a cidade”, afirmou. Já o conselheiro da Região Lírio, Ernesto Moisés, lembrou que “o CORPO deve ter cautela pois as obras acontecerão em 2007”. E completou “tudo isso aumenta a autoestima do povo de Suzano”.

Destaco aqui a fala dos conselheiros do OP que manifestam posições populares. Penso que as falas citadas, dentre tantas que ouvi neste primeiro ano de OP aqui em Suzano, são reveladoras. Demonstrem o carinho das pessoas com o lugar onde vivem. Revelam a responsabilidade dos conselheiros e conselheiras do OP no trato com o orçamento público municipal. Revelam a maturidade do processo de discussão e a maturidade das decisões do OP. Revelam o quão acertada foi a opção do governo em democratizar a discussão e, mais do que isso, em permitir que as decisões populares fossem incorporadas na lei orçamentária.

Para Marcelo Candido, “a prefeitura e a população saem do processo (OP) enriquecidos”. E continuou, “aprendi muito e fiquei muito entusiasmado com o nível do debate”.

O OP é um encontro de saberes, é um acontecimento, é uma festa. Para olhares mais atentos, é a expansão da vida que pauta o debate e se materializa no alargamento da democracia como expressão do movimento que parte do individual para o coletivo.

Agradecido, o conselheiro Osli Barroso da Região Orquídea revelou: “nunca imaginei que isso (o OP) poderia acontecer um dia em Suzano”. E aconteceu. Sem saber que era impossível, o CORPO fez.

Fica aqui uma questão: quem é o CORPO?

11º artigo: Para além do Orçamento Participativo

A experiência da implementação do Orçamento Participativo em Suzano nos coloca diante de um complexo de experiências e de vivências, ricas na multiplicidade e na pluralidade. Com a aposta do governo Marcelo Candido nos resultados do OP, trabalhamos com o amparo bibliográfico de Boaventura de Souza Santos, Suely Rolnik e Milton Santos para garantir a riqueza do processo, sob orientação do educador Romualdo Dias. Também aproveitamos os acúmulos de vários municípios que desenvolvem o OP, músicas de Chico Buarque, Gonzaguinha, Arnaldo Antunes, Chico César e poesias de Thiago Lara e Carlos Drummond.

Experimentamos espaços de interconhecimento e de autoeducação que potencializam o aprendizado recíproco entre os movimentos e organizações, tornam possível coligações e ações conjuntas. Porém, as ecologias de saberes não emergem espontaneamente do confronto com a monocultura do saber científico.

Nesta reflexão, o sociólogo português Boaventura de Souza Santos, aponta para a adoção de uma sociologia das ausências para tornar presentes e credíveis os saberes suprimidos, marginalizados e desacreditados. Há em Suzano um conjunto de condições para emergência desses saberes contra hegemônicos, com possibilidade inclusive de formalização e convalidação institucional.

Conhecemos lugares que permitiram o diálogo permanente entre os diferentes tipos de saberes, a identificação de fontes alternativas de conhecimento, efetivando experiências com critérios alternativos de rigor e relevância, à luz de objetivos partilhados de transformação social emancipatória.

As ecologias dos saberes apelam para saberes contextualizados, situados e úteis, ao serviço de práticas transformadoras. Por conseguinte, só podem florescer em ambientes tão próximos quanto possível dessas práticas e de um modo tal que os

protagonistas da ação social sejam reconhecidos como protagonistas da criação do saber.

No contexto dessa discussão surgiu e ganha força desde 2003, entre os participantes do Fórum Social Mundial, a proposta de criação da Universidade Popular dos Movimentos Sociais. As UPMSs têm por objetivo principal contribuir e aprofundar o interconhecimento no interior da globalização contra hegemônica, mediante a criação de uma rede de interações orientadas, para promover a valorização crítica da enorme diversidade de saberes e práticas protagonizados pelos diferentes movimentos e organizações.

A novidade da UPMS reside no seu caráter intertemático, na promoção de reflexões/articulações entre movimentos. Trata-se de criar no mundo do ativismo progressista, uma consciência intertemática, intercultural, radicalmente democrática. Ou seja, se encontra com o nosso OP na medida em que procura superar a fragmentação das coisas, das ideias, dos pensamentos, buscando a complexidade maravilhosa da cidade, da sociedade e da vida.

O OP Suzano nos lança neste movimento em favor de uma universidade popular que, depois de um século de educação superior elitista, seja necessariamente uma contra-universidade. Para Carlos Drummond de Andrade no livro O CORPO:

*Se procurar bem,
Você acaba encontrando
não a explicação (duvidosa) da vida,
mas a poesia (inexplicável) da vida.
(Lembrete, 1984)*

12º artigo: Orçamento Participativo para além de Suzano

Desde nosso último encontro, coisas interessantes aconteceram no campo da participação popular em Suzano. Quero destacar três para dialogarmos neste artigo. Sob a coordenação da Secretaria Municipal de Política Urbana, o processo de revisão do plano diretor de Suzano entrou na 5ª etapa de discussão dos eixos prioritários de intervenção, ou seja, as propostas que direcionarão o ordenamento do

território visando o desenvolvimento econômico, social, ambiental e urbano do município. É voltar para os bairros e ampliar o debate com a população.

Outro acontecimento foi a reunião ordinária do CORPO (Conselho do OP). O pesquisador Marcos Bassi, pós-doutorando na faculdade de educação da USP falou sobre seu trabalho que tem o OP de Suzano como um dos objetos de estudo. Ele tem acompanhado o processo desde o início, analisado os documentos e está aplicando questionários. Financiada com recurso público da FAPESP e vinculada a uma universidade pública, a pesquisa se debruça sobre uma experiência de construção de política pública. O trabalho coloca em contato o saber científico e o saber popular, melhora o OP e contribui para ressignificar a universidade pública.

Na ocasião, o educador popular Jaime Cabral atualizou para os conselheiros a tramitação da LOA na Câmara Municipal, o curso pelas comissões parlamentares e falou das emendas ao projeto original. Comentou da novidade que representa (do ponto de vista técnico) o plano de investimento anexado à LOA. Durante o debate apareceu a necessidade da aproximação entre o CORPO e o poder legislativo. Então, disse o conselheiro Brás: “queremos participar com direito de opinar, falar. Nas comissões poderemos apenas assistir”. Para o conselheiro Luis Cláudio “essa aproximação é pedagógica para o conselho”.

Por fim, olhares para Suzano. Realizou-se na mesma noite de quinta-feira (9/11) o seminário “VIII Território Aberto: Ciência e Cultura – As Dinâmicas do Espaço Urbano”, na UNESP (Universidade Estadual Paulista), campus Rio Claro. O OP de Suzano foi tema de um minicurso. Além de apresentar o trabalho, dialogamos com estudantes e professores universitários sobre nossa experiência e, além disso, discutimos a possibilidade de governar uma cidade na perspectiva da participação popular.

Outro aspecto interessante é perceber o olhar acadêmico sobre uma experiência eminentemente prática como a nossa e, nessa perspectiva, proporcionar o encontro dos saberes científico e popular. Aproximam-se o povo e a universidade pública, saberes são valorizados e novas possibilidades são construídas.

“Esse é o compromisso de um governo que tem a participação popular como um de seus eixos: estimular em cada suzanense o gosto pela transformação, o exercício de tornar o sonho realidade”, disse o prefeito Marcelo Candido. A vida pulsa nessa cidade.

13º artigo: Avaliando o Orçamento Participativo

Com a vivacidade de sempre, o Conselho do Orçamento Participativo (CORPO) se reuniu na última quinta feira (23/11). A EMEF Antonio Marques Figueira, cada dia mais bonita e aconchegante, nos acolheu como de costume. Na pauta, dois assuntos importantes: a Lei do Orçamento Anual e a avaliação do OP 2006.

O pesquisador Marcos Bassi iniciou a reunião oferecendo alguns informes sobre o andamento da sua pesquisa de pós-doutorado. Cada conselheira e conselheiro do OP recebeu um questionário para ser preenchido, na reunião anterior. Muitos já haviam cumprido essa tarefa, outros ainda não. Esclarecidas as dúvidas, o debate trouxe a necessidade de uma maior compreensão sobre os processos licitatórios, o que apontou para mais uma “formação” prevista para o primeiro semestre do ano que vem.

Na sequência, o educador popular Jaime Cabral informou sobre os pareceres favoráveis à Lei Orçamentária Anual (LOA) nas comissões da Câmara Municipal e comentou as emendas parlamentares já apresentadas, cujas cópias circularam entre o grupo. Interessante, pois a discussão permitiu ao CORPO perceber que a LOA expressa uma compreensão de cidade, ao tratar as políticas públicas na forma de grandes programas.

Contudo, ficou a questão: em que medida o surgimento das emendas podem compartimentar tratando diferentemente bairros ou regiões? No Orçamento Participativo, a cidade foi organizada em 12 regiões, realizamos 12 plenárias e, em cada uma, foram eleitas três prioridades e um conselheiro(a). Na Assembleia Geral do OP, momento em que mais 12 conselheiras(os) foram eleitas(os), mesmo diante da oportunidade de alterar a correlação de forças, os presentes optaram por mantê-la elegendo mais um conselheiro por região. Um CORPO com equidade.

Avançamos para o segundo ponto de pauta: o processo de Avaliação do OP 2006. Na perspectiva de que a reflexão aponta para o aprimoramento da nossa experiência de OP, construímos um processo de avaliação que passa por algumas etapas. Primeiro, conselheiras e conselheiros convocarão os representantes para avaliar o OP em cada uma das 12 regiões. Paralelamente, esse exercício de avaliação também será feito também pelo governo municipal. Um segundo momento

se efetivará no sábado, 9 de dezembro, a partir das 9 horas, quando o Fórum dos Representantes do OP está convidado a concluir a avaliação do OP, na EMEF Antonio Marques Figueira.

O encontro dos diferentes olhares proporcionará uma visão do todo e a certeza de que o OP 2007 será muito melhor. O resultado da avaliação apontará as diretrizes para as reuniões de planejamento do OP previstas para o mês de fevereiro.

É o orçamento participativo construindo a democracia em Suzano.

Fico por aqui. Saudações tricolores...

14º artigo: A avaliação do Orçamento Participativo em Suzano

Em nosso último encontro, discutimos o início do processo de avaliação do OP em Suzano. Durante a manhã deste sábado, acontece a segunda etapa com a reunião do Fórum dos Representantes (grupo formado por conselheiros e representantes eleitos nas 12 plenárias regionais deliberativas). Essa população de aproximadamente 90 pessoas é responsável por concluir a avaliação que aponta para a construção do OP 2007.

Avaliar é observar um dado momento, percebendo sua proximidade ou distância do projeto que almejamos construir. Processos de avaliação são momentos coletivos, participativos, livres para a crítica e, fundamentalmente, espaços de formulação dos próximos passos. É relembrar os pressupostos de nossas ações e planejar o futuro.

Nesse sentido, a avaliação do OP de Suzano é o momento de analisar o processo vivido, percebendo uma das formas que a participação popular se realiza em nossa cidade.

São muitos os sujeitos que construíram (e ainda constroem) essa história e diversos são os olhares que a compõem no enorme esforço de fazer sínteses das divergências. Buscando alargar a democracia na forma de gerir a cidade, dividindo a responsabilidade de responder aos problemas existentes e resgatando o sonho de viver em uma cidade cada vez melhor. Os sentidos se deslocam do particular para o coletivo, do bairro para a cidade. É o povo transformando a cidade e se transformando com a cidade.

Durante as duas últimas semanas, conselheiros e conselheiras do OP organizaram reuniões nas suas respectivas regiões para informar sobre os trabalhos desenvolvidos pelo CORPO (conselho do OP), prestar contas das decisões contidas no plano de investimento, explicar o processo de avaliação do OP e fomentar a participação de todos. Afinal, tanto melhor será o OP quanto mais plural e diversa a observação da história que se constrói. Acompanhamos as reuniões e percebemos quanta coisa boa o OP propiciou às pessoas.

Com a avaliação do OP e com a votação da Lei Orçamentária Anual 2007 que deve ocorrer nos próximos dias na Câmara Municipal, encerramos uma etapa importante desse processo. Seguramente há muito a ser revisto, mantido, aprofundado, aprimorado e incorporado. E essa experiência deve ser feita com participação e criatividade. “Antes de mais nada a gente tem que se sentir orgulhoso, porque o OP vai servir de modelo para os conselhos gestores da saúde”, advertiu Valter de Souza, conselheiro da Região Bromélia.

E é desse processo que resultará a organização e planejamento do ciclo 2007.

Bem, agradecendo às inúmeras manifestações de apoio recebidas pelo último artigo, encerro novamente com saudações tricolores...

15º artigo: Por um pouco de poesia

Neste último artigo de 2006, peço licença para brindar o ano novo com um texto provocativo. Embora pare uma controvérsia em relação à autoria da obra, por muitos creditada ao poeta gaúcho Mario Quintana e por outros assegurada à escritora Martha Medeiros, o conteúdo é da melhor qualidade e nos faz refletir sobre nossas existências. Decerto não terá nesse detalhe a redução na importância da mensagem.

FELICIDADE REALISTA

A princípio, bastaria ter saúde, dinheiro e amor, o que já é um pacote louvável, mas nossos desejos são ainda mais complexos.

Não basta que a gente esteja sem febre: queremos, além de saúde, ser magérrimos, sarados, irresistíveis.

Dinheiro? Não basta termos para pagar o aluguel, a comida e o cinema: queremos a piscina olímpica e uma temporada num spa 5 estrelas.

E quanto ao amor? Ah, o amor... não basta termos alguém com quem podemos conversar, dividir uma pizza e fazer sexo de vez em quando. Isso é pensar pequeno: queremos AMOR, todinho maiúsculo. Queremos estar visceralmente apaixonados, queremos ser surpreendidos por declarações e presentes inesperados, queremos jantar a luz de velas de segunda a domingo, queremos sexo selvagem e diário, queremos ser felizes assim e não de outro jeito. É o que dá ver tanta televisão.

Simplesmente esquecemos de tentar ser felizes de uma forma mais realista.

Ter um parceiro constante, pode ou não, ser sinônimo de felicidade. Você pode ser feliz solteiro, feliz com uns romances ocasionais, feliz com um parceiro, feliz sem nenhum. Não existe amor minúsculo, principalmente quando se trata de amor-próprio.

Dinheiro é uma benção. Quem tem, precisa aproveitá-lo, gastá-lo, usufruí-lo. Não perder tempo juntando, juntando, juntando. Apenas o suficiente para se sentir seguro, mas não aprisionado. E se a gente tem pouco, é com este pouco que vai tentar segurar a onda, buscando coisas que saiam de graça, como um pouco de humor, um pouco de fé e um pouco de criatividade.

Ser feliz de uma forma realista é fazer o possível e aceitar o improvável. Fazer exercícios sem almejar passarelas, trabalhar sem almejar o estrelato, amar sem almejar o eterno.

Olhe para o relógio: hora de acordar. É importante pensar-se ao extremo, buscar lá dentro o que nos mobiliza, instiga e conduz mas sem exigir-se desumanamente. A vida não é um jogo onde só quem testa seus limites é que leva o prêmio. Não sejamos vítimas ingênuas desta tal competitividade. Se a meta está alta demais, reduza-a. Se você não está de acordo com as regras, demita-se.

Invente seu próprio jogo.

Faça o que for necessário para ser feliz. Mas não se esqueça de que a felicidade é um sentimento simples, você pode encontrá-la e deixá-la ir embora por não perceber sua simplicidade. Ela transmite paz e não sentimentos fortes, que nos atormenta e provoca inquietude no nosso coração. Isso pode ser alegria, paixão, entusiasmo, mas não felicidade...

Apêndice B. Artigos publicados em 2007

Quadro 2. Artigos publicados durante o ano de 2007 por cronologia.

	Publicação	Título do artigo	fase
16º	6/jan/2007	Em Suzano o orçamento é um documento com vida	CORPO Fase preparatória
17º	20/jan/2007	“O silêncio é o começo do papo”	
18º	3/fev/2007	Saúde, qualidade de vida e participação popular	
19º	17/fev/2007	A festa do CORPO	
20º	3/mar/2007	Participação popular e a cultura política local	
21º	17/mar/2007	Começa o 2º ciclo do Orçamento Participativo	Plenárias Regionais
22º	31/mar/2007	Navegando na participação popular	
23º	14/abr/2007	Suzano começa hoje o Orçamento Participativo 2007.	
24º	28/abr/2007	A maior plenária do OP de Suzano	
25º	12/mai/2007	OP na cidade de ebulição permanente	
26º	26/mai/2007	Suzano consolida o Orçamento Participativo	
27º	9/jun/2007	Suzano vive um novo tempo: democracia e liberdade	Assembleia Geral
28º	23/jun/2007	A Assembleia Geral do Orçamento Participativo	
29º	7/jul/2007	Posse do Conselho do Orçamento Participativo	CORPO
30º	21/jul/2007	Formação do CORPO 2007	
31º	4/ago/2007	República, democracia e a cidade de Suzano	
32º	18/ago/2007	Orçamento Participativo e a vida na cidade	
33º	1/set/2007	CORPO diz SIM para Suzano	
34º	15/set/2007	Participação e a educação popular	
35º	29/set/2007	Suzano construindo a democracia	
36º	13/out/2007	Suzano nas redes de participação popular	
37º	27/out/2007	Orçamento Participativo e a carta de BH	
38º	10/nov/2007	O povo de Suzano e o orçamento do estado	
39º	24/nov/2007	O Curso de Formação de Conselheiros de Escola	
40º	8/dez/2007	Suzano em Natal	
41º	22/dez/2007	Saborear saberes e sabores	

16º artigo: Em Suzano o orçamento é um documento com vida.

No final de 2006 a Câmara de Suzano aprovou a Lei do Orçamento Anual (LOA). A novidade é que pela primeira vez na história de Suzano e do Alto Tietê, povo escreve a LOA junto com os técnicos e agentes políticos. Demonstração de coragem do prefeito Marcelo Candido, a opção política por uma metodologia participativa e popular na elaboração da LOA representa conquistas efetivas para a população e alarga a democracia na cidade.

Importante lembrar que 7.998 pessoas participaram nas 250 reuniões preparatórias, 1.486 pessoas participaram nas 12 plenárias regionais deliberativas, credenciadas e com direito a voz e voto. O conselho do OP é composto por 32 conselheiros(as) sendo 24 eleitos pela população e oito indicados pelo governo. É papel do conselho, definir o 'plano de investimentos' que é o conjunto das obras e ações a serem incluídas na LOA, somando R\$ 7.388.707,00 de um total de aproximadamente R\$ 47 milhões referente à parcela de investimento. Um processo que na sua primeira edição mobiliza 3,7% da população e define 15% do investimento é, não canso de repetir, ousado e inédito.

Evidentemente uma ação dessa grandeza desagradou muita gente conservadora. Dizer que o governo destinou apenas 2% do orçamento para atender às demandas do OP é desconhecer a peça orçamentária uma vez que ignora os 'custos fixos' como folha de pagamento, repasse para o legislativo entre outros. Talvez seja mais uma demonstração da fúria oposicionista. O OP possibilita o conhecimento da cidade como um todo e o entendimento de que a cidade é de todos, descortina a prefeitura e as finanças públicas, socializa o saber técnico, torna a população ciente de seus direitos e deixa os políticos sob constante vigilância. O OP é premiado como das melhores inovações democráticas das últimas décadas e está em várias cidades do mundo. Será por isso que os "(neo)coronéis" desqualificam? Será por isso que os "coronéis", esses que suspiram um pouquinho fora da catacumba, nunca permitiram um exercício democrático como esse?

Queiram ou não, Suzano está construindo a democracia: o OP rompe com as velhas práticas, gesta um outro jeito de fazer política e possibilita a construção de um

orçamento que materializa decisões coletivas e inverte prioridades. Essa é a novidade: fazer mais do que uma peça técnica, um documento com vida.

Diante da polêmica em torno da votação da LOA e as críticas dirigidas ao OP e rebatidas por alguns conselheiros, quero destacar a opinião deste jornal publicada no dia 2 de janeiro sob o título “A cidade é sua”. Essa ideia de responsabilidade permite uma compreensão da esfera pública, daquilo que é de todos nós e, portanto, requer cuidado e atenção. Ao ler o texto me dei conta de que miopia política não é contagiosa. Melhor começar o ano assim.

17º artigo: “O silêncio é o começo do papo”

Durante o mês de dezembro, a Prefeitura de Suzano publicou e divulgou o caderno “População define investimentos públicos”. Nele está descrito o processo do Orçamento Participativo durante o ano 2006: reuniões preparatórias, plenárias regionais deliberativas, assembleia geral, o CORPO (conselho do OP), a caravana do OP, conselheiros, suplentes e o ‘plano de investimentos’. A publicação é bem interessante e, por essa razão, quero chamar a atenção para alguns aspectos.

O caderno tem basicamente dois objetivos: registrar momentos históricos do despertar da cidade das flores para a participação popular e socializar o OP enquanto uma experiência inédita na região do Alto Tietê. Para o prefeito de Suzano, Marcelo Candido, mais do que um relatório, trata-se do retrato de uma história que começou a ser escrita na cidade: “São os primeiros resultados de um processo de participação popular que inauguramos em Suzano”. E é sempre bom lembrar que construir a lei do orçamento anual com a metodologia participativa por meio do OP é opção política, é acreditar na ampliação da democracia.

O caderno é rico em imagens. São belas as fotos que demonstram parte daquilo que realmente aconteceu. São pessoas de diversas origens, olhares curiosos, encantados e encantadores. Sorrisos de homens e mulheres demonstrando a ebulição das emoções, a efervescência dos corpos, a energia que, no encontro com o outro, constrói um ambiente favorável para a reconstrução da cidade das flores. Nas votações, os reais mandatários do poder decidem o que fazer na cidade (*todo o*

poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição).

O caderno é rico em depoimentos. São frases de vários artistas: Arnaldo, Marcelo, Gonzaga, Célia, Maria, Tereza, Roberto, Waldineide, Albertina, José, Guerreiro, Wladimir, Elaine, Kátia, Gicélia, Francisco e Antunes. Na sua simplicidade, essas pessoas rompem o silêncio, doam o melhor de si e se unem num movimento de construção da vida melhor para todos.

O caderno é rico em provocações. Começa com uma página em vermelho e a frase “o silêncio é o começo do papo”: a participação popular rompe o silêncio de décadas. Termina com “o desejo é o começo do corpo”. O OP se alimenta no desejo incontrolável de construir a cidade dos nossos sonhos, fazendo de Suzano um lugar cada vez melhor para se viver. Esse desejo está cristalizado na cultura local. Aliás, as duas frases estão numa música do Arnaldo Antunes chamada “Cultura”.

Se você ficou curioso para conhecer o caderno, procure o conselheiro do OP da sua região ou a Secretaria Municipal de Governo que fica no 1º andar do paço municipal.

18º artigo: Saúde, qualidade de vida e participação popular

No dia 1º de fevereiro, aconteceu a reunião pública “Saúde em Suzano – Avanços e Perspectivas”. A atividade reuniu mais de 500 pessoas, entre trabalhadores da saúde, agentes comunitários do programa saúde da família, usuários do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), lideranças de bairro e conselheiros do Orçamento Participativo (OP).

A reunião começou com um texto sobre flores, jardim, cultivo e cuidado. Na melhor acepção da palavra, o cuidado como ato de carinho, de promoção da saúde, de ampliação da vida.

Em seguida, a Secretária Municipal de Saúde, Célia Cristina Pereira Bortoletto, prestou contas das conquistas dos últimos dois anos e falou de desafios para 2007. No eixo da participação popular são avanços a realização da Conferência Municipal de Saúde e a eleição do atuante Conselho Municipal de Saúde. A criação dos conselhos gestores de unidade de saúde aponta para uma relação diferente entre o usuário e o prestador do serviço de saúde, o que ganha relevância quando

suportado num programa de formação para os conselheiros. Por meio desses mecanismos, população, trabalhadores e gestores passam a discutir e construir soluções para os problemas encontrados.

Em cumprimento ao compromisso assumido no OP, o planejamento da Secretaria aponta para a construção e reforma de várias unidades e ampliação do horário de atendimento em outras.

Estar doente exprime a tragédia do viver. Nos coloca diante das nossas fragilidades, nos demonstra os limites do corpo e torna presente a certeza inexorável da morte. Ter saúde é estar pronto para a festa. Quando se está feliz, a cabeça está boa, o corpo pede festa. Assim, o ato de comemorar normalmente implica em comer, beber, cantar, dançar. Cuidar das pessoas é permitir a expansão da vida. Muitos governos em Suzano trabalhavam a saúde pública exclusivamente na perspectiva de curar as doenças, o que não passa de obrigação. Para mim, o desafio de um governo comprometido com o povo é permitir a expansão da vida nas suas mais diversas formas de manifestação.

A saúde pública em Suzano caminha para a consolidação do modelo preventivo, que se antecipa às doenças e promove a saúde das pessoas, superando o antigo modelo centrado na doença. Esse entendimento reorienta o investimento público, uma vez que educação, cultura, esporte, lazer promovem a saúde e, saudável, a pessoa pode, dentre outras coisas, participar do OP e decidir como melhorar ainda mais sua cidade e sua vida. A Praça Cidade das Flores, por exemplo, representa melhoria na qualidade de vida: um espaço público pode ser um “areião” destinado ao estacionamento de carros ou um lugar bonito e agradável onde as pessoas possam se integrar, passear, se encontrar e se divertir.

Desta maneira, qualidade de vida e participação popular, mais do que eixos do governo representam transformações efetivas na vida das pessoas.

19º artigo: A festa do CORPO

Na noite de 15 de fevereiro, o conselho do orçamento participativo (CORPO) se reuniu na Emef Antonio Marques Figueira. Mais um encontro animado com a presença de vários conselheiros, suplentes e representantes das diversas regiões

da cidade de Suzano, além dos conselheiros que representam o governo. Na pauta, a preparação do ciclo 2007 do orçamento participativo, que exige uma metodologia participativa de planejamento, termo tão esgarçado nos dias de hoje. Por planejamento se entende tudo, já ouvi até a comparação, para fins didáticos é claro, a um plano de voo. Exemplo que, aliás, exprime uma compreensão limitada de coletivos, uma vez que na cabine, além do piloto ficam mais uma ou duas pessoas enquanto a maioria é conduzida na condição de meros passageiros. Importante destacar que a última reunião de 2006 avaliou o OP, deu o pontapé inicial do planejamento que destacamos neste artigo.

Antecipando o carnaval, o conselheiro Pedro chegou com seu "trio elétrico" (uma bicicleta equipada com som), contagiando os demais que esperavam para dar início à reunião. O riso e a alegria do reencontro contagiaram de vez, quando Paulo e Barroso caíram na dança, afinal foram semanas de recesso. Na minha opinião, o CORPO de 2006 é um ótimo exemplo de convívio respeitoso entre contraditórios, de delegação do poder de decidir, de que o trabalho em grupo é mais acertado e mais rico.

O início formal da reunião, digo formal por entender que o trabalho é permanente para esse grupo que não se cansa de demonstrar o compromisso e o afeto com a cidade de Suzano, se deu com os informes e a leitura da pauta. Representando a Secretaria Municipal de Saúde, Creuza dos Santos convidou o CORPO para as atividades do carnaval, especialmente para participarem do Bloco da Prevenção. O simples encontro do CORPO é uma festa. Não vejo a hora de encontrar o CORPO nas festas de carnaval. Definimos o calendário do OP 2007, as escolas que sediarão as plenárias regionais deliberativas e ajustes no agrupamento dos bairros e loteamentos que compõem cada uma das reuniões. Assim se desenha coletivamente o OP 2007.

Quanto ao carnaval, para o antropólogo Roberto DaMatta, o carnaval brasileiro seria um ritual de inversão, onde as hierarquias se apagam: o pobre fantasia-se de príncipe, o homem de mulher e assim por diante. No carnaval, contrariando o projeto social, as leis são mínimas: "É o folião que conta. É o folião que decidirá de que modo irá 'brincar' o Carnaval". (DaMatta, 1978:93). Quando a pessoa está feliz, o corpo pede festa. Nosso CORPO está feliz, nossa cidade está em festa. Brinque o carnaval, cidade das flores. Motivos para comemorar é o que não faltam.

20 artigo: Participação popular e a cultura política local

A cidade de Araraquara sediou, no dia 24 de fevereiro, um importante debate sobre participação popular. Com enfoque regional, o curso intitulado “Participação Popular: Mudança da Cultura Política Local” foi organizado pela Coordenadoria de Participação Popular de Araraquara em parceria com a Coordenação do Orçamento Participativo (OP) de São Carlos e o Fórum Paulista de Participação Popular. Conforme o relatório que foi produzido sobre a atividade e compartilhado com outras prefeituras que integram o Fórum Paulista de Participação Popular, incluindo a de Suzano, 15 municípios participaram da iniciativa.

Durante a abertura do curso, o prefeito de Araraquara Edinho Silva abordou a relação entre o OP e os conselhos municipais instituídos. Ele enfatizou que o OP inova as relações de poder na cidade e se institui como importante ferramenta na inversão das prioridades da gestão. “O grande desafio do OP é, de fato, a população entender que o processo não é apenas para a escolha de obras. O desafio é que tenham a consciência de que a cidade não pode ser dirigida apenas por aqueles que têm o poder formal”, acrescentou o prefeito.

O desafio é de transformar as concepções, afinal esse processo só pode ser construído a partir de pessoas comprometidas com a transformação social e com o poder popular. Para isso, contudo, não basta apenas vontade, é necessária uma metodologia pedagógica. Um método capaz de decifrar as expectativas e um esforço de tradução (debate aprofundado pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos) e uma linguagem que aproxima as realidades e democratiza a máquina estatal.

Outro eixo da discussão foi o da representação. Afinal, a ampliação da democracia exige socialização das informações, construção de processos participativos e requer ainda construção de redes articuladas de participação popular. O pano de fundo é a descentralização do poder.

Falando pelo Fórum Paulista de Participação Popular, o coordenador do OP de São Carlos Rosoé Francisco Donato destacou a proposição de um projeto de lei de iniciativa popular junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo tratando da implementação do Orçamento Participativo estadual.

A última fala da mesa foi a do Coordenador de Participação Popular da Prefeitura de Araraquara Edmilson de Nola Sá. Para ele, encontros desse tipo são importantes para aproximar as cidades e suas experiências de participação popular. Segundo ele, a dedicação de todos na atividade faria a participação popular ganhar novos horizontes e perspectivas de desenvolvimento regional.

Na tarde de debates foram três grupos de trabalho que discutiram a “representatividade”, “conselhos municipais” e “OP como ferramenta de gestão e planejamento”.

Suzano tem participado dos debates no Fórum Paulista de Participação Popular e já manifestou o interesse em sediar formações como a descrita neste artigo considerando, evidentemente, nossa cultura política experimentada no OP. Construir a democracia é tarefa longa trabalhosa. Que dirá reinventá-la.

21º artigo: Começa o 2º ciclo do Orçamento Participativo

Às 9 horas do dia 29 de março, no Centro de Educação e Cultura “Francisco Carlos Moriconi”, tem início oficialmente o Orçamento Participativo 2007. Trata-se de um importante instrumento de participação popular que, desde o ano passado, aprimora as decisões da Prefeitura de Suzano.

Experiência inédita no Alto Tietê, o OP coloca outro paradigma no planejamento orçamentário. Suzano é o único município da região que adota o OP, porque cabe ao poder executivo a iniciativa do projeto de lei do orçamento anual. Orçamento é o dinheiro público vindo dos impostos e taxas pagos pelo povo. Portanto, é dinheiro do povo. Ora, se é dinheiro do povo por que só o prefeito e sua equipe decidem como e onde investir o dinheiro que é do povo? Prefeito é um sujeito escolhido pelo povo para, em nome do povo, cuidar da cidade usando o dinheiro do povo. Assim, a opção política pelo OP demonstra coerência, ousadia e coragem do prefeito Marcelo Candido.

Um bom OP deve ser rico no processo. Riqueza no processo significa, grosso modo, democratização das informações, preocupação pedagógica e cuidado com as questões subjetivas. Na perspectiva do encontro, governo e população aproximam seus saberes e, nessa riqueza, um se permite afetar pelo conhecimento do outro.

Esse encontro deve ser generoso, deve criar vínculos e, a cada novo encontro, fortalecer esses vínculos. Afinal, se a cidade é de todos, é coletiva a responsabilidade de torna-la um lugar melhor para se viver.

Um bom OP deve ser bem-sucedido nos resultados. Do ponto de vista mais objetivo, as decisões populares que compõem o Plano de Investimentos devem ser executadas durante o ano de execução do orçamento. Plano de Investimentos é o conjunto de ações (obras públicas ou programas) que o Conselho do OP entrega ao prefeito para que ele incorpore à LOA. O cumprimento desse acordo político, verdadeiramente democrático, garante uma relação transparente e crível. Digo democrático, porque o OP desloca os debates e as decisões dos gabinetes palacianos para a praça pública e isso não é tranquilo. É permanente a tensão dos setores mais reacionários e conservadores para quem as estruturas verticalizadas e hierarquizadas de poder, e suas consequentes relações de subordinação, são as mais interessantes.

Riqueza do processo sustenta sucesso nos resultados e vice-versa. Em levantamento recente, Rogério da Silva que sabiamente vive “di boa”, concluiu serem cerca de 1.500 vagas de conselheiros criadas na legislação. O raciocínio acima descrito serve para outros instrumentos de participação popular (de maior ou menor intensidade) nas decisões do governo e na formulação de políticas públicas. Falando um pouco de sua experiência à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, o professor Paulo Freire destaca no livro *“À sombra desta mangueira”* a necessidade de “estar com”. Na esteira do professor, penso que: formular com é diferente de formular para; construir com é diferente de construir para. Certamente a preposição “com” seja mais apropriada para quem se deseja democrático, popular e participativo.

O despertar da Cidade das Flores permite que agora o povo participe das decisões. Com todas as dificuldades, Suzano está construindo a democracia.

22º artigo: Navegando na participação popular

O ano de 2007 é particularmente interessante para a participação popular em Suzano. Originado no histórico de lutas das forças progressivas da sociedade, a

participação popular na construção de políticas públicas, programas e projetos, teve início antes mesmo do governo Marcelo Candido. Nesse contexto, sempre me vem à memória a experiência do programa de governo, vitorioso nas eleições municipais de 2004.

A construção coletiva do programa de governo aproximou os saberes populares, as experiências dos movimentos e a energia da militância na elaboração do caderno “diretrizes para o programa de governo” da frente reconstruindo Suzano, cuja expressão pública era o então candidato a prefeito Marcelo Candido. Milhares de pessoas participaram de reuniões e debates, em especial das 13 plenárias temáticas realizadas no espaço denominado “ideias no lugar”.

O desafio de implementar nosso programa apontou para cinco eixos de governo, dentre os quais o da participação popular, sustentado em alguns instrumentos. Nos conselhos são cerca de 1.500 vagas criadas até esse momento possibilitando à população conhecer, discutir e aprimorar o Estado e, ao mesmo tempo, permitem ao Estado ser reinventado pela força do poder instituinte. O plano diretor participativo, que permite à população planejar a cidade, seu crescimento e desenvolvimento para os próximos 10 anos. Sem contar as ações que visam a educação popular, como plenárias, audiências, reuniões públicas e o orçamento participativo (OP). Este último coloca na pauta a questão do dinheiro público e do planejamento orçamentário.

Com essa intencionalidade política, o prefeito Marcelo Candido descolou a discussão dos gabinetes para a praça pública e desencadeou um processo de compreensão da dimensão pública e de empoderamento popular. Assim, o povo veleja por mares nunca dantes navegados. A primeira onda foi o plano plurianual (PPA) que mobilizou mais de 5 mil pessoas para um tema complexo, pois, grosso modo, oficializa a implementação do programa de governo elaborando uma “carta náutica” que orienta nossa viagem durante os 4 anos do governo. Trata-se da primeira peça do planejamento orçamentário.

A segunda onda é a lei das diretrizes orçamentárias (LDO), esta anual que liga o PPA à 3ª peça do planejamento: a lei do orçamento anual (LOA). A LDO é a bússola que ajuda a não desviar da rota, e a LOA o instrumento que materializa a execução do orçamento. E a elaboração da LOA em 2006 e em vigor durante este ano, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, contém 14 itens decididos pelas 10 mil pessoas que participaram das reuniões preparatórias e plenárias deliberativas do OP, com os

encaminhamentos finais do Conselho do OP, cujos representantes foram eleitos pela população presente nas 12 plenárias.

Estamos num momento delicado de nossa viagem. Iniciaremos brevemente o 2º ciclo do OP e, durante as plenárias de 2007, as decisões de 2006 estarão cumprindo o trâmite que leva aos procedimentos licitatórios, para contratação das obras e/ou serviços, obedecendo às exigências legais. A partir de agora, o CORPO iniciará o acompanhamento das ações internas ao governo. Para tanto, é preciso aprofundar o conhecimento deste complexo mundo da execução orçamentária. Grande desafio que enfrentaremos com verdade, transparência e responsabilidade coletiva.

E é assim mesmo. Imaginem o que foi cruzar o oceano atlântico em três caravelas com os recursos de navegação de 500 anos atrás?

23º artigo: Suzano começa hoje o Orçamento Participativo 2007.

Gosto muito dos textos do Rubem Alves. Depois de reler “A arte de produzir fome”, assisti novamente a dois filmes sugeridos no artigo: “A festa de Babette” (dinamarquês, dirigido por Gabriel Axel/1987) e “Como água para chocolate” (mexicano, dirigido por Alfonso Arau/1993). Lembrei-me também de “Chocolate” (dirigido por Lasse Hallström/2000) e “Temperos da vida” (grego, dirigido por Tassos Boulmetis/2003). E o Rubem tem razão: “os banquetes não começam com a comida que se serve. Eles se iniciam com a fome. A verdadeira cozinheira é aquela que sabe a arte de produzir fome”. Segue dizendo que “toda experiência de aprendizagem se inicia com uma experiência afetiva. É a fome que põe em funcionamento o aparelho pensador. Fome é afeto”.

Afeto vem do latim “affetare”: ir atrás. Para Alves, “é o movimento da alma na busca do objeto de sua fome. É o Eros platônico, a fome que faz a alma voar em busca do fruto sonhado”.

Neste ano continuamos firmes com os nossos sonhos de uma vida melhor em nossa cidade. Cada morador e cada moradora sonham viver em uma cidade cada vez melhor. Esse sonho coletivo é o que alimenta um governo comprometido com seu povo. Mas por que o sonho é tão importante?

Para o educador Romualdo Dias, o sonho ajuda a redefinir nossos objetivos, nos faz repensar o lugar onde queremos chegar. “Entre o lugar em que vivemos e o lugar que sonhamos existe uma distância. O sonho não nos deixa perder o rumo, nos sustenta enquanto caminhamos. O sonho dá a energia”. E o sonho coletivo aparece durante as discussões em cada uma das 12 plenárias do OP. Expressam nossos afetos com a cidade.

O OP é o movimento. A cidade das flores, uma cidade cada vez melhor, é o fruto sonhado. É o afeto e o Eros platônico. São a expressão de um povo que, aos poucos, se reconhece como portador de direitos e toma para si aquilo que é público. Um prefeito comprometido com o povo sonha uma cidade com vida, sonha com um povo feliz. Quando o povo participa, contribui, luta, expressa seu desejo de viver. A cidade é tomada pela energia. A cidade tem vida. Suzano, cidade viva.

Em Suzano o orçamento é participativo! Construir o orçamento municipal com a participação da população é uma opção política. Demonstra uma concepção política e ideológica. Sonhar com uma cidade viva certamente motivou o prefeito Marcelo Candido a realizar o OP e, mais do que isso, colocar “participação popular” como eixo de governo.

Algumas alterações no calendário adequaram melhor o ciclo de plenárias e hoje começa oficialmente o OP 2007. Esperamos que você aceite mais uma vez nosso convite. Chame também seus vizinhos, parentes e amigos, o pessoal do bairro, os colegas da escola. Quanto mais gente, melhor! Afinal, construir a cidade dos nossos sonhos é tarefa para muitos. Então, nos encontramos às 14 horas, no auditório do Centro de Educação e Cultura “Francisco Carlos Moriconi”, que fica na rua Benjamin Constant, 682, no centro de Suzano.

Fique atento também ao calendário e participe da plenária na sua região.

Nos vemos lá.

24º artigo: A maior plenária do OP de Suzano

Desde nosso último encontro nesta coluna quinzenal, aconteceram quatro plenárias do Orçamento Participativo em Suzano. Para fins da discussão sobre o orçamento público, a cidade de Suzano foi organizada em 12 regiões e, em cada uma delas

ocorre uma plenária regional deliberativa. As plenárias são espaços onde o povo toma conhecimento do orçamento público municipal e aponta as prioridades que serão aprofundadas no conselho do OP, o CORPO, composto por 32 pessoas sendo 8 indicados pelo governo e 24 eleitos pela população.

Numa análise quantitativa, o OP cresce em Suzano. Realizadas quatro plenárias, constatamos que a participação popular no OP cresceu em 30%. Destaque para a região Bromélia que, na noite da última quinta-feira (26/4), reuniu 284 pessoas credenciadas e com direito a voto, o que representou um aumento de aproximadamente 150% em relação à plenária de 2006. Importante salientar que o direito a voto no OP exige duas condições muito simples: morar na região da plenária e possuir idade eleitoral. Outro destaque é a presença feminina, que, acompanhando a tendência do ano passado, continua notória.

Qualitativamente, o crescimento também é perceptível. Na região Bromélia, uma das prioridades eleitas foi a “delegacia da mulher” que, na minha modesta opinião, atende demandas do conjunto da cidade. O que chamou minha atenção foi a construção da proposta na plenária. Evidentemente, à medida em que a população conhece o método e experimenta o processo do OP, as articulações aumentam e a mobilização também. Os bairros chegam às plenárias, muito mais organizados e com acúmulo prévio de discussão. Contudo, a “delegacia da mulher” apareceu de forma espontânea. Aprovada na sala, foi votada novamente em plenária e, para surpresa de todos, foi eleita com expressivo apoio.

Inspiração popular no processo, na intensidade e na sabedoria demonstrada nas decisões. Transpiração do governo municipal para garantir que a plenária concluísse seus trabalhos. A EMEF Odário Ferreira da Silva, lotada, explodiu de energia no momento da votação. Esta foi a maior plenária da história do OP de Suzano.

O governo Marcelo Candido, no seu compromisso com a participação popular, amplia a democracia na cidade e convida a população para um OP dialógico. Para Paulo Freire, “ser dialógico é vivenciar o diálogo, não invadir nem manipular, tampouco impor. É empenhar-se na transformação constante da realidade”. E continua o educador, “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo (...) o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. Enfim, o OP de Suzano tem claramente um caráter pedagógico por concordar com o professor Paulo Freire que a educação é um ato político.

Temos ainda pela frente, 8 plenárias. Chame também seus vizinhos, parentes e amigos. Organize o pessoal do bairro, da igreja, da escola. Quanto mais gente, melhor!

Fique atento ao calendário e participe da plenária na sua região. Nos vemos lá.

25º artigo: OP na cidade de ebulição permanente

Em 2007, a cidade de Suzano experimenta o segundo ciclo do Orçamento Participativo, o OP. Por acreditar no povo de Suzano, o governo Marcelo Candido coloca participação popular como eixo e, por meio de diversas ações, convida a população para (re)construir a cidade das flores. Isso porque a cidade é resultado de um processo de permanente construção coletiva. Para o urbanista Lúcio Costa, “cidade é a expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca - numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico”. Para o geógrafo Milton Santos, “é a cidade lugar de ebulição permanente”. O hino de Suzano canta os dizeres do urbanista e do geógrafo: a cidade das flores despertou de uma hibernação que durou cerca de 20 anos. Sentindo-se respeitada enquanto portadora de direitos, a população aceita os convites do governo municipal. No campo do planejamento orçamentário, começamos com ousadia discutindo o plano plurianual no 2º semestre de 2005, atingindo uma participação de 1.330 pessoas em 3 plenárias regionais. Em 2006, o 1º ciclo do OP mobilizou 1.486 pessoas nas 12 plenárias regionais deliberativas. Na última quinta-feira (10/5), o OP atingiu a 7ª plenária, totalizando até agora 1.399 pessoas credenciadas. Comparando os dois ciclos do OP, constata-se um crescimento proporcional de aproximadamente 60% na participação popular.

Outro aspecto importante é a qualidade da participação. Conhecendo melhor o processo e o funcionamento das plenárias, a participação cresce também em intensidade. A população chega às plenárias mais organizada e, desta maneira, a participação é mais propositiva. Os grupos apresentam seus interesses e disputam nos argumentos e no poder de mobilização. Tudo é muito livre, transparente e democrático. Esse é o OP de Suzano (re)construindo a democracia.

Uma amiga psicanalista me disse que para Freud, saúde é amar e trabalhar. Fiquei pensando nisso. Lembrei-me de uma frase do Oscar Niemeyer: “o importante em todos os sentidos é a liberdade. Tem que haver fantasia, tem que haver uma solução diferente”.

A plenária da região sálvia foi muito interessante. Tinha algo diferente no ar. As pessoas estavam dispostas, bem humoradas, felizes. A equipe do governo, que trabalha na coordenação dos trabalhos durante as plenárias, estava muito à vontade. Governo e população se fundem e se confundem: socializam a responsabilidade de organizar interesses e governar nossa cidade. Juntos encontram soluções diferentes. O grupo que se envolve no OP é um grupo feliz, tem cabeça boa, está com saúde: o corpo pede festa. Afinal, envolvimento não se dá por decreto. É preciso sonho, fantasia. Amor e trabalho se fundem e se confundem. O riso é inevitável, é acontecimento, é expressão da vida. E o mais legal é acontecer em grupo, no coletivo. Que bom participar do OP em Suzano!

Realizaremos mais 5 plenárias. Fique atento ao calendário e participe da plenária na sua região. Nos vemos lá.

26º artigo: Suzano consolida o Orçamento Participativo

Estamos vivenciando o 2º ciclo do orçamento participativo na cidade de Suzano. O OP é uma metodologia utilizada por governos populares para a democratização do debate e da decisão acerca do orçamento público. Tem como pano de fundo as diferenças entre público e privado, as esferas do poder público, a participação social e política, e a democracia.

Quando essa discussão ganha as ruas, evidentemente, vai ganhando força e expressão. Afinal, o tema do orçamento público, embora complexo, põe às claras as decisões políticas no sentido de quem se beneficia com as ações do poder público: a maioria da população ou uma minoria de privilegiados? Prefeitura é uma instituição mantida pelo povo com o objetivo de zelar por aquilo que é público, que é coletivo, que é de todas as pessoas. Por isso, pagamos os impostos e as taxas. Apesar das evidências, existem compreensões coletivas que são cultivadas ao longo do tempo e acomodam-se na cultura local.

Durante 20 anos o povo de Suzano viveu experiências autoritárias em que a prefeitura era de propriedade do coronel e seu bando. Ao contrário da reflexão acima, pensavam (e ainda pensam) que a prefeitura era propriedade particular e colocavam-na a serviço dos interesses econômicos do seu bando. Imaginem uma pessoa simples que procura ser respeitada nos seus direitos e, no lugar de um prefeito e uma equipe de governo, encontra um coronel e seu bando. Isso tem impacto na forma com que essa pessoa constitui no seu imaginário os temas que citei acima.

Suzano vive um novo tempo. As mudanças se dão no processo de conhecer a estrutura da prefeitura, os espaços de discussão coletiva, no processo de compreender que aquilo que é público é de todos e, por essa razão, eleger o prefeito e os vereadores a cada quatro anos é muito pouco. Vejamos o exemplo do OP. A primeira experiência em 2006 reuniu 1.486 pessoas nas 12 plenárias regionais deliberativas. Deste total, 58% de mulheres. Naquela oportunidade, a população teve um primeiro contato como o OP. Em 2007, o quadro já é outro: realizadas 11 plenárias, a população cresceu 53%, totalizando 2.082 pessoas. Devemos superar as 2.200 pessoas neste segundo ciclo do OP.

Se o dinheiro público é do povo, porque o povo foi excluído dessa discussão durante tanto tempo? Por que no tempo dos coronéis essa discussão ficava fechada em seu gabinete? A quem interessa o desconhecimento do povo sobre aquilo que é público? Quem esteve nas plenárias encontrou um prefeito e sua equipe de governo. Foi bem recebido, sorriu, ouviu, falou, debateu, aprendeu, ensinou, propôs, votou, enfim, viveu uma experiência verdadeiramente democrática. O prefeito Marcelo Candido teve a coragem de colocar na rua, às claras, a discussão do orçamento público, convidando o povo para escolher as prioridades para o investimento público. São diferenças político e ideológicas abissais que separam dois grupos políticos em Suzano.

Em tempo: A última plenária do OP deste ano será na terça-feira, 29 de maio, na EMEF José Celestino Sanches (Avenida Paulo Sampaio, 50 - Jardim Varan). Nos vemos lá.

O Orçamento Participativo de Suzano está a pleno vapor. Nessa experiência democrática, a cidade e seu povo vivem um novo tempo. Não por acaso, na trilha sonora do OP 2007, está a música “Um novo tempo” do compositor Ivan Lins. Ano passado, o OP aconteceu animado com a versão ao vivo da música “vai passar” do Chico Buarque. O OP continua passando e passará enquanto nossa cidade for administrada por homens e mulheres que acreditam na democracia, na liberdade e na participação popular.

Para Ivan Lins, *“no novo tempo, apesar dos castigos, estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos/ (...) estamos em cena, estamos nas ruas, quebrando as algemas”*. A fase das plenárias do OP expressou bem a idéia da música. Afinal, percorremos toda a cidade de Suzano nas 12 plenárias regionais deliberativas e, nelas, 63 grupos de trabalho foram organizados em salas de aula permitindo bons debates, avançando na reflexão e na compreensão da cidade. Todos esses grupos estão representados pelos 182 membros eleitos no processo. Todas as regiões estão contempladas nas 36 prioridades eleitas e nos 12 conselheiros do OP eleitos durante as plenárias. E não termina aí...

O Conselho do OP (CORPO) é composto por 32 titulares e respectivos suplentes, sendo 24 deles eleitos pela população e 8 indicados pelo Prefeito. Nas plenárias, foram eleitos diretamente 12 conselheiros e conselheiras. O próximo passo é a Assembléia Geral das/os Representantes que acontecerá no dia 16/6, às 14 horas, na EMEF Antônio Marques Figueira.

Na oportunidade, os 182 representantes escolherão entre si os demais companheiros para compor o CORPO. É também a oportunidade das regiões do OP se encontrarem pela primeira vez, terem contato e conhecerem as 36 prioridades e a seqüência dos trabalhos. Afinal, mais de 2.300 pessoas priorizaram 36 ações para o governo Marcelo Candido. Os 182 representantes e os 32 conselheiros têm o papel importante de estudar cada uma das prioridades e, diante dos custos, indicar para o Prefeito de Suzano aquelas que deverão ser incluídas na Lei do Orçamento Anual e executadas em 2008 durante a vigência da LOA.

Costumo ouvir as pessoas dizerem: “democracia é bom, mas dá muito trabalho”. Dá mesmo. Justamente por acreditar na democracia é que o prefeito Marcelo Candido coloca a participação popular como eixo de governo e, exercitando-a de várias maneiras (estão acontecendo nesse mês a formação de conselheiros de escola, as

eleições dos conselhos gestores de unidade de saúde, as pré-conferências da assistência social, entre outras ações), a constrói no exercício paciente do dia a dia. Grosso modo, democracia é um conjunto de princípios e práticas que protegem a liberdade humana. Democracia é a institucionalização da liberdade. Para Cecília Meirelles, *“liberdade - essa palavra, que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda”*.

28º artigo: A Assembleia Geral do Orçamento Participativo

A tarde de 16 de junho, na EMEF Antônio Marques Figueira, foi marcada pela Assembléia Geral das/os Representantes do Orçamento Participativo, que encerra a fase externa do OP em Suzano. Acompanhando a experiência de 2006, a cidade foi organizada em 12 regiões e, para cada região, uma grande plenária deliberativa.

As plenárias foram animadas com intervenções teatrais do coletivo da Secretaria Municipal de Cultura que, dentre outros objetivos, provocaram a população a sonhar com um lugar melhor para viver e, brincando com a dimensão da cidade invisível, da cidade ideal, levaram os participantes a construir as propostas a serem incluídas na Lei do Orçamento Anual. Nas salas de aula da escola sede, grupos com cerca de 30 pessoas aprofundaram a discussão e construíram as propostas, além de escolher três representantes para cada grupo. De volta ao pátio, as plenárias deliberaram, em votação direta, as 36 prioridades do OP 2007.

Nas plenárias, o debate está fragmentado de acordo com a organização regional, ou seja, de acordo com o conjunto dos bairros e loteamentos que compõem cada uma das 12 regiões do OP. Na Assembléia Geral das/os Representantes o movimento muda: representantes e conselheiras/os eleitas/os se encontram, se conhecem e conhecem o conjunto das prioridades eleitas. Eis a pauta para discussão no Conselho do Orçamento Participativo, o CORPO.

A receber as informações técnicas, o CORPO aprofunda a discussão, debate politicamente e, a partir daí inicia o processo que leva à tomada de decisão. Você deve estar se perguntando: mas qual a importante decisão a ser tomada pelo CORPO? É bem provável que não haja disponibilidade orçamentária para todas as 36 prioridades decididas nas Plenárias do OP. Portanto, cabe ao CORPO priorizar

dentre as prioridades. É sempre bom lembrar que o CORPO é formado por 24 conselheiras/os eleitas/os pela população e 8 conselheiras/os indicadas/os pelo governo municipal. Temos muito trabalho pela frente...

Voltando ao dia 16 de junho, o resultado foi interessante. Ocorre que a tarefa das/os representantes era escolher entre os presentes mais 12 conselheiras/os e 12 suplentes para o CORPO. Trocando em miúdos, a possibilidade de alterar a correlação de forças no CORPO, o que não aconteceu. Representantes pactuaram uma composição paritária e, no momento do registro das candidaturas, apareceram 12 candidatas/os - um por região, exceto a região 6 – Lírio, onde três candidaturas se apresentaram.

Desde o início do governo Marcelo Candido, nos esforçamos em trabalhar a dimensão da cidade, contribuir para uma compreensão mais adequada no debate público *versus* privado. Ou melhor, é urgente que a população perceba as diferenças abissais que existem entre o interesse público e o interesse privado. Apesar de abissais, na prática cotidiana sutis e, portanto, de difícil percepção. Então, não adianta o coronel querer apagar o passado como tem sugerido. Vinte e tantos anos fazendo da prefeitura um quintal, executando o orçamento público municipal ou, em outras palavras, gastando o dinheiro do povo para atender a interesses no mínimo duvidosos, produz muitos estragos. Basta olhar em volta e perceber o acúmulo de problemas de infraestrutura na cidade, a demanda real da população por serviços públicos que foi reprimida pela inexistência de serviços e pela inoperância da prefeitura durante muitos anos. E, se não bastasse, produz estragos na cidade invisível, na dimensão do intangível, na cultura política local. Mas isso fica para outro artigo.

29º artigo: Posse do Conselho do Orçamento Participativo

Como temos discutido nesta coluna, o Orçamento Participativo na cidade de Suzano avança na democratização do orçamento público municipal. No processo do OP, a população apreende muita coisa, especialmente, o funcionamento da administração pública, orçamento público, a lógica da arrecadação dos tributos que sustentam o funcionamento do Estado, entre outras coisas.

Em grande medida, a experiência do OP numa cidade, a exemplo do que está ocorrendo em Suzano, tem uma dimensão pedagógica e, portanto, é importante na construção de um Estado cada vez mais democrático. Não à toa o lema do Orçamento Participativo é “Suzano construindo a democracia”. Afinal, o governo Marcelo Candido acredita na democracia e contribui para sua ampliação, contribui para sua expansão, se esforça no sentido de construir e reconstruir as instâncias de participação popular e as instituições democráticas na cidade, nosso foco de ação, contribuindo com o estado e com o país.

A democracia no Brasil está em construção. Infelizmente a história brasileira nos obriga a lembrar dos anos de escravidão, dos regimes autoritários, dos tempos de ditadura militar, dos governos de exceção. Em Suzano, dos tempos em que o coronel e seus amigos decidiam tudo, dos tempos em que a cidade tinha “dono” que instrumentalizava as instâncias supostamente de participação, forjava processos e discursava, discursava e discursava como paladino da boa administração pública. Então, vejamos um exemplo: em 56 anos de emancipação político-administrativa, apenas 40% das ruas foram asfaltadas. Muito pouco, não é? Na minha modesta opinião, trata-se do paladino do clientelismo e do assistencialismo, da arrumação, do toma-lá-dá-cá, do jeitinho. Essa é a contribuição de um governo autoritário: destruir nas pessoas a ideia do direito e substituí-la pela ideia do privilégio de uns em detrimento da maioria.

Diria Chico Buarque: “Apesar de você, amanhã há de ser outro dia”. Desde 2005, os avanços democráticos na cidade de Suzano ganham fôlego com a vitória do governo Marcelo Candido. A cidade respira democracia, aceita o convite do governo, ocupa os espaços de participação popular e, no encontro, ensina, aprende e constrói as novas formas de planejamento e gestão. É o povo reconhecido e se reconhecendo como portador de direitos.

Neste segundo ciclo do Orçamento Participativo, após 12 plenárias regionais deliberativas realizadas, que elegeram 12 conselheiros populares em processo de escolha direta, dos outros 12 eleitos durante a Assembleia Geral dos Representantes e 8 indicados pelo prefeito de Suzano, estamos avançando para a composição do CORPO. Empossado, o Conselho do Orçamento Participativo organizará seu seminário de formação e iniciará o processo de debate acerca das viabilidades técnica, jurídica e da coerência política das 36 prioridades eleitas pela população, durante as 12 plenárias que cobriram toda a cidade. É a rica tarefa de

perceber onde estão os limites impostos pela realidade jurídica, financeira e orçamentária, e trabalhar para estendê-los.

Aliás, a posse do Conselho do OP está marcada para a próxima terça-feira, dia 10 de julho, às 19h no auditório do Centro de Educação e Cultura Francisco Carlos Moriconi (rua Benjamin Constant, 682 - centro). Todos estão convidados.

30º artigo: Formação do CORPO 2007

Neste sábado (21/7) realizaremos o I Seminário de Formação do Conselho do OP do ciclo 2007. Orçamento municipal, funcionamento da administração pública e os processos licitatórios, assuntos aparentemente difíceis, estarão em debate na Escola municipal (EMEF) Antonio Marques Figueira. O CORPO (Conselho do Orçamento Participativo, composto por 32 membros sendo 24 conselheiros eleitos pela população e 8 indicados pelo governo) se encontra para aprender, acumular informações e discutir o orçamento público, o dinheiro do povo. Será um dia intenso na troca de experiências e na construção coletiva do conhecimento.

O respeito permeia as relações do CORPO, o que garante fluidez e um movimento de construção coletiva. Conselheiras e conselheiros participam do seminário de “corpo” inteiro, pois estar no OP representa indignação diante das injustiças registradas na história da nossa cidade. Representa o desejo de melhorar a cidade das flores, um desafio permanente para o governo, que aposta na participação do povo e para o próprio povo. Esse novo tempo desafia a sociedade a pensar, em grupos, soluções para os problemas da vida na cidade, fazê-las saírem do papel e, de fato, mudarem a realidade. O OP será uma experiência cada vez melhor à medida que nos permitirmos conhecer, pesquisar, descobrir, ousar, criar.

Durante o seminário, discutiremos a cidade de Suzano. Compartilharemos muitas informações sobre receitas, despesas, origem e destino dos recursos públicos municipais. Os representantes da prefeitura contribuirão com o saber técnico e o povo contribuirá com o saber popular. Assim, daremos mais um passo na construção da Lei do Orçamento Anual (LOA) coletivamente, contrapondo a forma centralizadora dos governos anteriores. Mais do que isso, a população ampliará seu conhecimento sobre aquilo que é verdadeiramente seu: a prefeitura municipal.

Neste segundo ciclo do OP, o CORPO 2006 se encontra com o CORPO 2007, o que torna ainda mais rico o momento: experiência e responsabilidade se aproximam da expectativa e do entusiasmo.

Optar pela democracia é optar por diminuir as injustiças sociais, o que exige deixar o “colo”, ter autonomia. É tomar para si a responsabilidade das decisões. Neste sentido, o OP é um processo de escolhas, de definição de prioridades, que tem o potencial de construir mais poder para a maioria da população e, simultaneamente, romper com o injusto histórico de privilegiar, com recursos públicos, um pequeno grupo. Ou seja, toda escolha econômica privilegia algum interesse. Com o OP, estamos fazendo coletivamente escolhas econômicas sérias e com claro sentido ético.

PS.: *“As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”. Ítalo Calvino*

31º artigo: República, democracia e a cidade de Suzano.

Ocorreu no dia 21 de julho o Seminário de Formação do Conselho do Orçamento Participativo (CORPO) de Suzano. Um sábado festivo, rico na troca de experiências, de conhecimentos e fundamental na construção de um grupo que tem a responsabilidade de definir, em nome dos milhares de suzanenses que participaram das plenárias do OP, o plano de investimentos para 2008. Licitações, funcionamento da administração pública, fluxos e procedimentos administrativos foram assuntos provocados pelo geógrafo Ivo Reseck. Governo municipal e população se fundindo e confundindo na riqueza e na intensidade das trocas, nos saberes complementares. Para os antigos gregos, democracia: *demos* (povo) *kracia* (governo).

Preparados, conselheiras e conselheiros avançaram nos debates com as secretarias municipais. Cabe ao CORPO estudar, detalhar, orçar, compreender as 36 prioridades eleitas durante o ciclo de plenárias, para que possa priorizar dentre as prioridades. Assim, nos quatro encontros que sucederam o Seminário, discutimos as prioridades relacionadas à saúde e às obras de infraestrutura. Conselheiras e

conselheiros dialogaram com as secretárias municipais Célia Bortoletto e Lúcia Montibeller. O saber técnico no encontro com o saber popular, a política como habilidade no trato das relações humanas com vistas à obtenção de resultados esperados: o impacto do investimento público numa região da cidade, a quem beneficiará esse investimento, se está havendo o respeito aos princípios norteadores da administração pública, se a escolha é coerente com os compromissos políticos (programa de governo eleito nas urnas), com as peças de planejamento (PPA e LDO) e, principalmente, com a capacidade de investimento da prefeitura municipal.

Na minha modesta opinião, outra compreensão de cidade e de sociedade à medida que a participação popular inverte as prioridades de investimento público e se constrói coletivamente a noção de responsabilidade com a coisa pública, com a *res publica* (conceito romano).

As reuniões extrapolam as deliberações do OP. Prestar serviço de forma direta ou indireta, as concessões públicas, o real atendimento aos interesses da população ou aos interesses do capital, transporte coletivo e saneamento básico, o projeto SIM em tramitação na Câmara Municipal e a renovação do contrato com a Sabesp foram amplamente debatidos. E as diferenças aparecem naturalmente: 30 anos de silêncio foram importantes para o florescer da democracia em Suzano.

Por fim, a participação articula bastante bem democracia e república. O ideal republicano está dedicado à coisa comum ou coletiva. Essa participação nem sempre é politizada, mas é grande o seu potencial político, porque forma as pessoas para agirem sem esperar ordens de cima. O CORPO, voltando seu trabalho para o bem comum, é uma prática republicana. Somada a outras ações de democratização do Estado desencadeadas em Suzano pela gestão Marcelo Candido estamos acostumando as pessoas a agirem de baixo para cima, numa pedagogia democrática. Afinal, a educação para a democracia se faz na escola da vida, ou seja, na relação com o outro. Ou ainda, participando da vida social.

Todos os 5.564 municípios brasileiros têm até o último dia de setembro para encaminhar às respectivas câmaras municipais a Lei do Orçamento Anual - LOA. A iniciativa da LOA compete privativamente ao poder executivo. A LOA estima receitas e fixa despesas para a execução orçamentária do ano seguinte. Trata-se de uma lei pela qual o Poder Legislativo (Câmara de Vereadores) autoriza o Poder Executivo (Prefeitura) a utilizar o dinheiro público, ou seja, o dinheiro do povo arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições e tarifas). O mesmo raciocínio serve para os 26 estados da Federação, para o Distrito Federal e para o Governo Federal.

Na dimensão do planejamento, o orçamento determina as prioridades do governo durante o ano. Na dimensão da democracia, o orçamento possibilita à sociedade conhecer e fazer pressão sobre a arrecadação e os gastos públicos. Garante transparência e dificulta a corrupção. Na dimensão política, o orçamento é um instrumento que permite à sociedade controlar o Poder Executivo. Afinal, informação é uma arma da sociedade. Alguns governos adotam a metodologia participativa na construção da LOA, criando canais de participação popular e de exercício da democracia direta, além de socializar as informações acerca do dinheiro público. Um estudo do Instituto Pólis demonstra que durante a gestão 2005-2008, dos 645 municípios paulistas, apenas 30 construíram a LOA na metodologia participativa.

Em Suzano, a gestão Marcelo Candido adotou o OP. Neste segundo ciclo, o processo continua muito rico. Nas últimas semanas, o CORPO (Conselho do OP) discutiu com as secretarias municipais de Educação, de Cultura, de Promoção da Cidadania e Inclusão Social. Das prioridades eleitas nas 12 plenárias regionais, os conselheiros receberam as informações das secretarias, conheceram os projetos construídos pelo governo, perceberam as possibilidades e os limites impostos pela legislação e pelo tensionamento das forças institucionais e das forças políticas, esclareceram dúvidas, contribuíram com sugestões e críticas, expressaram opiniões. Soma-se a esse esforço coletivo, produzido por 32 conselheiros e 32 suplentes - sendo 25% representantes do governo -, a sabedoria do Benedito, a disciplina da Cátia, a segurança do Vicente, a tranquilidade do Márcio, a juventude do Allan e do Edvaldo, a garra da Néia e do Ademir, a força da Mairi e do Sérgio, a paciência do Paulo e da Rosani, a sensibilidade e a poesia da Valéria. Como diria a conselheira Cecília, “somos a tela e a tinta”, a expressão da dimensão humana, o encontro do saber popular com o técnico, na construção da cidade. Educadores populares na construção coletiva do conhecimento, da cidade, da democracia e da república.

No exercício do OP, o governo Marcelo Candido permite que a população se aproprie do orçamento, conheça os métodos de elaboração, das nomenclaturas, das fontes de informação, amplie os canais de diálogo e de informação visando ao controle social sobre a máquina pública. Quanto mais informado, menos enganado será o povo. Outro objetivo é reconhecer e valorizar o conhecimento popular e, no contato com o governo, aquecer a frieza dos planos, programas e projetos incorporando o calor da dimensão maravilhosa da vida real.

33º artigo: CORPO diz SIM para Suzano

Tramita na Câmara Municipal de Suzano há tempos, o projeto SIM – Sistema Integrado Municipal de Transporte Público Coletivo. Polêmico, o projeto tem pautado o debate na cidade e o CORPO (Conselho do Orçamento Participativo) não ficou de fora. Para além das questões orçamentárias, o CORPO trata de temas mais gerais, especialmente das questões que dialogam com a maioria da população. Isso porque a representatividade dos conselheiros e das conselheiras está fundamentada num processo livre e democrático nas 12 regiões em que Suzano foi organizado.

O projeto SIM é polêmico. “Tribunal de contas julga irregular contrato da Visul” foi manchete na página 4, na edição de 31 de agosto deste diário. Segundo a matéria, o referido contrato foi firmado no dia 27 de dezembro de 2004, ao apagar das luzes da gestão passada. Outro aspecto a ser considerado é a existência dos chamados “alternativos” ou “lotação” que, sem amparo legal, demonstram a incapacidade do atual sistema (nem deve ser considerado como sistema de tão precário) e a baixa qualidade do serviço oferecido.

Ao criar a tarifa pública, o SIM permite a integração da tarifa nos veículos que circulam no sistema municipal e até com outros sistemas. Com a figura das linhas complementares, reorganizará o sistema diminuindo o tempo de espera na parada de ônibus e maior fluidez na circulação dos veículos. Garante vários modais interagindo linhas principais com linhas complementares. Cada estudante residente em Suzano receberá 50 passes por mês, o que permitirá o acesso aos serviços que a prefeitura oferece, de graça, no Centro Cultural, por exemplo. Biblioteca, internet,

cursos e oficinas nas diversas áreas, uma programação mensal que oferece teatro, cinema, música, exposições e outros.

Garante também dignidade aos idosos, à medida que usarão o sistema de transporte sem qualquer distinção. As pessoas com deficiência terão mais carros adaptados à disposição. Isso porque o SIM permite que grande parte da receita, oriunda das tarifas pagas pelo povo, seja investida na melhoria do sistema.

Considerando o transporte público como favor e não como direito, alguns setores trabalham pela manutenção do *status quo*. São setores refratários às mudanças implementadas pelo governo Marcelo Candido por inverter as prioridades no estabelecimento das políticas públicas.

Ao assumir publicamente suas opiniões, os atores sociais se posicionam e tensionam os poderes instituídos. Foi o que fez o CORPO, a União dos Aposentados e Pensionistas de Suzano, o Conselho Municipal do Idoso, a União Municipal dos Estudantes de Suzano, além de várias entidades e associações. Isso é saudável, oxigena a vida na cidade à medida que exercita a democracia e aponta para uma sociedade diferente. A Néia ficou orgulhosa, a Cida quer que outros participem, a Cátia descobriu que existem métodos diferentes de mobilização. Para o Benedito é preciso defender o grupo. “Conversando com as pessoas do bairro sobre o SIM dá para convencer”, disse a Delma. Para ela, a sessão da câmara foi uma lição. Ela disse, sem perceber, que informação é poder. De posse das informações, podemos participar, podemos convencer, podemos discutir e opinar, enfim, podemos construir nossas próprias opiniões. Podemos lutar por aquilo que acreditamos.

34º artigo: Participação e a educação popular

Acontece o Fórum Mundial de Educação na região do Alto Tietê com o tema “Educação: protagonismo na diversidade”. A programação permite, dentre várias coisas, debater a questão dos espaços de participação popular na construção, gestão, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, objetivando o acesso ao conhecimento historicamente construído. Destaco aqui três mesas organizadas pela equipe de gestão democrática da Secretaria de Educação de Suzano que

permitiram o encontro de experiências diferentes e, conseqüentemente, uma rica troca de conhecimentos.

Ao trazer para os debates o conjunto das ações desenvolvidas nesses dois anos e nove meses de governo de Suzano, constatamos quanto já foi feito. Os debates revelaram a formação de uma rede de participação popular, à medida que o universo de conselheiros aumenta em quantidade e qualidade; que o acesso às informações, os processos formativos e a prática do diálogo transformam indivíduos e, por conseguinte, recria grupos sociais.

O caminho percorrido no 2º ciclo do Orçamento Participativo foi longo. Doze plenárias regionais deliberativas, 36 prioridades eleitas diretamente, 24 conselheiros e conselheiras, assembleia geral dos representantes, seminário e reuniões. Nesse rico processo, os secretários municipais levaram as informações e o saber administrativo e o CORPO discutiu a viabilidade técnica, legal e orçamentária das prioridades oriundas das plenárias. Assim, afinamos a vontade popular construída numa amostra populacional de 2.300 pessoas.

Chegou a hora de fechar o Plano de Investimentos - documento que será entregue ao Prefeito de Suzano com a decisão final do OP para inclusão na Lei Orçamentária Anual. Após 17 reuniões ordinárias, um seminário de formação e a caravana do OP – etapa que totalizou aproximadamente 54 horas de intenso trabalho - redimensionamos o sonho coletivo aos limites da realidade.

Enquanto projeto político, a eleição do governo Marcelo Candido garantiu a participação popular em Suzano como eixo de governo. Permite a elaboração de planos e projetos coletivos nas diferentes áreas do governo: conselhos institucionais, conselhos gestores de saúde, conselhos de escola, promoção da cidadania, acesso às diversas manifestações culturais, informação como direito são alguns exemplos. É oportuno lembrar que os planos sempre são carregados de intencionalidade e se materializam no possível da vida real na cidade, tensionada permanentemente por uma cultura política secular. Isso significa que a participação popular se levada a sério, trabalha na perspectiva da (re)invenção do Estado e da democracia, provocando transformações tanto para o governo quanto para a sociedade.

Nos lançamos por caminhos nunca percorridos em Suzano. Juntos, encontramos surpresas ao longo desse caminho. Quanta novidade, quanta descoberta, quanta construção coletiva de conhecimento. Pensando na participação popular enquanto processo educativo, fica a certeza de que estamos no caminho certo.

35º artigo: Suzano construindo a democracia.

No último dia 24 (setembro/2007) o Alto Tietê recebeu a visita do sociólogo português Boaventura de Souza Santos. Exponencial pensador da atualidade, o cientista político lusófono analisou na Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Guararema, “Os desafios dos movimentos sociais no século XXI”. Ativista dos fóruns sociais mundiais, além de professor catedrático de Economia da Universidade de Coimbra e professor visitante das universidades de Wisconsin-Madison, London School of Economics, USP e Universidad de Los Andes, Boaventura avalia que as sociedades e as culturas contemporâneas são “intervalares”, ou seja, se situam no trânsito entre o paradigma da modernidade, cuja falência está cada vez mais visível, e o paradigma emergente ainda difícil de identificar.

Uma das dimensões dessa transição, pouco visível, é a dimensão *societal* que ocorre entre um paradigma dominante centrado na sociedade patriarcal, na produção capitalista, no consumismo individualista e mercadorizado; nas identidades fortaleza; na democracia autoritária; no desenvolvimento global, desigual e excludente – e um novo paradigma, ou conjunto de paradigmas, de que apenas vislumbramos sinais. Tal argumentação apoia-se em três grandes campos de análise: a ciência, o direito e o poder.

Segundo Boaventura, a democracia representativa reduz as possibilidades democráticas. Como o capitalismo limita a democracia, é preciso radicalizar na construção de relações democráticas nas fábricas, nas casas, no mercado, nas escolas e nos equipamentos públicos. Isso porque os movimentos querem outra sociedade, querem vida melhor e querem agora. As pessoas estão à procura de razões para lutar e a mobilização se dá a partir do convencimento, essência da boa política.

Desde 11 de setembro de 2001, o conselho de segurança da ONU instituiu estratégias de combate ao terrorismo no mundo. Na lógica do terror, o império demoniza os movimentos sociais e as lideranças que resistem a seus interesses. Iniciativas jurídicas criminalizam as lutas e as lideranças populares. Mobilizando-se,

jovens estudantes de Suzano manifestam posição política a favor do direito ao transporte público, o que desagrade alguns à medida que revela conflitos de interesses. Um interesse claro é a manutenção das coisas como estão: jovens sem “passe livre”, socialização dos prejuízos e privatização dos lucros. Os conservadores de Suzano esperneiam pela manutenção do “status quo”.

Assim, Suzano também vive um período de transição paradigmática. Ao estimular a participação popular, o governo Marcelo Candido tira a mordaca da boca do povo e desencadeia um processo de ampliação da democracia na cidade. Boaventura nos apresenta uma interpretação do mundo que talvez ajude a compreender melhor os movimentos e as lutas. Ao desqualificar uma luta legítima e suas lideranças, os veículos de comunicação deixam a nu sua posição política ou no mínimo revelam preconceitos. Lutemos por ideais democráticos.

36º artigo: Suzano nas redes de participação popular

Está em curso uma renovação da teoria democrática que se assenta na formulação de critérios de participação política para além do ato de votar. O capitalismo não é suficientemente democrático, no que se refere a poder que emana do povo e que atende aos interesses populares. Estado e mercado encontraram um equilíbrio possível na democracia representativa, que é o ápice da consciência política do capitalismo.

A teoria política liberal transformou o político numa dimensão setorial e especializada da prática social, o conhecido espaço da cidadania, e confinou o político ao espaço do Estado. Ao politizar uns espaços e despolitizar outros, as contradições convivem, se legitimam e garantem o caráter democrático na sociedade capitalista. Dessa maneira, se reforça o autoritarismo e o despotismo nas relações sociais consideradas “não-políticas”. Ora, as relações econômicas, familiares, profissionais, culturais e religiosas não são relações políticas?

O espaço doméstico, por exemplo, onde predomina o patriarcado como forma de poder continua a ser espaço privilegiado de reprodução social. O capitalismo não inventou o patriarcado, mas, se aproveitando dele, apropriou-se do trabalho não pago da mulher. Ainda hoje, há desigualdades salariais entre homens e mulheres

nas mesmas funções, para não falar do trabalho doméstico – muitas vezes a terceira jornada diária - fundamentalmente praticado pelas mulheres e que permite aos demais membros da casa atuar na sociedade e no mercado. O movimento feminista tem desempenhado papel essencial na politização do espaço doméstico e, conseqüentemente, na desocultação do despotismo das relações e na formulação de lutas adequadas a democratizá-las.

O conceito de (re)invenção da democracia na perspectiva da renovação democrática, trabalhado pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos, também se dá nos espaços institucionais. Bom exemplo é a adoção do Orçamento Participativo na construção do orçamento público, dinheiro do povo. A aproximação dessas experiências municipais ricas e diversas, também está em curso. A prefeitura de Belo Horizonte lidera a organização da Rede Brasileira de OP's. Em São Paulo, o Fórum Paulista de Participação Popular organiza o V Congresso de Paulista Participação Popular (no mês de novembro em Diadema) e o projeto de lei estadual de iniciativa popular que visa à implementação do OP estadual.

O movimento de mulheres luta há anos pela instalação da Delegacia da Mulher - DM em Suzano. Eleita na plenária deliberativa da região Bromélia (26/abril/2007), a DM foi uma das 36 prioridades estudadas e debatidas no conselho do OP. Esse sonho antigo uniu o conselho do OP e o Conselho dos Direitos da Mulher. Resultado: a DM está contemplada do Plano de Investimentos do OP para 2008, com reserva de recurso na Lei do Orçamento Anual.

As experiências de participação popular em Suzano, iniciadas no governo Marcelo Candido, integram essas redes e participam desses movimentos. Afinal, trabalhar em rede rende mais.

37º artigo: Orçamento Participativo e a carta de BH

Conselheiras e conselheiros do OP, escrevemos esta carta para contar a todas e todos um pouco do que aconteceu aqui em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Para os que não estiveram na última reunião do Conselho do Orçamento Participativo – CORPO, explico: dentre os 5.567 municípios brasileiros, em torno de uma centena somente adota a metodologia participativa na construção

de seus orçamentos. Então, 28 municípios que realizam o OP lançaram um movimento coletivo que visa à criação uma rede brasileira de OPs.

Gente, nesse seminário, pudemos conhecer outras realidades e ouvir tantas opiniões legais, experiências interessantes. O prefeito de Montes Claros/MG, por exemplo, disse que o OP antes de tudo é um espaço para a população que nunca foi ouvida, e eu concordo com isso. É também um dos caminhos que podem ajudar na construção de uma sociedade livre, mais justa e menos desigual. O prefeito de Belo Horizonte disse que o OP de BH está debutando. Já imaginaram quando comemorarmos o aniversário de 15 anos do OP de Suzano? E tem mais: no início de 2008 a prefeitura inaugurará a milésima obra do OP. Não faltam motivos para comemorar, não é mesmo?

Bem, em meio a tantas cidades e experiências diversas, o que acrescentamos com nossa experiência de apenas dois anos? Várias coisas: garantir a participação da mulher no OP, criando creches nas plenárias regionais, foi uma delas. Nosso material de divulgação, cadernos e jornais, também despertaram o interesse de todos. Sem contar que nossos relatos a respeito do que estamos construindo em Suzano, nos posicionaram em escalas nacional e internacional e mostraram o nosso jeito de fazer o OP. Claro que isso só foi possível porque existe OP em Suzano, porque trabalhamos, e trabalhamos muito. A cidade superou o silêncio, soltou seu grito e agora está ecoando sua mensagem.

Enfim, hoje Suzano faz parte dessa rede que poderá trocar ideias, auxiliar a superar problemas e enriquecer ainda mais a participação popular na construção dos orçamentos municipais em todo o país. Os olhos de muitos lugares se voltam para nossa cidade, e isso é muito bom. Estamos colhendo frutos de um trabalho árduo executado a várias mãos.

Ah! E estando nessa Rede, poderemos também estimular esse exercício a outras cidades do país que ainda não fazem OP. Quanto mais gente com espaço para falar, opinar, decidir, melhor ficará a nossa democracia. Temos muito trabalho pela frente e vamos encará-lo juntos. E tem muito mais gente nesse barco, afinal, estamos em sintonia com outros municípios nesse esforço de construção de um outro mundo possível, onde a população tenha cada vez mais espaço para definir e se apropriar das administrações públicas.

Vocês perceberam que desta vez, não se trata de um artigo e sim de uma carta. Em nome do Prefeito de Suzano Marcelo Candido e da Secretaria Municipal de

Governo, assinei o protocolo de intenções visando à criação da rede. Senti muito orgulho ao falar em nome de milhares de pessoas que participaram das plenárias do OP em Suzano.

Bem, essa é a carta de Belo Horizonte que lança Suzano na Rede Brasileira de Orçamentos Participativos. Nos vemos na próxima reunião do CORPO. Lá nós contaremos tudo o que aconteceu com riqueza de detalhes...

Colaborou Cecília Figueiredo, jornalista.

38º artigo: O povo de Suzano e o orçamento do estado

Desde que chegou ao poder público, o governo Marcelo Candido democratiza a gestão pública e o orçamento público municipal. Poder público, gestão pública, orçamento público. Assim define Aurélio Buarque de Holanda: “Público: 1. Do, ou relativo, ou pertencente ou destinado ao povo, à coletividade. 2. Relativo ou pertencente ao governo de um país. 3. Que é do uso de todos; comum. 7. O povo em geral.” Bem, o que é público, é de todos. E se é de todos, não pode estar escondido, certo? Mais ou menos.

Na pesquisa “Experiências de Orçamento Participativo no Brasil” realizada em 2002 pelo Fórum Nacional de Participação Popular, dos 103 municípios pesquisados (o Brasil possui 5.567 municípios) 52 destes eram administrados pelo partido dos trabalhadores. Os 51 municípios restantes eram administrados por 8 partidos diferentes. Mesmo sendo uma política pública já consagrada mundialmente, são poucos os municípios que adotam o OP como instrumento na construção de seus orçamentos anuais.

O governo do estado não adota nenhuma prática democrática ou participativa na elaboração do orçamento estadual. A Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa realiza audiências públicas sobre o orçamento estadual. Não é OP, mas já é um começo. E olha que estamos falando de uma receita estimada em R\$ 95 bilhões com 17% de possibilidade de suplementação de crédito, podendo chegar aproximadamente a R\$ 111 bilhões em 2008. Trata-se do 2º maior orçamento público do Brasil.

No Alto Tietê, a audiência foi realizada em Guarulhos no dia 30/10. Foi a que contou com a maior presença de deputados e de público: cerca de 150 pessoas. Dentre eles, conselheiros do OP de Suzano. “A duplicação da SP-31 (Índio Tibiriçá) foi indicada por Raimundo Matos. Antonio Braz Almeida informou que a cidade não tem hospital público e quer a construção de uma unidade no município.(...) Os moradores do distrito de Boa Vista anseiam pela construção da sede da companhia da polícia militar. O pedido foi encaminhado por Chiquinho da Gardênia.” Solicitamos também investimentos em saneamento básico com a implantação do coletor Jaguari para esgotamento sanitário do distrito de Boa Vista, e 3 estações elevatórias. O deputado José Candido apoiou o grupo do OP afirmando que “a falta de tratamento de esgoto é um grave problema da região.” (fonte: www.al.sp.gov.br).

Quase 5.000 suzanenses participaram 24 plenárias deliberativas realizadas nos dois ciclos do OP. Suzano e Guarulhos realizam OP na região do Alto Tietê.

No livro ‘orçamento participativo construindo a democracia’ de 2005, Patrus Ananias, ex-prefeito de Belo Horizonte e atual ministro do desenvolvimento social, afirma que “o OP se constitui em um antídoto contra a corrupção e o desperdício do dinheiro público. Com o OP, as obras faraônicas, inacabadas, obras para atender a interesses particulares, clientelísticos, mesquinhos, obras para pagar dívidas de campanhas tendem ao desaparecimento”. Em Suzano o OP é recente. As obras faraônicas e inacabadas são bem mais antigas. E acrescenta: “O que diferencia um governo democrático e popular de um governo conservador é sobretudo o comprometimento deste na emancipação social, econômica, política para que as pessoas possam ser sujeitos da História”.

39º artigo: O Curso de Formação de Conselheiros de Escola

Vivenciamos na última quarta-feira (21/11) mais um momento emocionante, com o encerramento do Curso de Formação de Conselheiros de Escola. Embora seja o segundo módulo, a emoção sempre toma conta de conselheiros, servidores públicos, formadores e convidados. Emoção porque representa um passo significativo na formação dos sujeitos para a democratização da escola pública e, conseqüentemente, na construção de relações mais horizontais no município.

Emoção também porque, apesar de acompanharmos desde o início o que vem se consolidando no município, nesses quase três anos, este processo ocorre de forma gradativa, por vezes lenta aos olhos menos atentos, mas que sem dúvida tem se efetivado. E é nesses momentos que podemos perceber nos olhares, na alegria de compartilhar saberes e experiências, na fala dos oradores quando o “nós” toma lugar do individualismo tão presente no mundo atual.

A participação popular na escola pública ainda é algo recente na história de Suzano. Apesar de prevista na legislação brasileira e nas discussões de vários educadores, a implementação de mecanismos que efetivem a participação de todos os envolvidos na escola, tem se dado de forma a falsear a construção coletiva. Em outras palavras, passam a legitimar privilégios e desresponsabilizam o poder público transferindo suas atribuições para a coletividade. O caminho inverso do que pressupõe o processo que vem sendo empreendido em Suzano. Para que as pessoas, sobretudo educadores, pais, mães, alunos e alunas, funcionários e diretores, possam participar precisam ter clareza dos aspectos que envolvem, neste caso, a escola; dos problemas e das possíveis soluções, das responsabilidades do poder público. A participação pressupõe, portanto, a apropriação do público pelo coletivo.

Este foi o segundo módulo do curso de formação. O primeiro, abordou de que forma os temas etnia, gênero, desigualdade social estão imersos e silenciados no cotidiano escolar. Assim sendo, o objetivo foi o desnaturalizar algumas questões, proporcionando a reflexão crítica destes temas e de outros que provavelmente surgiriam na prática do Conselho de Escola durante seu mandato. De forma semelhante, o módulo dois trouxe para a reflexão temas mais familiares à escola, porém, não menos complexos como a gestão e organização da escola em ciclos, a indisciplina, a avaliação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a inclusão, as relações de poder e os colegiados escolares, entre outros que foram suscitados e que talvez demandariam ainda muitos outros cursos.

Hoje, todas as escolas municipais de Suzano têm Conselho de Escola. Cada qual com suas especificidades e trilhando o seu próprio caminho, na perspectiva de construir coletivamente projetos de escola. Há dificuldades e não são poucas. No entanto, escolhemos este caminho por acreditar no processo e não apenas no resultado e nas pessoas que dele participam.

40º artigo: Suzano em Natal

Novamente escrevo uma carta onde deveria escrever um artigo. Explico: fui convidado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte para o I Seminário de Ordenamento Territorial oferecido pelo programa de pós-graduação em Geografia, com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia. Por essa razão, escrevo da cidade de Natal.

Estive na capital potiguar pela primeira vez no ano de 1998, justamente na fase final da copa do mundo de futebol. Talvez os ventos alísios (ventos que ocorrem durante todo o ano nas regiões tropicais) soprassem no ouvido das duas pessoas que viajavam comigo o que estava por acontecer do outro lado do Atlântico e, por essa razão, acertadamente optaram por pegar uma praia em Ponta Negra exatamente na hora do jogo. Dessa praia é possível avistar o Morro do Careca, o Parque Nacional das dunas eólicas, pequenos paredões de falésias e pequenas formações de arrecifes, enfim, paisagem de cartão postal com exclusividade. Afinal, o Brasil inteiro (inclusive um amigo e eu) acompanhava pela televisão o “apagão” do Ronaldo, os gols do Zidane e a derrota para a seleção da França.

Sou graduado em geografia. Nas duas vezes que vim a Natal estive na companhia de geógrafos e geógrafas, mas desta vez, com a missão específica de contar para os estudantes de graduação e mestrado um pouco da minha trajetória profissional relatando especificamente duas experiências: a estruturação e funcionamento da Defesa Civil no município de Rio Claro e o Orçamento Participativo em Suzano. Em 2002, Rio Claro foi premiada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil com a Comenda Cavaleiro, na categoria experiência municipal. Nosso OP, juvenzinho, estamos encerrando o segundo ano, mobiliza mais gente a cada ano, delibera com sabedoria fazendo escolhas responsáveis para o investimento do dinheiro público municipal, participa ativamente dos debates no Fórum Paulista de Participação Popular e na Rede Brasileira de OPs. É evidente que os resultados alcançados são fruto de esforços coletivos.

Bem, o seminário começou na segunda feira (3/12), se encerrou na quarta feira (5/12). Foi muito intenso no conteúdo dos temas apresentados e nos debates que se travaram.

Além das atividades na universidade, outros trabalhos foram possíveis. Dialoguei com o pessoal do OP de Natal. Importante lembrar que Natal também integra a rede brasileira de OPs. Trocamos experiências, falamos da metodologia adotada, do êxito dessa política pública ousada e, infelizmente, encarada por poucos municípios no Brasil. Enfim, uma rica troca de conhecimento que possibilita a criação de alternativas metodológicas para o avanço do OP nas duas cidades e, que aos poucos, conquista novos espaços e amplia a inter-relação da população com o governo.

Até na televisão me levaram para falar. Dei entrevista em estúdio, dei entrevista no anfiteatro onde acontecia o seminário, falei com o pessoal da Prefeitura de Natal e, especialmente, com o pessoal da universidade. Além dos alunos, estagiários e bolsistas, conversei muito com os professores da UFRN e os professores que, também convidados, foram para participar do Seminário. Falei muito com a professora Maria Laura (USP/SP) Jairom e João Mendes (respectivamente representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e ministério da Integração Nacional, Aldo Dantas da UFRN).

Mais que um convite, foi uma honra apresentar para uma plateia tão qualificada o que nós estamos fazendo em Suzano. E olha, vou dizer para vocês, o pessoal ficou empolgado.

41º artigo: Saborear saberes e sabores

Recente lançamento da editora Paulus discute o pensamento de Rubem Alves. Dos 14 artigos, um foi escrito pelo amigo, professor Romualdo Dias, que escreve também no material do Orçamento Participativo de Suzano. Ganhei um exemplar com provocativa dedicatória. Apressei-me na leitura do artigo *a letra do desejo*, onde o autor mostra elementos de psicanálise presentes nos textos de Alves. Compara sua escrita à escuta psicanalítica. “Neste livro não haverá notas de rodapé. Rodapé é coisa que fica para baixo, na altura do pé, e é incômodo ficar olhando para baixo. Mas como estou escrevendo sob inspiração gastronômica, incluirei, no meio do texto, notas de ‘canapé’, coisas pequenas saborosas, algumas doces, outras

apimentadas, que abrem o apetite e que se servem no meio da festa. (ALVES, 2002: 9).

Foi sob inspiração gastronômica que o CORPO, conselho do OP, realizou a atividade de encerramento deste ano de trabalho.

No auditório do Centro Cultura de Suzano, conselheiras e conselheiros receberam certificado de participação. Como de costume, a organização provocou a participação convidando-os à manifestação. Sob responsabilidade da equipe de Gestão Democrática da Secretaria Municipal de Educação, a atividade transcorreu com o brilho e a coerência que marcam a equipe desde sua criação no início de 2005. As falas revelaram a intensidade do trabalho coletivo, a responsabilidade de optar por um investimento público respeitando o desejo expresso por milhares de homens e mulheres durante as plenárias deliberativas do OP, o papel da representação política, a desenvoltura com que o grupo se expressa. Para Osli Barroso, “o OP é a maior obra social do governo Marcelo Candido”. Falas que revelam dimensões do trabalho que, de tão sutis, escapam aos menos atentos: amizade, respeito, carinho, ampliação da visão de mundo... Saboreamos saberes.

Em seguida, a festa do OP. Foi um almoço coletivo preparado a muitas mãos. Mãos que naquele dia abandonaram o giz empunhado por décadas para preparar arroz e saladas, Mãos que hospedam, acolheram com uma bela mesa de frutas. Mãos que prepararam o almoço com o carinho de quem educa. Mãos que deixaram suas casas para fazer do Casarão das Artes a nossa casa, para receber a nossa turma, compuseram o nosso CORPO. Saboreamos sabores.

Danado o amigo que me presenteou. Convidado para o encontro, não compareceu. Contudo, me fez reviver aquele momento. Enquanto ‘lambi os beiços’ lendo *A letra do desejo*, percebi como é saborosa a educação popular. Freud escolheu a seguinte epígrafe na abertura da obra fundadora da psicanálise, *A interpretação dos sonhos*: “se não puder dobrar os deuses de cima, comoverei o Aqueronte”. *Acheronta movebo* cuja tradução é ‘mover as cidadelas da terra’, mas que significa ‘agitar o submundo’.

Viver, reviver, conviver. A intensidade dessas emoções exprimem o sentimento que paira no OP de Suzano. Mais um ano se encerra, e um ano de muito trabalho. Pelo terceiro ano consecutivo termino uma etapa certo de que o melhor de Suzano é seu povo. Juntos, saboreamos saberes e sabores. Em 2008 trabalharemos ainda mais, e será muito bom. Boas Festas!

Apêndice C. Artigos publicados em 2008

Quadro 3. Artigos publicados durante o ano de 2008 por cronologia

	Publicação	Título do artigo	fase
42º	5/jan/2008	OP em Suzano: prazer em conhecer	CORPO Fase preparatória
43º	19/jan/2008	Preparando o Orçamento Participativo para 2008	
44º	2/fev/2008	“Em que pé que tá?”	
45º	16/fev/2008	Suzano e a Conferência Mundial de Cidades	
46º	1/mar/2008	FUNDEB	
47º	15/mar/2008	OP 2006: “Em que pé que tá?”	
48º	29/mar/2008	Orçamento Participativo 2008: você está convidada(o)	Plenárias Regionais
49º	12/abril/2008	Vamos às plenárias do OP	
50º	29/abr/2008	Alguma coisa está fora da ordem!	
51º	10/mai/2008	Saciando a fome de pão e de beleza	
52º	24/mai/2008	A cidade enquanto sucessão de tempos desiguais	
53º	7/jun/2008	Orçamento Participativo Jovem	Assembleia Geral
54º	21/jun/2008	Ágora: a Assembleia Geral do OP	
55º	5/jul/2008	“Tá vendo aquele edifício moço? Ajudei a levantar”	CORPO
56º	19/jul/2008	Democracia é substantivo	
57º	2/ago/2008	Participação Popular em Suzano	
58º	16/ago/2008	Uma janela para democracia	
59º	30/ago/2008	Caravana do OP, geografia e política	
60º	13/set/2008	Em defesa da democracia	
61º	11/out/2008	Meninas de Sinhá, meninas de Suzano	
62º	25/out/2008	Deixa o homem trabalhar!	
63º	15/nov/2008	Laço Branco em Suzano	
64º	29/nov/2008	De Suzano para o mundo	
65º	13/dez/2008	Do mundo para Suzano	
66º	27/dez/2008	A conversa que não houve...	

42º artigo: OP em Suzano: prazer em conhecer

Terminadas as festas de final de ano, o Orçamento Participativo inicia seus trabalhos em Suzano com o planejamento da 3ª rodada. Isso significa muito trabalho pela frente! Mas é um trabalho que dá prazer.

No ‘Conexão Roberto D’Ávilla’ da TVE Rede Brasil, o sociólogo napolitano Domenico De Masi, discutia concepções de trabalho. Aproveitando sua vinda ao Brasil, De Masi esteve em uma reunião de trabalho, mais precisamente um almoço, com Oscar Niemeyer. Provocativa essa reflexão sobre trabalho intelectual e processos criativos: trabalho e/ou lazer?

No vídeo “Chico e as cidades”, 1999, Chico Buarque fala sobre sua experiência criativa. Foi estudante de arquitetura na tentativa de ser Oscar Niemeyer. “Pior aluno da turma, larguei a arquitetura e virei aprendiz de Tom Jobim. Quando minha música sai boa, penso que parece música do Tom Jobim. Música do Tom, na minha cabeça, é casa do Oscar”, disse Chico. Trabalho para ele é compor, escrever. Cantar é mostrar no palco um trabalho que já foi feito. Já para o arquiteto Oscar Niemeyer, numa frase escrita por ele entre o esboço da catedral de Brasília, do congresso nacional, do museu de arte moderna de Niterói, “o mais importante não é a arquitetura, mas a vida, os amigos, e este mundo injusto que devemos modificar”.

No texto “Outro poder local”, o sociólogo português Boaventura de Souza Santos diz: “o OP é uma forma de gestão partilhada dos municípios em que participam os munícipes. As decisões sobre os investimentos decorrem de processos estruturados de consulta e negociação alargada entre o governo e os munícipes. O OP consubstancia uma relação virtuosa entre a democracia representativa e a democracia participativa e visa tornar o governo mais transparente, socialmente mais justo e politicamente mais próximo dos cidadãos”. Originado em governos municipais brasileiros, o OP existe hoje em muitos municípios da América Latina e em mais de 100 municípios da Europa. Segundo Boaventura, o OP nos municípios portugueses são experiências tímidas, “são sementes de esperança para o aprofundamento da democracia”. Para ele, o OP aponta para superação das duas patologias que assolam os regimes democráticos atualmente: a patologia da

representação e a patologia da participação. ('não sentir-se representado pelo representante' e 'não participar por pensar que o voto não conta').

Comparando as rodadas de 2006 e 2007, a participação popular nas plenárias deliberativas do em Suzano cresceu 55%. As decisões do OP 2007 representam cerca de $\frac{1}{4}$ do investimento público municipal. Cabe ao CORPO, conselho do OP composto por 24 conselheiras(os) eleitas(os) pela população e 8 indicados pelo governo, planejar a rodada de 2008. Discutir, atualizar e recriar é uma tarefa que faz do OP um processo rico e dinâmico, espelho da diversidade do povo de Suzano.

Somos artistas num processo criativo apaixonante. Nos conhecemos, pesquisamos, analisamos e avançamos na compreensão da nossa realidade. Nesse movimento, percebemo-nos agentes da transformação do "mundo injusto" dito por Niemeyer.

43º artigo: Preparando o Orçamento Participativo para 2008

Um ano termina, outro começa: feliz ano novo! As pessoas se encontram e desejam mutuamente votos de felicidade e conquistas. Com certeza as festas de final de ano sensibilizam e as pessoas se permitem externar emoções que, via de regra, são reprimidas durante o ano.

Ano novo no OP significa pauta nova. Superada a deliberação é necessário avaliar o ciclo que se encerra e planejar o ciclo que está porvir. Sendo mais claro: participando das 12 plenárias regionais deliberativas durante os meses de abril e maio de 2007, 2.302 suzanenses escolheram 36 prioridades por meio do voto direto. Composto por 32 conselheiros e conselheiras e 32 suplentes, sendo 24 eleitos(as) pela população e 8 indicados(as) pelo prefeito de Suzano, o Conselho do OP - CORPO tomou posse no mês de julho de 2007 e iniciou seus trabalhos com um seminário de formação em orçamento público e licitações. Uma a uma, as prioridades foram estudadas e discutidas: a proposta é tecnicamente viável? É legal? Quanto custa?

Também é necessário conhecer o orçamento municipal. Quanto Suzano arrecada? Como gasta? Quais são as contas que precisam ser pagas? Despesas com folha de pagamento, manutenção e custeio dos equipamentos públicos e dos serviços que são oferecidos pela Prefeitura. Por exemplo: as escolas municipais e os serviços de

saúde não podem parar; quanto custa isso? E as dívidas deixadas pelas administrações anteriores precisam ser pagas! Enfim, conhecendo a capacidade de investimento da Prefeitura, o CORPO definiu 13 prioridades dentre as 36 eleitas.

O plano de investimentos do OP é o documento que oficializa ao prefeito Marcelo Candido o conjunto das prioridades escolhidas pelo povo. Encaminhada pelo prefeito à Câmara de Vereadores, a Lei do Orçamento Anual (LOA) foi discutida e aprovada no final de dezembro.

Preocupados com a continuidade do processo, conselheiros e conselheiras propuseram e discutiram a regulamentação do OP. Legislação, ações práticas, espírito democrático e governo que acredite efetivamente na participação popular são dimensões importantes e complementares. Ou seja, é preciso ter vontade política para garantir um processo realmente democrático, de participação da população na construção de uma cidade de todos e de uma sociedade mais justa.

Um outro desafio para 2008 é implementar um mecanismo de prestação de contas para população. De nada adianta um processo de tomada de decisão muito rico se essas prioridades escolhidas pela população não forem implementadas. Já dá para afirmar que todas as decisões do OP, sejam obras ou serviços, estão em andamento. Algumas prontas, outras quase prontas. Esse tempo varia de acordo com sua complexidade. Para que a população possa acompanhar estes resultados e fiscalizar sua execução, será lançado em breve o “Em Que Pé Que Tá”, que permite essa prestação de contas à sociedade. Pauta para o próximo artigo.

Quando um gestor diz que faz obra pública em 4 meses, não cumpre a lei ou mente para o povo.

44º artigo: “Em que pé que tá?”

Quando em 2005 o Prefeito Marcelo Candido deu início ao processo de implementação do Orçamento Participativo, a equipe responsável organizou o OP em ciclos. Um ciclo do OP termina com o cumprimento integral do plano de investimento. Plano de investimento - PI, é o conjunto das decisões populares definidas pelo Conselho do OP, o CORPO, instância final de decisão popular, a partir das plenárias regionais deliberativas. São os compromissos políticos

estabelecidos entre o povo e seu governo, construídos pública e democraticamente em Suzano.

Será que vai dar pé?

Em 2006, o PI contém 14 prioridades que somam R\$ 7,7 milhões. Decisão da região Jasmim (10), a Unidade Básica de Saúde do Parque Residencial Casa Branca passou por reforma e adequação dos espaços internos. O atendimento vai até as 21 horas de segunda a sexta-feira com serviço de clínica geral, ginecologia/obstetrícia, pediatria, odontologia, distribuição de medicamentos, vacinas, coleta de exames, curativos, além de uma ambulância à disposição. Decisão da região Lírio (6), a UBS Boa Vista também passou por uma ampla reforma, atende até as 21 horas de segunda a sexta-feira com atendimentos de clínica básica (ginecologia/obstetrícia, clínica-geral, pediatria), odontologia, radiografia – incluindo a odontológica -, atendimento psicológico, pediátrico, além de serviços básicos de uma unidade. Também aos sábados a UBS funciona das 7h às 19 horas e a população conta com o atendimento de uma unidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu.

Em 2007, o PI foi elaborado com 13 prioridades e soma R\$ 11,8 milhões. Destas, já foi entregue uma ambulância do Samu ao Pronto Atendimento de Palmeiras 24h, conforme decisão popular na plenária da região 4 (Bromélia). A pavimentação do Jardim Leblon (decisão da região Hortênsia – 3), do Jardim das Flores (decisão da região Margarida – 9) e do Jardim Varan (decisão da região Rosa – 12) somam aproximadamente R\$ 8,2 milhões, ou seja, cerca de 70% do PI. A licitação já foi concluída e as obras estão iniciando.

Em que pé que tá?....

Pé de que? Pé de atleta, pé ante pé, pé de meia, pé de vento, pé com pé. Larga do pé! *Oi bate o pé, bate o pé, bate o pé...* Pé de cabra, pé de coelho, pé de moleque, pé de pato, pé de boi, pé no barro, pé na jaca, pé de valsa. Afinal, em que pé que tá?

As 27 prioridades estão em execução, cada uma no seu tempo de maturação. Para que o povo possa acompanhar o andamento de cada uma delas, o OP está lançando uma novidade: o “Em que Pé que Tá?”, que pautará as reuniões do CORPO e estará disponível em breve no sítio da prefeitura e no jornal *Suzano Agora*.

Mas hoje é sábado de carnaval e Suzano está em festa. OP e carnaval são perspectivas de festa. Festa do povo. São conquistas populares. Suzano tem muito para comemorar.

Agora, é só cair no samba, com ou sem samba no pé. Afinal, quem não gosta de samba, bom sujeito não é. É ruim da cabeça ou doente do pé.

45º artigo: Suzano e a Conferência Mundial de Cidades

Termina hoje na cidade de Porto Alegre (RS) a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento das Cidades com o tema: Inovação democrática e transformação social para cidades inclusivas do século 21. Promovida pelas Prefeituras de Porto Alegre e de Roma (Itália), em parceria com organismos nacionais e internacionais, a Conferência proporcionou durante quatro dias a troca de experiências municipais de inovação democrática. Cerca de 400 palestrantes, perto de 5 mil participantes entre técnicos, prefeitos, secretários e estudiosos de administração pública de todas as partes do mundo.

O OP é uma inovação democrática brasileira. Na redemocratização, à medida que o pensamento democrático e progressista se manifestava livremente em contraposição ao pensamento reacionário e conservador, conquistava poder institucional. Assim, muitas cidades pequenas tiveram experiências interessantes, que foram reconhecidas internacionalmente por meio do OP de Porto Alegre. O importante é saber que isso se deu no momento em que políticos forjados nas classes populares começaram a ganhar as eleições em muitos municípios.

Uma conferência mundial permite compreender a dimensão mundial do OP hoje. Na mesa de abertura, o tema “Governança e Democracia nas cidades: Experiências de Participação Democrática” foi debatido por colombianos, canadenses, brasileiros e um representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (PNUD). A rede Brasileira de OPs, que conta com a participação de Suzano, foi apresentada pela cidade coordenadora da rede Belo Horizonte e a cidade anfitriã, Porto Alegre.

Mesmo recente, o OP de Suzano, que teve início em 2006 pelo prefeito Marcelo Candido, foi apresentado durante a mesa “boas práticas de OP na América Latina e

Europa” que contou com representantes do Brasil, Argentina, Peru, França, Espanha, Portugal, Venezuela, El Salvador, Moçambique, entre outros.

Soubemos das mudanças constitucionais que apontam para ampliar a participação na África, onde os municípios estão aproveitando para introduzir o OP e o planejamento participativo. Para os africanos, é necessário capacitar também os governos locais para as práticas democráticas. “É preciso desmistificar o orçamento público para as comunidades”, concluíram os debatedores.

No Peru, processos participativos são política de Estado atingindo hoje cerca de 1.600 processos diferentes. O representante da Universidade de Coimbra (Portugal) acrescentou que o OP hoje está presente em 25 cidades da Espanha, 21 cidades de Portugal e também na Alemanha. Estima-se que mais de 2 mil municípios fazem OP sem registro documental. A Itália ensaia experiências regionais. Nesse contexto, o pesquisador português lançou a seguinte pergunta: “quando vamos de fato acreditar no povo?”.

Muita coisa boa rolou. Uma professora de planejamento trouxe uma preocupação que também compartilho: “o OP é fundamental, mas trata, via de regra, ações de curto prazo. Essas ações devem estar conectadas com o debate de médio e longo prazo, com o planejamento urbano. É necessário pensar coletivamente a cidade como um todo. É necessário pensar o espaço geográfico”.

46º artigo: O FUNDEB⁶⁹

No dia 27 de fevereiro, a Câmara de Suzano aprovou com 13 votos (nosso legislativo é composto por 14 vereadores, mas o presidente não vota a não ser em caso de desempate) o projeto de lei complementar número 035/2007-2008 que trata das alterações no Conselho Municipal de Educação. Agora, a lei segue para a sanção do Prefeito e, entra em vigor na data de sua publicação.

Mas, o que significa isso? Bem, com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o FUNDEB, todos os municípios brasileiros foram obrigados a adequar

⁶⁹Coautoria: equipe do setor de gestão democrática da secretaria municipal de educação.

suas legislações. O FUNDEB se caracteriza como um fundo de natureza contábil, formado por recursos dos próprios estados e municípios, além de uma parcela de recursos federais, cuja finalidade é promover o financiamento da educação básica pública brasileira.

A Emenda Constitucional 53, de 19/12/2006, que deu nova redação ao § 5º do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, criou o Fundo. Inicialmente o FUNDEB foi regulamentado pela Medida Provisória 339, de 28/12/2006, que foi convertida na Lei 11.494, de 20/06/2007. Muitos municípios tomaram como base os modelos de projeto de lei disponibilizados pelo Ministério de Educação logo no início de 2007. Outros esperaram a publicação da lei federal no final de junho de 2007 e trabalharam a partir das definições. Uma parte pequena desse segundo grupo aproveitou o momento e ousou criar coisa nova.

Em Suzano significa mais participação popular, eixo do governo Marcelo Candido. Com ousadia, a Secretaria Municipal de Educação aproveitou o momento e criou. A proposta de unificar os Conselhos Institucionais da Educação nasceu visando fortalecer os mecanismos de participação e controle social e o compromisso com a transparência e a democracia. Assim, nossa Lei reflete tanto no método de elaboração como em seu conteúdo, um novo jeito de governar.

No método porque, mesmo a iniciativa legal sendo da competência privativa do Executivo, o PL foi construído a partir de discussões dos conselheiros municipais de educação, da experimentação de reuniões e deliberações conjuntas entre os Conselhos institucionais da Educação. Destaque para o processo de formação dos conselheiros qualifica o debate, educa, amplia a visão de mundo e auxilia na compreensão da participação política.

No conteúdo porque garante novas atribuições ao Conselho, ampliando a visão da política educacional; porque aumenta a representatividade; porque avança na direção da autonomia, no acesso a informação e na continuidade dos trabalhos.

Para efetivar a participação popular na educação, apenas a legislação não é suficiente, mas é ela que assegura os direitos conquistados. Mais um passo dado, mais uma experiência nova. Isso é frequente em Suzano desde janeiro de 2005. Suzano está definitivamente construindo a democracia.

47º artigo: OP 2006: “Em que pé que tá?”

O OP 2006 aprovou 14 prioridades eleitas por 1.486 pessoas e 48 conselheiros e conselheiras eleitos democraticamente. Portanto, acompanhar as obras eleitas nas 12 regiões do OP é necessário. Num roteiro de reuniões “Em que pé que tá?” que já percorreu oito das 12 regiões e reuniu aproximadamente 300 pessoas, a população vem se informando passo a passo sobre o estágio da execução de cada uma das prioridades que elegeram.

Na região Crisântemo, já foram iniciadas as obras de asfaltamento nos cerca de 14 quilômetros de ruas previstas. Solidárias, as regiões Begônia e Cravo decidiram pelo Centro Cultural que está com as obras a todo vapor. Mostramos as fotos da obra aos conselheiros e conselheiras, suplentes e representantes na reunião “Em que Pé que tá?”. O povo gostou muito do que viu.

Decisão da região Hortênsia, 2,3 quilômetros de ruas serão asfaltadas no Jardim Leblon e dos 2.150 metros de galerias de águas pluviais, mais de 10% já foram instaladas. Na região Bromélia, a Unidade Básica de Saúde do Jardim Boa Vista passou por reforma e desde dezembro passado atende até as 21 horas de segunda a sexta-feira, com serviços de clínica geral, pediatria e odontologia. Atende também aos sábados até às 19 horas.

Você já foi à Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) do Miguel Badra? Não? Então vá! Aproveite para conhecer a escola nova e a creche que transformaram aquele espaço num complexo de equipamentos e serviços públicos. Tudo asfaltado, limpo e bonito. A UBSF chama-se Dr. Eduardo Nakamura, justa homenagem. No dia da inauguração, conversei com o filho e as filhas do homenageado. Percebi, no rosto e nas falas, o orgulho e a saudade do pai. Pudera: foram apresentados à maior, mais moderna e mais bonita unidade básica de saúde de Suzano, quiçá da região do Alto Tietê. E o prefeito Marcelo Candido disse que agora o padrão é esse. Afinal, o povo merece.

O terreno está definido para a construção da creche na região Sálvia. A licitação já foi aberta para a construção da UBSF Parque Buenos Aires/Vila Fátima, região Orquídea. E a creche na Fazenda Aya está quase pronta, na região Margarida. Apresentamos as fotos durante a reunião “Em que pé que tá?” e o pessoal também gostou muito. E tem mais: a tão sonhada sede própria para o Núcleo de Educação

Especial (NEESP) está definida e passará pelas adaptações para receber usuários/as tão especiais com a dignidade merecida.

Decisão da região Jasmim, a UBS do Jardim Casa Branca passou por reforma e adequação dos espaços internos. Agora, o atendimento vai até as 21 horas de segunda a sexta-feira com serviço de clínica geral, pediatria e o terceiro turno de odontologia. Respeito aos usuários/as e trabalhadores do serviço de saúde será a conquista da região Girassol com a UBSF do Jardim Monte Cristo, cujo projeto foi apresentado em detalhes e aprovado pelos moradores presentes à reunião “Em que Pé que tá?”. O mesmo aconteceu com os moradores da região Rosa ao saberem da inclusão de equipes – do Programa Saúde da Família - na UBS do Jardim Alterópolis.

São projetos e obras modernos, arrojados na estética e na concepção, de qualidade e de gosto requintado em todos os cantos da cidade. Para além do OP, o que dizer do Terminal de Transportes Urbanos Vereador Diniz José dos Santos Faria e do novo Teatro Municipal Dr. Armando de Ré? E o Restaurante Popular, mais um presente para o povo de Suzano. É assim numa cidade em que o governo tem compromisso com o povo. Mais do que justo, afinal, como disse o ministro Patrus Ananias: “todo o poder emana do povo... a maior autoridade...”.

48º artigo: Orçamento Participativo 2008: você está convidada(o)

Realizamos, na última terça-feira (25/3), a 12ª reunião de “Em que pé que tá?”, momento de conversar com o povo de Suzano e prestar contas das 27 obras e/ou ações decididas no Orçamento Participativo em 2006 e 2007. Explicamos sobre a realização das obras passo a passo, começando a partir da decisão política durante a plenária do OP até a inauguração da obra ou serviço, passando pela elaboração da Lei Orçamentária Anual, que autoriza a prefeitura a realizar as despesas, sua tramitação na Câmara de Vereadores, o início dos procedimentos administrativos, a fase de projetos, a licitação, a contratação e a obra propriamente dita.

No andamento da conversa, a população compreende os limites de uma administração. Aprende que existe uma legislação que deve ser obedecida; percebe que planejar é fundamental para que os investimentos públicos resolvam de fato os

problemas; conscientiza-se que a licitação é muito importante e deve ser levada a sério; percebe que uma obra pública começa na plenária do OP, muito antes das máquinas e dos trabalhadores colocarem a mão na massa. Enfim, mente quem diz que realiza uma obra pública em quatro meses.

O OP de Suzano é muito jovenzinho. Compromisso político expresso no primeiro capítulo do programa de governo, sua implementação se deu com o governo Marcelo Candido em janeiro de 2005. Desde a primeira plenária, em maio de 2006, são 23 meses. Cabe lembrar que em Porto Alegre/RS, a experiência mais longa de OP, o tempo médio necessário para realizar uma obra do OP é de 26 meses.

Estamos em 2008, o terceiro ano do OP. O lançamento será dia 8 de abril, terça-feira, às 14 horas, na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Boa Vista. Na oportunidade, divulgaremos o calendário de plenárias e distribuiremos o material de divulgação. Você pode estar se perguntando: lançamento do OP numa UBS? É isso mesmo. E o local foi cuidadosamente escolhido por se tratar de uma das primeiras realizações decididas pela população no OP. O prefeito fará o lançamento oficial e a Secretaria Municipal de Governo apresentará o ciclo 2008, abordando as inovações na rodada desse ano, que expressam o crescimento do OP na cidade. Afinal, o OP de Suzano vive um momento de realizações, pois as decisões populares começam a ser vistas pela população.

Participe do ato de lançamento do OP 2008. Você é nosso/a convidado/a.

Escrevo do Educandário João Luis Alves, onde acontece uma conferência livre de juventude na cidade do Rio de Janeiro, precisamente na Ilha do Governador. Segundo consta, a única conferência realizada com jovens privados de liberdade. O OP de Suzano coordena uma oficina de participação política e nos aproxima de uma realidade muito peculiar, onde conhecemos muitos garotos, aprendemos e trocamos saberes. Rica a oportunidade de olhar o mundo deste lugar. Assim que possível, retomamos essa conversa. E olha que temos coisa para contar...

49º artigo: Vamos às plenárias do OP

Este é o último artigo que escrevo antes do início da primeira plenária do Orçamento Participativo (OP) de 2008. E faço aqui, em nome da Prefeitura Municipal de

Suzano, o convite para todas e todos participarem das Plenárias do OP. E explico porquê.

A democracia no Brasil é algo recente. A Constituição brasileira, que garante a possibilidade de participação política aos brasileiros e brasileiras, atingiu agora seus 20 anos. Logo, participar e determinar os rumos da sociedade não é algo com o qual estávamos acostumados. Não era! Pelo menos em Suzano. A partir de 2005, essa história começou a tomar outro rumo. A cidade está se construindo, por meio dos conselhos de escola, conselhos gestores de unidades de saúde, das diversas conferências, do OP e tantos outros espaços para discussão e decisão.

De um tempo para cá, a população está percebendo que somente a Democracia Representativa, exercida pelo voto, não garante mudanças efetivas. Começamos, no Brasil e no mundo, a dar lugar a Democracia Participativa onde a população é chamada a opinar e resolver diretamente ações de governo e, no caso do OP, sobre o orçamento da cidade.

Em alguns lugares do país, como Santo André, Porto Alegre e Belo Horizonte, o OP começou há quase 20 anos, em Suzano começou em 2005. É, portanto, um espaço recente, onde as pessoas estão aprendendo a ocupar. O OP é um espaço legítimo de decisão da população, onde só tem direito a voto quem não trabalha no governo, para garantir autonomia da população. É uma conquista do povo de Suzano que deve ser valorizada e defendida.

Como toda conquista é construída no movimento das pessoas, nos processos, e não da noite para o dia. E mesmo quando conquistadas permanecem em disputa; sempre haverá aqueles que querem atender os seus próprios interesses e, por isso, lutam contra a participação popular. É, então, um movimento de avanços, retrocessos, disputas, conquistas, que vão definindo a cara da nossa cidade.

No primeiro ciclo do OP, as plenárias juntaram 1.486 pessoas e a Prefeitura destinou às deliberações da população mais de 7 milhões de reais. No segundo ciclo, foram 2.302 pessoas e o total de investimentos foi quase o dobro. Isso mostra a resposta do governo ao aumento da participação no OP.

Fica o convite para as 13 plenárias do OP em 2008. A primeira será na terça-feira, 22 de abril, na EMEF Prof. Terezinha P. L. Muzzel, a partir das 18h45, para os moradores do Jardim Graziela, Jardim Santa Inês, Jardim São Bernardino, Jardim São José e Veraneio Juruá.

Na quinta-feira, 24 de abril, a plenária acontece na EMEF Augustinha R. Maida Molteni, no mesmo horário, para a população moradora dos bairros Jardim Bela Vista, Jardim Belém, Jardim Lazzareschi, Jardim Leymar, Jardim Maitê, Jardim Maneira, Jardim Miriam, Jardim Natal, Jardim Nazaré, Jardim Portugália, Vila Monte Sion e Vila Santana.

Fique atento à programação completa no sitio da Prefeitura de Suzano (www.suzano.sp.gov.br/), jornal Suzano Agora, nas unidades de saúde, escolas ou entre em contato pelo telefone: 4745-2113 (Equipe do OP/Secretaria de Governo). Caso tenha interesse de se inteirar melhor antes de ir para a plenária em sua região é só entrar em contato conosco.

50º artigo: Alguma coisa está fora da ordem!

Embora mais curta - por ocasião do feriado de 21 de abril -, encerramos esta semana com a realização de duas plenárias do orçamento participativo em Suzano. Bastante produtiva e participativa. Na terça-feira (22/4), moradores e moradoras do Jardim Graziela, Jardim Santa Inês, Jardim São Bernardino, Jardim São José e Veraneiro Juruá, reunidos na EMEF Prof^a. Terezinha P.L. Müzzel, escolheram em votação direta e aberta, um pronto atendimento na região e o asfalto no Veraneio-Juruá. Difícil decisão numa região que está com obras a todo vapor: implantação de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas, asfalto, escolas em construção e, logo mais, uma creche nova.

Na quinta-feira, moradoras e moradores do Jardim Bela Vista, Jardim Belém, Jardim Lazzareschi, Jardim Leymar, Jardim Maitê, Jardim Maneira, Jardim Miriam, Jardim Nazaré, Jardim Portugália, Vila Monte Sion e Vila Santana escolheram também em votação direta e aberta, asfalto na estrada do areião e centro esportivo no Maitê.

Nesta terceira rodada do OP em Suzano, a discussão ampliou. Pensando as prioridades para o município, ambas decidiram que um Hospital Público é imprescindível na cidade. Outra novidade é o trabalho com as crianças presentes nas plenárias que, à sua maneira, apontaram para os adultos que um cinema perto de casa, um circo, área de lazer com muita árvore são necessários. Essa é a Ciranda do OP.

Dez plenárias acontecerão nas próximas semanas. No dia 7 de junho será a Plenária da Juventude. Então, crianças, jovens, idosos e idosas, homens e mulheres de origens diferentes, etnias distintas e profissões diversas, incluindo os servidores públicos, empregados e desempregados enfim, o povo de Suzano discutindo, aprendendo e ensinando, cada um à sua maneira, uma cidade melhor. Até 2004 existia uma para decidir o que fazer com o orçamento municipal, o dinheiro do povo. O prefeito e um privilegiado grupo de amigos faziam isso. Agora a ordem é o povo decidir como investir o dinheiro público.

A 'ordem' antes instituída foi superada pela chegada das forças vivas da sociedade, que, com seu poder instituinte, desacomodaram as coisas e promoveram nova ordem. A 'ordem' já foi feudalismo, foi escravocrata, já foi totalitária e militar. Páginas tristes da história quando a 'ordem' era tortura, violenta, assassina. O povo virou a página.

Durante a sessão da Câmara Municipal de Suzano de 16 de abril, muitas pessoas acompanhavam o trabalho dos vereadores. Polêmica a pauta. Seria ótimo se o povo acompanhasse de perto seus representantes em todo o lugar. Cerca de 200 pessoas cantavam o hino Nacional e o hino a Suzano. Diante da manifestação, o presidente da Câmara, intransigente, fez cumprir o regimento interno. Inconsequente, ordenou à Polícia Militar para manter a 'ordem'. Por cantar o hino, mulheres grávidas, jovens, mulheres, idosos foram reprimidos pela tropa de choque. Obediente, o comandante da operação deu a 'ordem' e a PM lançou o gás de pimenta, provocando corre-corre. Acompanhei tudo muito de perto razão da minha indignação. Por 'ordem' do comandante, fiquei privado de liberdade por aproximadamente 40 minutos.

Desde 2005 o povo de Suzano participa democraticamente das decisões do governo. Participando, o povo percebe que pode se manifestar livremente num país que, felizmente, virou a página triste do autoritarismo. Ainda restam resquícios, é verdade.

A imprensa noticiou. Baderna, bagunça, tumulto foram adjetivos recorrentes. No geral, a cobertura desqualificou e satanizou a manifestação que, na minha opinião, foi legítima e democrática. Penso que uma nova ordem, instituída de baixo para cima, se processa em Suzano.

51º artigo: Saciando a fome de pão e de beleza

“Educar é mais do que preparar profissionais para o mercado de trabalho. É tornar as pessoas mais felizes e o mundo mais justo. É um ato de amor. E o amor exige o sair de si mesmo, ir ao encontro do outro, aprender a tolerância, apreciar a diversidade de ideias, a pluralidade de crenças e a singularidade de cada etnia, povo ou região. Nem toda pessoa escolarizada é educada, e há quem seja educado sem nunca ter tido acesso à escolaridade”. A definição é de Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, em seu livro *Calendário do Poder*. Autor de 54 livros, dentre os quais *Fome de pão e de beleza* e *Essa escola chamada vida* - este em parceria com Paulo Freire e Ricardo Kotscho -, Frei Betto é formado em jornalismo, antropologia, filosofia e teologia e tem concentrado seu trabalho de educação popular junto aos movimentos populares.

Interessado pela articulação em rede das ações de participação popular em Suzano, busquei em *Calendário do Poder* a experiência de Betto na mobilização social para o programa Fome Zero, junto ao gabinete da Presidência da República.

Em Suzano, Participação Popular é eixo do governo Marcelo Candido. Conselhos institucionais renovados e ampliados no método e na legislação. Conselhos de escola criados em todas as unidades escolares, conselhos gestores nas unidades de saúde e o Orçamento Participativo. A Conferência Municipal de Juventude, por exemplo, deliberou pelo OP Jovem, que acontecerá no dia 7 de junho, às 14h, na Emef Antonio Marques Figueira. Estão todos convidados. Mas, como disse o poeta mineiro/carioca, Milton Nascimento, *se muito vale o já feito, mais vale o que virá*.

Na sexta-feira (9/5), conselheiros do OP de Suzano, Osasco, Embu das Artes e Guarulhos se reuniram para trocar experiências. Por unanimidade, os participantes aprovaram o encontro e querem continuar o intercâmbio. Portanto, no próximo dia 30 de maio, discutiremos em Embu das Artes a divulgação e a mobilização visando ao crescimento do OP.

Essas cidades constroem a democracia porque votar nas eleições é fundamental, mas é muito pouco. Se por um lado o executivo inova com ousadia, o chefe do legislativo aciona a PM para, a pretexto de “manter a ordem” (que ordem?), expulsar o povo da câmara. O que justifica a maioria dos vereadores não votarem o projeto de lei que autoriza o Executivo a doar terreno para a construção de uma faculdade

pública pelo governo federal em Suzano? O interesse público é uma faculdade de graça para o povo daqui!

No horizonte: relações cada vez mais democráticas. Cada uma das cidades aponta para articulações em redes locais de participação popular, aglutinadas a partir de temas como: público *versus* privado, Estado laico, direitos humanos, participação e educação popular. Enfim, estruturar ações a partir de um programa de participação popular.

Em Suzano, o Restaurante Popular e o Bolsa-Família são ações que têm por objetivo saciar a fome de pão. Já a fome de beleza - “essa busca constante do ser humano por maior harmonia interior, paz de espírito, consciência crítica e discernimento maduro. Essa capacidade de ver o próximo como semelhante dotado de plena dignidade humana, independentemente de sua condição social, étnica, sexual e religiosa” - exige, entre outras coisas, democracia e participação.

Para Betto, “a conquista da cidadania e o aperfeiçoamento da democracia passam, necessariamente, por projetos educativos que insiram a escola cada vez mais em seu contexto social, econômico, político e cultural”. Os alunos da Educação de Jovens e Adultos estão dando aula nas plenárias do OP em Suzano.

52º artigo: A cidade enquanto sucessão de tempos desiguais

Se o assunto é modelo de gestão pública, Suzano é um Oásis num deserto de mesmices. Nas últimas semanas, o povo e a prefeitura de Suzano registraram mais algumas páginas dessa história escrita a várias mãos. Mãos calejadas pelo trabalho, rostos marcados pelo tempo, corpos desassossegados num mundo injusto que navega ao sabor dos ventos do mercado, que nos captura e escraviza, numa sociedade dividida em classes onde poucos têm tanto e a imensa maioria possui quase nada. Às centenas vão às plenárias do orçamento participativo: se encontram nas escolas, debatem sobre a vida, sobre as coisas que são públicas, sobre os problemas dos bairros e da cidade. Constroem coletivamente soluções e navegam pelos meandros do rio caudaloso chamado democracia, misterioso e jovem.

Importante destacar que implementar o OP exige coragem, criatividade e ousadia, características da atual gestão em Suzano. Para fazer um bolo, por exemplo, basta

seguir a receita. Administrar uma cidade com participação popular, ou seja, transformar o modelo de gestão significa reinventar a democracia, significa assumir um papel educativo ao governar, significa compreender a informação como direito, significa partilhar as responsabilidades, a decisão e o poder. Significa, enfim, desprendimento, tolerância, paciência e confiança. Para Milton Santos, a cidade é uma sucessão de tempos desiguais. Parece complicado? Não é não, afinal estamos falando do povo de Suzano que ficou abandonado durante trinta anos pela sucessão de governos surdos e autoritários.

Enquanto adultas e adultos discutem as coisas da cidade, o espaço dedicado às crianças garante o direito à brincadeira e diversão. Provocados pelas educadoras e educadores da Prefeitura de Suzano, as crianças movimentam corpinhos e corações no sonho com uma vida melhor. Como seria a cidade a partir do olhar da criança? Parquinho, circo, cinema, brincadeiras, piscina são caminhos apontados. Respeitar a infância é papel da ciranda do OP.

Nas plenárias a população propõe e vota prioridades para o conjunto de bairros. No OP 2008, o mesmo acontece pensando a cidade com um todo. O povo reconhece os avanços na área da saúde como a farmácia popular, a ampliação da rede de atenção básica, a construção do centro de especialidades, o programa de saúde da família, o CAPS, o CEU entre outros. Mas é preciso ter um “hospital público municipal”, decisão nas 8 plenárias já realizadas.

O Centro Cultural do Jd. Colorado está quase pronto; a creche na fazenda Aya está bem adiantada; implantação de rede de galerias pluviais e asfaltamento de ruas a todo vapor; UBSF do Jd. Planalto começou a ser construída. Enfim, o OP em Suzano se mostra rico no processo e apresenta resultados concretos. Portanto, continue participando do OP. Os próximos encontros são na Cidade Edson (27) e na Casa Branca (29).

A plenária do OP jovem acontecerá dia 06/07 na Emef Antônio Marques Figueira. Na próxima 2ª feira (26/6), nos reuniremos no Centro de Educação e Cultura Francisco Carlos Moriconi às 14 horas para construir coletivamente mais esse capítulo. Aproveite mais essa oportunidade e dedique-se à “literatura”: escreva conosco mais essa história.

53º artigo: Orçamento Participativo Jovem

Caros leitores, caras leitoras dessa quinzenal coluna, iniciei a redação deste artigo ainda no 'clima' da plenária da Região Rosa, que reúne vários bairros ao redor da Escola Municipal Sérgio Simão, no Jardim Europa. Numa das plenárias mais animadas, recebemos aproximadamente 300 moradores e moradoras credenciadas, 80 crianças, uns 50 convidados/as além da equipe que trabalha, e trabalha muito, para que a plenária aconteça. Tecnicamente, o ciclo do OP pode ser classificado, em fase interna e externa e a partir do objeto do debate, em regional e temático.

Em Suzano, formulamos coletivamente o OP, a partir de leituras e pesquisas sobre outras experiências, num grupo multidisciplinar de trabalho. Poderíamos escolher um caminho mais curto, transferindo essa tarefa a uma equipe de 'especialistas' ou obedecer a uma cartilha. Não foi essa nossa opção. Sempre pensei que nosso OP seria tanto mais amplo, diverso e democrático, quanto mais essas características estivessem presentes durante sua formulação no interior do governo. Participação efetiva na relação entre o governo e sociedade, pressupõe participação interna ao governo. Nenhum governo é obrigado a democratizar o poder de decidir as prioridades para o investimento municipal. Nenhum governo é obrigado a compartilhar o poder, a empoderar o povo. Estamos falando de opção política.

Em março de 2006 iniciamos as plenárias. Quanta novidade, quanta surpresa, quanto improvisado, quanto empenho, quanta luta. Nessas três rodadas do OP em Suzano (2006, 2007 e 2008), atingiremos quase 6 mil pessoas, 7 mil se incluirmos as plenárias do Plano Plurianual (PPA), realizadas em 2005. Foram 39 plenárias no total. Estamos falando de uma relação cooperativa, daquelas em que ninguém perde, ao contrário, ganham todos os envolvidos. Disse o Ulisses, morador do Jardim Gardênia Azul: "certamente o meu bairro não vai ganhar a votação porque estamos em pouca gente de lá. Mas eu vou ficar até o fim porque o que for escolhido aqui vai melhorar a vida de alguém que precisa". Sem perceber, o Ulisses me mostrou que a luta valeu.

Lembrei-me de uma reunião em 2005 quando um colega de trabalho mostrou-se preocupado: "de que forma iniciaremos esse debate (da participação popular) para que não seja um debate de notáveis". E advertiu: "não podemos fazer um grito para os excluídos, mas temos que deixar que os excluídos gritem". Preocupação pertinente.

Estamos completando mais um capítulo. Esses momentos nos fazem olhar para trás e reviver essa história marcada em nossas lembranças. Aos milhares, o povo suzanense, historicamente excluído do debate e das decisões sobre as coisas que são públicas, gritou. Quem lutou pelo OP não gritou pelos excluídos. Melhor, garantiu direitos, fez das plenárias do OP espaços de troca de conhecimento, homenageou Paulo Freire no exercício de seus ensinamentos.

Entendo que o OP temático deve ser resultado da 'provocação' que a sociedade faz ao governo. Nossa primeira plenária temática acontece hoje como resultado de uma movimentação social, a I Conferência Municipal de Políticas Públicas para a Juventude. Surpresa? Para mim não.

Então, viva conosco esse momento histórico. Às 14 horas de hoje (7/6) acontece o OP Jovem. Nesta tarde, a Escola Municipal Antônio Marques Figueira ficará ainda mais bela, repleta de jovens construindo coletivamente uma cidade ainda melhor.

54º artigo: Agora: a Assembleia Geral do OP

Em Suzano, concluímos mais uma rodada do Orçamento Participativo. Foram 12 plenárias regionais deliberativas e uma plenária temática. O tema escolhido para inaugurar essa nova etapa do OP em Suzano foi 'juventude'. Apropriada escolha.

Escola Municipal de Educação Infantil Antonio Marques Figueira, ensolarado sábado 7 de junho. Os jovens e as jovens de Suzano chegavam, às dezenas, dos quatro cantos da cidade. Nas mochilas carregavam alegria, energia e a vitalidade típicas da juventude. Carregavam também muita expectativa. Não é para menos: definir os rumos da cidade é coisa muito séria. A plenária foi franca e aberta. Cerca de trezentos jovens credenciados e com plenos poderes na plenária. Direito a voz e voto, ou seja, discutir as questões da juventude e da cidade, propor melhorias, votar as propostas formuladas nos grupos de trabalho, concorrer ao Conselho do OP e votar nos candidatos. Muito legal... Afirmo, sem medo de errar, que o OP Jovem tem potencial transformador.

Encerradas as plenárias regionais deliberativas e a plenária de juventude, 13 conselheiros/as titulares e 13 conselheiros/as suplentes já são conhecidos. O CORPO, Conselho do OP, é composto por 33 conselheiros/as titulares e igual

número de suplentes assim distribuídos: 26 representando a sociedade civil e 8 representando o governo municipal. A segunda metade do Conselho será eleita na Assembleia Geral do OP. Conheceremos na manhã de hoje quem são esses e essas suzanenses que assumirão o compromisso de, coletivamente, decidir em última instância as melhorias que a Prefeitura Municipal implementará a partir da vigência da Lei do Orçamento Anual 2009.

A Assembleia Geral do OP me enche de expectativas. Quem serão essas 13 pessoas? Quantos homens e quantas mulheres? Quantos idosos, quantos adultos? Esse ano a expectativa é ainda maior, pois é possível que o CORPO 2008 tenha média etária bem reduzida em relação aos anos anteriores. E essa renovação é fundamental.

Ao concluir o curso de graduação, um amigo e eu tínhamos um plano: criar um sítio na rede mundial de computadores para discutir temas relacionados à democracia. O nome já estava definido: *ágora*. Do grego, significa 'praça das antigas cidades gregas onde se reuniam as assembleias do povo'. O tempo passou, chegaram as marcas de expressão no rosto e os fios brancos de cabelos. O sítio continua em projeto, mas o OP em Suzano é realidade. Além de discutir, ampliamos a democracia nesses três anos.

Essa energia transformadora é muito presente em nosso OP e foi fortalecida com a plenária de juventude. Entendo que a rodada deste ano desencadeou um rico processo de renovação. E por falar nisso, conselheiros e conselheiras do OP de Suzano reuniram-se em Osasco com outros OPs. Discutiram com o OP de Guarulhos e Embu das Artes a institucionalização do OP. Avançamos nessa discussão e trataremos disso num próximo artigo. A Maria Rita canta um samba que diz assim: "muitas vezes tentei juntar seu corpo, meu corpo, num corpo só. Vem?"

55º artigo: *"Tá vendo aquele edifício moço? Ajudei a levantar"*

Acesso à cultura é direito, assim como educação. Direitos são conquistados pelo povo e são (pelo menos devem ser) garantidos pelo Estado. É isso que aconteceu com a inauguração da Creche na Fazenda Aya, do Centro de Convivência (antigo

Neesp) e do Centro Cultural no Jardim Colorado. Três decisões da população no Orçamento Participativo.

Inaugurar um novo serviço, um equipamento público de grande porte significa falar de uma construção que passou por várias mãos até ser inaugurada. O Centro Cultural do Colorado, por exemplo, foi decisão de 150 moradores e moradoras, pedreiros, pintoras, motoristas, professores, estudantes, jovens, idosas, jardineiros, operárias, gente de várias origens, histórias, roupas e jeitos, que em 27 de maio de 2006 estiveram na Escola Prof^a Célia Pereira de Lima, na Plenária do OP da Região 5 - Cravo. Afinal, decidir como e onde investir o dinheiro público é tarefa para muitos. Na plenária, discutiram e aprovaram a construção do Centro Cultural no Jardim Colorado - o primeiro passo para a materialização. A prioridade eleita foi então encaminhada para o CORPO (Conselho do OP), que analisou e a considerou viável dos pontos de vista legal, técnico e, com o apoio dos conselheiros e conselheiras da Região 2 - Begônia, que entenderam que os moradores de sua região também se beneficiariam, foi aprovada. Somado às outras propostas aprovadas na plenária e no conselho, o Centro Cultural passou a compor o Plano de Investimentos do OP, foi incluído pelo prefeito Marcelo Candido no Projeto de Lei do Orçamento Anual e teve de ser discutida e aprovada pelos vereadores e vereadoras da Câmara Municipal. A partir daí, a Prefeitura começou a trabalhar nos projetos, abriu a licitação e contratou a empresa responsável por realizar a obra com qualidade e pelo menor preço.

O OP é um instrumento muito interessante. Operários, pintores, eletricitas, pessoal da hidráulica, da jardinagem e que pilota as máquinas durante a construção do Centro Cultural decidiram o que seria feito pela prefeitura, trabalharam e agora podem utiliza-lo. Moradores e moradoras, pedreiros, pintores, motoristas, professores, estudantes, jovens, idosas, jardineiros, operárias, gente de todas as caras, histórias, roupas e jeitos poderão fazer curso de artes e culturas, música, ter acesso a computadores com internet, assistir a exposições, shows e diversas manifestações artísticas.

Dar voz à população faz uma gestão democrática e garante a efetividade de um investimento público, ou seja, que o gestor público realize aquilo que a população deseja. Para Cássia Aparecida da Silva, conselheira do OP, o Centro Cultural do Jardim Colorado significa “a vontade do povo”.

Assim estamos construindo coletivamente a cidade, construindo e conquistando direitos. E a cidade vai ganhando novos contornos: nossa cara, nosso cheiro, nossa voz para desabrochar em flor. A cidade não é algo distante de nós.

56º artigo: Democracia é substantivo

Ao falar em Orçamento Participativo, a primeira referência é Porto Alegre. Segundo a legislação brasileira, compete ao Poder Executivo propor a Lei do Orçamento Anual (LOA), isso quer dizer elaborar o orçamento e todas as decisões políticas presentes. Isso está posto. Mas, de onde vem o OP afinal?

Na década de 1980, a participação política pulsava no Brasil. Nesse processo dialético, o conhecimento se construía na experimentação dos movimentos sociais e populares no período da redemocratização. A capital gaúcha reunia condições que possibilitaram as inovações democráticas: gente em movimento, organização social, instituições permeáveis.... Muitas águas rolaram até que hoje pudéssemos falar em orçamento participativo, democracia participativa. Orçamento e democracia são substantivos, participativo é adjetivo. O adjetivo qualifica o substantivo. Opa! Aí tem coisa.

Orçamento público só existe porque é participativo. Nós participamos da composição das receitas à medida que pagamos as taxas, impostos e contribuições. Por incrível que pareça, tem gente que se contenta em participar apenas como contribuinte. A participação pode ir além, à medida que as informações do orçamento são abertas, a linguagem técnica é traduzida de forma a torná-la compreensível, o poder de decisão é compartilhado. O mesmo raciocínio serve para a democracia. Muitos se contentam em votar apenas, esquecendo do representante durante o exercício do mandato. Democracia pressupõe participação, do contrário é arremedo. A existência de conselho somente não garante a construção coletiva e democrática da política pública, tampouco o controle social. OP chegou apenas em 2005 ao Alto Tietê quando Suzano reuniu as condições para isso.

O homem (e a mulher) é um animal. Primitivo, nossos sons expressavam dor ou prazer. Ao desenvolver a fala, o ser humano usa a palavra e, ao expressar o justo e o injusto, torna-se político. Para o filósofo grego Aristóteles (384-322 a.c.), "fica

evidente, portanto, que a cidade participa das coisas da natureza, que o homem é um animal político que deve viver em sociedade(...).”

O Conselho do OP (CORPO) 2008 foi empossado pelo prefeito de Suzano na última segunda feira (14/7) e está em processo de formação. No seminário que estamos realizando hoje (19/7), 68 conselheiros e conselheiras discutirão o orçamento público municipal. Cerca de duas mil pessoas definiram as 28 prioridades que serão estudadas pelo CORPO. Esse é o projeto político do OP: muita gente lutando para melhorar a vida de muita gente. Poder não se entrega, se conquista.

E, nessa luta, sempre cabe mais gente. No próximo sábado 26, Suzano sediará um importante encontro. Vários municípios que realizam OP estarão no Teatro Municipal Dr. Armando de Ré para trocar experiências e promover integração dos conselhos. Juntos, construímos conhecimento, criamos e reinventamos a democracia. Participe.

57º artigo: Participação Popular em Suzano

A participação popular é a soberania do povo em ação, sua expressão concreta; é o efetivo exercício do poder político. Como costuma dizer o professor Juarez Braga, não há democracia sem participação popular.

Em 1948, os Estados-membros da Organização das Nações Unidas, ao proclamarem em assembleia geral a Declaração Universal dos Direitos Humanos, consignaram que “Todo o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (art. 21, item I).

No Brasil, a Constituição Federal assegura desde 1988 a participação popular na gestão das políticas públicas responsáveis pela implementação dos direitos sociais. Gestão democrática quadripartite da seguridade social, participação da população na formulação das políticas e no controle das ações de assistência social em todos os níveis e participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde - SUS. Aliás, todo o regramento constitucional desse sistema foi desenvolvido a partir das conclusões da 8ª Conferência Nacional de Saúde Pública, realizada em 1986. Dentre as conclusões quanto à reformulação do Sistema Nacional de Saúde, ficou definido que este deveria “reger-se pelos princípios da participação da população na

formulação da política, no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação das ações de saúde”.

Hoje, conselheiros e conselheiras de unidade de saúde recebem o certificado de conclusão do processo de formação. Até 2004 em Suzano, os poucos conselhos existentes foram criados em cumprimento à legislação federal. Em 2005, coincidiram duas forças: população disposta e em movimento e um governo aberto ao diálogo coletivo com foco no interesse público. Participação popular é eixo político na gestão Marcelo Candido. Os conselhos foram reformulados, canais de participação popular e diálogo foram criados: toda unidade escolar municipal conta com um conselho de escola; toda unidade de saúde conta com um Conselho Gestor. O ‘caçulinha’ é o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, tem ainda o Orçamento Participativo. Penso serem conquistas do povo de Suzano.

Meu amigo Juarez está coberto de razão: a ampliação da democracia passa, necessariamente, pela consolidação e pelo incremento da participação popular. Para o filósofo e historiador do pensamento político Norberto Bobbio, hoje o “indicador de desenvolvimento democrático não pode ser mais o número de pessoas que têm o direito de votar, mas o número de locais (...) nos quais se exerce o direito de voto”, “não mais o número de ‘quem’ vota, mas o do ‘onde’ vota”, tomando-se o voto como o ato típico e mais comum do participar, mas sem limitar a participação ao voto.

58º artigo: Uma janela para a democracia

Nasci 37 anos atrás numa cidade do interior menor que Suzano em população. Lá existe um canal de televisão com programação local. Desde 1996, candidatos e candidatas a prefeito/a e vereador/a apresentam suas propostas em horário gratuito de TV e participam de debates ao vivo. Esta é a quarta eleição municipal consecutiva nesse padrão, o que amplia a democracia na cidade.

A Associação Comercial e Empresarial de Suzano promoveu debate entre os candidatos a prefeito com cobertura da mídia local. Valorizo a iniciativa, defendo sua ampliação, mas me incomoda o atraso. Ao discutirmos nesta coluna a participação popular como possibilidade de reinvenção da democracia, percebemos que os limites da democracia são socialmente construídos. Então, por que o Orçamento

Participativo, os conselhos de escolas, de unidade de saúde e as conferências municipais não aconteceram antes?

Quem acompanhou o debate pôde conhecer melhor os projetos políticos e os interesses ali representados. Um deles representa o que há de arcaico na política, maquiado e travestido, tentando dizer para o eleitorado que fará tudo que não fez quando teve oportunidade, por falta de vontade política e por incompetência administrativa. O candidato, expressão pública do projeto, coloca os interesses do seu grupo acima dos interesses da população. Seu discurso é vazio. Fala de um suposto desenvolvimentismo desconectado da realidade da cidade e do mundo. Em pleno século XXI, usa descaradamente da falsidade por querer o poder a qualquer custo. Esconde sua trajetória política para se isentar das suas responsabilidades. Foi contra as *Diretas Já!* e agora fala em democracia. Expressão local do carlismo e do malufismo tratava o povo como meros pagadores de impostos, cidadãos e cidadãs de segunda categoria, incapazes de influenciar nos rumos de Suzano. Faz insinuações como se olhasse no espelho. Saiba, senhor: ninguém é a tua imagem refletida no espelho! Ainda bem. “Os espelhos permitem-nos ver objetos virtuais que existem no mundo virtual”.

O outro projeto político para Suzano é propositivo. Mostra realizações concretas no presente, planeja o futuro, compartilha possibilidades reais para o crescimento da cidade nas diversas áreas. E fala com paixão, com energia, com a segurança dos convictos. Rebate as agressões com a indignação de quem diferencia fatos de factoides. Perspicaz, observa os movimentos e identifica as aproximações ideológicas e as amarrações políticas entre os envolvidos na disputa. Quem investe na educação com uniforme e material escolar, constrói um moderno terminal de ônibus, melhora a iluminação pública da cidade inteira, asfalta bairros na periferia, oferece comida a R\$ 1, garante título de moradia, valoriza o espaço público, implementa o orçamento participativo e amplia a democracia na cidade, persegue o interesse público.

Reli *O espelho*, de Guimarães Rosa. Através da janela, o candidato à reeleição "pôde avistar todos seus vizinhos e amigos e a cidade inteira". Olha para o futuro e anda para a frente.

59º artigo: Caravana do OP, geografia e política.

O Conselho do Orçamento Participativo de Suzano, o CORPO, realizou a caravana das prioridades no sábado passado (23/8). Percorremos as 12 regiões em que a cidade foi organizada para a discussão do OP, totalizando 152 quilômetros. Nosso ônibus foi “conduzido” por conselheiros e conselheiras que, ao apresentarem os bairros, explicavam as características da região e discorriam sobre as prioridades eleitas em plenária. Em outras palavras, o povo indicando os caminhos.

Li recentemente ‘O que é ser geógrafo’, escrito por Cynara Menezes a partir das memórias e depoimentos de Aziz Nacib Ab’Saber. Premiado nacional e internacionalmente, Aziz dedicou parte de seus 80 anos de vida à compreensão das formações geomorfológicas do Brasil. Geógrafo se preocupa com as interações entre o homem (as sociedades) e a natureza. Para ele, “o geógrafo tem que estar sempre atento à história em processo (...). Na realidade, não existe planejamento regional sem estudos básicos de geografia humana e social”. A leitura confirma a necessidade da observação das paisagens e dos processos, cuja interpretação requer olhar crítico.

Esta foi a 3ª caravana do OP. Enquanto observávamos a paisagem urbana e a dinâmica social, em interação com o ambiente construído, percebíamos as mudanças em processo. Pela primeira vez na história desta cidade, é possível observar um centro cultural cravado no meio do Jardim Colorado, como resultado da discussão do povo no OP. Impressionante a felicidade de crianças e jovens durante as aulas de caricatura e dança e das mães observando a descoberta do mundo da arte; a ansiedade da comunidade acompanhando as obras da Unidade Básica de Saúde da Família em construção na Vila Fátima; a ampliação da Unidade de Saúde do Jardim Alterópolis, entre outras decisões do povo no OP.

Conselheiros e conselheiras compreenderam o que é responsabilidade com o investimento público, por afetar, inevitavelmente, a vida das pessoas. Na atual gestão é assim: investimento público é feito com responsabilidade, transparência, decisão coletiva e num processo pedagógico para que o povo se aproprie daquilo que é, de fato, seu. Isso é a expressão da democracia na cidade. É trabalho coletivo com o corpo em movimento de criação.

Não existe ser humano sem natureza, da mesma forma que inexistente ser humano sem política. São grandezas indissociáveis assim como a democracia e a

participação popular. Governos autoritários escondem os dados do orçamento. O mesmo raciocínio serve para as eleições. Portanto, fica o alerta e o convite: vamos aproveitar o processo eleitoral para banir do cenário político os mentirosos e irresponsáveis. E por falar em natureza, é dos Titãs a música 'nome aos bois'. Importante dar nome aos bois mesmo que isso provoque desconforto.

60º artigo: Em defesa da democracia

Desde o mês de abril, quando se iniciaram as reuniões preparatórias e as plenárias deliberativas do Orçamento Participativo (OP), a população de Suzano vem discutindo o orçamento público municipal e decidindo os investimentos da Prefeitura. No ciclo 2008 do OP, cerca de 4 mil suzanenses apresentaram seus desejos para a melhoria dos bairros e da vida na cidade.

A primeira plenária temática, da juventude, tornou o Conselho do OP (CORPO) mais animado e nos obrigou a pensar a cidade para um segmento específico da sociedade. Preocupados se a experiência temática poderia fragmentar a discussão, percebemos o contrário. O OP Jovem aprimorou ainda mais o processo que este ano associou também a discussão de prioridades para a cidade, permitindo que se enxergasse a cidade como um organismo vivo, ao mesmo tempo uno e diverso. Esse deslocamento do olhar facilitou, por exemplo, a decisão do Pronto-Atendimento 24 horas na região do Rio Abaixo, que contou com a solidariedade de conselheiros e conselheiras das regiões Crisântemo, Sálvia, Rosa e Lírio.

O aprimoramento do OP em Suzano levou o CORPO a definir um Plano de Investimentos (PI) com duas dimensões: a dimensão das prioridades regionais e macrorregionais e a dimensão do compromisso político a ser perseguido no longo prazo e que exige parcerias. Juntos, o povo de Suzano e o governo vão caminhar, passo a passo, perseguindo o Hospital Público em Suzano, sonho antigo que conta com o apoio do Ministério da Saúde e do Governo Lula, e o Passe Livre para os/as estudantes. Em resumo, o plano de investimentos do OP é um compromisso político construído por 4 mil suzanenses e um governo democrático, popular e participativo. Foram aproximadamente 60 horas de trabalho, incluindo as reuniões ordinárias e extraordinárias do CORPO, o seminário de formação e a caravana do OP, que

percorreu 152 quilômetros pela cidade de Suzano. Desta maneira, 33 conselheiros e conselheiras titulares (igual número de suplentes) eleitos/as democraticamente nas 13 plenárias deliberativas (26) ou indicados pelo governo (8), num esforço coletivo de transformar o sonho de cidade à realidade orçamentária, definiram 18 prioridades que serão executadas pela prefeitura a partir da vigência da Lei do Orçamento Anual 2009. Isso é democracia.

61º artigo: Meninas de Sinhá, meninas de Suzano

O poder público tem investido na criação e ampliação de canais de participação direta, reestruturando os conselhos municipais, criando conselhos gestores, estimulando a população a tomar para si a responsabilidade com aquilo que é público, que é do povo. A participação popular é eixo de governo em Suzano.

Foi-se o tempo em que a população acompanhava a política como mero espectador calado. Hoje a população é convidada a participar da formulação das políticas públicas, acompanha sua execução, avalia e constrói coletivamente a cidade e seus destinos. A cidade não tem dono, a cidade é de todas as pessoas. É governada na perspectiva da garantia de direitos de todos cidadãos e cidadãs.

Teatro Municipal Armando de Ré, noite de 25 de setembro. O encerramento de mais uma turma do curso de formação de conselheiros e conselheiras de escola contou com o show das “Meninas de Sinhá”. Laureadas com os prêmios Cultura Viva (2007), Aval do Rival Petrobrás de Música (2008) e Tim de Música (categoria Grupo Regional, em 2008), as “meninas” começaram há 12 anos no Alto da Vera Cruz, periferia de Belo Horizonte (MG). A história é mais ou menos assim: Dona Valdete Cordeiro percebeu que muitas mulheres saíam do centro de saúde local com sacolinhas de antidepressivos. “Elas não eram doentes, precisavam de ocupação”, disse. Convidando-as para bater papo, começaram com trabalhos manuais, passaram para expressão corporal e o grupo aumentou. Vieram as brincadeiras que levaram as “meninas” de volta à infância: chicotinho queimado, barra-manteiga, passa anel. O grupo se encontrou mesmo foi nas brincadeiras de roda. Com os convites para apresentações e shows, perceberam-se artistas. Desde então, participam das conferências municipais em BH, do Orçamento Participativo e da vida

na cidade. A sexagenária Maria Geralda disse que os filhos estimularam e ela foi: “Me sinto muito feliz. Cantar, dançar, toda vida eu gostei. Aprendi a viver e aproveitar todo o tempo que Deus me deu”.

Espetacular: um grupo de senhoras, corpos marcados pelo tempo na luta pela sobrevivência. Fontes inesgotáveis de histórias e de uma alegria contagiante. Mistura de experiência, sabedoria, carisma com uma inexplicável vontade de viver. Trinta mães, avós e bisavós, do alto de sua simplicidade, nos ensinaram lições importantes de vida. Por meio de sua arte, confirmaram Fernando Pessoa: “tudo vale à pena (...)”. A alma dessas “meninas” é infinita.

Cerca de 1.500 pessoas atuam nos conselhos de escola, de unidades de saúde ou nos conselhos institucionais. Cerca de 50 mil pessoas participaram do Orçamento Participativo, do Plano Diretor (engavetado pelo presidente da câmara municipal) e das conferências promovidos pela Prefeitura.

Hoje Suzano é uma cidade com vida. Esta é a grande mudança, que merece ser ampliada e renovada a cada dia. Afinal, esta é a principal chave para a consolidação da democracia: a participação popular.

62º artigo: Deixa o homem trabalhar!

Olha a chuva!/ A ponte quebrou!/ É mentira... As populares canções de festas juninas contam mentiras inofensivas. As pessoas se divertem, cantam e dançam quadrilha.

Há quem diga que as eleições são a festa da democracia. Mas as mentiras contadas durante a campanha eleitoral em Suzano afrontaram a democracia. Um candidato lançou sua campanha eleitoral declarando guerra. Seu grupo político plantou mentiras, usou do preconceito e estimulou o racismo na tentativa de desqualificar o adversário. Rebaixaram a política num verdadeiro vale-tudo para ganhar a eleição. Intolerantes, revelaram sua essência.

Tom Jobim morava em Poço Fundo, em Nova Iorque e no Rio de Janeiro. Citava Carlos Drummond de Andrade: “os senhores me desculpem, mas devido ao adiantado da hora me sinto anterior às fronteiras.” Para Tom, as fronteiras são

fictícias: “o sujeito mura, cerca e o urubu passa por cima”. Se as pessoas não mudassem de endereço, não estivessem em constante êxodo na busca de melhores condições de vida, resultado das profundas desigualdades sociais históricas, como seria Suzano?

A canção “Garota de Ipanema”, para Tom, perpassou o tempo por abordar um sentimento universal: o desejo de beleza. Tem gente que acha um exagero o Terminal de Transportes Urbanos (Terminal Norte) e a Praça Cidade das Flores. Essa ideia plantada pela oposição a Marcelo Candido demonstra uma concepção privatista do Estado. E para convencer as pessoas, associam o público ao ruim e o privado à eficiência. Discordo: o Estado deve prestar serviços de qualidade diretamente e saciar nossa fome, inclusive a fome de beleza. No governo Marcelo Candido, obras públicas são feitas com esmero porque o povo de Suzano merece.

Obcecado pela arquitetura, Tom Jobim começou a construir sua casa no Jardim Botânico ao mesmo tempo em que iniciou a criação do poema “Chapadão”. A construção durou quatro anos. A criação, oito. Suzano vive processos de construção e de criação. Com Candido, as obras constroem a cidade material, os processos de participação popular estimulam o interesse pela política, revelam direitos, combatem preconceitos, ampliam a visão de mundo e (re)inventam a democracia e as formas de estar na cidade. Saciam necessidades básicas com políticas de combate à fome, distribuição de renda e inclusão social, estimulam o sonho de um mundo melhor, o desejo de beleza, a utopia de uma sociedade mais justa e mais humana.

“Os cães ladram e a caravana passa...” A campanha de Marcelo Candido passou em caminhadas, em mutirões e em carreatas eternizando momentos em nossas memórias. Presenciei manifestações de carinho, de respeito, de gratidão e de intensa alegria. Além de vencer as eleições, o povo cantou e a ‘quadrilha’ dançou: *caminho da roça...*

A cidade de Suzano cresce, seu povo fica mais feliz. O segundo mandato de Candido será ainda melhor. Agora, deixa o homem trabalhar...

No dia 6 de dezembro de 1989, um rapaz de 25 anos invadiu uma sala de aula da Escola Politécnica, na cidade de Montreal, Canadá. Ele ordenou que os homens (aproximadamente 48) se retirassem da sala e permanecessem apenas as mulheres. Gritando: “você são todas feministas!?”, assassinou 14 mulheres e, em seguida, suicidou-se. Afirmou, numa carta, ter feito aquilo por não suportar a ideia de mulheres estudando engenharia, um curso majoritariamente masculino.

O crime mobilizou a opinião pública de todo o país, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social. Assim, homens canadenses se organizaram para dizer que existem pessoas do sexo masculino que cometem violência contra a mulher, mas também existem aqueles que repudiam essa atitude. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência.

Lançaram, assim, a primeira Campanha do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher. Distribuíram cerca de 100 mil laços entre os homens canadenses, principalmente entre os dias 25 de novembro e 6 de dezembro, período que concentra um conjunto de ações e manifestações públicas em favor dos direitos das mulheres e pelo fim da violência. Assim, 25 de novembro foi proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Dia Internacional de Erradicação da Violência contra a Mulher e 6 de dezembro foi escolhida para que a morte daquelas mulheres (e o machismo que a gerou) não fosse esquecida.

A Campanha do Laço Branco tem o objetivo de sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher. As atividades são desenvolvidas em consonância com as ações dos movimentos organizados de mulheres e de outras representações sociais que buscam promover a equidade de gênero, através de ações em saúde, educação, trabalho, ação social, justiça, segurança pública e direitos humanos.

Ao longo de duas décadas, a campanha foi implementada na Índia, Japão, Vietnã, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Espanha, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Namíbia, Quênia, África do Sul, Marrocos, Israel, Austrália e Estados Unidos. No Brasil, algumas iniciativas começaram em 1999 com o objetivo de ampliar cada vez mais nossa rede. Em 2001, foram promovidas como parte da campanha diferentes atividades: distribuição de laços brancos, camisetas e folhetos informativos, realização de eventos públicos, caminhadas, debates, oficinas

temáticas, entrevistas para jornais e revistas, coleta de assinaturas, termos de adesão à campanha etc. (www.lacobranco.org.br)

Em Suzano, nos 16 dias de ativismo, a mobilização em favor do enfrentamento à violência contra as mulheres reserva uma programação muito interessante. Fique atento ao calendário (www.suzano.sp.gov.br) e participe. Na próxima quarta-feira (19/11), às 14h, haverá uma formação no Centro de Educação e Cultura “Francisco Carlos Moriconi”. São os “homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres”.

64º artigo: De Suzano para o mundo

O Orçamento Participativo (OP) é uma política criada no Brasil no final dos anos 80 e início da década de 90 por governos democráticos e populares no esforço de incluir a população na discussão dos orçamentos públicos municipais. De lá para cá, as experiências nos mais diversos municípios têm aprimorado o processo do OP no Brasil e no mundo. É isso mesmo: do Brasil para o mundo. Tanto que serão realizados em Belo Horizonte (MG), nos dias 11, 12 e 13 de dezembro, o 1º Seminário Internacional do Orçamento Participativo e o 1º Encontro Internacional de Redes de OP. A delegação de Suzano apresentará o nosso OP. De Suzano para o mundo.

O Orçamento Participativo chegou a Suzano apenas em 2005. Em cumprimento ao programa de governo eleito nas urnas, a gestão Marcelo Candido criou a assessoria para implementação do OP que, a partir da Secretaria Municipal de Governo, num esforço de trabalhar transversalmente, convidou companheiros e companheiras de todas as secretarias municipais para conceber e pactuar coletivamente o nosso OP, com as peculiaridades próprias de nossa cidade.

Estava composta a ‘secretaria executiva do OP’. Assim, o governo municipal democratizou o Plano Plurianual (PPA). Foram três grandes plenárias para discutir, com a população, a elaboração do projeto de lei que planeja as ações da prefeitura nos quatro anos seguintes.

Em 2006, iniciamos o OP propriamente dito. Em 12 plenárias regionais, a população apontou as demandas e elegeu conselheiros e conselheiras. Composto por 32 titulares, sendo 24 eleitos(as) pela população e 8 representantes do governo

municipal, e igual número de suplentes, o Conselho do OP (Corpo) definiu as prioridades para o investimento da Prefeitura de Suzano, com sua inclusão na Lei Orçamentária Anual, a LOA.

O trabalho do governo municipal, somado ao trabalho dos conselheiros e das conselheiras, levou ao crescimento significativo de participação da população nas plenárias. Em 2008, o processo foi aprimorado com a Ciranda do OP, a discussão de prioridades para a cidade e a plenária temática do OP Jovem.

O OP é um dos instrumentos de participação popular, de controle social e de gestão democrática da gestão pública na cidade. Esses instrumentos compõem o projeto político que foi reeleito nas urnas pela ampla maioria dos(as) suzanenses.

Então, o desafio de consolidar o OP em Suzano está no horizonte da nossa caminhada para os próximos quatro anos. Para tanto, planejar é fundamental e um bom planejamento, que se pretenda sério e efetivo, começa numa boa avaliação.

Assim, o processo de avaliação da implementação do OP em Suzano acontecerá em etapas. Na quinta-feira (4/12), conselheiros e conselheiras (titulares e suplentes) eleitos(as) em 2006, 2007 e 2008, estarão reunidos na Emef Antônio Marques Figueira (rua Missionária Sarah Cooper, 27 - Centro) com este objetivo.

No início do ano que vem, realizaremos um seminário para conhecer os diferentes aspectos de nossa avaliação e, a partir dela, iniciarmos o planejamento. Assim, esperamos continuar a construção coletiva do OP. Nossa experiência é única. Fique atento(a) e participe.

65º artigo: Do mundo para Suzano

O que uma praça tem em comum com um conjunto habitacional para abrigar moradores de área de risco, com uma quadra multiuso onde a criançada joga peteca, uma pista de caminhada para melhor idade, uma área urbanizada onde existia uma favela? A vontade do povo expressa numa decisão no Orçamento Participativo (OP).

Escrevo mais uma vez de Belo Horizonte (MG). Participo do 1º Seminário Internacional do OP, do 1º Encontro Internacional de Redes de OP e 3º Encontro da Rede Brasileira de OP. Desta vez vim numa caravana. Afinal, o OP não é um

processo apenas institucional, tampouco exclusivamente do movimento popular. É tudo isso junto.

O representante da rede portuguesa de OP, Nelson Dias, inspirado nos estudos do sociólogo lusitano Boaventura de Souza Santos, 'Estado como novíssimo movimento social', entende o OP como inovação democrática. Para Aurenir, moradora da Vila Monte São José e conselheira do OP de BH, "o OP é um mecanismo histórico de construção da democracia que garante dignidade à nossa vida".

O OP foi implementado na capital mineira pelo então prefeito de Belo Horizonte Patrus Ananias - que inaugurou em Suzano nosso premiado Restaurante Popular na condição de Ministro do Desenvolvimento Social. Aliás, o almoço num Restaurante Popular em BH saciou minha fome de pão. Já a fome de beleza, o Restaurante Popular de Suzano foi justamente premiado.

O Seminário é curioso. Um dos expositores fez inúmeras provocações em sua fala: "o OP é uma ideia revolucionária ou é pura demagogia? É um jeito de planejar incluindo a população (real mandatária do poder institucional) ou pura enrolação?" É, sem dúvida, um grande liquidificador porque coloca tudo junto, o governo, o povo, o orçamento, as informações, mistura tudo e faz uma receita nova. Alimenta os corpos e as subjetividades. É tanto mais rico e profundo quanto maior a vontade política dos envolvidos. Então, o que está no nosso horizonte? Onde queremos chegar com o OP? Pode ser apenas uma ferramenta de melhoria de gestão. Em Harare, capital do Zimbabwe, segundo Takawira Mumvuma, o OP constrói solidariedade, dá voz a quem nunca teve voz.

Representantes de vários países trouxeram para o debate a capacidade de inverter as prioridades quando do investimento público. Concordo: a vida real nesses lugares onde mora a população é diferente das idealizações no conforto dos gabinetes dos técnicos de planejamento. Alguns foram enfáticos: "Inversão de prioridades não acontece no gabinete". Para atender aos verdadeiros anseios da população e não do corpo técnico e administrativo ou de políticos, que fazem dos lugares seus currais eleitorais, é necessário envolver todo mundo no projeto, em todas as fases de sua elaboração. O OP tem a capacidade de mudar o jeito de fazer política e de viver na cidade.

Outro aspecto que me chama a atenção é a participação da delegação de Suzano. Estamos bem articulados com Guarulhos, Osasco, Embu das Artes, Taboão da

Serra, Porto Feliz, mas conselheiros e conselheiras suzanenses se posicionam com tranquilidade e se movem com ousadia. Lançam aos ventos as sementes das mudanças que ocorrem em Suzano, germinando nos corações e mentes africanas, europeias, indianas, sul-americanas e estadunidenses. Aliás, o conselheiro Brauner, morador da cidade Edson, aí em Suzano, participou da mesa 'A experiência das comissões e conselhos de OP'. Falou do intercâmbio que realizamos durante 2008 na região metropolitana de São Paulo. E dessa forma vamos aprendendo ensinando, na dialética da vida, onde compartilhando conhecimentos, enriquecemos a nós e a outros, aprimoramos e construímos outro tipo de sociedade.

66º artigo: A conversa que não houve...

Dois colegas se encontraram às vésperas do Natal. Amigos dos tempos de escola, os caminhos da vida levaram a amizade às baixas latitudes. Mesmo morando e trabalhando na mesma cidade, próximos física e ideologicamente, a rotina não permitia maiores aproximações, embora se vissem com certa frequência. Também, pudera: transformar o mundo num lugar melhor para todos dá trabalho e toma tempo.

No canto do salão de um discreto restaurante, longe dos olhos e ouvidos do mundo, ambos iniciaram o diálogo com amenidades. Interrompidos apenas para o pedido: feijoada. Falaram sobre futebol, cuja afinidade clubística provocou boas risadas. Falaram dos amigos e do passado. Comentaram sobre o resultado das eleições municipais, das alterações no cenário político, das especulações sobre a 'dança das cadeiras', dos tensionamentos de grupos que disputam os espaços institucionais, daqueles movidos pelo interesse público e daqueles nem tão legítimos assim. Até que uma pergunta mudou o rumo da conversa: "então, o que realmente fica?"

Fiquei pensando sobre isso. As pessoas se conhecem, trabalham, convivem. Juntas, planejam uma viagem ou um churrasco. Trocam presentes no Natal. Tem projetos ainda maiores como vida a dois, um bebê, dois, três... Então, o que realmente fica?

Governos passaram, outros passarão. Os demo-tucanos a frente do governo do Estado de São Paulo, se dizem bom gestores. E daí? Basta entrar numa escola da

rede estadual, visitar uma unidade da Fundação Casa, uma delegacia, e constatar que a realidade é cruel. Então, o que realmente fica?

Para Machado de Assis, o melhor jeito de saber o que há dentro das ideias e das nozes é quebrando-as. Ao sair de casa, encha uma pequena mala com nozes, ideias e frases prontas. Nada mais cômodo. Quando chegar n'algum lugar, basta abrir a mala e sacar uma das ideias ou frases. Trata-se de um modo breve e econômico de fazer amizades porque todos conhecem há muito tempo. De tão acostumados com essas ideias, as pessoas creem nelas mais do que em si mesmas. Quando topei o desafio de contribuir para ampliar a democracia na cidade de Suzano, com um governo popular ilhado numa região conservadora a Leste de São Paulo, por meio da implementação do Orçamento Participativo, estávamos desarmados..., eu carregava um quebra-nozes. Quebramos várias ideias e percebemos que muitas estavam vazias. De dentro de algumas nozes saíram até um bicho feio e visguento. O Orçamento Participativo é uma ferramenta de planejamento que permite 'planejar com'. Na minha modesta opinião, é muito mais interessante do que 'planejar para' pois amplia a visão de mundo e funciona como processo de formação política, de politização dos temas e das discussões.

Um dos comedores de feijoada rompeu o silêncio: “na prática, o que vamos fazer?” essa resposta requer um coletivo maior, a conversa que não houve...

Isso me fez lembrar a fábula em que uma galinha e um porco resolveram fazer omelete com bacon. Coube à galinha entregar os ovos, coube ao porco entregar a vida. Transformar o mundo num lugar melhor para viver não é tarefa fácil. Para fazer omelete é necessário quebrar os ovos!

Apêndice D. Artigos publicados a partir de 2009

Quadro 4. Alguns artigos publicados a partir de 2009 citados neste estudo.

	Publicação	Título do artigo	referência
67º	16/fev/2012	Sobre as Conferências	Capítulo 3.1
68º	24/dez/2010	Naquela mesa está faltando ele. Para Juarez Araújo Braga.	Capítulo 3.3
69º	07/jun/2011	O coletivo Juarez Braga	
70º	07/out/2011	Carta ao amigo Juarez Braga.	
71º	10/mai/2011	A resistência negra, um samba e um Deputado	
72º	22/fev/2012	Brasil de Tom Jobim, Sócrates e José Candido	

67º artigo: Sobre as Conferências

Segundo a definição da Controladoria Geral da União, conferência é uma ferramenta de fomento à participação social que tem por finalidade institucionalizar a participação da sociedade nas atividades de planejamento, gestão e controle das políticas públicas. Trata-se de um momento de reflexão que permite avaliação das ações realizadas e aprofundamento da discussão a respeito do temário proposto.

A primeira conferência nacional que se tem registro foi sobre saúde em 1941. Não houve documento base nem regimento interno, mas a força do tema provocou o então Ministério da Educação e Saúde a discutir a 'situação sanitária e assistencial dos estados'. Na 2ª Conferência Nacional de Saúde (1950) discutiu-se a malária e outros temas. O Ministério da Saúde foi criado em 1953. Na 3ª Conferência (1963), a discussão e os espaços foram ampliados com os movimentos democráticos na área da saúde, o que colocou a realidade concreta em discussão e apontou para a necessidade de um plano nacional de saúde nas três esferas de governo.

Durante a ditadura militar aconteceram quatro conferências nacionais de saúde. Na década de 1980, com a abertura democrática e a luta de movimentos sociais especialmente o movimento pela reforma sanitária, aconteceu a 8ª

Conferência Nacional de Saúde (1986), marco de uma nova era para saúde no Brasil devido à ampla participação popular, lançando as bases para um sistema único de saúde.

A Constituição de 1988 consagrou o princípio da participação social na afirmação da democracia. Houve uma proliferação de instâncias de participação, arenas públicas se constituíram como lugares de encontro entre a sociedade e o Estado. A construção de espaços capazes de incorporar as pautas e os interesses dos setores da sociedade ao longo do processo de produção das políticas públicas tem ajudado a superar desafios setoriais e contribuído para desenvolvimento econômico e desenvolvimento social caminharem juntos.

Além da Saúde, tem bom acúmulo a discussão de Direitos Humanos com 11 conferências e, com 8 conferências, Criança e Adolescente. Estão registradas 113 conferências nacionais, sendo 81% delas a partir de 2003. Foram 40 temas em 72 conferências nacionais que mobilizaram cerca de 5 milhões de pessoas. Entre 1941 e 2003 as conferências nacionais aconteciam na proporção de 0,65 conferências/ano. No governo do Presidente Lula aconteceram 9 conferências por ano em média.

Suzano acompanha essa tendência. Hoje, as escolas municipais possuem conselho de escola, as unidades de saúde possuem conselho gestor, conselhos municipais foram criados e ampliados. São mais de 100 espaços onde a população discute e decide sobre o equipamento e o serviço público oferecido. O conjunto das plenárias do Orçamento Participativo, do PPA e as conferências realizadas em Suzano, mobilizaram mais de 30.000 pessoas na definição das políticas públicas.

Priorizando a 'participação popular', a gestão do prefeito Marcelo Candido amplia a democracia na cidade e, por conseguinte, contribui para o fortalecimento da democracia no Brasil.

68º artigo: Naquela mesa está faltando ele. Para Juarez Araújo Braga.

Jacob do Bandolim é um importante artista brasileiro. Carioca nascido em 1918 trabalhou como arquivista no Ministério da Guerra, serventário na justiça do

Rio de Janeiro e escrivão na capital carioca. Contribuiu com cultura brasileira, em particular ao choro.

O Choro, ou chorinho, é um gênero musical, uma música popular e instrumental brasileira com mais de 130 anos. Considerada primeira música popular urbana típica do Brasil, é de difícil execução. Quem faz choro é chorão. Chiquinha Gonzaga era chorona. 'Carinhoso' é um choro de Pixinguinha. 'Tico-tico no Fubá' é de Zequinha de Abreu, 'Brasileirinho' de Waldir Azevedo. Heitor Villa-Lobos também chorava.

Jacob do Bandolim faleceu em 1968. Seu filho, Sérgio Bittencourt, compositor e jornalista, criado em rodas de choro, apesar da escrita dura e desaforada era considerado sentimentalista. Abalado com a morte do pai, compôs 'Naquela mesa': "Naquela mesa ele sentava sempre e me dizia sempre, o que é viver melhor. Naquela mesa ele contava histórias, que hoje na memória eu guardo e sei de cor. Naquela mesa ele juntava gente e contava contente o que fez de manhã. E nos seus olhos era tanto brilho, que mais que seu filho, eu fiquei seu fã (...)"

Recentemente perdemos Juarez de Araújo Braga. Ele completaria 80 anos em 26 de novembro. Sinto uma falta danada do professor Juarez, das conversas intermináveis, do seu otimismo e da sua energia. Do alto da sua sabedoria, alimentava todos/as à sua volta com energias fundamentais para luta. Ele próprio era a representação concreta de uma vida dedicada à construção de um mundo melhor.

A paciência e a calma do Juarez, a visão de que a vida é processo e a forma sempre tranquila como tratava questões complexas, referenciaram muita gente. Desde 2005 viveu intensamente o processo de democratização da gestão nas escolas da rede municipal de Suzano. Seu envolvimento com o tema era tamanho que a aprovação da Lei que dispõe sobre a criação dos conselhos de escola levou aquele homem de 75 anos às lágrimas. Acreditava cegamente na democracia em todos os espaços da sociedade.

Juarez acolhia com respeito. Do jeito dele, chamando para uma conversa, para um vinho, para uma baladinha, como ele lançava seu convite. Dispunha de conhecimento teórico e filosófico, mas preferia usar do carinho e da tolerância para ensinar, característica de um homem sábio e de um enorme ser humano.

Diziam que eu levava o Juarez para o 'mau caminho'. Discordo: trilhávamos caminhos da música, da cultura, da filosofia, da política e da democracia. Aprendi

com ele, em diálogos às mesas que ele convidava, vivendo momentos de especial sabedoria.

Tinha gosto musical refinado. 'Canto das 3 raças', de Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte, na voz da Clara Nunes, 'o mundo é um moinho' de Cartola. Ao som de Ataulfo Alves, falava com saudade da professorinha.

'Naquela mesa' termina assim: "Eu não sabia que doía tanto uma mesa no canto, uma casa e um jardim. Se eu soubesse quanto dói a vida, essa dor tão doída, não doía assim. Agora resta uma mesa na sala e hoje ninguém mais fala no seu bandolim. Naquela mesa tá faltando ele e a saudade dele tá doendo em mim'.

As mesas estão vazias, a alegria está triste. Quando dói uma saudade, o coração aperta e a voz embarga, basta lembrar do Juarez na celebração da vida. É hora de outro chorinho.

69º artigo: O coletivo Juarez Braga

É sempre bom lembrar / Que um copo vazio / Está cheio de ar. Assim começa a canção Copo vazio que Chico Buarque gravou no disco Sinal Fechado de 1974, seu primeiro disco como intérprete. Com canções de Caetano Veloso, Paulinho da Viola, Tom Jobim, Noel Rosa, Nelson Cavaquinho e outros, destaca-se a doce canção O filho que eu quero ter de Toquinho e Vinicius de Moraes. A única exceção é Acorda amor, de Leonel Paiva e Julinho da Adelaide. Julinho, pseudônimo do próprio Chico, manobra para driblar a rigorosa perseguição que sofria da censura. O sinal estava fechado para Chico!

Copo vazio é de Gilberto Gil. "Eu estava em casa, sentado no sofá, já de madrugada. Tinha tomado um copo de vinho no jantar, e o copo estava sobre a mesa. Pensando no que é que eu ia fazer pro Chico, de repente vi o copo vazio e concentrei o olhar nele: O copo está vazio, mas tem ar dentro", disse Gil. A canção continua: 'Que o ar no copo ocupa o lugar do vinho / Que o vinho busca ocupar o lugar da dor / Que a dor ocupa a metade da verdade / A verdadeira natureza interior

/ Uma metade cheia, uma metade vazia / Uma metade tristeza, uma metade alegria...

Esta se organizando em Suzano o Coletivo Juarez Braga. Seu manifesto de fundação fala de avanços imateriais com a ampliação da democracia e da participação popular, do orçamento participativo, dos conselhos gestores e institucionais, da gestão pública transparente e do combate à corrupção. Fala da cidade concreta, das políticas de Cultura, da ampliação das redes de saúde e de educação, do serviço público de qualidade. Fala da superação definitiva da política do favorzinho que durante décadas prevaleceu em Suzano. Apoia e defende o governo Marcelo Candido, o melhor governo da história de Suzano, e do governo Dilma Roussef. Um coletivo político que se pretende amplo, suprapartidário, com foco no debate e na formação política permanente.

Juarez Braga nasceu em 26 de novembro de 1930. Passou a infância com os seis irmãos na fazenda onde os pais trabalhavam. Influenciado pelo pai, tomou contato com os livros. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro, impôs-se um autoexílio após o golpe militar de 1964. Com o objetivo de auxiliar na formação político-pedagógica de jovens e adolescentes, aos 64 anos de idade Juarez ingressou no curso de Filosofia da USP. Desde 2005, auxiliava na implantação da 'gestão democrática na educação' junto à Secretaria Municipal de Educação de Suzano onde permaneceu até seus últimos dias.

O material de divulgação do Coletivo mostra um Juarez sorridente e dois copos vazios sobre a mesa. Partilhamos várias vezes o vinho com ele, enchendo nossos copos com sua bebida predileta e com profundas reflexões. Um coletivo político com seu nome irá, certamente, encher muitos copos com nossa alegria e nossa dor, com nossa tristeza e nossa verdade. Não com uma verdade absoluta, mas com um processo de construção coletiva das análises e das formulações. E principalmente, com uma prática política renovada, cada vez mais democrática e participativa. Justa homenagem a um homem ético que adorava a vida, os livros, a música, as pessoas e lutava por uma sociedade justa e igualitária.

No dia 10/6, às 18h30 no Sindicato da Construção Civil, estaremos juntos para homenagear o saudoso Juarez Braga, do jeito que ele tanto gostava: discutindo, debatendo, fazendo política no melhor sentido da palavra. Com um pouco de música também, afinal agora o sinal está aberto...

70º artigo: Carta ao amigo Juarez Braga.

Suzano, 6 de outubro de 2011

Há quase um ano não nos vemos e nosso último encontro não foi dos mais alegres. Vamos falar das boas lembranças, momentos alegres e intensos que partilhamos, e das coisas que estão acontecendo desde sua partida. Tem muita coisa importante acontecendo aqui.

Lembro como se fosse hoje meu primeiro contato com suas ideias. Foi na plenária de encerramento do mandato do então Deputado Estadual Marcelo Candido, lá pelos idos de dezembro de 2004 quando você e o filósofo Roberto Romano fizeram um debate político de alto nível. Acompanhei sua preparação, as leituras habituais e seus textos. Não o cumprimentei à época. Junto dos parabéns pela brilhante contribuição, digo que me arrependo de não insistir contigo para publicar seus escritos.

Alguns meses depois, em 2005, também assumimos a responsabilidade de governar Suzano compondo a equipe de governo do Partido dos Trabalhadores com o particular desafio de criar mecanismos para democratização da gestão pública. Reuniões preparatórias foram algumas centenas, quarenta plenárias do Orçamento Participativo e do PPA Participativo, formações de conselheiros de escola, reuniões de conselho e vai por aí. Das inesquecíveis viagens de intercâmbio pelo Brasil em Fóruns e Seminários. Sempre em boa companhia mergulhamos nesse universo e nesse tema. Vivemos boas experiências que estão se eternizando numa perceptível mudança na cultura política local. Modesta se analisada na perspectiva de um país cuja democracia é muito jovem, mas enorme na perspectiva das mudanças possíveis neste momento histórico e neste curto espaço de tempo. Você repetia como um mantra: “não há democracia sem participação popular”. Seguindo o teu exemplo, dialoguei com essa reflexão num texto publicado em agosto de 2008.

Ainda hoje vejo suas opiniões sobre futebol, sobre o cotidiano, e sua reflexão política postados nos sítios especializados na internet. Sempre admirei sua desenvoltura na lida com a tecnologia e no mundo virtual. Sempre cito seu exemplo em ingressar na universidade já sexagenário.

Tenho várias coisas para te contar, Juarez. Lembra dos ‘Encantos Pedagógicos’? A Secretaria Municipal de Educação trabalha na reedição do projeto que você coordenou em 2005. E outra: criamos um coletivo político socialista que leva teu nome cujo manifesto de criação tem 122 assinaturas de apoio. A Ananda Grinkraut acha que assumimos grande responsabilidade e que para honrar teu nome e tua história o coletivo deve lutar por um mundo justo a partir do diálogo e da construção coletiva. Ela também falou da sua influência no jeito como ela vê e dialoga com o mundo. Legal, não?

Lembra-se das nossas idas para minha terra natal? Lembra da Floresta? Lembra do melhor sorvete do mundo nas intermináveis taças da Gelateria? Para você uma taça diet. No caminho entre a floresta e a sorveteria, o ônibus de turismo com o destino escrito: ‘puta que pariu’. Muita risada. E você dizia assim: ‘imagina pegar um ônibus que vai pra puta que pariu?’

Imagino que o tempo dedicado à luta te afastou um pouco do convívio familiar. Pois saiba que teus filhos e filhas reconhecem e valorizam sua luta. A Débora fica feliz com as homenagens e lembranças que te tornam presente por aqui; o Flávio disse que você transmitiu sua dimensão de humanidade às pessoas que tiveram contato contigo. Saiba que ética é, para sua família, uma marcante característica tua. Imagino que você esteja feliz ouvindo isso.

Walmir Pinto carrega um ensinamento que ouviu de ti numa reunião do PT: não se deve ter vergonha daquilo que é feito com amor, carinho e verdade. Cecília Figueiredo que te acha um semeador de coletivos, disse que você e o Júlio Mariano acreditavam na participação do povo como instrumento efetivo de lutas e vitórias. O Ivo Reseck sente falta da sua disposição para ‘baladinhas’ e da sua animação em convocar-nos para as mesas de bar onde resolvíamos todos os problemas do mundo. Cecilia Tome Habu te acha uma figura maravilhosa. Vanessa Alves disse que você vive dentro do coração da gente. Saber disso me deixa mais tranquilo porque de coração você entende. Putz, já ia me esquecendo: Marcelo Candido que devota amor táctil aos livros e diz que aprendeu a anotar durante a leitura numa conversa contigo na câmara municipal nos tempos do mandato de vereador do José Candido.

Leonel Luz sente falta das suas histórias sobre futebol, música e política. Te tem na cota das pessoas que conseguem transcender gerações, te acha atemporal. E o pessoal do setor de gestão democrática da educação guarda na retina a tua

imagem com microfone à mão e dedo em riste falando aos quatro cantos da democracia com participação popular. E do seu carinhoso bom dia acompanhado de: “chefe e merda para mim é a mesma coisa”. Sempre que a Lili (Eliana Ramos) escuta alguém falando ‘chefe’, conta sua passagem entre risos. Esse seu comportamento é entendido como expressão do seu espírito subversivo, incendiário e obcecado na construção de relações de poder horizontais no trabalho, na escola, nos partidos e etc. Estão com saudade de ti e das ‘Bachianas’ de Vila Lobos como trilha sonora desta relação de carinho e afeto.

Quanto a mim, sinto muito a falta das noites divertidas com nossos amigos no Bar do Zé Vitor em intermináveis conversas e da boa música. Não sei se já te disse dos pensamentos que as suas histórias me provocavam. Suas reflexões sobre o futebol, a escalação do teu Palestra das décadas de 1940 e 50, e do meu tricolor paulista dos tempos do Teixeirinha e Canhoteiro, o Mané Garrincha da ponta esquerda. De batucar na mesa entre um cochilo e outro, e de cantar contigo a saudade da professorinha em ‘Meus Tempos de Criança’ de Ataulfo Alves:

Eu daria tudo que eu tivesse / Pra voltar aos dias de criança / Eu não sei pra que a gente cresce / Se não sai da gente essa lembrança. Aos domingos, missa na matriz / Da cidadezinha onde eu nasci / Ai, meu Deus, eu era tão feliz / No meu pequenino Miraiá. Que saudade da professorinha / Que me ensinou o beabá / Onde andaré Mariazinha / Meu primeiro amor, onde andaré? Eu igual a toda meninada / Quanta travessura que eu fazia / Jogo de botões sobre a calçada / Eu era feliz e não sabia.

Não sei onde você está neste momento da inauguração do Espaço Cultural Juarez Braga, mas acho que está muito perto daqui. Na verdade, acho que está aqui conosco, batucando na mesa, tomando uma taça de vinho tinto seco. Pensando bem, meu amigo, você permanecerá entre nós porque sua existência está eternizada nos seus filhos, filhas e descendentes. Suas ideias estão vivas e pulsando entre nós. Sua trajetória é lembrada e orienta nosso trabalho. Suas histórias povoam as nossas lembranças. Seu exemplo de homem ético, como disse seu filho Flávio no dia em que foste homenageado no projeto Memória Viva da Secretaria Municipal de Cultura, orientam nossa luta política na construção de uma sociedade justa.

É tanta coisa que eu tinha há dizer mais me foge à lembrança. Dilma Rousseff ganhou a eleição e nosso projeto político para o Brasil segue em frente. A

popularidade do ex-presidente Lula só cresce. O projeto do Hospital em Suzano está se tornando realidade. José di Filippi é Deputado Federal e seu escritório Político em Suzano funciona junto do nosso Espaço Cultural Juarez Braga. O Luis Cláudio está dizendo que nosso programa de formação e debate político chama-se 'a cidade em debate: um olhar para Suzano', te convida para participar na certeza que podemos contar contigo.

Um abraço saudoso.

71º artigo: Brasil de Tom Jobim, Sócrates e José Candido

Se estivesse ainda entre nós, Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim completaria 85 anos de idade. Nascido no Rio de Janeiro (25/janeiro/1927), Tom Jobim foi compositor, músico e maestro, considerado um dos maiores expoentes de todos os tempos da música brasileira ao lado de Heitor Villa-Lobos. Da parceria com Vinícius de Moraes, 'garota de Ipanema' (olha que coisa mais linda, mais cheia de graça), é uma das canções mais executadas da história da música. Inesquecível a gravação de 'águas de março' (é pau, é pedra, é o fim do caminho) com Elis Regina. Percebi a dimensão mundial de sua obra assistindo 'A música segundo Tom Jobim', dirigido por diretor Nelson Pereira dos Santos, em cartaz nos cinemas. O maestro soberano nos deixou no dia 8 de dezembro de 1994, mas continua entre nós por meio de sua obra. Um artista da música, Tom Jobim é um grande Brasileiro.

Se estivesse ainda entre nós, Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira completaria 58 anos de idade. Nascido em Belém (19/fevereiro/1954), o doutor Sócrates foi médico e jogador de futebol. Foi consagrado defendendo as cores do Sport Club Corinthians Paulista. Com a seleção brasileira que encantou o mundo sob comando de Telê Santana, disputou a Copa do Mundo de 1982, desclassificada para Itália de Paolo Rossi na 'tragédia do Sarriá' ainda nas quartas de final. Lembro a escalação da seleção canarinho, não me lembro da seleção tetracampeã (1994) e da pentacampeã (2002). Magrão foi considerado pela FIFA um dos melhores jogadores do mundo. Nos anos 80, liderou um movimento pela

democratização do futebol, teve forte presença no movimento pelas 'diretas já'. "Contra toda e qualquer forma de discriminação", participava do 'cartão verde' (TV Cultura) com uma fita na cabeça. Sócrates nos deixou no dia 4 de dezembro de 2011, continua vivo na memória de muita gente. Um artista da bola, Sócrates é um grande Brasileiro.

Se estivesse ainda entre nós, José de Souza Candido completaria 70 anos de idade. Nascido na cidade de Sabino (30/setembro/1942), Zé Candido foi um lutador: lavrador, metalúrgico, sindicalista. Como figura pública que ocupou importantes espaços institucionais em seu partido, na Câmara de Suzano ou na Assembleia Legislativa, não perdeu o hábito de andar pela rua, fila em banco, atender todas as ligações que chegavam ao seu celular. Um homem simples, dos mais humildes que já conheci e uma importante referência política. Um exemplo a ser seguido por aqueles/as que desejam um mundo melhor. Presidiu a comissão de direitos humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Um idealista que fez da sua vida um instrumento na luta por uma sociedade justa. Um político como poucos, íntegro, honesto, acessível. E dono de um sorriso fácil, de uma alegria contagiante.

Um dos filhos disse que na infância pediam pela presença do pai em casa mas, com o tempo entenderam que, para Candido, sua família era muito, mas muito grande. E tinha espaço para muita gente naquele coração que parou de bater no dia 12 de fevereiro de 2012. Parou mas continua vivo em nossa memória, pois fica conosco a responsabilidade de colocar em prática seus ensinamentos, seguir seus exemplos de ética na política e continuar a luta por um mundo justo. Um artista da Política, Candido é um grande Brasileiro.

Como disse Shamir Daleck, "José Candido, Tom Jobim e Sócrates são figuras que dão sentido e constroem a própria ideia do que é ser Brasileiro".

72º artigo: A resistência negra, um samba e um Deputado.

O samba é um gênero musical de raízes africanas surgido no Brasil, uma das principais manifestações da cultura popular brasileira. Podemos dizer que é uma linguagem por meio da qual os/as sambistas se expressam.

Recentemente, o mandato do Deputado Estadual José Candido organizou um importante ato político para marcar sua segunda posse junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. É certo que a posse oficial aconteceu no Palácio 9 de julho, mas para um mandato popular, uma festa popular. Foram incontáveis manifestações de apoio, demonstração da liderança de Candido e dos vínculos políticos com a base social. O grupo Bom Ambiente fez um samba cuja inspiração tem relação com Suzano.

Geraldo Filme (1928-1995) foi um grande sambista. Seu pai era violinista mas foi com a avó que conheceu os cantos de escravos que influenciaram sua formação musical. Sua mãe, fundadora do primeiro cordão carnavalesco formado só por mulheres negras, depois Escola de Samba Paulistano da Glória, tinha uma pensão nos Campos Elíseos onde fazia marmitas que o menino entregava, circulando por rodas de samba e tiririca (capoeira). Geraldo tem o nome ligado à história do carnaval paulistano, respeitado e querido por todas as escolas, em especial por sua ligação com o cordão do Vai-Vai. 'Quem nunca viu o samba amanhecer / vai no Bexiga pra ver...' é de sua autoria. São poucos registros de sua obra. 'O Canto dos Escravos' com Clementina de Jesus e Doca da Portela merece destaque.

No programa Ensaio da TV Cultura (1982), Geraldo Filme conta a história do samba 'Silêncio no Bexiga'. Wálter Gomes de Oliveira, o Pato N'água, foi um dos maiores apitadores do samba paulistano. Desde o cordão do Vai-Vai, passou pelo Bexiga, pela Vila Santa Isabel que hoje é a Escola de Samba Acadêmicos do Tatuapé, Peruche, Camisa Verde. Apitadores são os atuais diretores de bateria.

Fera no apito, Pato N'água era um típico malandro dos anos 60, negro, alto, forte e valente na tiririca. Num dia de 1969, acertou com um taxista da capital de circular pela cidade. Visitou amigas, um cafezinho aqui, um papo acolá. Lá pelas tantas, o motorista, desconfiado, avisou a polícia. O corpo de Pato N'água foi encontrado numa lagoa às margens do rio Tietê aqui em Suzano. "O laudo dava enfarte. Mas de susto não morreu porque era bravo. Afogado também não porque era Pato N'água", disse Geraldo Filme. Seus contemporâneos suspeitaram de perfuração com baioneta ou punhal.

Sobre essa história, Plínio Marcos (1935-1999) escreveu: "A notícia chegou no Bexiga à tardinha, na hora da Ave-Maria, e logo correu pelos estreitos, escamosos e esquisitos caminhos do roçado do bom Deus. E por todas as quebradas do mundaréu, (...) o povão chorou a morte do sambista Pato Nágua. E o Geraldão da Barra Funda, legítimo poeta do povo, chorou por todos num bonito samba chamado Silêncio no Bexiga". (Folha de São Paulo, 13/fev/1977)

Silêncio / O sambista está dormindo / Ele foi mas foi sorrindo / A notícia chegou quando anoiteceu;

Escolas / Eu peço silêncio de um minuto / O Bixiga está de luto / O apito de Pato N'água emudeceu;

Partiu / Não tem placa de bronze / Não fica na história / Sambista de rua morre sem glória / Depois de tanta alegria que ele nos deu;

Assim / Um fato repete de novo / Sambista de rua, artista do povo / E é mais um que foi sem dizer adeus.

Silêncio...

José Candido é a expressão política desse povo que, mesmo enfrentando muita dificuldade, é capaz de dizer algo tão lindo em forma de samba. E deixar marcas profundas na nossa vida com a defesa de políticas públicas que transformam a vida para melhor, na organização da luta popular por justiça e igualdade, na superação do preconceito e do racismo. Vamos neste mês de maio fazer silêncio aos negros e negras que foram (para não dizer que ainda são) vítimas de genocídio. E também celebrar a abolição da escravatura, a resistência negra e a luta pelos direitos humanos.

Viva José Candido, Geraldo Filme e Pato N'água.